

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

**Eliana Santos Junqueira CREADO**

## **Entre Lugares e Não – Lugares**

### **Restrições ambientais e supermodernidade No Parque Nacional do Jaú (AM)**

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à versão final da tese  
Defendida e aprovada em 25 de agosto de 2006.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira – orientadora  
Prof. Dr. Carlos Alfredo Joly  
Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godói  
Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis  
Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho

Campinas  
2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C860e Creado, Eliana Santos Junqueira  
Entre lugares e não-lugares: restrições ambientais e  
supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM) /  
Eliana Santos Junqueira Creado. - Campinas, SP : [s. n.],  
2006.

Orientador: Lúcia da Costa Ferreira.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de  
Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Parque Nacional do Jaú (AM). 2. Meio ambiente –  
Aspectos sociológicos. 3. Conflito social. 4. Diversidade  
biológica. 5. Amazônia. I. Ferreira, Lúcia da Costa. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia  
e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: *Between places and non-places: restrictions of use and access to natural resources and hypermodernity in Parque Nacional do Jaú (AM).*

Palavras-chave em inglês (keywords) : Parque Nacional do Jaú (AM)  
Environment – Sociological  
aspects  
Conflict, Social  
Biodiversity  
Amazon, River, Region

Área de Concentração: Mudanças sociais, ambiente e tecnologia

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Lúcia da Costa Ferreira, Carlos Alfredo Joly,  
Emília Pietrafesa de Godói, Héctor Ricardo Leis,  
Heny T. Barretto Filho.

Data da defesa: 25 de agosto de 2006.  
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais.

*Para o meu irmão que partiu muito cedo, quase menino...*

## Agradecimentos

À FAPESP, à FAEPEX, ao NEPAM e ao programa de doutorado em Ciências Sociais do IFCH, pelo apoio e condições financeiras para a pesquisa;

À Lúcia da Costa Ferreira, fortaleza de todas as horas, que me acolheu junto à sua equipe, deu-me inspiração e coragem para começar o trabalho e mais ainda para o terminar;

Aos meus companheiros e amigos de pesquisa: Ana Beatriz Vianna Mendes, Kellen Junqueira, Simone Vieira de Campos, Juarez Pezzuti, Daniely Félix, Fernando Passos e Camilo Caropreso;

A todos os sujeitos de pesquisa que nos doaram horas preciosas de suas vidas: moradores e ex-moradores do PARNA-Jaú, agentes institucionais (em especial integrantes da FVA e funcionários do IBAMA-AM e do IPAAM), políticos e pescadores de Novo Airão e Barcelos, pesquisadores, ambientalistas, e demais que nos acolheram tão gentilmente e que seria tão temerário nominar;

Aos colegas do NEPAM, os do presente e aqueles que já seguiram outros caminhos, especialmente, Neusinha, Sueli, Gilmar, Robson, Fátima e Gean;

Aos amigos do IFCH, alguns da espasmódica APG-IFCH, que espero levar para toda a vida, especialmente: Giovana Tempesta, Daniela Manica, Daniel Faria, Cintya Maria Rodrigues, Ângela Neves, Gisele Almeida, Nashieli Rangel, Daniela Araújo, Christiano Tambascia, Marisa Luna, Sel Guanaes;

Àqueles professores do IFCH que estão neste texto de alguma maneira, mesmo sem o saber, especialmente Suely Kofes e Evelina Dagnino;

À banca do exame de qualificação pelas várias sugestões instigantes, que espero ter cumprido minimamente: prof. Daniel Hogan e prof. Carlos Alfredo Joly;

À Andréa Leme, que me ensinou a amar o rio Negro, antes de o conhecer;

À Diane Petty, pela força no resumo, e ao Carlos, pelo apoio na impressão. Ambos foram anjos da guarda que me apareceram nos derradeiros minutos;

À Letícia Barata, que carinhosamente efetuou algumas das transcrições e se interessou pelo uso delas;

À minha família extensa, na qual incluo meus amigos de quatro patas. Grata principalmente pela paciência dos últimos cinco meses;

Ao Domingos, pelo brilho do seu sorriso e dos seus olhos, que faz qualquer coisa valer a pena!

A todos vocês, espero que as horas de convívio que tivemos ou deixamos de ter, em função da pesquisa e da redação desta tese, tenha resultado em um trabalho que lhes agrade ao menos um pouco.

A responsabilidade é toda minha se isso não acontecer!

*“(...) Sem dúvida, uma das razões pelas quais o mundo recusa honrar os baleeiros é a seguinte: considera-se a nossa profissão como a de um carniceiro, e julga-se que quando exercemos a nossa atividade, encontramos-nos rodeados por toda sorte de aviltamentos. Somos carneiros, é verdade, porém igualmente carneiros e sanguinários da pior espécie são os comandantes militares aos quais invariavelmente o mundo concorda em prestar homenagem. E quanto à propalada imundície da nossa profissão, sereis em breve iniciados em certos fatos até agora geralmente desconhecidos, os quais virão colocar a caça da baleia triunfalmente no meio das coisas mais limpas desta asseada terra. Mas admitindo que seja verdade tal acusação, poder-se-á comparar o escorregadio e desarrumado convés do navio baleeiro com a inenarrável imundície dos campos de batalha, de onde regressam muitos soldados para beber, sob as aclamações das damas? E se a idéia de perigo tanto exalta a profissão do soldado no conceito popular, asseguro-vos de que mais de um veterano que tem marchado resolutamente para uma bateria, retrocederia prontamente, à aparição da vasta cauda da baleia abanando o ar e formando com ele redemoinhos acima da sua cabeça. Que são os terrores compreensíveis do homem, comparados com os terrores encadeados e as maravilhas de Deus? Porém, conquanto o mundo nos despreze a nós, caçadores de baleias, presta-nos inconscientemente a mais profunda homenagem. Sim, uma adoração completa, porque quase todas as velas, lâmpadas e círios que ardem em torno do globo brilham como outros tantos santuários para a nossa glória! (...)”*

*Moby Dick*, Herman Melville.  
José Olympio Editora, 1950, páginas 110-111.

## Sumário

**Glossário de siglas mais recorrentes – pág. 1**

**Resumo/Abstract – pág. 2**

**Introdução: Nosso modo de viver o parque – pág. 3**

1. Preâmbulo – pág. 3
2. Aspectos teórico-metodológicos – pág. 9
  - 2.1. O PARNA-Jaú como um híbrido e um semi-lugar – pág. 18
  - 2.2. Arenas e situações – pág. 29
3. Técnicas e abordagens de campo – pág. 32
  - 3.1. Variações nas formas de inserção – pág. 40
4. Os primeiros e últimos passos de nosso itinerário – pág. 46
5. A organização da tese – pág. 50

**Capítulo 1:**

***O SNUC e alguns de seus quase-sujeitos e quase-objetos – pág. 51***

1. Introdução – pág. 51
2. Breve histórico legal: o prelúdio das UCs – pág. 52
3. Criando um Sistema Nacional de Unidades de Conservação – pág. 59
4. Os quase-sujeitos populações tradicionais – pág. 76
5. Registros fotográficos de algumas práticas consideradas mais problemáticas – pág. 99
6. Registros fotográficos de algumas práticas consideradas menos problemáticas – pág. 100

**Capítulo 2:**

***Olhando o PARNA-Jaú de dentro para fora – pág. 101***

1. Introdução – pág. 101
2. Os moradores remanescentes e os seus movimentos – pág. 103
3. Conflitos intra-grupais nas comunidades Seringalzinho e Patauí – pág. 116
  - 3.1. Seringalzinho – pág. 116
  - 3.2. Patauí – pág. 119
4. A comunidade Tambor e o processo de reconhecimento de remanescentes de quilombos – pág. 127
  - 4.1. O começo do processo de identificação – pág. 128
  - 4.2. Memórias de uma ex-moradora – pág. 134
  - 4.3. Uma ida ao Tambor – pág. 137
  - 4.4. Um ex-morador mediando o processo de identificação – pág. 143
  - 4.5. Alguns indícios dos rebatimentos do processo de identificação junto ao IBAMA e à FVA – pág. 146
5. A trilha do Itaúbal: registros fotográficos da construção de um parque – pág. 151
6. Os diferentes momentos da chegada do parque ao seu limite setentrional – pág. 154
7. Os moradores do rio Unini – pág. 170
8. Imagens do rio Unini – pág. 177
9. O primeiro hotel: o rio Unini transformado em “paraíso dos tucunarés” – pág. 178
10. As imagens do rio Unini encontradas na *internet* (também um não-lugar) – pág. 183

**Capítulo 3:**

***Olhando o PARNA-Jaú de fora para dentro – pág. 199***

1. Introdução – pág. 199
2. Características demográficas de Novo Airão e Barcelos – pág. 200
3. Novo Airão e os ex-moradores do parque – pág. 212
  - 3.1. Motivos das saídas do PARNA-Jaú, vinte anos depois – pág. 220
4. A Ação Civil Pública (ACP) – pág. 224
  - 4.1. A Comissão de Ex-moradores – pág. 225
  - 4.2. O processo da ACP – pág. 232
  - 4.3. Interfaces entre arenas – pág. 242
5. Andanças por Novo Airão – pág. 254

***Conclusões – pág. 255***

***Bibliografia e material de apoio – pág. 269***

***Anexos – pág. 299***

## **Glossário de siglas mais recorrentes**

**AANA - Associação de Artesãos de Novo Airão**  
**ACP - Ação Civil Pública**  
**AMORU - Associação de Moradores do Rio Unini**  
**APA – Área de Proteção Ambiental**  
**ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia**  
**BIRD - Banco Mundial**  
**CF – Constituição Federal**  
**CNPT- Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais**  
**CPqLMD – Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane**  
**CPT - Comissão Pastoral da Terra**  
**DIREC-IBAMA - Diretoria de Ecossistemas do IBAMA**  
**ESEC - Estação Ecológica**  
**FAM - Fundação Almerinda Malaquias**  
**FCP - Fundação Cultural Palmares**  
**FEPESCA – Federação Brasileira de Pesca**  
**FioCruz - Fundação Oswaldo Cruz**  
**FUNASA - Fundação Nacional de Saúde**  
**FUNATURA - Fundação Pró-Natureza**  
**FVA - Fundação Vitória Amazônica**  
**IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**  
**IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal**  
**IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**  
**INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**  
**INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia**  
**IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas**  
**ITERAM - Instituto de Terras do Estado do Amazonas**  
**IV CBUC - IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**  
**IV FSPA - IV Fórum Social Pan-Amazônico**  
**MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
**MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome**  
**MMA - Ministério do Meio Ambiente**  
**MPF - Ministério Público Federal**  
**NUC-IBAMA - Núcleo de Unidades de Conservação do IBAMA**  
**ONG - Organização não Governamental**  
**PARNA - Parque Nacional**  
**PARNA-Jaú - Parque Nacional do Jaú**  
**PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira**  
**PL - Projeto de Lei**  
**Rede Pró-UCs - Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação**  
**PNDPA – Programa de Desenvolvimento da Pesca Amadora do IBAMA**  
**RESEX - Reserva Extrativista**  
**RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável**  
**SDS-AM - Secretaria de Estado (AM) do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**SDS-MMA - Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente**  
**SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente**  
**SMA - Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo**  
**SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação**  
**STRNA - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão**  
**UC - Unidade de Conservação**  
**UNESCO - Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura**

## **Entre lugares e não-lugares: restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM)**

### **RESUMO:**

Esta tese estuda os conflitos e as alianças relativos à criação, implantação e implementação de uma área natural de proteção integral, o Parque Nacional do Jaú, no estado do Amazonas, Brasil, em cujas teias inserem-se diversos grupos, instituições e indivíduos com diferentes modos de se relacionar com o espaço, com a proposta conservacionista e com as políticas públicas voltadas às áreas naturais protegidas e aos seus quase-sujeitos.

Tendemos a ver essas múltiplas influências como potencializadoras da transformação da área do próprio parque e da região do baixo e médio rio Negro naquilo que Marc Augé (2003) denominou de não-lugares. A pesquisa permitiu verificar que tal tendência, entretanto, não se dá de forma absoluta, pois existem iniciativas que visam enfrentar as forças que atuam sinergicamente para isso, embora permaneçam dentro de limites pré-estipulados estruturalmente, tanto no âmbito sócio-político quanto nos âmbitos técnico-científico e jurídico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parque Nacional do Jaú (AM); Meio ambiente – Aspectos sociológicos; Conflito social; Diversidade biológica; Amazônia.

## **Between Places and Non-Places: Restrictions of use and access to Natural Resources and Hypermodernity in Jau National Park (AM, Brazil)**

### **ABSTRACT:**

This research studies the conflicts and alliances relative to the creation, implantation and implementation of a natural area of integral protection, the National Park of Jaú, in the State of Amazonas, Brazil, in the webs of which various groups, institutions and individuals with different manners of relationship with the space with the conservationist proposal and with the public policies aim at natural protected areas and to their quasi-subjects.

We tend to see these multiple influences as potentializers of the transformation of the area of the park itself and the regions of the low and middle Negro River, which Marc Augé (2003) denominated as non-places.

This research permitted the verification of this tendency; however, it does not occur in an absolute form since there are initiatives that have the purpose of facing the forces that act in this synergy, although they remain within the structural pre-stipulated limits, both in the socio-political and the technical-scientific and juridical ambits.

**KEYWORDS:** Parque Nacional do Jaú (AM); Environment – Sociological aspects; Conflict, Social; Biodiversity; Amazon, Region.

## **Introdução**

### ***Nosso modo de viver o parque***

#### **1. Preâmbulo**

A presente tese resultou do projeto de pesquisa que foi financiado pela FAPESP sob o título *Relações Sociais entre Atores no Parque Nacional do Jaú* (processo número 02/00126-0), iniciou-se em março de 2002 e integrou o projeto *Dimensões Humanas da Biodiversidade: conflitos em torno de áreas protegidas no Brasil*, coordenado por Lúcia da Costa Ferreira e também financiado pela FAPESP (processo número 01/07992-1) e pelo CNPq (processo número 403058/2003-1).

A unidade de conservação (UC) de proteção integral que escolhemos para estudo, o Parque Nacional do Jaú (PARNA-Jaú), situa-se no estado do Amazonas, a 200km de Manaus e engloba 2.272.000 hectares de terras pertencentes aos municípios de Novo Airão e Barcelos.

Criado pelo decreto 85.200, em 24 de setembro de 1980, abarcou praticamente toda a bacia hidrográfica do rio Jaú na sua área principal, um rio classificado como de águas pretas. Os seus limites principais estabelecidos pelo decreto foram: o rio Negro, a leste, do qual o rio Jaú é um afluente da margem esquerda; ao norte, a margem direita de parte do rio Unini, e, a partir da confluência com o Paunini<sup>1</sup>, a margem direita deste; e, ao sul, a margem esquerda do rio Carabinani, um afluente do rio Jaú que deságua próximo à sua foz.

O órgão gestor do parque foi, a princípio, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)<sup>2</sup>, que veio a colocar sua base flutuante na foz do rio Jaú e a iniciar sua

---

<sup>1</sup> O rio Jaú possui um afluente de mesmo nome ou parecido, o Pauini ou Paunini. Na verdade, os mapas da FVA convencionaram a chamar o afluente do rio Jaú de Paunini e o afluente do rio Unini de Pauini (FVA/IBAMA, 1998). Entretanto, nas pesquisas de campo que realizamos aos rios Jaú e Unini, os moradores que contatamos referiam-se aos dois rios com a mesma denominação, Paunini, chamando de Pauini, o rio que estava distante deles. Por esse motivo, neste texto, utilizaremos a mesma denominação para ambos, mencionando se nos referimos ao afluente do rio Jaú ou ao afluente do rio Unini.

<sup>2</sup> Segundo Brito (2000), o IBDF foi criado em 1967, pelo decreto-lei 289, como autarquia do Ministério da Agricultura, quando substituiu o Departamento de Recursos Naturais Renováveis. Seu predecessor também se ligava ao mesmo ministério e fora, por sua vez, criado em 1963, em substituição ao Serviço Florestal. A função do IBDF era: "(...) orientar, coordenar e executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do

atuação na área meses depois do decreto, embora o Plano de Manejo registre que “as medidas institucionais de consolidação” do parque tenham sido iniciadas apenas em 1985, quando o IBDF contactou o Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM) para efetuar um levantamento fundiário e um cadastramento dos residentes (FVA/IBAMA, 1998: 7).

Com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, através da lei 7.735<sup>3</sup>, o IBDF foi substituído pela autarquia recém-criada, formada através da fusão do IBDF com outros órgãos governamentais, a saber: a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), que se vinculava ao Ministério do Interior, e as Superintendências do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e do Desenvolvimento da Borracha (SEDHEVEA), que se vinculavam ao Ministério da Agricultura (BRITO, 2000; SANTILLI, 2005: 30).

Segundo Brito (2000: 73), o IBAMA herdou de seus predecessores suas funções, sua infra-estrutura e seus problemas. Pode-se afirmar que, no caso por nós estudado, herdou também a fama de verdugo junto aos moradores da UC por nós estudada, junto às populações locais e junto aos usuários de recursos naturais do parque.

Gostaríamos de retomar um pouco do histórico da institucionalização, na região de estudo, da questão sócio-ambiental, sobretudo alguns eventos e datas relativos à presença da organização não-governamental (ONG) Fundação Vitória-Amazônica (FVA) na área.

Com esse intuito, retomar-se-ão algumas das informações contidas no Plano de Manejo do parque, apesar do documento conter obviamente muito do próprio olhar dos integrantes da FVA, em um momento de especial otimismo pela concretização do documento. Pode-se dizer que, ao se recuperar essa versão da história do parque, relativa à década de 1990, estamos fechando um ciclo iniciado em nossa pesquisa, pois foi através dela que iniciamos o nosso próprio contato com a UC.

Assim, no começo da década de 1990, a FVA, criada em 19 de janeiro de 1990<sup>4</sup>, começou a sua atuação no PARNA-Jaú, através da realização de um levantamento

---

*País*” (BRITO, 2000: 58).

<sup>3</sup> Lei que objetivava unificar a política ambiental brasileira e também a sua administração (VIANNA et al. 1994 *apud* BRITO, 2000: 67).

<sup>4</sup> A fonte da data de criação é FVA (1999).

socioeconômico por amostragem. A partir dele, em 1992, planejou uma expedição multidisciplinar à unidade, que contou com membros da ONG, técnicos do IBAMA, e pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que resultaria no “Plano de Ação para a Consolidação do Parque Nacional do Jaú”, que objetivava servir de orientação à autarquia gestora (FVA/IBAMA, 1998: 7).

Em 1992, adveio o documento “Censo e Levantamento Socioeconômico dos Moradores do PNJ”, redigido pela FVA, em parceria com técnicos e pesquisadores do INPA, da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), cuja elaboração estava prevista no plano de ação. No ano seguinte, em 1993, a ONG e o IBAMA vieram a oficializar um termo de cooperação técnica, que resultou no Plano de Manejo do parque, concluído em 1998 (FVA/IBAMA, 1998: 7).

Em 1993, a ONG reuniu, em uma expedição, o grupo de pesquisadores multidisciplinares que trabalhariam, nos três anos posteriores, no parque e cujos estudos embasariam o Plano de Manejo (FVA/IBAMA, 1998: 7-8). No começo de 1995, o “Plano de Ação Emergencial” recebeu aprovação e, segundo a mesma fonte, embasara-se em discussões entre membros do IBAMA, da FVA, representantes dos moradores e de outras instituições. A ONG elaborou ainda diversas reuniões com IBAMA, pesquisadores e residentes, como a “I Reunião sobre Manejo e Conservação de Bichos de Casco (quelônios)”, em 1995. Na qual,

*“Estiveram presentes mais de 150 pessoas, a maioria moradores do Parque, além da secretária de Educação do município de Barcelos, um representante da prefeitura de Novo Airão, o superintendente estadual, o chefe do Núcleo de Unidades de Conservação e a equipe de educação ambiental do IBAMA, uma equipe de pesquisadores e consultores da FVA e do INPA. Essa reunião repassou os resultados da pesquisa sobre quelônios e envolveu os moradores no manejo deles dentro do PNJ. As propostas sugeridas para discussão foram: o zoneamento de lagos e de praias, a defesa de espécies ameaçadas ou de distribuição restrita e o monitoramento da produção, comercialização e proteção” (FVA/IBAMA, 1998: 8).*

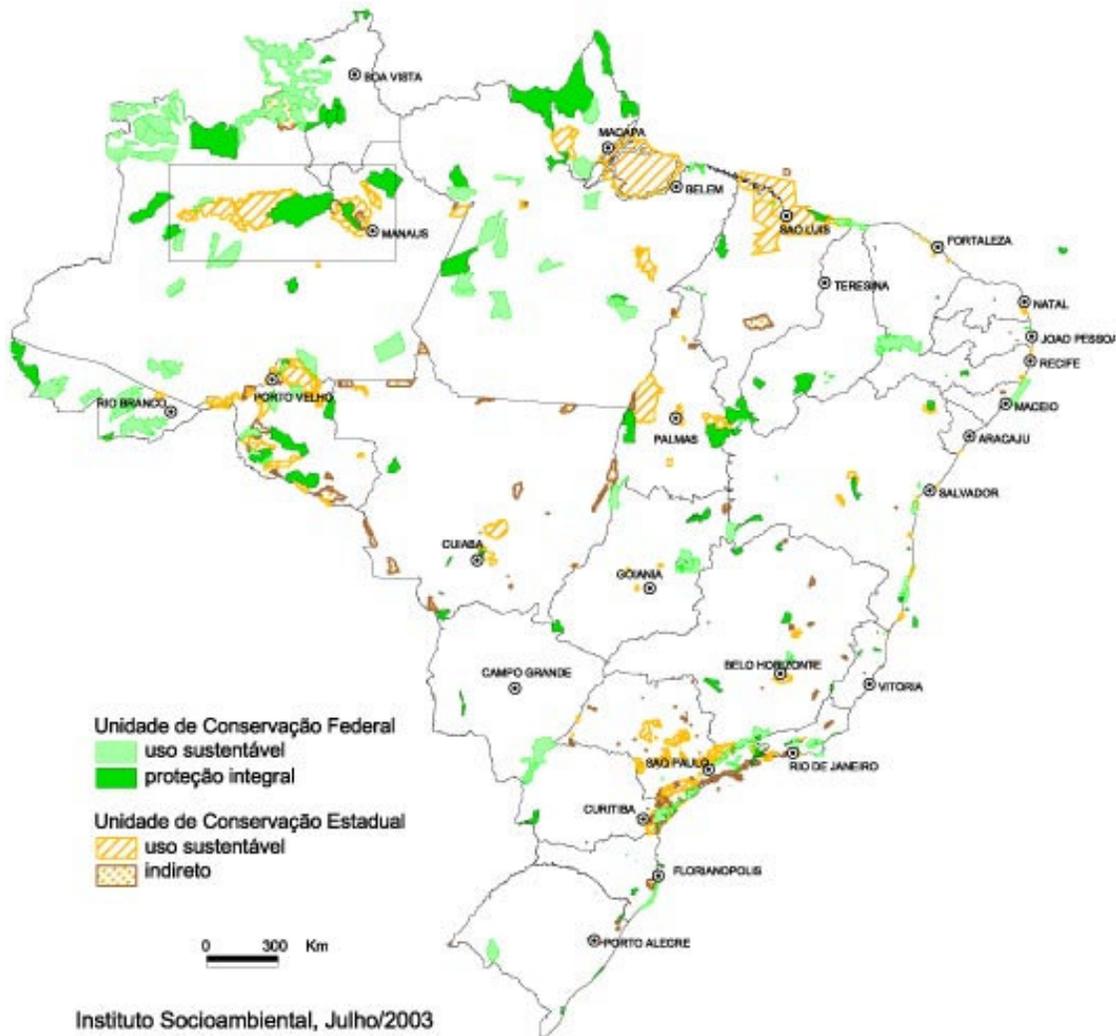
O texto elencou ainda a ocorrência prévia ao Plano de Manejo de outras atividades que denominou de socioeducativas junto aos moradores, possibilitando mapear o uso de recursos naturais da unidade e combinar conhecimentos classificados como tradicionais e científicos, o que vislumbrou ser indicativo de envolvimento dos moradores. Assim, apresentou-se uma versão positiva do processo de criação do próprio Plano de Manejo, que “evidencia[ria] o diálogo entre todos os envolvidos: co-gestores, pesquisadores,

moradores, representantes dos órgãos oficiais de conservação e prefeituras”, e objetivaria “alcançar o consenso mínimo necessário para uma gestão eficiente da unidade” (FVA/IBAMA, 1998: 8-9).

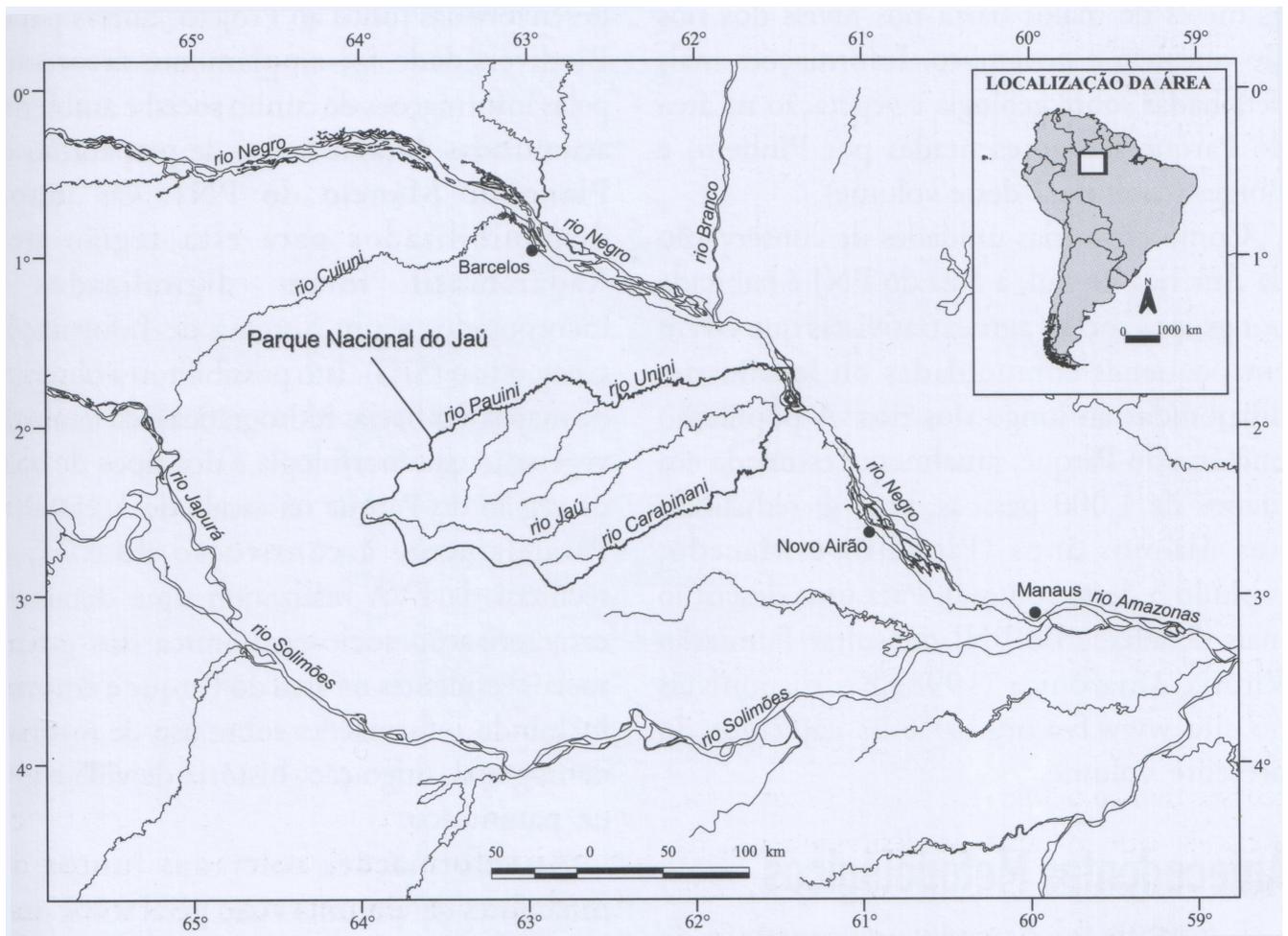
No presente preâmbulo, além de fazermos uma caracterização geral de nosso *locus* de análise, entendido como espaço vivido direta e cotidianamente, ou nem tanto, por diversos grupos sociais e instituições, nos mais variados graus de tensão, também aproveitamos para apresentar um pouco da primeira versão do PARNA-Jaú com a qual nos deparamos inicialmente e da qual nos afastamos ao longo do tempo, como se visualizará no decorrer do texto.

Como ponto de partida à leitura, apresentamos algumas figuras para que se possa ter um primeiro contato com a área de estudo.

## Unidades de Conservação no Brasil



**Figura 1.** Ilustração de UCs brasileiras, a partir de mapa do ISA de julho de 2003, com destaque ao Corredor Central da Amazônia, do qual faz parte o PARNA-Jaú. Fonte: Página eletrônica do Instituto Sócio-Ambiental. (<http://www.socioambiental.org/website/noticias/noticia.asp?File=Conserva2003-07-08-19-25.html>, acessado em: 10/07/03).



**Figura 2.** Reprodução de mapa com a localização do PARNA-Jaú no estado do Amazonas, com os principais rios. Fonte: Borges e colaboradores (2004: 5).

## **2. Aspectos teórico-metodológicos**

Ferreira (2004) identificou duas principais linhas de pesquisas no Brasil a abordar o tema da presença humana em áreas protegidas, e a captar os seus aspectos político-institucionais: “(a) aquelas focalizadas no papel de grupos sociais pré-modernos no manejo sustentável de recursos naturais em áreas de interesse para a conservação; e (b) mudança social e conflitos em áreas protegidas” (FERREIRA, 2004: 50).

Na primeira linha, haveria uma grande preocupação com a defesa política das populações classificadas como tradicionais, além de uma preocupação analítica com os aspectos simbólicos que permeariam a relação desses grupos humanos com elementos da natureza e que seriam positivos para a conservação da biodiversidade. Simultaneamente, as populações tradicionais seriam vistas em oposição dicotômica ao padrão hegemônico do modo de vida urbano-industrial. Um dos seus grandes expoentes seria o antropólogo Antônio Carlos Sant’Ana Diegues (DIEGUES, 1994 e 1999; sobre um diálogo interpelador com ele, ver SILVEIRA, 2000, e L. VIANNA, 1996; FERREIRA, 2004).

A própria Lucila Pinsard Vianna (1996), embora se tenha colocado em continuidade a esse pensamento, problematizou alguns dos critérios e características que Diegues (1994; 1999) atribuiu a tais conservacionistas natos, com o uso de uma visão estática da cultura e de uma certa naturalização e idealização de tais grupos. Inclusive, porque, na ausência desses critérios econômicos e culturais, as populações a serem potencialmente beneficiadas poderiam ver-se desclassificadas enquanto tradicionais (VIANNA, 1996: 111-113).

Inclusive, a proposta de Diegues teve grande penetração junto a setores do poder público e do ambientalismo envolvidos com a questão das unidades de conservação (VIANNA, 1996), ou mais especificamente junto ao sócio-ambientalismo (SILVEIRA, 2000; SANTILLI, 2005).

O tema dos direitos dos moradores de áreas naturais protegidas foi fortemente influenciado no Brasil por discussões realizadas em arenas internacionais sobre populações em parques, que originalmente enfatizavam os direitos de populações de origem étnica, como indígenas. No Brasil, em função de uma legislação específica para essa categoria, o termo população tradicional ganhou especificidade abarcando,

sobretudo, grupos humanos sem aparato legal para reagir à criação, implantação e implementação de unidades de conservação, sobretudo aqueles que se enquadravam na denominação de sociedades rústicas nos estudos antropológicos (CUNHA & ALMEIDA, 2000; VIANNA, 1996)<sup>5</sup>.

Assim, o termo trouxe no seu cerne, no Brasil, uma transposição imprecisa, por duas razões principais: (1) muitos dos argumentos utilizados para justificar a presença de determinadas populações ou grupos humanos em unidades de conservação resultaram grandemente da transposição de argumentos baseados em estudos sobre grupos étnicos; (2) essa transposição conteve ainda um certo anacronismo, por desconsiderar a importância possível de mudanças sociais, apostando em uma certa visão estática da cultura (FERREIRA, 1999; SILVEIRA, 2000; mas principalmente VIANNA, 1996).

Na segunda linha de pesquisa apontada por Ferreira (2004), haveria uma preocupação analítica maior com as relações e interações sociais a ter algum tipo de influência no processo de concepção, criação, implantação e implementação das áreas naturais protegidas no Brasil, ou a se correlacionar a esse processo.

Quanto à forma de se avaliar os conflitos, a segunda linha subdividir-se-ia em duas: (1) a que pressupõe que os conflitos sejam inerentes aos sistemas sociais e geradores de mudanças e que os consensos sejam apenas contingências; (2) a que pressupõe que os conflitos sejam distúrbios dos sistemas sociais a serem sanados<sup>6</sup>. A primeira linha congregaria mais cientistas sociais e a segunda, pesquisadores com formação diversa, cujos estudos concentrar-se-iam em outros objetos, mas que, por pressão empírica, precisaram tratar com situações conflituosas (FERREIRA, 2004).

Ferreira (2004: 51-52) tem apostado na linha de pesquisa que “investe no conflito como categoria explicativa da mudança”. A autora pressupôs que a ocupação do território brasileiro destinou as áreas de alta biodiversidade a múltiplos usos<sup>7</sup> e que as florestas e ecossistemas associados tornaram-se, ao longo do tempo, uma reivindicação política para diversos grupos humanos e setores sociais.

Em sua análise, tais pesquisas demonstram que as UCs brasileiras resultaram de um

---

<sup>5</sup> A respeito da discussão internacional, conferir West & Brechin (1991), Vianna (1996) e Brito (2000).

<sup>6</sup> Ferreira (2004) situa Knight (2000) e Levi (1991), na primeira linha, e Vayrynen (1991), na segunda.

<sup>7</sup> Embasou-se em Dean (1995), traduzido para português em Dean (2000).

processo decisório arbitrário, no qual não se acreditava que a conservação viesse a se tornar uma reivindicação dos que, por elas, foram afetados, onde sua implantação colocou seus agentes em conflito com os moradores do interior e do entorno desses espaços e de suas áreas de influência. Sobre esse processo, Ferreira e colaboradores (2001: 117) afirmaram:

*“(...) Propostas de conservação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator (...)”.*

Nas áreas protegidas que observou no Vale do Ribeira<sup>8</sup>, sul do estado de São Paulo, identificou diversos tipos de conflitos, como conflitos institucionais, legais, fundiários, e conflitos de interesses e de interpretações. Neles, opuseram-se diversos atores, mas os eixos de análise da autora e de seus colaboradores, no geral, privilegiaram as oposições entre moradores e agentes governamentais e moradores e ONGs (FERREIRA, 2004).

A opção de Ferreira (2004) e da linha de pesquisa que pressupõe a inerência de conflitos na vida social - premissa com a qual também trabalhamos - possui paralelos com a abordagem de Gluckman (1966a e 1966b), que, apesar de se concentrar mais em pequenas comunidades relativamente isoladas (à época em que as estudou), afirmou que elas não compunham um todo uno, sendo divididas e trespassadas por distintas fidelidades a regras costumeiras<sup>9</sup>.

Em Gluckman (1966a e 1966b), os conflitos são partes constituintes da vida social e podem ser exacerbados pelo costume. Todavia, a concentração dos conflitos em um determinado escopo de relações sociais poderia até mesmo levar ao (re)estabelecimento da coesão social, ao se tomar uma sociedade ou grupos mais amplos em um período de tempo extenso<sup>10</sup>. E, na existência de conflitos entre distintos grupos de filiação, os indivíduos leais a diferentes conjuntos de regras costumeiras, ou seja, inseridos em relações sociais múltiplas, poderiam vir a ter o papel de mediadores.

---

<sup>8</sup> Como a ESEC-Juréia-Itatins, o Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR) e a APA de Ilha Comprida.

<sup>9</sup> Descreveu, por exemplo, os Nuer, povo pastor da região do alto rio Nilo, estudados antes por Evans-Pritchard (cuja obra retoma por diversas vezes), e os Tonga, do norte da Rodésia, estudados por Elizabeth Colson (GLUCKMAN, 1966a).

<sup>10</sup> Isso mesmo em sociedades sem instituições governamentais específicas.

Assim, conflito e cooperação foram vistos de modo relativamente balanceado pelo autor. Especificamente sobre as alianças cooperativas, elas apareceram, por exemplo, ao tratar mais especificamente o caso dos Nuer e a sua divisão espacial em distritos, onde as relações e a proximidade física entre os distritos orientavam-se pelos lugares estipulados na genealogia dos clãs. Destarte, alianças podiam ser feitas entre os distritos mais próximos (espacial e genealogicamente) contra um inimigo comum mais distante, e suplantar temporariamente as diferenças entre os próprios distritos, mas, após a vitória, desfazerem-se<sup>11</sup>.

As observações acima foram extrapoladas para outras sociedades, classificadas de complexas, pois, mesmo nelas, os indivíduos pertenceriam a sub-grupos:

*“(...) Se examinarmos os grupos menores que compõem nossa vasta e complexa sociedade, é fácil verificar que divisões de interesse e de lealdades, dentro de qualquer grupo, previnem-no de se opor absolutamente a outros grupos e à sociedade como um todo. Pois homens podem apenas pertencer a uma sociedade através de grupos menores intermediários, baseados em processos técnicos, identificações pessoais, em localidades, ou em crenças sectárias dentro de cultos mais amplos, entre outros (...)” (GLUCKMAN, 1966a: 23-24)<sup>12</sup>.*

Todavia, as divisões entre lealdades e interesses não teriam sempre o papel de coesão, por não se balancearem sempre perfeitamente. Porém, Gluckman (1966a) indicou a tendência de que, quanto maior a divisão em uma área da sociedade, mais provável será a coesão em uma maior extensão de relações, desde que exista uma necessidade geral de paz e o reconhecimento de uma ordem moral na qual a paz possa florescer.

Em outro texto, Gluckman (1966b: 27-53) abordou, em termos semelhantes, os conflitos de autoridade, originados do fato de que as posições de liderança envolveriam altas idealizações pouco plausíveis de serem cumpridas por simples mortais. Por essa razão, os subordinados poderiam questionar a autoridade de suas lideranças, embora comumente o façam voltando-se contra os indivíduos e não contra os cargos - o que o

---

<sup>11</sup> Ver Ferreira & Campos (2000) que utilizaram elementos semelhantes a esses para pensar a identidade de moradores da ESEC-Juréia-Itatins.

<sup>12</sup> Tradução nossa a partir do original em inglês:

*“(...) If we examine the smaller groups which make up our vast and complex society, it is easy to see that divisions of interest and loyalties within any one group prevent it from standing in absolute opposition to other groups and to the society at large. For men can only belong to a large society through intermediate smaller groups, based on technical process, on personal association, on locality, on sectarian belief within a larger cult, and so forth (...)”.*

autor caracterizou como rebeliões.

Ou seja, as rebeliões também podem resultar em maior coesão social, até porque freqüentemente ocorrem pelo apoio a outras lideranças, e, às vezes, são fomentadas por lideranças concorrentes, sem o questionamento de regras costumeiras. Mas, para operarem assim, dependeriam dos arranjos institucionais disponíveis.

Novamente, o autor teve como referência empírica o estudo de estados indígenas africanos nos quais inexisteriam clivagens cruciais, baseadas em interesses econômicos, entre lideranças e subordinados<sup>13</sup>, conquanto estivessem presentes divergências de interesses, apoiadas em princípios hierárquicos, e as lideranças não deixassem de precisar lidar com o descontentamento potencial gerado por suas decisões, por razões objetivas ou subjetivas.

Segundo o autor, os conflitos de autoridade encontrar-se-iam no cerne de qualquer sistema político, mesmo na sociedade moderna, mormente por conter uma proliferação de interesses econômicos, e de outras naturezas, concorrentes entre si (GLUCKMAN, 1966b: 48-50). Diante disso, a hierarquização do poder entre diversos postos de liderança seria um dos meios de minimizar os ataques aos ocupantes dos postos mais altos.

Nas palavras do autor:

*“(...) Há conflitos de interesses entre os vários indivíduos dentro de um grupo e entre os grupos menores no interior de uma sociedade. Há também conflitos entre a sociedade e suas leis e entre os indivíduos e grupos que a compõem. Tais conflitos concentram-se nos líderes que executam as leis. Eu sugiro que, além das disputas ou de outras ações dos líderes, a hostilidade pode emergir contra as autoridades, nos termos do primeiro conflito que descrevi – o conflito entre os ideais de um cargo e a fraqueza humana daqueles que a qualquer momento ocupem-no. Aqueles que estão insatisfeitos não culpam a si mesmos ou à situação de interesses concorrentes, culpam o líder (...)” (GLUCKMAN, 1966b: 37)<sup>14</sup>.*

---

<sup>13</sup> Referenciou povos localizados na região mais central e ao sul do continente africano, especialmente o povo Zulu, que se localizava a nordeste da província sul-africana de Natal. Segundo o autor, relatos de marinheiros do século XVI a XVIII apontavam que o seu sistema político compunha-se de grupos independentes, com seus chefes às vezes conflitando entre si, mas nenhum deles governando seus vizinhos. Isso se alterou a partir do século XVIII, com a pressão colonialista e o incremento de guerras no sudoeste. Assim, iniciaram lutas por dominância e os Zulu emergiram como força suprema em 1818, o que foi solapado pela colonização européia no século XIX. Gluckman analisa a rebelião e a organização social Zulu durante o período de pequeno reinado do grupo (GLUCKMAN, 1966b: 31-33).

<sup>14</sup> Tradução nossa a partir do original em inglês:

*“(...) There are conflicts between the interests of different individuals within a group, and between the interests of smaller groups within a larger society. There is also conflict between society with its law and the individuals and groups which compose society. These conflicts focus on the leaders who have to enforce the law. I am suggesting also that out of the settlement of disputes, or other*

No que tange às unidades de conservação, por exemplo, pode-se refletir sobre a situação dos funcionários responsáveis mais diretamente pelas gestões dessas áreas naturais protegidas, orientando-nos pelas observações acima sobre os conflitos de autoridade. Tais autoridades são fortemente pressionadas nos dois sentidos, seja pelas autoridades alocadas em postos mais altos da hierarquia, seja pelas populações locais, residentes ou não no interior das unidades, e pelos usuários diretos de recursos naturais, isto é, por aqueles que são os mais afetados pelas ações cotidianas desses agentes.

Em nossa opinião, é possível apontar alguns estudos e abordagens que se encontram entre as duas linhas de pesquisa brasileiras predominantes delineadas por Ferreira (2004) e que elementos positivos existem em ambas.

Entretanto, o nosso trabalho procurou alinhar-se à corrente que pressupõe que o conflito seja inerente à vida em sociedade, pela sua riqueza do ponto de vista empírico e de suas possibilidades teóricas, tentando destacar simultaneamente a importância de aspectos normativos e de motivações racionalmente orientadas, que, na prática, correlacionam-se, como já o demonstraram Gluckman (1966a e 1966b) e Ferreira (2004).

Inclusive, esse pressuposto foi adotado por Haas (1990: 1-16)<sup>15</sup>. Além de não opor valores e interesses, ele também não opôs os últimos ao conhecimento, por acreditar que o conhecimento sobre um problema atua na definição dos interesses que surgem na busca de sua resolução, em um processo no qual objetivos políticos e conhecimento técnico combinam-se.

Outrossim, ressaltou que as tentativas de realização de interesses racionais dependem das experiências progressas, ou seja, portam historicidade, e que a satisfação com a concretização de tais interesses depende dos desejos, dos valores<sup>16</sup>.

---

*actions of leaders, there arises hostility against authority which is stated in terms of the first conflict I described – the conflict between the ideals of an office and the human frailty of the incumbent who at any moment occupies that office. Those who are dissatisfied blame neither themselves nor the situation of competing interests. They say the leader is unsatisfactory (...)*”

<sup>15</sup> Autor que estudou organizações internacionais e propôs uma tipologia da mudança organizacional, dando especial atenção ao processo de definição do problema a ser resolvido pelas mesmas e seus atores - burocracias nacionais e internacionais.

<sup>16</sup> Em suas palavras:

*“(...) All international organizations are deliberately designed by their founders to “solve problems”*

Um conjunto de normas a influenciar várias das situações sociais que consideraremos e que receberá especial atenção no presente texto será a legislação. Como observou Thomaz (2002), que se ocupou com o estudo das representações e projetos de ação do Terceiro Império Português<sup>17</sup>, as leis são passíveis de serem interpretadas enquanto a representação exemplar de uma sociedade, como a forma que gostaria de ser, ou como pelo menos alguns de seus segmentos gostariam que ela fosse. E, por outro lado, realidade e leis manteriam uma relação dinâmica, onde as leis acabam por alimentar algumas das representações que, porventura, sucedem-nas, e onde a própria realidade não as pode desprezar<sup>18</sup>.

Registro abaixo uma observação de Augé (1999) contra uma visão simplista e totalizante da cultura, uma postura epistemológica que vejo presente nos rebatimentos que uma proposta de definição *a priori* de populações tradicionais, como a de Diegues (1994; 1999), pode vir a ter ao ser incorporada, seja na ação de técnicos e agentes governamentais e não-governamentais que trabalhem com a questão das unidades de conservação, seja na elaboração de documentos legais e de argumentos da jurisprudência que tratem da questão<sup>19</sup>. Crítica presente na proposta de Ferreira (1999; 2000; 2002; 2004):

*“(...) A idéia segundo a qual uma sociedade é um conjunto de indivíduos que se reconhecem numa cultura da qual eles não são, cada um de sua parte, senão uma expressão, é uma idéia simplista e eventualmente perigosa que desmente toda a experiência etnológica e histórica. Mas o fato de que ela possa existir está ancorado em uma realidade pouco contestável, que corresponde à tentação dos homens em grupo de se constituírem universos de reconhecimento. (...)” (AUGÉ, 1999: 91).*

No mesmo sentido posicionou-se a antropóloga Veena Das (1996: 4-5), que, como

---

*that require collaborative action for a solution. No collaboration is conceivable except on the basis of explicit articulated interests. What are the interests? Contrary to lay usage, interests are not the opposit of ideals or values. An actor's sense of self-interest includes the desire to hedge against uncertainty, to minimize risk. One cannot have a notion of risk without some experience with choices that turned out to be less than optimal; one's interests are shaped by one's experiences. But one's satisfaction with an experience is a function of what is ideally desired, a function of one's values. Interests cannot be articulated without values. Far from (ideal) values being pitted against (material) interests, interests are unintelligible without a sense of values-to-be-realized. The interests to be realized by collaborative action are an expression of the actors' values (...)” (HAAS, 1990: 2).*

<sup>17</sup> Faziam parte desse império colônias africanas e também cidades e enclaves na Ásia e Oceania. Seu período de existência foi das últimas décadas do século XIX até 25 de abril de 1974. No que tange às leis que receberam a atenção de Thomaz (2002), destacam-se o Ato Colonial e outros documentos com ele relacionados, que formaram uma “armadura legal” (THOMAZ, 2002:79-80) que vigorou até pelo menos 1961.

<sup>18</sup> O autor retomou Cunha (1992).

<sup>19</sup> Vianna (1996) deu vários exemplos de como se pode dar essa incorporação.

Marc Augé, pensou as relações entre local e global, mas as extrapolou para pensar outras justaposições menos felizes do que a experiência do viajante internacional (que aparece em AUGÉ, 2003), eventos que denominou de eventos críticos (*critical events*)<sup>20</sup>.

Para ela, a visão das culturas enquanto totalidades nas quais todos os indivíduos dela pertencentes seriam representantes fidedignos foi, talvez, nada mais do que uma fantasia antropológica. Diante da incapacidade de conceitualizar instituições, estruturas e expressões típicas da modernidade, com a analogia de uma tribo, os antropólogos teriam persistido em olhar as sociedades modernas procurando por resíduos da tradição, especialmente mundos da vida (*life worlds*) que não teriam sido colonizados pelas instituições modernas, como burocracias, mercado, legislaturas e outras formas de incorporação da racionalidade weberiana. Outra opção dos antropólogos teria sido a de analisar tradições em desaparecimento rotulando-as de vítimas da modernização.

Das (1996: 5-6) vislumbrou os eventos críticos como geradores de novos modos de ação, redefinidores de categorias tradicionais e potenciais geradores de novos atores políticos, a trespassar diferentes racionalidades institucionais. Como seriam eventos capazes de envolver, muitas vezes, a transformação de uma comunidade em um ator político, seria necessário analisar como isso se dá. A esse respeito, a autora alertou que, quando a comunidade é investida de personalidade legal, não costuma ter sua heterogeneidade interna reconhecida. Aspecto que rebateu, afirmando que “a comunidade também coloniza o mundo da vida dos indivíduos da mesma forma que o Estado coloniza o mundo da vida da comunidade” (DAS, 1999: 15-16).

Ao se refletir sobre as unidades de conservação, é possível afirmar que, em diversos casos, seu advento operou como eventos críticos para parte daqueles que nelas passaram a se inserir, principalmente no caso de UCs de proteção integral onde a presença de moradores é proibida ou vetada (cf. BRASIL, 2000).

Para desenvolvermos uma abordagem sobre o PARNA-Jaú que fosse mais multidimensional e não se restringisse à defesa da permanência de grupos humanos comumente categorizados como populações tradicionais nessas áreas, orientamo-nos também pela categorização do mundo contemporâneo como supermodernidade,

---

<sup>20</sup> Eventos que acredita serem exemplares para se refletir sobre a Índia contemporânea.

proposta por Marc Augé (1999 e 2003) e encampada por Das (1996). Além do mais, buscou-se inspiração no apelo de Augé (1999) por uma antropologia generalizada, caminho que Bruno Latour (2000a) também procurou seguir, através de sua proposta de uma antropologia simétrica, concentrada no estudo das redes sociotécnicas.

Diferenciando nosso estudo de outros estudos sobre presença humana em unidades de conservação, salientamos então que a categoria populações tradicionais não foi tomada por nós como modelo teórico, ponto de partida, ou identidade auto-evidente, mas como um dos elementos a serem compreendidos dentro do cenário da institucionalização das unidades de conservação, e da implantação e implementação de leis e de políticas públicas que se referem ao uso de recursos naturais, no interior e no entorno do PARNA-Jaú. Portanto, atentou-se para a identidade população tradicional como algo em construção, a passar pela “qualidade produtiva do discurso” (SCOTT, 1999: 42), observando um pouco desse processo e de seus dilemas.

Conseqüentemente, não se enfocou somente os grupos humanos considerados tradicionais, mas também alguns dos comumente considerados modernos que com eles se relacionam, principalmente aqueles que lhes trazem ou lhes traduzem a questão ambiental como pauta ou fato consumado. Ainda, buscou-se retratar um pouco das posições daqueles modernos que defendem os direitos de um outro tido como tradicional e que, na concepção deles, por contraposição a si mesmos, teria uma relação mais harmônica com a natureza; e, em menor grau, o diálogo que outros ditos modernos fazem com os primeiros, alegando que tais tradicionais não são tão tradicionais assim, ou não possuem mais os comportamentos esperados para a conservação efetiva da biodiversidade, pois estariam contaminados pela modernidade.

Algumas observações a respeito das abordagens teóricas nas quais buscamos inspiração e que versam sobre redes sócio-técnicas (LATOURE, 2000), lugares e não-lugares (AUGÉ, 1999 e 2003) serão necessárias nesse ponto. Antecipa-se aqui que procuramos seguir os argumentos de Latour (2000) de que a modernidade não seria um fato dado e concreto e as proposições de Augé (1999 e 2003) sobre o mundo contemporâneo que chamou de supermodernidade e que enfocam aspectos mais fenomenológicos.

## 2.1. O PARNA-Jaú como um híbrido e um semi-lugar

Segundo Latour (2000a), a natureza-cultura hegemônica vê a si mesma, em narrativas, representações e análises, como representante máxima da modernidade. Concomitantemente, atribui e nega a determinados sujeitos e objetos (ou melhor, quase-objetos e quase-sujeitos, para respeitar a terminologia do autor) características associadas à tradição, e faz o mesmo em relação a atributos associados à humanidade. Latour (2000a) denominou o trabalho de separação entre seres humanos e não-humanos de purificação, enquanto o de formação de híbridos de natureza e cultura, de tradução.

Tal raciocínio dos modernos associar-se-ia às garantias constitucionais da modernidade<sup>21</sup>, às quais a dicotomia imanência-transcendência é subjacente, que o autor procurou desconstruir para respaldar sua tese de que os modernos nunca foram tão modernos quanto o acharam ou o representaram. Destarte, seria possível estudar suas naturezas-culturas, através do estudo das redes sócio-técnicas, buscando-se verificar os papéis dos mediadores dos trabalhos de purificação e de mediação<sup>22</sup>, de maneira a permitir religar as duas formas de representação, a científica e a política.

Dizer que o mundo moderno nunca existiu conforme suas regras, entretanto, não se igualaria a dizer ter sido ele uma mera ilusão, já que orientou ações e possuiu uma eficácia, como a de permitir o crescimento do trabalho de mediação, apesar de o negar, a mobilização de pessoas e coisas em uma escala inédita e a proliferação dos mistos entre humanos e não-humanos.

No mesmo sentido, o tempo visto como linear e progressivo seria uma das formas de temporalidade, a dos modernos, e não o tempo em si mesmo. Os quase-objetos, por

---

<sup>21</sup> A saber: (1) apesar da construção humana da natureza, ela funciona através de suas próprias leis; (2) apesar dos indivíduos não construírem a sociedade, ela funciona como se assim o fosse, através de leis e instituições; (3) a natureza e a sociedade devem permanecer separadas e o trabalho de purificação, distinto do de mediação; (4) Deus deve ser suprimido da natureza e das leis e instituições, e relegado à intimidade (LATOURE, 2000: 35-40).

<sup>22</sup> Recuperando suas palavras: "(...) *A tarefa da antropologia do mundo moderno consiste em descrever da mesma maneira como se organizam todos os ramos de nosso governo, inclusive os da natureza e das ciências exatas, e também em explicar como e por que estes ramos se separam, assim como os múltiplos arranjos que os reúnem. O etnólogo de nosso mundo deve colocar-se no ponto comum onde se dividem os papéis, as ações, as competências que irão enfim permitir definir certa entidade como animal ou material, uma outra como sujeito de direito, outra como sendo dotada de consciência, ou maquinal, e outra ainda como inconsciente ou incapaz. Ele deve até mesmo comparar as formas sempre diferentes de definir ou não a matéria, o direito, a consciência, e a alma dos animais sem partir da metafísica moderna (...)*" (LATOURE, 2000: 20-21).

exemplo, mesclariam épocas, ontologias e gêneros, de modo que o tempo possa ser visto como “o resultado provisório da ligação entre os seres”, possibilitando reagrupar os elementos contemporâneos através da analogia de uma espiral. Questionam-se, assim, os rótulos arcaico e moderno, pois qualquer ação combinaria elementos de diversos tempos, isto é, todas ações seriam politemporais (LATOUR, 2000: 74).

Conforme exemplifica o autor:

*“(...) Eu talvez use uma furadeira elétrica mas também um martelo. A primeira tem vinte anos, o segundo centenas de milhares de anos. Eu serei um carpinteiro “de contrastes” porque misturo gestos provenientes de tempos diferentes? Eu serei uma curiosidade antropológica? Ao contrário, mostrem-me uma atividade que seja homogênea do ponto de vista do tempo moderno (...)” (LATOUR, 2000: 74).*

A tradição é lida, então, como a imagem invertida da temporalidade moderna. Para o autor, ninguém pode ser tradicional, só faz sentido ser tradicional quando se inova muito. Ele aposta, então, na liberdade de se selecionar “ativamente os elementos pertencentes a tempos diferentes” (LATOUR, 2000a:75).

Outras excepcionalidades auto-atribuídas pelos modernos precisariam ser repensadas, mesmo a ciência e as redes amplas (de técnicas, fatos, saberes, idéias, leis, dentre outras): (1) teceu paralelos da primeira com a religião, pois ambas portariam a mesma razão antropológica, a reinterpretação do que significa acusar e julgar; (2) já as redes amplas, mobilizariam um certo tipo de não-humanos e provocariam a variação das relações entre local e global, mas seriam locais em cada um de seus pontos<sup>23</sup>, disseminando-se no espaço e no tempo sem, entretanto, preenchê-los<sup>24</sup> (LATOUR, 2000a).

No caso da antropologia, para que possa estudar o mundo moderno, defendeu sua reformulação, pois a disciplina teria interiorizado muitos elementos do discurso dos modernos. Sua ênfase somente nas culturas e nos não-modernos seria uma assimetria, a ser compensada através do estudo das crenças dos modernos, inclusive nas ciências. Viu semelhante assimetria na opção de antropólogos que, ao resolverem estudar o mundo moderno, o teriam feito em terrenos semelhantes aos seus terrenos

---

<sup>23</sup> Ver as redes como totalidades homogêneas poderia implicar um efeito paralisador ou a idéia de que para as combater seria preciso uma revolução, o que levaria os modernos a cometerem outros crimes contra outras naturezas-culturas ou contra si mesmos (LATOUR, 2000: 125).

<sup>24</sup> Sobre essa característica de não preenchimento, usou Stengers (1983).

tradicionais e/ou se restringindo a temas marginais<sup>25</sup> (LATOURE, 2000a: 91-102).

É preciso ressaltar que para Latour (2000a: 96-99) a dicotomia interna natureza *versus* sociedade, ou, em outros termos, humanos *versus* não-humanos, reproduz-se na dicotomia exterior nós *versus* eles, justamente pelos modernos verem-se como seres excepcionais, diferentes de outras culturas e não uma cultura entre outras. E haveria aqueles que veriam tal excepcionalidade como uma missão gloriosa e outros como um fardo.

Nesse sentido, substituiu o termo cultura pelos termos naturezas-culturas ou coletivos, que seriam os responsáveis pela repartição entre elementos da natureza e do mundo social, e as diferenças entre eles seriam de como fazer a repartição, de quais as propriedades que servem de parâmetros para isso e de que grau de mobilização é aceitável pelos diferentes coletivos. Para chegar a uma antropologia simétrica seria, então, preciso considerar as igualdades e as diferenças entre os coletivos e compreender como uns tentam dominar os outros<sup>26</sup> (LATOURE, 2000:102-105).

Na presente tese, embora não tenhamos esgotado as propostas acima, partimos do pressuposto de que o PARNA-Jaú é um ser híbrido, politemporal, que se insere em redes sócio-técnicas amplas. Desse ponto de vista, o parque é pensado enquanto um quase-objeto, e até mesmo como um quase-sujeito, pelo seu estatuto jurídico e pelos intermediários técnico-científicos que participam de sua produção – ou mediação e purificação -, pois os híbridos são:

*“(...) Reais como a natureza, narrados como o discurso, coletivos como a sociedade, existenciais como o Ser, tais são os quase-objetos que os modernos fizeram proliferar, e é assim que nos convém segui-los, tornando-nos simplesmente aquilo que jamais deixamos de ser, ou seja, não-modernos” (LATOURE, 2000: 89).*

Assim, o parque foi considerado como um artefato sócio-técnico, elaborado com o auxílio da argumentação de técnicos governamentais e não-governamentais e de cientistas. Barreto Filho (2001a) traçou previamente esse tipo de caracterização do PARNA-Jaú e da ESEC-Anavilhanas, duas UCs de proteção integral situadas na região do baixo rio Negro.

Todavia, consideraremos as relações sociais mais próximas do plano local,

---

<sup>25</sup> Referencia como um exemplo, Marc Augé (1986) em obra que não é uma das que usamos em nosso próprio trabalho.

<sup>26</sup> Dessa forma, buscou combater o que chamou de relativismo absoluto.

especialmente as referentes aos moradores e ex-moradores do parque, alguns dos quase-sujeitos formados a partir do advento dessa unidade de conservação e do diálogo com o movimento ambientalista e com a legislação existente. Diálogo esse que muito tem sido pautado por algumas das dicotomias colocadas em suspensão por Latour (2000a), como a de modernidade *versus* tradição.

Para mencionar outra autora que pensou a Amazônia brasileira, Berta Becker (1990), ela acusou a expansão de uma fronteira tecno(eco)lógica em partes da região amazônica, noção que também poderíamos usar para caracterizar a região do baixo e médio rio Negro. Ela utilizou o conceito de territorialidade, para ver a oposição de grupos locais à expansão de novas fronteiras, já tendo apontado, portanto, o conflito em modos de se relacionar com o espaço e de o utilizar. Para ela, a expansão de fronteiras na Amazônia, desde 1968, constituiria parte de um projeto modernizante liderado pelo estado brasileiro, que, porém, não conseguiu ser onipotente, pois:

*“(...) Na estratégia governamental interferem os interesses e confrontos dos atores sociais privados e públicos, expressos em sua territorialidade. Entendida como uma estratégia que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do controle sobre uma área específica, a territorialidade estabelece limites à ação do Estado. (...)” (BECKER, 1990: 19).*

No caso do PARNA-Jaú, a sua criação contou com a influência de argumentos técnico-científicos, embora, como demonstrou Barreto Filho (2001: 201-210), critérios práticos e pragmáticos tenham pesado mais sobre a seleção da área a ser protegida e da categoria de manejo da unidade. Um desses critérios pragmáticos teria sido “a apropriação da topografia como instrumento de vigilância, monitoramento e fiscalização – ou seja, como dispositivo de controle social” (BARRETTO FILHO, 2001: 202-203).

Segue trecho do decreto, que atesta como a topografia foi aproveitada como espécie de demarcação natural:

*“(...) Art. 1º É criado, no Estado do Amazonas, na bacia do rio Jaú, com área estimada de 2.272.000 hectares (dois milhões duzentos e setenta e dois mil hectares), o Parque Nacional do Jaú, subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, compreendido dentro do seguinte perímetro: o ponto inicial é a confluência do rio Jaú com o rio Negro e a partir deste sobe pela margem direita do rio Jaú até a foz do rio Carabinani e continua por este, em sua margem direita até a sua nascente principal, seguindo os divisores de águas deste rio com o igarapé Acú, do rio Jaú com o rio Cunauaru, igarapé Timbó Titicá e igarapé Sebastião; continuando pelo igarapé Maruim e posteriormente pela margem esquerda do rio Pau[n]jini e rio Unini, indo desembocar novamente no rio Negro, e pela margem esquerda deste último rio até o ponto inicial desta descrição (...)”.*

Esse outro autor que abordou o PARNA-Jaú problematizou essa maneira de definir os limites da UC, pois, apesar de visarem proteger toda a bacia hidrográfica do rio Jaú,

deixaram de fora os afluentes da margem direita do mesmo, a partir da foz do Carabinani, excluindo, por exemplo, o iguarapé Preto. E, ainda, culminou em instabilidade demarcatória, por se apoiar nos próprios divisores de águas, principalmente no caso das “margens direita do Carabinani e esquerdas dos rios Paunini e Unini [que embora] não sejam abarcadas pelo PNJ, suas águas – no Unini, à jusante do Paunini – são jurisdicionais do Parque, o mesmo valendo para o pequeno trecho do rio Negro entre a foz do Unini e a do Jaú” (BARRETTO FILHO, 2001a: 429).

De lugares vividos, os rios, que eram e, em alguns casos, continuam a ser a referência espacial primordial para os seus moradores, foram abarcados pela unidade de conservação e passaram a conter também habitantes de um parque. Habitantes que passaram a procurar, em diversos graus, fazer história, e lidar, com maior ou menor sucesso, como diria Sigaud (1979), com um linguajar dos direitos. Inserindo-se em um processo mais amplo, de iniciativas voltadas para a manutenção da biodiversidade, que se deu via a institucionalização de áreas naturais protegidas na região amazônica.

O PARNA-Jaú constitui um artefato exemplar de tal processo, no qual há uma expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1998), do qual participa, mesmo que involuntariamente, o nosso próprio trabalho. Um processo que resulta na interferência e interpenetração de temporalidades, de escalas locais-globais, de lugares e não-lugares, de distintos grupos sociais (e respectivos discursos e modos de se relacionar com o ambiente), e de variados tipos institucionais.

Para a compreensão desse cenário multifacetado, utilizamos alguns elementos teóricos da análise de Marc Augé (1999 e 2003), que ressaltam aspectos fenomenológicos do mundo contemporâneo, ao lado de algumas de suas reflexões sobre o papel da antropologia na sua compreensão, principalmente suas observações sobre as questões da alteridade, da espacialidade e do entrelaçamento de ambas, além de suas observações a respeito do risco, sempre presente, dos Estados nacionais, ao assumirem um discurso pluriétnico, incorrerem em tentações culturalistas.

Três desses aspectos fenomenológicos sobressaem: (1) a superabundância factual, a demandar um excesso de sentido por parte dos indivíduos, e que diz respeito a uma forma de perceber e de lidar com o tempo; (2) superabundância espacial, a tornar o presente multi-escalar, que tem como um dos seus fenômenos mais marcantes a

expansão dos não-lugares; (3) o aumento do peso das referências individuais nas histórias coletivas, e vice-versa. Sobre o último aspecto, assinalou os desafios que traz às análises, no sentido de integração da subjetividade de vários outros, inclusive o si mesmo visto como um outro, e de singularidades de toda ordem (AUGÉ, 2003: 27-28 e 40-41).

Em especial, interessa-nos o que diz sobre os não-lugares, cuja expansão seria uma espécie de marca da época. Definiu-os em contraposição aos lugares antropológicos, ou simplesmente lugares. Estes seriam lugares identitários, relacionais e históricos, ou, em outros termos, os lugares de nascimento e os lugares vividos, compostos por uma estabilidade mínima, configurando um *locus* onde não se faz história, vive-se nela.

E que não deixam de ter certa ambigüidade intelectual, pois podem ser parciais e mitificados, como o comprovam as referências a um lugar de origem, de caráter eminentemente problemático, dada a necessidade de sempre se (re)compôr os relatos a fim de dar conta das mudanças e andanças dos indivíduos; referências que, simultaneamente, possuem um grau de materialização, como as marcas inscritas no solo e as correspondências geométricas

Augé (2003: 54-60) menciona três dessas correspondências: (1) os itinerários, eixos ou caminhos; (2) os cruzamentos e praças; (3) os centros mais ou menos monumentais, políticos ou religiosos. Acrescenta também a dimensão temporal, assim, em momentos distintos, um mesmo espaço pode vir a ter funções variadas, ora operando como itinerário, ora como cruzamento, ora como monumento.

Outro aspecto a ser destacado, e que é relevante no caso do PARNA-Jaú pela UC estar ganhando *status* de reivindicação política, é o fato da linguagem política freqüentemente assumir a forma da linguagem espacial, porque formas espaciais simples são capazes de cruzar e combinar temáticas individuais e coletivas (AUGÉ, 2003: 54-60).

Por outro lado, os não-lugares seriam aqueles espaços não identitários, relacionais ou históricos, nos quais os lugares antigos não estão integrados, mas antes repertoriados, classificados e promovidos a lugares de memória. De modo geral, destinam-se a determinados fins - como transporte, trânsito, comércio, lazer - e se caracterizam pelo tipo de relação que os indivíduos estabelecem com o espaço e entre eles mesmos,

através de intensa mediação de textos e imagens, e do estabelecimento de um vínculo contratual entre os próprios indivíduos e entre estes e o não-lugar (AUGÉ, 2003: 73-75; 95-96).

O espaço do viajante seria o arquétipo do não-lugar, pelas seguintes particularidades, nele exacerbadas: (1) a relação estabelecida com a paisagem é parcial e confusamente recomposta posteriormente através de instantâneos mentais ou materiais (fotos, *slides*, relatos de viagem) e o espetáculo é o próprio viajante, não a paisagem; (2) configura uma forma de solidão com alto grau de consciência individual, na qual o si mesmo pode ser olhado como se fosse um outro; (3) trata-se de um tipo de viagem cujo fim é o próprio movimento (AUGÉ, 2003: 81-87).

No que tange à contraposição entre os conceitos de lugar antropológico e não-lugar, é crucial ressaltar que os dois compoem realidades fugidias, porque, na prática cotidiana, freqüentemente interpenetram-se, sobrepõem-se, inter cruzam-se. Ou seja, os lugares podem (res)surgir nos não-lugares e vice-versa. Inclusive, porque

*“(...) Vivemos [...] num mundo onde o que os etnólogos chamavam tradicionalmente de “contato cultural” se tornou um fenômeno geral. A primeira dificuldade de uma etnologia do “aqui” é que ela sem pré trata com o “distante”, sem que o estatuto desse “distante” possa ser constituído como objeto singular e distinto (exótico) (...)” (AUGÉ, 2003:100).*

Portanto, se, do ponto de vista metodológico, o etnólogo sempre esteve condenado ao estrabismo, obrigado a olhar um objeto específico de estudo e o seu contexto mais amplo, no caso da supermodernidade, parte desse contexto compõe-se pelos não-lugares (AUGÉ, 2003: 110).

No caso do PARNA-Jaú, nós consideraremos algumas trajetórias e alguns itinerários particulares, com a premissa de que um mesmo espaço físico pode ser, para um mesmo grupo social ou indivíduo, um lugar, em determinado momento, e um não-lugar, em outro momento qualquer. E, simultaneamente, que um mesmo espaço pode ser um lugar para determinados grupos ou indivíduos, e um não-lugar para outro(s) grupo(s) social(ais) e/ou indivíduo(s), quando houver compartilhamento de diferentes tipos de usos do mesmo espaço.

Isso permitirá não absolutizar nem essencializar em demasia os dois pólos pontuados por Augé (2003), como advertiu o próprio autor, salientando-se as relações que os indivíduos travam com o espaço e entre eles próprios (AUGÉ, 1999), e evitar a

assunção de uma postura excessivamente distópica a respeito dos não-lugares. Com o objetivo de ressaltar retoricamente a inexistência de lugares ou não-lugares puros, utilizaremos o termo semi-lugar para caracterizar o Parque Nacional do Jaú como um todo.

O parque tem sofrido uma monumentalização e dessocialização porque o seu uso turístico tem aumentado e influenciado a lógica dos usos de seus recursos (CREADO, 2004b). Fenômeno que, entretanto, não excluiu de todo as características do parque como um lugar para a maioria dos seus moradores, alguns dos seus usuários que não são residentes, e possivelmente até para outros que trabalham ali, como parte dos pesquisadores da FVA e dos funcionários do IBAMA.

Portanto, entre as razões para caracterizar a unidade de conservação como um semi-lugar, figurou a presença de lugares nela contidos, ou contidos no seu entorno imediato, que podem e devem ser considerados como espaços identitários, históricos e relacionais. O que se dá, ao mesmo tempo em que vários contextos, várias arenas, passaram a influenciar tais lugares e os modos de seus moradores e usuários relacionarem-se com eles. A título ilustrativo, registra-se que, no ano de 2001, estimou-se o número de moradores em 920 (PINHEIRO, 2003: 63). Indivíduos que persistiram a viver na área, caçando, pescando, mariscando, “botando” roçados, “tirando” cipó, “quebrando” castanhas, eventualmente, ainda tirando “leite de pau”, “regateando”<sup>27</sup>, conquanto existam poréns...

Isso porque os moradores que permaneceram nos seus antigos sítios, tanto na área principal da unidade, cujos rios principais são o Jaú e o Carabinani, quanto na área limítrofe ao norte, cujos rios principais são o Unini e o Paunini, progressivamente vêm seus lugares ganharem características de não-lugares, simplesmente por residirem, desde 1980, em uma UC de proteção integral.

Dois dos elementos a respaldar essa afirmação são: (1) o que se mencionou acima, muito rapidamente, sobre a tentativa de muitos dos moradores e ex-moradores também estarem a fazer história; e (2) o fato de terem de lidar, em distintas gradações, com

---

<sup>27</sup> Termos usados no âmbito local. Botar roçado significa abrir espaços para roçar e plantar cultivares, principalmente mandioca e macaxeira; tirar cipó significa extrair diferentes tipos de cipó, como o titica e o timbó; quebrar castanha significa coletar os frutos, os chamados ouriços, e extrair suas sementes e as descascar; tirar leite de pau significa extrair látex; e, por fim, o termo regatear é usado para designar as atividades comerciais dos comerciantes fluviais, os denominados regatões.

restrições produzidas não-localmente e que recaem sobre o uso de recursos naturais. Convergiriam, para a situação, os próprios objetivos estipulados legalmente para a categoria de manejo parque<sup>28</sup>, voltada a usos classificados como indiretos, “que não envolve[m] consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (artigo 2, inciso IX, BRASIL, 2000)<sup>29</sup>.

Um motivo suplementar para usarmos a definição de semi-lugar é o de demarcar a existência de configurações distintas no interior do parque e no seu entorno próximo. Teceremos alguns comentários introdutórios a respeito delas, mas que serão desenvolvidos ao longo do texto.

A criação do parque afetou, até o momento da última viagem de campo, em agosto de 2005, de modo muito mais intenso a vida daqueles residentes e ex-residentes dos rios Jaú e Carabinani, sendo que a base principal do IBAMA alocou-se na foz do rio Jaú, antes da foz do rio Carabinani nele desaguar, e houve nessa área uma atuação institucional mais acentuada, desde a criação da unidade, por parte do IBDF-IBAMA e da FVA. Foi onde, justamente, deu-se um maior êxodo de moradores, sendo que um número não desprezível deles se restabeleceu na sede municipal de Novo Airão.

O rio Unini, por sua vez, vem recebendo atenção intensa, menos espasmódica, do ponto de vista da conservação, em época mais recente. Foi fechado, por exemplo, um Acordo de Pesca que zoneou os vários usos do rio, em abril de 2004, e para o final do mesmo ano instalou-se uma base vigilante, fruto de parceria institucional entre IBAMA, IPAAM, Prefeitura Municipal de Barcelos e Polícia Militar do Amazonas, nas proximidades da comunidade Terra Nova, para controlar, fiscalizar e monitorar os termos firmados no acordo<sup>30</sup>.

O acordo, grosso modo, visou gerir os conflitos entre os vários usuários dos recursos de pesca: pesca comercial, pesca artesanal, pesca desportiva e recreativa (CAMPOS,

---

<sup>28</sup> A definição legal do objetivo básico de um parque nacional é:

*“(...) a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (...)” (Artigo 11º. BRASIL, 2000).*

<sup>29</sup> Já o uso direto seria “aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais” (artigo 2o., inciso X, BRASIL, 2000).

<sup>30</sup> Conforme definido na Instrução Normativa de número 2, de 27/09/2004, assinada entre IBAMA e IPAAM.

2004). Não houve aqui, como nos outros dois rios principais, um êxodo tão intenso, desde a criação do parque, que estivesse tão estreitamente ligado à sua criação, mas se pode prever que esse quadro genérico deverá mudar nos anos vindouros.

Outros diferenciais suplementares percebidos no rio Unini foram a formação de uma Associação dos Moradores do rio Unini (AMORU), em agosto de 2002, que contou com o suporte de integrantes da FVA, e a tentativa da criação de uma reserva extrativista (RESEX) na margem esquerda do rio Unini, cujo pedido de criação foi formalizado pela AMORU em 27 de fevereiro de 2004.

Na região da fronteira entre o PARNA-Jaú e a RDS-Amanã, nas partes altas do rio Unini e imediações, encontram-se empreendimentos turísticos voltados para a prática da pesca desportiva e recreativa. Seus freqüentadores e a forma como se relacionam com o ambiente visitado permitem vislumbrar mais explicitamente a área como um não-lugar (AUGÉ, 1999 e 2003). O que não impossibilita o reconhecimento de existirem certos casos, mesmo nesse rio, em que há o estabelecimento de relações menos fluídas e fragmentadas com o espaço<sup>31</sup>. Trata-se de empreendimentos produtores de imagens do rio Unini e de partes dos rios Paunini, Preto e Araras, afluentes do primeiro, associando-os à visão de uma Amazônia intocada e inexplorada, a ser desbravada pelos seus visitantes, com ênfase na pescaria de tucunurés (*Chicla spp*) gigantes.

Comparando-se a área central com a área setentrional, e respectivas configurações sócio-espaciais, pode-se dizer que os êxodos dos moradores dos rios Jaú e Carabinani correlacionaram-se mais estreitamente com a criação do parque. Embora, nos dois casos, outros aspectos devam ser considerados, como a decadência econômica da produção do látex e as estratégias individuais por trás da escolha do abandono da área. A criação do parque pode ser classificada como um evento crítico no primeiro caso (DAS, 1999), pela maior intensidade e por se desdobrar por um período de tempo mais longo.

De modo geral, o PARNA-Jaú inseriu a vida dos moradores do parque numa ampla tessitura da qual participam agentes governamentais de diferentes esferas, mormente aqueles voltados para políticas de cunho ambiental, funcionários terceirizados do

---

<sup>31</sup> Como para aqueles que trabalham em tais empreendimentos, alguns dos quais “filhos” (termo local) do Unini, e para alguns profissionais da pesca desportiva.

IBAMA, pesquisadores, organizações não-governamentais, movimentos sociais, entre eles o conservacionista, turistas de pesca desportiva e recreativa, e empreendimentos desse setor turístico. O que culminou em confusões sócio-técnicas (LATOIR, 2000a) e gerou uma abundância espaço-temporal (AUGÉ, 2003).

Do ponto de vista dos ex-moradores, foi criada, no município de Novo Airão, com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Novo Airão (STRNA), uma Comissão de Moradores e Ex-moradores do Parque Nacional do Jaú, cujos integrantes visavam, na sua maioria, a indenização por seus antigos lugares, com alguns objetivando o reassentamento. Procuravam articular a iniciativa com moradores remanescentes no interior da unidade protegida, na área dos rios Jaú, Carabinani e afluentes<sup>32</sup>.

Genericamente, tanto entre ex-moradores quanto entre os moradores dos rios Jaú e Carabinani, houve uma certa incorporação da concepção geral de que “em parque não pode haver gente”, ao menos no plano discursivo. Entre os remanescentes, a saída é condicionada à indenização e/ou reassentamento, mas há aqueles que se recusam a sair em qualquer hipótese<sup>33</sup>.

O grupo de ex-moradores mobilizados em Novo Airão, juntamente com o Ministério Público Federal (MPF), no dia 29/03/2004, conseguiu impetrar na Justiça Federal, na 3a. vara da seção judiciária do Amazonas, na primeira instância, uma Ação Civil Pública (ACP) contra o IBAMA e a União, na qual se pleiteou a indenização das famílias de moradores e ex-moradores e o reassentamento daquelas famílias que o preferirem<sup>34</sup>.

Os traços mais nítidos do parque vivenciado enquanto um não-lugar foram aqueles associados aos turistas que do alto rio Unini e imediações, e aos ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, apesar de existirem nuances entre os dois grupos.

Gostaríamos de discutir um pouco o porquê de não termos utilizado a noção de lugar de memória, como o fez Célia Serrano (1993) para o PARNA-Itatiaia, o primeiro parque brasileiro, criado em 1937. Porque justamente pretendemos refletir criticamente sobre a

---

<sup>32</sup> À época da última viagem de campo, em julho-agosto de 2005, o sucesso de tal articulação era módico.

<sup>33</sup> A comissão de Moradores e Ex-Moradores, em uma expedição realizada no rio Jaú, em junho de 2003, sobre o tema, localizou três homens que declararam que não deixarão a área nem se houver reassentamento ou indenização.

<sup>34</sup> Fontes: ACP, processo 2004.32.00.001762-9, e pesquisas de campo e documental. A ação continuava a tramitar em julho de 2006.

própria proliferação de lugares de memória no mundo contemporâneo, distanciados do cotidiano de grande parcela dos indivíduos que os habitam<sup>35</sup>.

Outrossim, Serrano (1993) privilegiou as representações e modos de estar estabelecidos no PARNA-Itatiaia do ponto de vista de montanhistas, amadores e profissionais, estudiosos leigos ou não; além das querelas sobre a altura do pico do Itatiaiuçú e sobre quem teria primeiro escalado o cume das Agulhas Negras – discussões que antecederam a própria invenção do parque (SERRANO, 1993). Detalhou também a criação de uma rotina de turismo, lazer e esporte na área, principalmente a partir da década de 1910<sup>36</sup>.

Seu trabalho teve, portanto, um cunho mais historiográfico e um recorte temporal distinto do caminho pelo qual optamos percorrer. De nossa parte, almejamos ver as tensões e harmonizações, em diferentes gradações, de variadas formas de se relacionar com o espaço do PARNA-Jaú, captando-as conjuntamente através de um olhar mais sincrônico, apesar de efetuarmos um recuo temporal até a criação do parque, na década de 1980.

Essa foi igualmente uma escolha estratégica, dada a quantidade de variáveis com que se necessitou lidar, mesmo com nossa delimitação, e a existência prévia de ótimos trabalhos acadêmicos anteriores ao nosso, com um olhar que se desloca por um período de tempo mais longo (BARRETTO FILHO, 2001a; LEONARDI, 1999), que, aliás, abordaram o importante período da extração de látex e de produção da borracha na região do baixo e médio rio Negro.

## **2.2. Arenas e situações**

Uma análise horizontalizada, como a proposta, pode ser infundável se assumirmos uma postura nos moldes do “individualismo possessivo” (MACPHERSON, 1977 *apud* CERQUEIRA FILHO & NEDER, 1997: 22), o que também ficaria impossibilitado dado o

---

<sup>35</sup> A exemplo do que fez Marc Augé (2003) ao pensar o espaço urbano francês, especialmente o município de Paris.

<sup>36</sup> Analisou os registros de quatro exemplares dos livros de visitantes (turistas e montanhistas) que existiam nos pontos de descanso e hospedagem da “reserva/estação/parque”, que pegavam o período de 1914 até fins da década de 1950. Neles, predominavam indivíduos de origem urbana e de nível educacional elevado (SERRANO, 1993:115-119).

tempo disponível para a consecução de um curso de doutoramento. Assim, esforçamo-nos em captar e esboçar alguns indícios (CERQUEIRA FILHO & NEDER, 1997) de relações sociais menos localizadas, consideradas relevantes para o nosso objeto de estudo.

Uma das formas de concretizar o intento foi através da análise de algumas situações sociais específicas selecionadas para pensar as conexões entre contextos locais e não-locais e as redes sócio-técnicas das quais o PARNA-Jaú é parte constituinte, com um olhar mais processual<sup>37</sup> a respeito da situação social vivenciada por moradores e ex-moradores dos rios englobados pela unidade de conservação. Todavia, outros olhares seriam possíveis e outras situações sociais poderiam ter sido enfocadas.

Outrossim, como fizemos parte do grupo de pesquisa da professora Lúcia da Costa Ferreira<sup>38</sup>, orientamo-nos por sua proposta de abordagem híbrida:

*“Este campo hipotético exigiu uma abordagem híbrida e por isso as pesquisas utilizaram-se do cruzamento entre as escalas de análise do Cotidiano e da História, através dos métodos de análise situacional (GLUCKMAN, 1958; OSTROM, 1990; 1994) e análise de processos (HANINGAN, 1997; YEARLEY, 1996). Este cruzamento deu-se através do conceito de Arena (HANINGANN, 1997; OSTROM, 1990; 1994)” (FERREIRA, 2004: 48).*

Convém, então, descrever o que categorizamos por arena e por situação social. Compreendeu-se arena como um subtipo de situação social, dado o seu caráter voltado mais estreitamente ao estabelecimento de regras de apropriação e provisão de base comum de recursos, que podem ou não contar com a participação de mediadores externos (cf. OSTROM, 1990).

Apesar de não seguirmos um estudo nas linhas propostas por Elinor Ostrom, a autora apresentou uma interessante proposta empírica, da qual tomamos de empréstimo dois elementos relevantes para a compreensão do tema da presença humana em áreas protegidas. São dois dos seus pressupostos sobre o manejo de recursos comuns: o de que os apropriadores de unidades do sistema de recursos podem mover-se através de diferentes arenas, o que requer o uso de diferentes níveis de análise; e o de que ação coletiva é influenciada por diferentes tipos de arenas, que variam das mais formais até as mais informais.

---

<sup>37</sup> Análises processuais foram apregoadas por autores como, por exemplo, van Velsen (1967), Sigaud (1979), Latour (2000) e Ferreira (2004).

<sup>38</sup> No projeto *Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em áreas protegidas na Amazônia brasileira*.

Esmiuçando a definição de arena de Ostrom (1990: 54), ela a considerou para compreender as “CPRs situations” (situações de uso de base comum de recursos) e as definiu como situações nas quais um determinado tipo de ação ocorre. Em suas palavras:

*“(...) A cada nível de análise pode haver uma ou mais arenas nas quais os tipos de decisões feitas naquele nível ocorrerão. O conceito de ‘arena’ não implica um cenário formal, mas pode incluir cenários formais como legislaturas e audiências. Uma arena é simplesmente a situação na qual um tipo particular de ação ocorre. Negociações políticas a respeito das regras que serão usadas para regular o nível operacional das escolhas desenvolve-se em uma ou mais arenas de ação coletiva. Se os apropriadores de um CPR [base comum de recursos] mudam pelo menos uma das regras operantes usadas para organizar a apropriação e a provisão, a arena na qual as decisões coletivas serão tomadas pode ser uma cafeteria local, os encontros de uma cooperativa de produtores, ou os encontros de uma organização que foi estabelecida especificamente para o propósito do manejo e do governo desse CPR e possivelmente outros a ele relacionados. Se os apropriadores usando um CPR não podem mudar as regras que organizam as escolhas operacionais, então as únicas arenas para a escolha coletiva são externas aos apropriadores de CPR. Nestes casos, as escolhas sobre as regras a serem implementadas podem ser elaboradas por agentes governamentais em estruturas burocráticas, por membros das legislaturas locais ou nacionais, e por juízes em arenas judiciais (...)” (OSTROM, 1990: 54).<sup>39</sup>*

Por outro lado, a definição de situação social possui maior amplitude e fluidez do que a noção de arena de Ostrom, por ela parecer usá-la com uma correlação mais estreita ao estabelecimento de regras voltadas para os CPRs. Isso porque refletiremos normas manejadas pelos indivíduos em situações sociais mais ou menos localizadas (conforme sua proximidade ou referencialidade em relação à situação social dos moradores e ex-moradores do PARNA-Jaú), sem, porém, haver uma correlação que envolva interações face-à-face ou uma referência explícita ao PARNA-Jaú e à elaboração de regras para o uso de seus recursos.

Van Velsen (1967) apresentou a denominação análise situacional no lugar de *extended-case method* utilizada por Max Gluckman (em GLUCKMAN, 1961a *apud* VAN VELSEN,

---

<sup>39</sup> Tradução nossa a partir do original em inglês:

*“(...) At each level of analysis there may be one or more arenas in which the types of decisions made at that level will occur. The concept of an ‘arena’ does not imply a formal setting, but can include such formal settings as legislatures and courts. An arena is simply the situation in which a particular type of action occurs. Policy-making regarding the rules that will be used to regulate operational-level choices is carried out in one or more collective-choice arenas. If the appropriators using a CPR change at least some of the working rules used to organize appropriation and provision, the arena in which collective-choice decisions will be made may be a local coffeehouse, the meetings of a producers’ co-op, or the meetings of an organization that has been set up specifically for the purpose of managing and governing this CPR and possibly others related to it. If the appropriators using a CPR cannot change the rules used to organize operational choices, then the only arenas for collective choice are external to the CPR appropriators. In such cases, choices about the rules to be used will be made by government officials in bureaucratic structures, by elected representatives in local or national legislatures, and by judges in judicial arenas (...)”.*

1967). Contrapondo-se às excessivas abstrações estruturalistas, Van Velsen (1967: 136) afirmou que normas, regras gerais de condutas, traduzir-se-iam na prática pelos indivíduos, em situações particulares e para servir a determinados fins, com variações freqüentemente desprezadas por análises de caráter mais estruturalista. Logo, os indivíduos seriam capazes de buscar seus objetivos sem gerar rupturas na estrutura das relações sociais, ademais muitas das normas seriam freqüentemente vagas e discrepantes, como em Gluckman (1966a e 1966b).

Por conseguinte, argumentou a favor da consideração conjunta da observação de ações e normas ideais a que os sujeitos aderem ou afirmam aderir, opondo-se também ao estudo exclusivo de interações sociais. Do ponto de vista procedimental, propôs que seja efetuado o registro de ações de indivíduos específicos em determinadas situações, de modo a se ressaltar os sujeitos de pesquisa enquanto atores, e não meros informantes, e de permitir que parte do material obtido em pesquisa de campo ganhe relevância argumentativa, e não apenas ilustrativa (VAN VELSEN, 1967: 138-140).

Dessa maneira seria possível integrar o acidental ou o excepcional ao geral, algo de fundamental importância na análise de sociedades não estáveis ou não homogêneas e na análise de discrepâncias entre crenças, aceitação de normas proferidas e comportamentos. O caráter processual da análise decorreria de dar conta das seleções desempenhadas pelos indivíduos, em quaisquer situações, de determinadas relações sociais, governadas elas mesmas por normas distintas. Seleções variáveis de uma situação para a outra, tratando-se dos mesmos indivíduos, e de um indivíduo para o outro, mesmo em situações similares (VAN VELSEN, 1967).

### **3. Técnicas e abordagens de campo**

Para a consecução de nosso trabalho de pesquisa, foram utilizadas variadas fontes de dados e realizadas diversas viagens de campo, em diferentes condições de inserção, portanto precisaremos elucidar alguns dos procedimentos tomados ao longo do caminho da pesquisa.

Primeiro, em relação ao tipo de material empregado, ele teve diversas naturezas, a saber: (1) **material documental**, tais como documentos institucionais internos e textos

publicados pela FVA e o IBAMA sobre o PARNA-Jaú; (2) **registros em diários de campo**, retratando eventos e interações vivenciados pela pesquisadora e/ou eventos relatados por terceiros durante as experiências de campo; (3) **entrevistas semi-estruturadas**, sendo que nem todas foram gravadas, em função de uma certa fadiga de parte dos sujeitos em relação a pesquisas ou, ainda, de timidez e/ou medo de retaliações, principalmente no caso de usuários de recursos do parque; (4) **dados demográficos do IBGE** sobre os municípios de Manaus, Novo Airão e Barcelos; (5) **sites** de agências de viagens, de guias turísticos ou de relatos de viagens de pesca referentes à transformação de partes dos mais altas do rio Unini e afluentes em destino do circuito internacional de pesca desportiva e amadora; (6) **fontes secundárias**, dado o farto material bibliográfico sobre a área de estudo, em função da gama de pesquisas nela efetuadas em diversas áreas do conhecimento. Também se efetuou o registro fotográfico durante as viagens de campo - uma pequena parte dele ilustrará a tese.

Procurou-se, com tais fontes, “cruzar abordagens processuais com descrições densas” (FERREIRA, 2002: 5), em uma abordagem qualitativa, sem tomar a metodologia como um conjunto estrito e pré-determinado de regras, mas sim como princípios básicos cuja aplicação passa pela adequação ao objeto de estudo e às dificuldades da pesquisa de campo. Aspectos que ressaltam o papel do discernimento do pesquisador e permitem o recurso a vários tipos de fontes e de materiais que subsidiem a melhor compreensão do objeto de estudo (HOWARD BECKER, 1994: 12-13).

Ferreira (2004: 48) resumiu da seguinte maneira a combinação de técnicas que efetuamos: “observação direta da ação cotidiana e pública e registro em diário de campo; depoimentos e história oral registrados em diário de campo; entrevistas semi-estruturadas e gravadas e análise documental”. Buscou-se também focar alguns dos sujeitos sociais propostos por ela: “lideranças políticas, comunitárias e institucionais e grupos de influência (pesquisadores, jornalistas, igrejas)” (FERREIRA, 2004: 48).

No desenvolvimento de nossa pesquisa individual, não efetuamos uma imersão por longo ou médio período de tempo em alguma(s) das comunidades localizadas no interior ou no entorno do parque. O que não representou um problema, em decorrência da opção por um olhar mais panorâmico sobre a invenção do PARNA-Jaú. Por outro lado, outros membros da equipe de pesquisa, com os quais mantivemos intensas trocas

de idéias, de reflexões e de bibliografia, realizaram-na, permitindo o cruzamento e a fecundação recíproca das abordagens e perspectivas.

Sobre o contexto interacional da pesquisa, a obtenção e a localização de material bibliográfico específico sobre o PARNA-Jaú foram facilitadas devido ao fato da FVA desenvolver pesquisas na área desde o início da década de 1990, além de dar suporte à pesquisa de terceiros ou, ao menos, de possuir um conhecimento sobre quem pesquisa o quê no parque.

As pesquisas efetuadas na rede eletrônica mundial merecem aqui um detalhamento maior<sup>40</sup>. O recurso teve importância fundamental para acessar, principalmente, uma forma específica de se relacionar com o espaço do PARNA-Jaú: a travada pelos pescadores de pesca desportiva e recreativa.

Tratou-se de uma estratégia compensatória, para poder captar as representações dos turistas-pescadores sobre a área, muito em função da dificuldade de os abordar diretamente, durante suas atividades lúdicas, pois os empreendimentos turísticos situam-se em área de maior dificuldade de acesso e seus clientes constituem um grupo com muita mobilidade espacial e transitoriedade.

Do mesmo modo, captou-se a maneira com a qual as agências de turismo e as operadoras de pesca costumam retratar o espaço transformando-o em um tipo de produto de exportação, algo de extrema relevância dada à dificuldade de se contatar pessoalmente os dois gerentes brasileiros das duas operadoras de pesca atuantes no alto rio Unini<sup>41</sup>.

A existência de um profuso material bibliográfico sobre o PARNA-Jaú, assim como a existência de material eletrônico sobre ele, faz parte do processo de consolidação da UC enquanto um semi-lugar e um ser híbrido. Pode-se citar os seguintes trabalhos, que não esgotam toda a produção já existente: Jasylene Pena de Abreu (2000), Henyo Barretto Filho (1999, 2001a e 2001b), FVA (1994, 1998), Edilza Laray de Jesus (1998),

---

<sup>40</sup> A respeito da operacionalização da pesquisa com os *sites*, eles foram, na medida do possível, gravados em formatos “.doc” (com o aplicativo *Word* do sistema operacional *Windows*) ou “.pdf” (com o *Adobe Acrobat 3.0*). Sua localização deu-se indistintamente através de vários buscadores disponíveis gratuitamente na rede e/ou através do aplicativo *Copernic Agent Basic*, um software que funciona como um meta-buscador.

<sup>41</sup> Embora, justiça seja feita, tenhamos, juntamente com membros da equipe de pesquisa, entrevistado pessoalmente um dos sócios americanos de uma das operadoras, além de um sócio brasileiro de um novo empreendimento que tentava, em 2005, instalar-se no rio Unini, na confluência do rio Arara.

George Henrique Rebelo (1993 e 2002), FVA/IBAMA (1998), Marcos Roberto Pinheiro (2003), Victor Leonardi (1999), Pezzuti (2003). Além de outros materiais produzidos pela própria FVA, como o seu *Relatório Conceitual* (FVA, 1999) e o *Levantamento sócio-econômico do Parque Nacional do Jaú*, de 1994 (FVA, 1994), ambos disponibilizados gentilmente pela organização não governamental.

Por outro lado, considerando-se nossas interações face-à-face com os sujeitos de pesquisa, tivemos vários momentos de trabalho de campo, entre 2002 e 2006. No total, foram **cinco** oportunidades, sendo que cada uma delas será explicitada sumariamente, devida a importância que a forma de inserção do pesquisador possui para os contatos posteriores, um elemento importante para a compreensão do artifício científico, embora comumente relegado a segundo plano (HOWARD BECKER, 1994). Procura-se assim evitar uma aparência de exatidão formal, pois, como afirmou Bourdieu (2001: 42), os sinais exteriores de cientificidade são de fácil simulação.

Segue, então, um sumário das experiências de campo e seus respectivos itinerários:

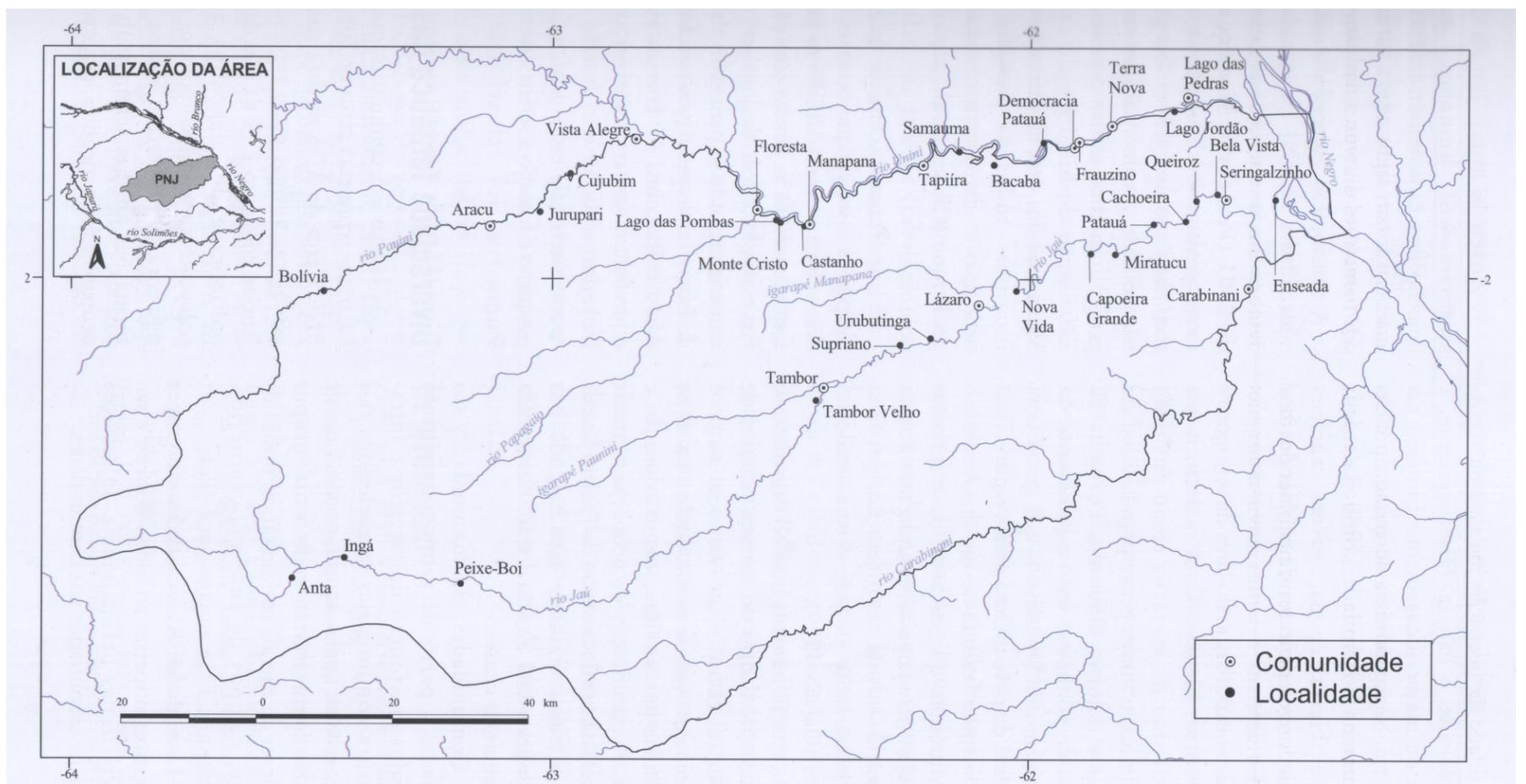
(1) A primeira viagem de campo foi realizada em grupo, entre 7 a 21 de agosto de 2002, e transcorreu, dos dias 08 a 15, nos rios Jaú e Carabinani e, dos dias 16 a 21, em Manaus.

Foram abordados 27 mulheres e 20 homens<sup>42</sup>, moradores dos dois rios, nas seguintes localidades e comunidades: rio Negro, nas proximidades do “boca” (termo local) do rio Jaú; Comunidade Seringalzinho; Cachoeirinha; Patauí; Capoeira Grande; Comunidade Lázaro; Comunidade Tambor; rio Paunini (afluente do rio Jaú); Airão Velho, no rio Negro. Além de algumas residências em sítios mais isolados, entre as comunidades do rio Jaú, e no rio Carabinani.

Os demais companheiros da equipe de pesquisa foram: Lúcia da Costa Ferreira, Simone Vieira de Campos, Juarez Pezzuti e Daniely Félix.

---

<sup>42</sup> Ao longo deste texto, sempre que possível, evitar-se-á a exposição da maior parte dos nomes dos indivíduos abordados especialmente no âmbito local, exceção feita a figuras políticas públicas, de funcionários governamentais, e de alguns pesquisadores cujos relatos forem utilizados aqui. Opção que se deve à consideração de uma divisão desigual de recursos de poder. Os nomes das localidades, comunidades e municipalidades visitadas, entretanto, serão mantidas. Postura que se diferencia da de Sigaud (1979), que, no seu trabalho sobre a transformação da condição de morador para a de trabalhador nas fazendas de cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco, para evitar a identificação dos sujeitos da pesquisa, trocou o nome das cidades e localidades, mantendo as iniciais dos nomes dos sujeitos. No nosso caso, a unidade territorial é por demais importante para a omitir.



**Figura 3.** Reprodução de Mapa de 2001 com a localização de comunidades e localidades do PARNA-Jaú. Fonte: Borges e colaboradores (2004: 5).

(2) A segunda viagem de campo foi efetuada entre 5 a 20 de fevereiro de 2003. Nos dez primeiros dias, a autora permaneceu em equipe no rio Unini; nos cinco dias posteriores, a autora ficou, sem o grupo, no município de Novo Airão.

Juntamente com a equipe, entrevistamos 33 grupos domésticos, afora indivíduos com os quais as interações foram muito rápidas e que resultaram em dados mais esparsos, e não-moradores que se encontravam nas comunidades<sup>43</sup>.

As comunidades e localidades visitadas no rio Unini foram: comunidade Lago das Pedras; Santa da Cachoeirinha (localidade); comunidade Terra Nova, comunidade Democracia; comunidade Tapiíra; comunidade Manapana; e comunidade Floresta. A equipe compunha-se também por Lúcia da Costa Ferreira, Simone Vieira de Campos, Ana Beatriz Vianna Mendes, Daniely Félix, Camilo Caropreso.

Em Novo Airão, sem a equipe de pesquisa, abordou-se: (1) um “regatão”<sup>44</sup>, ex-morador do rio Jaú; (2) dois “geleiros”<sup>45</sup>, atuantes no rio Unini, um que trabalhava com pesca comercial, e um outro que também era vereador em Novo Airão e trabalhava com pesca comercial e ornamental; (3) duas artesãs da AANA (Associação dos Artesãos de Novo Airão), sendo que uma delas era ex-moradora do rio Jaú; (4) outro ex-morador do rio Jaú; (7) o diretor executivo da Fundação Almerinda Malaquias (FAM), entidade de formação profissional, em artesanato com resíduos de madeira.

Depois, em Manaus, contatamos ainda um ornitólogo vinculado à FVA.

(3) A terceira viagem de campo foi efetuada solitariamente entre 17 de novembro de 2004 a 2 de janeiro de 2005, nos municípios de Manaus e Novo Airão.

Em Manaus, acessamos pela primeira vez o processo da Ação Civil Pública (ACP), elaborada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a União e o IBAMA, em prol de maior celeridade no processo de regularização fundiária do PARNA-Jaú, sobretudo na

---

<sup>43</sup> Uma ex-moradora que estava a participar de da produção de farinha de parentes, na comunidade Manapana; e quatro indivíduos que estavam a realizar visitas, dois na Terra Nova, um no Lago das Pedras e um na Tapiíra

<sup>44</sup> Regatão é a denominação local para comerciantes fluviais, que geralmente vendem itens do rancho e compram produtos agroextrativistas locais. A troca pode ocorrer ou não através do sistema de aviamento. Os regatões também transportam pessoas entre as comunidades e entre essas e as sedes municipais.

<sup>45</sup> Termo local para proprietários de barco de pesca comercial de peixes comestíveis e para suas próprias embarcações. Outras denominações possíveis são: peixeiro e gelador. Deste ponto em diante, quando os termos locais explicados nas notas 44 e 45 tornarem a aparecer, não estarão mais entre aspas.

área dos rios Jaú e Carabinani, e participamos de uma audiência entre o MPF e um grupo de 34 ex-moradores.

Outros sujeitos contatados no mesmo município foram: (1) um antropólogo do MPF; (2) funcionários do IBAMA, tanto do CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), quanto do NUC (Núcleo de Unidades de Conservação); (3) duas funcionárias do IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas); (4) duas lideranças da Federação dos Pescadores do Amazonas (FEPESCA) e da Colônia de Pescadores de Manaus.

Em Novo Airão, as atividades de campo mais intensas deram-se entre o dia 2 a 23 de dezembro de 2004. Ao todo, entrevistamos 22 famílias de ex-moradores dos três principais rios que, hoje, compõem o PARNA-Jaú. Dessas 22 famílias, três já haviam sido entrevistadas na pesquisa de campo anterior.

Em Novo Airão, interagimos ainda com membros da AANA, da APNA (Associação de Pescadores de Novo Airão), do STRNA (Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão), da Colônia de Pescadores e com um funcionário do IBAMA (da ESEC-Anavilhanas), além de um funcionário do extinto IBDF que trabalhou na década de 1980, na base do rio Jaú. Retomamos também o contato com o vereador geleiro, já entrevistado em fevereiro de 2003.

Participamos de algumas situações sociais também, como: uma oficina de um projeto governamental ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e voltado ao manejo de recursos aquáticos; uma reunião que o MPF fez sobre identidade indígena; e uma reunião, realizada na sede do STRNA.

(4) A quarta viagem de campo teve a maior parte do seu período compartilhada com a equipe de pesquisa. Toda a estadia transcorreu do dia 20 de julho a 30 de agosto de 2005, com períodos passados no rio Unini, no rio Jaú e nos municípios de Manaus e Barcelos.

Nos dias iniciais, em Manaus, retomamos a leitura do processo da ACP, entrevistamos o novo antropólogo do MPF e o diretor-executivo da FVA. A viagem de barco iniciou-se no dia 24 de julho. O formato da equipe teve uma peculiaridade neste momento: contou

com a presença de dois componentes que se dedicaram à elaboração de um vídeo-documentário, Fernando Passos e Kellen Junqueira<sup>46</sup>. Já a equipe de pesquisa constituiu-se por: Lúcia da Costa Ferreira, Simone Vieira de Campos, Ana Beatriz Vianna Mendes, Camilo Caropreso e a autora.

No rio Unini visitamos: a comunidade Lago das Pedras (inserção rápida), a comunidade Terra Nova, a comunidade Tapiíra (onde ficamos aportados por mais tempo), a comunidade Floresta, a comunidade Manapana (inserção rápida) e a comunidade Vista Alegre.

No dia 2 de agosto, observamos a chegada da lancha Marreca na comunidade Tapiíra, com o sócio americano de um dos empreendimentos voltados ao turismo de pesca desportiva e recreativa, e familiares, que efetuavam doações de material escolar e outros presentes para as crianças das comunidades do rio.

No dia 7 de agosto, chegamos à foz do rio Jaú. Nesse rio, revisitamos a comunidade Seringalzinho, a localidade da Cachoeira e a comunidade do Patauá.

O período final da viagem, entre 15 a 19 de agosto de 2005, foi passado no município em Manaus, com a companhia de Simone Vieira de Campos e Ana Beatriz Vianna Mendes. Nesse município, entrevistamos: um novo empreendedor de hotel de pesca esportiva do rio Unini, que tentava oficializar seu empreendimento; duas funcionárias do IPAAM; e um funcionário do NUC/IBAMA.

No município de Barcelos, a autora entrevistou nove grupos domésticos de ex-moradores do rio Unini e do rio Preto, a secretária de Turismo e a vice-prefeita, o presidente da Colônia de Pescadores de Barcelos (Z-33) e o vigilante ambiental da prefeitura de Barcelos que atuava no rio Unini.

(5) Por fim, a quinta viagem de campo, a mais curta de todas, referiu-se a uma curta estadia em Brasília-DF, onde entrevistamos o secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SDS-MMA), Gilney Amorim Vianna, e um analista ambiental alocado na Coordenação para Regularização Fundiária, submetida à Diretoria de Ecossistemas do IBAMA (DIREC-IBAMA).

---

<sup>46</sup> Em projeto vinculado ao Laboratório Multiusuários Terramãe/UNICAMP.

Houve mais duas outras experiências que assumiram um certo caráter de pesquisa de campo, apesar de seu objetivo principal não ter sido esse, duas situações relativas ao movimento ambientalista: a primeira foi nossa participação no IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (IV CBUC), realizado em Curitiba, no estado do Paraná, entre 17 e 21 de outubro de 2004; e a segunda foi uma participação no IV Fórum Social Pan-Amazônico (IV FSPA), realizado em Manaus, de 18 a 22 de janeiro de 2005.

### **3.1. Variações nas formas de inserção**

Como os três primeiros momentos configuraram a inserção do grupo de pesquisa como um todo no PARNA-Jaú, é válido detalhá-los. De modo geral, o grupo contactou a FVA e iniciou uma relação cooperativa (FERREIRA, 2002). De modo similar, embora nem sempre com o caráter de parceria, junto a cada um dos demais grupos sociais/indivíduos abordados houve também, a cada contato inicial, um novo processo de negociação, no qual a pesquisa foi apresentada e explicitada.

Na primeira permanência nos rios Jaú, Carabinani e Unini, a abordagem junto aos moradores foi aleatória, não-amstral e se concentrou em moradores das comunidades dos três rios visitados, e não em moradores de residências mais esparsas (FERREIRA, 2002), e também em ex-moradores encontrados no município de Novo Airão.

Nos discursos dos moradores, procurou-se identificar a presença de inúmeras alteridades (AUGÉ, 1999), como as representadas por: IBAMA, prefeitura de Barcelos, FVA, regatões, piabeiros, geleiros, divergências internas aos moradores, entre outras. Buscou-se, igualmente, identificar lideranças locais (HOWARD BECKER, 1994), apesar das interações não terem acontecido unicamente com lideranças.

Registra-se aqui que, no rio Jaú, na primeira viagem de campo, a inserção do grupo de pesquisa foi mediada por dois biólogos, Juarez Pezzuti e Daniely Félix, pesquisadores colaboradores da pesquisa de Lúcia da Costa Ferreira. Ambos possuíam um longo contato com parte considerável dos moradores do rio Jaú porque já haviam realizado diversas atividades de pesquisa nos rios Jaú e Carabinani em conjunto com a FVA.

Na primeira viagem de campo ao rio Unini, por outro lado, conquanto o contato tenha sido feito novamente em grupo, não houve uma orientação prévia tão detalhada a respeito dos moradores e das divisões internas às comunidades, inexistindo a figura de um mediador com maior proximidade aos sujeitos. A princípio isso dificultou um pouco a inserção e houve momentos de maior tensão em alguns dos primeiros contatos, pois fomos por diversas vezes confundidos/as com funcionários do IBAMA; porém, tais tensões, em si mesmas, permitiram a reflexão sobre as relações sociais que se davam na região, em função da expectativa dos moradores de que o IBAMA, a exemplo do rio Jaú, intensificaria suas ações fiscalizadoras na região setentrional do parque<sup>47</sup>.

Na primeira viagem ao rio Jaú, apesar destes momentos de tensão não terem sido tão freqüentes, tampouco deixaram de existir, o que pareceu ter acontecido foi a assunção da maior parte dos moradores de que a equipe de pesquisa fazia parte da FVA, pois os pesquisadores que nos auxiliaram eram muito identificados com a ONG. Além disso, houve uma outra interpretação mais mítica de nossas atividades de pesquisa: a de que passávamos com um abaixo-assinado para retirar a então chefe do PARNA-Jaú, Rayleir Viana.

Na primeira estadia em Novo Airão, a autora contou com a preciosa orientação de um casal de moradores do município, apesar de alguns dos contatos terem ocorrido sem a presença deles e/ou sob a indicação de outros indivíduos. Tanto nesse município, quanto posteriormente em Barcelos, utilizou-se mais sistematicamente a prática de se solicitar aos entrevistados que indicassem outros indivíduos para serem por nós abordados, em um tipo de amostragem “bola de neve” (HOWARD BECKER, 1994: 155).

Nem todos os indicados eram pertinentes do ponto de vista dos objetivos da presente pesquisa, porém, a ciência deles permitiu-nos vislumbrar o contexto relacional e fluído nos quais se inseriam nossos interlocutores, evitando uma visão por demais reificada de grupos e indivíduos (BOURDIEU, 2001). Utilizamos a palavra grupo de modo muito fluído, em um sentido amplo como fez Goffman (1988), indicando uma posição estrutural semelhante, não se tratando necessariamente de grupos de ação, embora possa a eles se referir<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Mesmo porque as ações da prefeitura de Barcelos, proibitivas em relação à pesca comercial, no alto rio Unini, até aquele momento, eram muitas vezes confundidas com atuações do IBAMA.

Pode-se avaliar os pontos positivos e negativos da forma de inserção que tivemos junto aos moradores do PARNA-Jaú. Seguindo-se o que Howard Becker (1994: 19-27) disse sobre a confiabilidade da pesquisa qualitativa ser garantida pela justificação dos métodos e das variações de condutas utilizadas, ao lado de relatos fiéis dos acontecimentos, apontamos que houve diferenças nas informações obtidas nas duas primeiras viagens ao parque em relação às viagens subseqüentes.

Uma delas foi que as interações entre sujeitos de pesquisa e pesquisadores na primeira estadia no rio Unini foram relativamente mais rápidas do que as da primeira viagem ao rio Jaú, o que, por sua vez, representou uma maior número de interações<sup>49</sup>. Além disso, pela inserção, no rio Unini, não ter contado com mediadores, evitou-se tocar em assuntos muito delicados, como detalhes sobre atividades comerciais de pequena escala, baseadas em recursos faunísticos não pesqueiros – tema mais polêmico dadas as proibições legais e a fiscalização mais rígidas que recaem sobre as atividades de caça (REBELO, 2002). E, devida essa rapidez, também não foi possível apreender

---

<sup>48</sup> Se fossemos totalmente fiéis a Goffman (1988), utilizaríamos o termo categoria, como em alguns momentos ele o fez. Ver, por exemplo, o trecho a seguir:

*“(...) O termo “categoria” é perfeitamente abstrato e pode ser aplicado a qualquer agregado, nesse caso à pessoas com um estigma particular. Grande parte daqueles que se incluem em determinada categoria de estigma podem-se referir à totalidade dos membros pelo termo “grupo” ou um equivalente, como “nós” ou “nossa gente”. Da mesma forma, os que estão fora da categoria podem designar os que estão dentro dela em termos grupais. Em tais casos, entretanto, é muito comum que o conjunto total de membros não constitua parte de um único grupo em sentido estrito, já que não tem capacidade para a ação coletiva nem um padrão estável e totalizador de interação mútua. O que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida. E observa-se também que quando ocorre que um membro da categoria entra em contato com outro, ambos podem dispor-se a modificar o seu trato mútuo, devido à crença de que pertencem ao mesmo “grupo”. Além disso, fazendo parte da categoria um indivíduo pode ter uma probabilidade cada vez maior de entrar em contato com qualquer outro membro e, mesmo, de entrar em relação com ele, como resultado. Uma categoria, então, pode funcionar no sentido de favorecer entre seus membros as relações e formação de grupo mas sem que seu conjunto total de membros constitua um grupo – sutileza conceitual que daqui em diante nem sempre será observada neste livro (...)” (GOFFMAN, 1988:32-33).*

Poderíamos ter usado igualmente o termo quase-grupos de Mayer (1987), porém, se o tivéssemos feito o usaríamos tanto para designar o que o autor chamou de quase-grupos classificatórios - em referência a interesses comuns subjacentes, grupos que poderiam tornar-se grupos definitivos (GINSBERG, 1934 *apud* MAYER, 1987) – e os quase-grupos interativos, que sem serem grupos teriam certo grau de organização e se concentrariam em torno de um indivíduo específico, pelo qual as ações dos demais membros orientar-se-iam. O segundo tipo de quase-grupo foi o que lhe interessou, nele, as interações se dariam em um conjunto-de-ação ou em uma série de conjuntos-de-ação (MAYER, 1987).

A categoria de Goffman (1988) e os quase-grupos classificatórios portam verossimilhança. Nesta tese, denominaremos qualquer dos três casos simplesmente de grupos.

<sup>49</sup> Lembrando que o número de moradores do rio Unini é maior do que o rio Jaú, no qual houve despovoamento mais intenso.

detalhes sobre atividades de subsistência. Porém, os dados sobre os deslocamentos dos grupos familiares dos moradores, sobre a atividade de geleiros e sobre a formação das comunidades mostraram-se de grande relevância.

Na quarta viagem de campo, também em grupo, quando retornamos ao rio Unini e ao rio Jaú, o contrário ocorreu, pela permanência mais longa no primeiro rio, sobretudo na comunidade Tapiíra. A maior permanência teve dois motivos: a realização do vídeo-documentário, já mencionado, e problemas mecânicos no barco maior que nos conduzia. Ademais, chegamos a visitar a comunidade Vista Alegre, que não havíamos conhecido na viagem de 2003.

A escolha da comunidade Tapiíra, para o vídeo-documentário, repousou no fato de duas integrantes de nossa equipe terem nela permanecido em 2004 por alguns meses, estreitando laços com parte de seus moradores<sup>50</sup>. Nessa comunidade, adotou-se a estratégia de não se realizar entrevistas formalizadas, para não gerar tanta fadiga nos moradores e possibilitar maior liberdade aos trabalhos da equipe do vídeo-documentário<sup>51</sup>.

De modo geral, as interações entre sujeitos de pesquisa e pesquisadores, nas viagens coletivas, tiveram maior informalidade, o que possibilitou burlar uma certa fadiga que os moradores do interior do parque possuíam em relação a entrevistas e questionários, o contorno de mal-entendidos, e uma maior abertura à diversidade dos pesquisadores e de seus respectivos interesses e à diversidade dos próprios entrevistados.

No que tange aos procedimentos de nossa pesquisa individual, após as duas primeiras viagens de campo, elaborou-se um roteiro orientador<sup>52</sup> para as abordagens da terceira e da quarta viagens de campo - utilizado mais amiúde nos períodos passados sem os demais integrantes da equipe, em função das referidas especificidades dos trabalhos em grupo. A construção do roteiro foi possível somente depois das duas primeiras viagens de campo coletivas em decorrência do desconhecimento do contexto local até então. Teria sido demasiadamente arbitrária uma estruturação prévia a essas experiências.

---

<sup>50</sup> São elas: Simone Vieira de Campos, que permaneceu na comunidade por cerca de um mês e meio, e Ana Beatriz Vianna Mendes, que o fez por três meses.

<sup>51</sup> O vídeo ainda se encontra em elaboração.

<sup>52</sup> Disponível nos anexos.

Todavia, desde os dois primeiros contatos coletivos, dois aspectos já se encontravam presentes nas preocupações do grupo e da autora: a questão da mobilidade espacial dos moradores e ex-moradores e a preocupação em se captar depoimentos e histórias de vida dos moradores<sup>53</sup>.

Destarte, combinou-se as duas técnicas, de modo mais ou menos aleatório, tanto nas experiências de campo coletivas, quanto nas individuais. A escolha dependeu das condições de inserção, da disponibilidade de nossos interlocutores e de suas características - como, por exemplo, se havia ou não participado de determinada situação social que era de especial interesse para os pesquisadores, o que justificaria a concentração do colóquio na mesma.

De modo geral, ao se tratar do primeiro contato do grupo com localidades e comunidades dos rios abarcados pelo PARNA-Jaú, concentrávamo-nos mais nas histórias de vida e nos depoimentos sobre o começo das comunidades ou localidades, ao invés de voltarmos mais a atenção para depoimentos relativos a restrições ambientais ou a situações sociais conflituosas correlatas ou referentes a divergências internas das comunidades.

Por outro lado, nas interações desempenhadas individualmente, priorizávamos a coleta de histórias de vida para moradores e ex-moradores e de depoimentos para agentes institucionais, governamentais ou não; essa foi uma tendência geral, pois mesmo quando se tratava de agentes institucionais buscávamos questioná-los sobre aspectos de suas trajetórias individuais, e o contrário também aconteceu.

Foi também a partir da terceira viagem de campo que procuramos enfocar mais sistematicamente algumas situações sociais e captar narrativas de distintos momentos relativos à criação, implantação e implementação do PARNA-Jaú, orientando-nos pelas recomendações de van Velsen (1967: 143-147) de se considerar as ações dos indivíduos ao longo do tempo e buscar uma dimensão histórica através do recurso à memória dos sujeitos ou a outras fontes secundárias.

Priorizaram-se, assim, situações nas quais vários grupos sociais e instituições fizeram-se presentes, em especial aquelas nas quais houve disputas, e buscando diferentes

---

<sup>53</sup> Para uma distinção entre depoimentos e histórias de vida, consultar Queiroz (1988).

versões sobre as mesmas situações. Tentamos tecer as versões de moradores e ex-moradores com outras versões, apesar dessa tessitura ter sido de certa forma desbalanceada a favor de moradores e ex-moradores. Isso não foi nosso objetivo inicial, porém uma abordagem mais equilibrada colocar-nos-ia em posição ainda mais delicada em relação ao tempo disponibilizado pelo programa de doutorado e pelo financiamento da pesquisa.

Além dos depoimentos sobre situações passadas, chegamos a presenciar diretamente algumas delas<sup>54</sup>, das quais destacamos três: (1) duas que diziam respeito a ex-moradores do parque que migraram para Novo Airão - a reunião interna da Comissão de Moradores e Ex-moradores do rio Jaú e a reunião entre o MPF e um grupo de ex-moradores do rio Jaú, na sua maior parte residentes em Novo Airão<sup>55</sup> -; e (2) a situação social vivenciada na comunidade Tapiíra, quando um dos empreendedores americanos dos hotéis de pesca desportiva e recreativa passava pelas comunidades do rio Unini<sup>56</sup>.

Anexamos as situações sociais de maior interesse em nosso roteiro individual de campo<sup>57</sup>. Ao consultar o roteiro, o leitor atento perceberá que se considerou a ACP sobre o PARNA-Jaú como uma situação social (VAN VELSEN, 1967) e, ainda, como um contato misto, no qual apareceram normas e desvios (GOFFMAN, 1988).

Observamos também alguns vazios nas narrativas dos sujeitos abordados e até mesmo em suas agências, pois, obviamente, nem todos moradores e ex-moradores se mobilizaram, pelo menos durante a realização da pesquisa, em resposta ao processo institucionalização do PARNA-Jaú ou de efeitos da implementação de legislação ambiental no baixo e médio rio Negro. O mesmo se deu com relação a algumas outras questões mais dolorosas relativas ao uso de recursos naturais e outras práticas.

Isso não representou um problema por dois motivos: (1) não trabalhamos com uma excessiva expectativa *a priori* sobre a mobilização e a agência política de moradores e ex-moradores do PARNA-Jaú ou de populações locais no geral; (2) tivemos como premissa a possibilidade sempre presente de relações sociais assimétricas, seja no

---

<sup>54</sup> Merece menção também o fato de que duas de nossas companheiras de pesquisa, Ana Beatriz Vianna Mendes e Simone Vieira de Campos, acompanharam várias reuniões relativas ao Acordo de Pesca do rio Unini.

<sup>55</sup> A primeira foi realizada em 26/11/2004 e a segunda, em 08/12/2004.

<sup>56</sup> Em 02/08/2005.

<sup>57</sup> Disponível nos anexos.

diálogo de grupos locais com o Estado, representado por suas diferentes instâncias burocráticas<sup>58</sup>, seja nas relações entre diferentes grupos sociais locais e não-locais, e até mesmo tomando-se as relações internas de diferentes instâncias da burocracia governamental ou de grupos considerados relativamente homogêneos (HAAS, 1990; DAS, 1996; FERREIRA, 2001; GLUCKMAN, 1966a e 1966b).

Segundo Haas (1990), tomar o poder como mera imposição direta não possui riqueza analítica, assim sendo, tomamos de empréstimo sua proposta de que o poder seja concebido como a capacidade de uma coalizão estável de impor sua vontade pela força eleitoral ou pela habilidade gramsciana de socializar e persuadir os oponentes a se juntar ao que a coalizão prefere.

Obviamente, os limites do diálogo com o Estado e das próprias narrativas, individuais e coletivas, podem ser reestruturados ao longo do tempo. Esperamos que o presente trabalho possa contribuir de alguma forma para que isso ocorra.

#### **4. Os primeiros e últimos passos de nosso itinerário**

O trabalho que ora apresentamos também percorreu um caminho. No preâmbulo, resgatamos alguns dos seus primeiros passos. Fecharemos a conclusão com alguns outros, à luz do presente texto.

O projeto de pesquisa, com o tempo, demonstrou-se amplo em demasia, apesar de especificarmos que as relações sociais que desejávamos estudar eram aquelas travadas em torno do uso de recursos naturais do PARNA-Jaú e aquelas que incidissem sobre as decisões a respeito deles. Tivemos que efetuar recortes suplementares, pois os grupos, indivíduos e instituições analisados situavam-se em diferentes arenas - locais, regionais, nacionais, internacionais, globais.

Na continuidade das atividades acadêmico-científicas, mesmo a análise dos tipos de usos de recursos diretos e/ou indiretos mostrou-se mais complexa do que o previsto

---

<sup>58</sup> Como afirmou Veena Das (1999: 16-17), ao discorrer sobre três casos na Índia, muitas vezes as reações comunitárias à racionalização da vida e, destarte, ao monopólio estatal de decisões éticas, acontecem dentro dos limites previamente estabelecidos pela mesma lógica e pelo contexto histórico das organizações criticadas – no qual também se inserem os movimentos contestatórios. Um cenário onde o esforço de remoralizar áreas da vida esvaziadas de sentido pelo domínio das tecnologias de governança dos Estados nacionais, através da linguagem dos direitos culturais, pode vir a cair no vazio. Daí a sua proposta de uma nova teoria das comunidades.

inicialmente<sup>59</sup>. Por exemplo, no caso das relações entre IBAMA, FVA e moradores do interior e entorno do parque, constatou-se serem muito mais dinâmicas e descontínuas do que o esperado.

À época do projeto de pesquisa, críamos na existência de um reconhecimento geral por parte do órgão gestor da UC e da FVA em torno dos direitos dos moradores do parque, enquadrados na categoria de populações tradicionais, além de um reconhecimento a respeito da necessidade do fomento à sua participação nas questões referentes à unidade<sup>60</sup>.

Se por um lado, verificamos esse reconhecimento no plano normativo, de modo, às vezes, até banalizado, por outro, verificamos que, na prática, era entendido de forma muito distinta pela FVA, pelo IBAMA, ou pelas diferentes comunidades dos rios Jaú, Carabinani e Unini. O mesmo foi notado no que diz respeito à noção de empoderamento (*empowerment*)<sup>61</sup> e de participação social.

Tais aspectos não se restringem ao caso por nós estudado, pois, no geral, a categoria participação, à semelhança das de democracia e parceria, sujeita-se a uma disputa de significados e práticas, dentro da própria sociedade civil ou nas relações desta com setores do Estado ou do mercado (DAGNINO, 2002; CARVALHO, 1998; GRUPO, 1998/1999).

Outros aspectos do projeto de pesquisa inicial provaram-se problemáticos, o que era previsível, pois, grosso modo, tínhamos incorporado elementos de narrativas oficiais sobre o parque (cf. FVA/IBAMA, 1998; FVA, 1998).

Se existiam processos de negociação de uso de recursos no PARNA-Jaú, eles não eram lineares, nem se davam de modo homogêneo para todo o território da UC, um território tão diverso em si mesmo, nem se deviam exclusivamente e de modo unívoco a relações entre populações locais e IBAMA e FVA. O cenário também se intrincava pela diversidade interna e histórica destes dois agentes institucionais e das comunidades do

---

<sup>59</sup> Até porque algumas vezes trata-se de uma dicotomia mais tênue nos seus efeitos sobre os recursos naturais do que permite supor a lei do SNUC que faz essa distinção (BRASIL, 2000). Cf. também West & Brechin (1991).

<sup>60</sup> Nossas fontes para a elaboração do projeto eram secundárias (FVA/IBAMA, 1998; FVA, 1998).

<sup>61</sup> Para um histórico sobre o papel e apelo desse conceito no conservacionismo nacional e internacional e nos debates sobre presença humana em UCs, consultar, por exemplo, Vianna (1996), Brito (2000) e Ferreira (2004). Para uma crítica, do ponto de vista da Biologia da Conservação e disciplinas correlatas, ver Oates (1999), van Schaik & Rijksen (2002) e Peres (2002).

interior do parque.

Os tipos de relações travadas, por exemplo, entre a FVA e as comunidades possuíam conformações muito distintas: com diferenças marcantes entre as situações sócio-políticas da região central do parque e dos seus limites setentrionais, sendo que a influência do projeto sócio-ambientalista da ONG obteve, com o tempo, mais sucesso no limite norte do parque.

Isso foi facilitado por inúmeros fatores, como o fato da margem esquerda do rio Unini estar fora dos limites da unidade e de inexistir uma atuação fiscalizadora do órgão governamental gestor do parque, nos moldes da que se deu na foz do rio Jaú, desde princípios da década de 1980 até pelo menos agosto de 2005.

A possibilidade da conversão do parque como um todo em RESEX também se tornou menos factível em decorrência do veto, na versão final do SNUC, ao artigo 56, inciso II, que vislumbrava a mudança de UCs de proteção integral, criadas por legislação anterior e que tivessem a presença de populações tradicionais, em reserva extrativista ou de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2000).

Tendo-se em conta outro nível relacional, há de se considerar também as relações existentes entre FVA e IBAMA. As experiências de co-gestão e de parcerias entre Estado e ONGs constituem um evento institucional recente na sociedade brasileira e emergem como uma tendência em ascensão a partir dos anos 90.

Dagnino (2002: 288-289) viu-as como exemplar da possibilidade de uma confluência perversa, “entre um projeto participatório, construído, a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundando da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos”. Com o risco de culminar em uma relação instrumental, onde o Estado se interessa pelas competências específicas das ONGs e associa tais parcerias com experiências participativas que preencheriam as exigências legais de envolvimento das populações locais<sup>62</sup>, mas não partilha o poder decisório.

No caso de ONGs que trabalham com a questão ambientalista o risco seria ainda maior pelas dificuldades potencializadas de representação política, já que tentam representar

---

<sup>62</sup> Conforme previsto na legislação constitucional e, mais especificamente no caso das unidades de conservação, no SNUC (BRASIL, 2000).

interesses que estariam difusos, inexistindo uma articulação orgânica entre ONGs e os que visam representar, com cujo apoio poderiam contar no processo decisório (DAGNINO, 2002).

Assim, tais parcerias entre Estado e ONGs não devem ser imediatamente identificadas com participação social, pois uma multiplicidade de variáveis influenciam tais encontros institucionais, tornando-os desde uma mera prestação de serviços a uma experiência realmente participativa (DAGNINO, 2002; TEIXEIRA, 2002).

No caso do PARNA-Jaú, simplesmente apontaremos que, após o concurso de 2002, os funcionários do IBAMA não se referiam mais à experiência do parque como co-gestão, mas como cooperação técnica, ligada à execução de projetos de pesquisa. As atividades de pesquisa sempre foram marcantes na história da ONG, mas em documentos mais antigos, como o Plano de Manejo (FVA/IBAMA, 1998), a experiência era classificada como de co-gestão.

Houve, portanto, uma mudança na forma de se interpretar a relação, o que também se deveu a uma maior presença do IBAMA no âmbito local e à maior diversificação das atividades da própria FVA, em diversas áreas da região do rio Negro.

Deixaremos, porém, que o tema seja aprofundado por outros estudos, pois como alertamos previamente, uma maior delimitação do nosso escopo foi necessária, e, talvez, o distanciamento mais marcante do nosso projeto de pesquisa tenha sido justamente o do estudo das relações entre as duas instituições, em prol do privilegiamento do eixo moradores e ex-moradores – FVA e IBAMA, interpolado com questões caras ao conservacionismo e ao âmbito jurídico.

Mas as relações entre os dois agentes institucionais não foram desprezadas, antes emergirão como pano de fundo do palco de relações e de situações que descreveremos em maior detalhe, nos capítulos subseqüentes. É pertinente apontar, então, que utilizamos mais um terceiro pressuposto de Elinor Ostrom (1990), de grande relevância na consideração desse pano de fundo institucional, o de presumir que os indivíduos fazem o melhor que podem para enfrentar seus problemas, porque têm capacidades similares e limitadas de perceber e descobrir a complexa estrutura

ambiental. Adicionaríamos que tais limites ampliam-se à percepção que os indivíduos têm de suas próprias naturezas-culturas.

## **5. A organização da tese**

Milton Santos (1998: 11), na introdução, datada de maio de 1994, do seu livro *Técnica Espaço Tempo*, escreveu:

*“(...) Às vezes, quanto mais se pesquisa e se acumulam dados, inferências e idéias, mais se torna difícil encontrar a forma de expressão que, num dado momento, apareça como sendo capaz de incluir, de maneira hierárquica, todos os aspectos da problemática abordada (...)”.*

A pesquisa passou pela mesma circunstância de crise apontada por Santos (1998). Enfrentou-se, portanto, a complexidade do material colhido, individual ou coletivamente, e que foi acessado de diferentes formas, em diferentes momentos e com diferentes meios de obtenção.

Passado o momento de crise, apresentamos o seu resultado, o presente texto que se divide em três capítulos: Capítulo 1, *O SNUC e alguns de seus quase-sujeitos e quase-objetos*; Capítulo 2, *Olhando o PARNA-Jaú de dentro para fora*; Capítulo 3, *Olhando o PARNA-Jaú de fora para dentro*; e, por fim, nossas *Conclusões*.

## Capítulo 1

### O SNUC e alguns de seus quase-sujeitos e quase-objetos

#### 1. Introdução

O conceito de unidades de conservação é uma criação brasileira. Internacionalmente, convencionou-se referenciar o tema como áreas naturais protegidas, áreas silvestres ou simplesmente parques. No Brasil, outra especificidade é a existência das áreas de preservação permanente que poderiam, igualmente, incluírem-se no termo áreas naturais protegidas, por isso, ao longo do tempo, técnicos governamentais e conservacionistas consolidaram o termo unidades de conservação para demarcar sua especificidade (BRASIL, 2000; BRITO, 2000; WEST & BRECHIN, 1991; e, sobretudo, BARRETTO FILHO, 2001a)<sup>63</sup>.

O uso mais sistemático e deliberado do termo iniciou-se em finais da década de 1970 no Brasil (BARRETTO FILHO, 2001a), em alguns documentos oficiais, como o Diagnóstico do Subsistema de Conservação e Preservação de Recursos Naturais Renováveis (JORGE-PÁDUA *et al.*, 1978 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a) e o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, publicado em 1979 pelo IBDF (MILANO *et al* 1993 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a).

A primeira incorporação em um documento legal foi efetuada pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), na resolução número 011, de 3 de dezembro de 1987, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Ou seja, ocorreu um:

*“(...) misto de estabelecimento legal do termo, adoção política oficial do mesmo e fundamentação de princípio técnico – qual seja: a existência de categorias de manejo diferentes (parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas e outras) vinculadas a objetivos de conservação distintos (...)” (BARRETTO FILHO, 2001a: 15).*

Assim, neste capítulo retomaremos um pouco dos aspectos legais referentes às UCs, porém nos concentrando especialmente naqueles referentes à presença humana nesses espaços protegidos, e, mais amiúde, na lei que instaurou o SNUC (BRASIL, 2000). Também, sobre o SNUC, recuperaremos alguns dos embates surgidos ao longo

---

<sup>63</sup> A esse respeito, ver o interessante depoimento de Maria Tereza Jorge-Pádua, que foi Chefe do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, da Divisão de Pesquisa e Proteção à Natureza do IBDF, a Barretto Filho (2001a: 15-16).

de sua elaboração, dentro do ambientalismo brasileiro.

Justificaremos também a nossa opção pelo não uso da categoria populações tradicionais como categoria analítica e tentaremos demonstrar que a presença humana em UCs ainda permanece uma questão polêmica junto ao movimento ambientalista, não suplantada com a aprovação desse instrumento legal, apesar da pactuação que houve para a viabilização de suas aprovação e sanção (FERREIRA, 2004).

## **2. Breve histórico legal: o prelúdio das UCs**

No seu belo livro *Paisagem e Memória*, Simon Schama (1996) defendeu que a relação entre seres humanos e natureza ultrapassa a mera apropriação de recursos naturais, pois a natureza e a sua percepção seriam indivisíveis. A respeito da natureza selvagem, primeiramente, teria sido transformada em paisagens retratadas e, depois, apreciada.

O mesmo autor remontou a criação da primeira reserva do mundo, com critérios mais próximos das áreas naturais protegidas atuais, a uma lei de 1864 do Congresso dos EUA sobre Yosemite Valley. Correlacionou a lei à veneração das grandes sequóias, a manifestos contra as suas derrubadas e a eventos históricos daquele país. Nesse livro, pode-se dizer que há uma ênfase maior à questão dos valores simbólicos atribuídos à natureza. Nas palavras do autor:

*“(...)Só mesmo a convicção de que Yosemite e as Grandes Árvores constituíam irrefutável revelação da unicidade da república americana pode explicar a lei inédita que Abraham Lincoln assinou em primeiro de julho de 1864, em plena Guerra Civil, cedendo o local ao Estado da Califórnia, que, ‘para o usufruto (...) e lazer do povo, o manterá inalienável para sempre’ (...)” (SCHAMA, 1996: 198).*

Todavia, um outro marco institucional apontado como uma das origens do modelo atual de conservação mundial é a criação do primeiro parque nacional, em 1872, nos EUA, o Parque Nacional de Yellowstone. Seus objetivos foram, segundo Brito (2000), a socialização de belezas cênicas para as populações urbanas, com o suporte da corrente preservacionista, defensora da proteção de áreas naturais sem a presença humana, que se oporia à corrente conservacionista, cujo objetivo seria conciliar a

conservação da natureza à presença humana e aos seus usos (BRITO, 2000; cf. também DIEGUES, 1994, e BARRETTO FILHO, 2001a).

Apesar de, posteriormente, novos objetivos e valores terem sido acrescentados à noção de parque, como os advindos da Biologia da Conservação, enfatizando a conservação da biodiversidade, para Brito (2000), a oposição homem-natureza - ou, talvez, seria melhor dizer: a representação dessa oposição - teria deixado resquícios no modelo atual, principalmente nos países que mais tardiamente o adotaram, entre os quais o Brasil (GHIMIRE, 1993 *apud* BRITO, 2000: 22).

Entretanto, como salientou enfaticamente Barretto Filho (2001a), não se deve pensar o modelo de conservação brasileiro, voltado à proteção de determinados espaços circunscritos, como uma reprodução, estrito senso, do modelo norte-americano.

No Brasil, os primeiros parques nacionais a serem criados foram o Parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, e o Parque Nacional do Iguaçu, no estado do Paraná. A criação do primeiro deu-se em 1937. Os primeiros parques brasileiros foram cunhados com a ênfase em valores estéticos e científicos, seguindo determinações da Constituição de 1937 (PÁDUA & FILHO, 1979 *apud* BRITO, 2000; WWF, 1999)<sup>64</sup>.

A primeira referência legal brasileira a parques nacionais, estaduais e municipais, apareceu no Código de 1934. Eles eram definidos ambigualmente, destinando-se à conservação, embora o código permitisse o seu uso para extração florestal e desmatamento. Apesar disso, o código teria representado uma grande vitória, a de ir contra o excessivo privatismo brasileiro no uso da terra. Visou, também: (1) proibir o corte de árvores ao longo de cursos d'água, de árvores que serviam de abrigo a espécies raras ou que protegiam mananciais; (2) proibir o desmatamento de mais de três quartos das árvores de cada propriedade; (3) obrigar indústrias dependentes de madeira, como combustível e matéria-prima, a efetuar o replantio; e (4) criar uma Guarda Florestal. O código determinou, ainda, a criação de Conselhos Florestais no âmbito estadual (DRUMOND, 1999; DEAN, 2000: 151 e 274-277).

Por outro lado, o Código de 1934 teve várias falhas apontadas, como: (1) o proprietário de terras poderia cortar a madeira de maior valor comercial e permitir o renascimento

---

<sup>64</sup> Na introdução, mencionamos o caso do PARNA-Itatiaia, através do trabalho de Célia Serrano (1993).

da capoeira, declarando ter feito replantio; (2) a limitação de corte de três quartos das árvores poderia ser burlada pelo fracionamento da propriedade; (3) as indústrias livravam-se das suas especificações pela contratação de empreiteiros. Além disso, a lei não funcionou na prática, pois a Guarda Florestal não foi instalada, os municípios não criaram as comissões de consultoria florestal previstas, o Conselho Federal de Florestas restringiu-se a arborizar a cidade do Rio de Janeiro e o Serviço Florestal não conseguia responder aos pedidos de derrubada dos proprietários, exigidos por lei (DEAN, 2000: 277-278).

Em 1948, criaram-se novas categorias de áreas protegidas pelo decreto legislativo de número três, sem, contudo, representar mudanças significativas nas categorias existentes até então. As categorias tratadas no decreto foram: parque nacional, reserva nacional, monumento natural, reserva de região virgem (WWF, 1994 *apud* BRITO, 2000: 56-57).

Com o golpe militar de 1964, adveio a preocupação com a proteção do “patrimônio nacional”, e vários decretos e leis sobre os recursos florestais foram gerados. Assim, em 1967, foi promulgado um novo Código Florestal, lei n.º 4.771. Ele ampliou os conceitos de parques, reservas biológicas e florestas nacionais, estaduais e municipais, dando-lhes finalidades específicas, e estabeleceu a possibilidade da transformação de florestas particulares em unidades particulares de preservação permanente (DEAN, 2000: 303-304).

No entanto, as categorias ficaram esvaziadas pela falta de manejo. O primeiro código de manejo geral, publicado pelo IBDF, sem o poder de lei surgiria somente em 1979. Outros pontos falhos teriam sido: (1) a falta de um dispositivo que permitisse a garantia da prerrogativa de manutenção de 20% da terra florestada das propriedades, pois inexistiam mecanismos para impedir o fracionamento da terra e a derrubada da terra florestada; (2) a falta de uma melhor definição do que era definido como utilidade pública ou interesse social, pois poderia ser utilizado a favor da retirada de recursos florestais; (3) o não impedimento aos proprietários autorizados a efetuar derrubadas de substituírem a floresta nativa por arvoredos homogêneos; (4) a confusão entre a

propriedade da floresta e a propriedade do solo, o que fez com que o código esbarrasse no direito de propriedade (DARELA & LITAIFF, 2000: 37; DEAN, 2000: 304; DRUMOND, 1999; VICTOR, 1975 *apud* BRITO, 2000: 57-58).

No ano de 1979, adveio o *Regulamento dos Parques Nacionais*, pelo decreto de número 84.017, de 21 de setembro de 1979, que primeiro estabeleceu a exigência de planos de manejo para todos os PARNAs. Determinou ainda que, para a consecução dos planos, dever-se-iam utilizar técnicas de planejamento ecológico, e que esses instrumentos estipulassem o zoneamento dos parques (BRITO, 2000: 61; BARRETTO FILHO, 2001a).

1979 também foi o ano em que o IBDF apresentou a *I Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil*, no qual a Amazônia era indicada como região prioritária para o estabelecimento de novos espaços voltados à conservação (MILANO, 2001 *apud* BRITO, 2000: 61).

Brito (2000: 61) interpretou o documento como um marco, porque, pela primeira vez, apareceram “oficialmente as bases conceituais nas quais o poder público federal já vinha e continuaria se apoiando, para o estabelecimento e gestão de suas unidades de conservação”, portanto, representara um avanço por “apontar a necessidade do uso de critérios eminentemente técnico-científicos na criação de unidades de conservação e na definição de suas categorias, além de prever outras categorias”, tais como monumento nacional, santuário de vida silvestre, estrada, parque, dentre outros (BRASIL, 1989b *apud* BRITO, 2000: 61). Também se correlacionava ao *II Plano Nacional de Desenvolvimento*, que requeria a designação de alguns espaços a serem protegidos (BRITO, 2000: 61).

A *II Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil* datou de 1982. O documento prescreveu quais seriam os objetivos de conservação da natureza<sup>65</sup>, e visou, novamente, definir critérios técnico-científicos para a seleção das áreas a serem conservadas, e também para a sua implantação, e estabelecer novas categorias de manejo (BRITO, 2000: 64-65)<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Segundo Brito (2000), a base da definição dos objetivos fora Jorge-Pádua (1978), com base em trabalhos de K. D. Thelen e K. R. Miller, de 1976, e da UICN.

<sup>66</sup> A respeito das duas etapas do plano, conferir também Barretto Filho (2001a) que também forneceu exemplos empíricos de como tais critérios foram aplicados na prática e, portanto, permitiu desmistificar

No ano de 1984, o decreto n<sup>o</sup> 89.336 definiu as categorias de reserva ecológica e área de relevante interesse ecológico, sob a alçada da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com algumas inovações conceituais: (1) a criação de ambas em áreas contíguas, para que a segunda funcionasse como zona de amortecimento da primeira; (2) a introdução da representatividade da biodiversidade, como critério para a escolha das áreas, e a combinação de proteção ecológica e pesquisa científica; (3) a determinação da criação de ambas somente em áreas públicas ou desapropriadas para esse fim e a proibição da diminuição dos limites das estações ecológicas, passíveis apenas de remanejamento (BRITO, 2000: 66; NOGUEIRA NETO, 1991 *apud* BRITO, 2000: 59-60; cf. BARRETTO FILHO, 2001a).

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, foi considerada positiva juridicamente para a conservação pelo reconhecimento da importância de determinados biomas brasileiros em seus aspectos naturais e sociais (ISA, 2001). Assim, o parágrafo 4<sup>o</sup>. do artigo 225 afirmou que:

*“(...) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (...)” (BRASIL, 1988 apud ISA, 2001: 3).*

Como visto na introdução, através da lei 7.735<sup>67</sup>, foi criado o IBAMA, em 1989, por meio da fusão do IBDF com a SEMA e duas superintendências, a SUDEPE e a SEDHEVEA (BRITO, 2000; SANTILLI, 2005: 30).

Segundo a avaliação de Brito (2000: 74), a estrutura organizacional do órgão resultante da fusão de 1989 culminou em problemas “tanto para cumprir as diferentes atribuições que lhe cabem, quanto para facilitar a descentralização das suas ações”.

Alguns depoimentos que colhemos convergem para essa crítica da fusão. O primeiro deles foi obtido em entrevista com o biólogo Carlos Alfredo Joly<sup>68</sup>, apesar dele ter

---

uma aura estritamente técnico-científica na criação de UCs. Recuperaremos algumas das observações desse autor a respeito disso e que se referiram ao PARNA-Jaú, a seguir.

<sup>67</sup> Lei que objetivava unificar a política ambiental brasileira e também a sua administração (VIANNA *et al.* 1994 *apud* BRITO, 2000: 67).

<sup>68</sup> É docente titular do Instituto de Biologia da UNICAMP, com especialidade em ecofisiologia de plantas neotropicais. Como ator relevante nas questões relativas à institucionalização das questões sócio-ambientais, foi um dos assessores da *Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente* da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, e acompanhou, igualmente, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Além disso, trabalhou na Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo (SMA), durante a gestão do secretário Fábio Feldmann. Em 2002, integrou a delegação brasileira na *Cúpula*

presenciado mais de perto o trabalho da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), através da figura de Paulo Nogueira Neto<sup>69</sup>, cujo trabalho competia (ao menos formalmente) com o do IBDF, na proteção de ecossistemas, por meio das estações ecológicas (BRITO, 2000; BARRETTO FILHO, 2001a):

*“(...) a junção do IBDF com a SEMA foi desastrosa. Foi desastrosa, assim, na sua implantação porque você pôs órgãos com filosofias e missões completamente diferentes, que de repente foram unificadas. Você pôs equipes com qualificações muito diferenciadas para trabalhar em conjunto... E, ainda, você tinha um problema de estrutura de carreira que eram diferentes porque (...) ficavam em autarquias em níveis diferentes dentro do governo... Então, você tinha a pessoa desenvolvendo a mesma atividade com pagamentos diferentes (...)” (em entrevista à autora em 11/03/2005).*

O segundo foi o do ex-deputado Fábio Feldmann<sup>70</sup>, que convergiu com o primeiro:

*“(...) O IBAMA foi formado através de uma medida provisória em fevereiro de 1990, nos primeiros meses de 90, sem nenhuma discussão prévia com a sociedade brasileira, e até hoje sem que ninguém saiba a origem da iniciativa que gerou a fusão (...) E eu acho que os quinze anos do IBAMA o saldo é muito negativo (...) por várias razões. (...)”*

*Em relação ao ponto que você está falando, que é das unidades de conservação, eu também acho que o IBAMA tem problemas estruturais muito sérios e o IBAMA vive hoje um grande conflito, que é tentar implantar as unidades de conservação existentes ou continuar ampliando as unidades (...) Agora, eu, pessoalmente, eu devo te dizer que eu repensaria o IBAMA como ele existe hoje, a minha tendência pessoal é a extinção do IBAMA. Quer dizer, porque eu acho que é uma instituição altamente corporativa<sup>71</sup>, muito pouco permeável à (...) influência da sociedade (...)” (em entrevista à autora em 11/03/2005).*

Sobre a gestão das UCs pelo IBAMA, Feldmann ressaltou ainda a importância dos

---

*Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Rio + 10*, em Johannesburgo, na África do Sul. Nos trabalhos da Constituinte, Joly compôs a equipe que trabalhou com o então deputado federal Fábio Feldmann, na redação do artigo 225 da futura Constituição Federal. Fonte: texto repassado por e-mail para a autora pelo próprio C. A. Joly. Há também uma versão de sua trajetória disponível em <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.14010.html> (acessado em: 29/03/2006).

<sup>69</sup> A criação da secretaria foi instituída pelo decreto de número 73.030, de 30 de outubro de 1973 e estava alocada no Ministério do Interior (BARRETTO FILHO, 2001a: 183-190). A mesma fonte diz o seguinte sobre Paulo Nogueira Neto:

*“(...) Dr. Paulo Nogueira Neto, professor titular do Instituto de Biociências da USP e fundador da Associação de Defesa do Meio Ambiente (ADEMA) – ONG ambientalista sediada em São Paulo-, ao chegar de Estocolmo [da Conferência de Estocolmo] foi convidado para assumir a SEMA, tendo tomado posse em janeiro de 1974 e permanecido até junho de 1986 (...)” (BARRETTO FILHO, 2001a: 185).*

Por outro lado, os preceitos para a criação das ESECs e das APAS foram definidos pela lei número 6.902, de 28 de abril de 1981, e pelo decreto número 88.351, de 1 de junho de 1983 (BARRETTO FILHO, 2001a: 188). E, posteriormente, pelo SNUC (BRASIL, 2000).

<sup>70</sup> Elegeu-se deputado federal por três vezes consecutivas. Foi secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo entre 1995 e 1998. No período de 1997 a 2002, integrou a delegação brasileira nas *Conferências das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas*. No ano 2000, tornou-se Secretário Executivo do *Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas*. Fonte: <http://www.ambientebrasil.com.br/educacao/index.php3?> (acessado em: 29/03/2006).

<sup>71</sup> Para ele, esse modelo de governança poderia ser melhorado com um outro mais ligado aos contextos locais das UCs, ou seja, variável de unidade para unidade, onde o IBAMA seria somente um dos parceiros, mais transparente e com uma fiscalização preventiva menos pontual, que contasse com os recursos tecnológicos já disponíveis.

gestores, dados o tamanho do país e a falta de uniformização das gestões, especialmente no trato das populações tradicionais e locais, mas afirmou acreditar que a forma de gestão tornou-se mais democrática com o tempo.

No âmbito internacional, a criação de parques tornou-se um fenômeno global após a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, o que trouxe especificidades no uso da categoria em diferentes países e a criação de novas categorias (MACHLIS & TICHNEL, 1985 *apud* BRITO, 2000: 20).

Por conseguinte, várias iniciativas internacionais foram realizadas com o intuito de tratar o conceito da categoria parque, seus objetivos e suas formas de manejo. A UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza, fundada, em 1948, como UIPN, União Internacional para a Proteção da Natureza)<sup>72</sup>, teve um relevante papel nesse processo (BRITO, 2000: 24-34).

Do ponto de vista das diretrizes internacionais para a categoria parque, entre o I e o IV Congresso Mundial de Parques, ocorridos respectivamente em 1962 e 1992, houve uma progressiva incorporação das temáticas humanas<sup>73</sup>. Constituiriam exemplos disso a incorporação do conceito de zoneamento, o aparecimento de algumas exceções à não presença humana, uma preocupação com a expulsão de grupos étnicos de áreas que se tornaram parques (BRITO, 2000: 24-34).

Para Brito (2000), na comparação com tais diretrizes internacionais, os objetivos da categoria parque no sistema legal brasileiro mostrar-se-iam mais rígidos à presença humana do que as propostas da UICN. Quanto à tentativa de uniformização do uso das categorias de manejo utilizadas nos diferentes países, a UICN propôs ainda uma classificação em 1978, revendo-a em 1994 (BRITO, 2000: 33).

No âmbito jurídico brasileiro, uma das leis mais cruciais recentes que trata das unidades de conservação foi aprovada em 2000, a lei federal de número 9.985. Ela instaurou o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), visou regulamentar o artigo 225, parágrafo 1º., incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, criar critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000).

---

<sup>72</sup> Essa mudança de denominação deu-se em 1965 (Brito, 2000). Sua denominação internacional, atualmente, é The World Conservation Union (Fonte: [www.iucn.org](http://www.iucn.org), acessado em: 14/09/04).

<sup>73</sup> O V Congresso Mundial de Parques ocorreu entre os dias oito e dezessete de setembro de 2003, em Durban, na África do Sul (Fonte: <http://www.iucn.org/themes/wcpa/wpc2003/>).

A elaboração do SNUC foi por nós considerada como uma situação social (VAN VELSEN, 1967), exemplar para se pensar os conflitos a respeito da presença humana em UCs, como mostraremos no tópico seguinte.

### **3. Criando um Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Ferreira (2004: 56) destacou que a aprovação e a sanção da lei do SNUC (cf. BRASIL, 2000), apesar dos vetos e de outras críticas que podem ser feitas ao seu resultado final, resultou de acordos entre os sujeitos, tais como ONGs e agências governamentais, apesar dos inúmeros embates que ocorreram em audiências públicas, seminários e reuniões técnicas.

Pode-se afirmar que essa observação converge com a postura de Barretto Filho (2001a: 19), quando discorreu a respeito da elaboração e consolidação de termos como unidades de conservação, categorias de manejo, usos diretos e indiretos, legitimados pelo corpo legal e outros documentos técnico-burocráticos:

*“(...) Os documentos e depoimentos aqui referidos deixam entrever, assim, a situação de embates que marcou a elaboração das disposições normativas mínimas e fundamentais hoje existentes, bem como alguns dos planos governamentais sobre UCs, parques nacionais e reservas equivalentes no Brasil. Isso aponta para o quanto as normas e os conceitos nelas definidos resultam de lutas históricas específicas entre diferentes projetos e concepções, representando sempre uma cristalização provisória da correlação de forças entre os agentes que as produziram (...)”.*

É claro que o que se chama de provisório, depende da escala de tempo considerada, pois, como vimos em Thomaz (2002)<sup>74</sup>, as leis estabelecem uma relação dinâmica, em via de mão dupla, com a realidade.

Destarte, discutiremos um pouco do próprio SNUC e das correlações de força que se manifestaram durante sua construção, que remetem a temas de interface entre o conservacionismo e as políticas públicas voltadas às UCs e aos quase-sujeitos que as afetam e/ou são por elas afetados.

O deputado Fábio Feldmann<sup>75</sup>, um dos relatores do projeto de lei do SNUC, entre 1992-1995, em depoimento à autora, descreveu a existência de duas linhas principais, no ambientalismo brasileiro, em torno da questão da presença humana em UCs: (1) a

---

<sup>74</sup> Na introdução.

<sup>75</sup> Em entrevista a autora em 11/03/2005.

defensora da existência de áreas resguardadas da interferência humana, em prol, por exemplo, do conhecimento do funcionamento e da operação dos ecossistemas pelas futuras gerações; e (2) outra defensora da presença das populações tradicionais e, em geral, bem mais tolerante à presença humana nos espaços sob regime de proteção<sup>76</sup>.

Outra qualificação corrente para designar essas duas posições é a de preservacionista, no primeiro caso, e a de conservacionista, no segundo (cf. Brito, 2000, e Dignes, 1994). Entretanto, sentimos um certo descontentamento com essa terminologia, pois acreditamos inexistir uma dicotomia absoluta entre ambas, como o demonstrou Ferreira (2004), embora a dicotomia possa ser bem marcante do ponto de vista discursivo.

Isso porque, mesmo dentre os setores mais contrários à presença humana em UCs de proteção integral, muitas vezes, há aqueles que precisam readequar suas ações, em seus espaços de atuação, onde corriqueiramente se deparam com a presença humana (cf. JACINTO, 1998).

Geralmente, as posições associadas com o conservacionismo e o preservacionismo, enfatizam, de um lado, os direitos de grupos humanos que ocupam áreas que se transformaram em áreas protegidas, e, do outro lado, os valores estéticos e científicos atribuídos a tais áreas, como um todo, e/ou à parte de seus elementos constituintes, como, por exemplo, na forma de alguma espécie particular da flora ou da fauna que esteja mais ameaça de extinção (WEST & BRECHIN, 1991).

Os setores mais contrários à presença humana em UCs destacam que as unidades de uso sustentável são de futuro incerto do ponto de vista da manutenção da biodiversidade, e que determinadas espécies, como os mega-herbívoros e os carnívoros de topo de cadeia, seriam especialmente suscetíveis à presença e aos usos humanos (TERBORGH & VAN SCHAİK, 2002: 28-29). Todavia, seus expoentes costumam dar pouca atenção à realidade local e o contexto sócio-histórico no qual as UCs foram criadas.

Os dois representantes da posição mais identificada com o preservacionismo, Fábio Feldmann e Carlos Alfredo Joly, que foram companheiros durante a elaboração do artigo 225, da CF, e também na SMA, apresentaram a opinião de que a cisão dentro do

---

<sup>76</sup> No Brasil, a segunda posição é costumeiramente denominada de sócio-ambientalista.

ambientalismo a respeito da presença humana em UCs foi suplantada com a aprovação do SNUC, pela co-existência dos dois grupos de categorias de unidades, as de uso sustentável e as de proteção integral. Entretanto, nós argumentaremos que o debate sobreviveu e ainda se faz presente.

Faremos, então, uma síntese histórica mais detalhada da tramitação do projeto de lei do SNUC, baseada em fonte secundária<sup>77</sup> e na memória de alguns de seus participantes.

Em 1988, o anteprojeto de lei do SNUC foi elaborado pela Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) por uma demanda do IBDF (cf. também BRITO, 2000). Realizaram-se várias reuniões técnicas em *workshops* em São Paulo e Brasília. No ano posterior, o IBAMA recebeu o anteprojeto e ele seguiu para ser analisado, discutido e aprovado no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), onde permaneceu por três anos. Foi encaminhado, então, à Casa Civil da Presidência da República onde teve a supressão dos “dispositivos que criminalizavam as agressões às UCs”, substituídos “por sanções administrativas, sob protestos das ONGs ambientalistas” (FERREIRA, 2004: 56).

Na avaliação de Brito (2000: 67), a primeira versão do anteprojeto continha uma hierarquização entre os dois grupos de categorias de UCs, a favor das categorias de proteção integral.

Em 1992, o documento foi conduzido à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM), na Câmara Legislativa, e, em dezembro, passou à relatoria do deputado federal Fábio Feldmann, com a assessoria de Maurício Mercadante.

Dois anos depois, o MMA iniciou o debate do anteprojeto e de seus substitutivos. Em fins de 1994, o relator apresentou um substitutivo preliminar. Ferreira (2004) registrou que, para o assessor do relator, tal substitutivo era preservacionista em relação à versão do Poder Executivo (FERREIRA, 2004).

O próprio Feldmann explanou que, durante o período em que era relator, o conceito de populações tradicionais não foi utilizado, apesar dele dizer que ele próprio não era contra a introdução de conceitos no corpo legal. Por outro lado, criticou um uso

---

<sup>77</sup> Principalmente Ferreira (2004: 55-57).

banalizado da categoria, e a sua apropriação por invasores de UCs:

“(...) porque eu acho que a distinção importante é: o que é população tradicional e não confundir população tradicional com população, ainda que seja população pobre, carente, em unidade de conservação. Porque quando eu fui Secretário de Meio Ambiente [de São Paulo, entre 1995-1998], nós tínhamos muito problema de invasões de unidades de conservação, quer dizer, por população que não era tradicional e que acabava, inclusive, de certa maneira, tentando criar uma modalidade de (...) população tradicional (...)” (em entrevista à autora em 11/03/2005).

Efetou-se uma nova mudança de relator em 1995, que passou a ser o deputado federal Fernando Gabeira. No período de Gabeira, foram realizados amplos debates a respeito da realidade empírica de UCs que contavam com a presença humana de populações tradicionais e/ou rurais, além da proposição da categoria de UC de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (FERREIRA, 2004).

Pode-se dizer que a relatoria de Gabeira inaugurou um novo período de discussões e de maior abertura ao tema da presença humana em UCs, que, pelo menos a princípio, não agradou a todos os setores do ambientalismo preocupados com a conservação e/ou preservação via áreas naturais protegidas.

Inclusive, dois dos artigos que seriam vetados na versão final, o de número 56, do capítulo VII, que permitiria a mudança de categoria de UC no caso de presença de população tradicional, e ao inciso XV do artigo de número 2, que continha a definição de população tradicional, foram incluídos durante essa relatoria<sup>78</sup>.

A insatisfação de parcela dos ambientalistas com as mudanças do período de Gabeira manifestou-se, por exemplo, no boicote de alguns setores ao *Seminário Internacional sobre Presença Humana em UCs*<sup>79</sup>, realizado em Brasília, em 1996<sup>80</sup>, como parte das discussões em torno do projeto de lei do SNUC (JACINTO, 1998).

A oposição deu-se via um manifesto assinado pela *Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação* (Rede Pró-UCs), datado de novembro de 1996, que foi lido no seminário

---

<sup>78</sup> Fonte: depoimento de Carlos Alfredo Joly, em entrevista a autora em 11/03/2005. Ver também Ferreira (1996). Tornaremos a discutir os dois vetos a seguir.

<sup>79</sup> Organizado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados (CDCMAM), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Instituto Sócio-Ambiental (ISA), Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAAM), Sociedade Civil Mamiará e o Banco Mundial, e que contou com o apoio do Conselho Britânico e do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PPG7) (JACINTO, 1998).

<sup>80</sup> Em função dessa crítica, um outro evento similar acabou sendo realizado posteriormente. Fonte: depoimento de Gilney Viana, secretário da SDS-MMA, entrevistado pela autora em 07/11/2005, em Brasília-DF.

pelo deputado federal Gilney Viana<sup>81</sup>. Nele, o seminário é criticado por ter um caráter enviesado e por tratar do tema abandonando o que o documento afirma ser a questão principal: “a proteção integral do patrimônio natural nacional” nos locais onde ela pode acontecer.

Jacinto (1998: 7-12) articulou o episódio acima com a realização da primeira versão do CBUC, realizado em Curitiba, em novembro de 1997. A organização do congresso, à época, ficou a cargo da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Ambiental do Paraná, da Universidade Livre do Meio Ambiente e da Rede Pró-UCs. A moção de repúdio, aprovada no final do congresso criticava o substitutivo de lei do SNUC.

A moção de repúdio reforçava a importância das UCs de proteção integral e criticava o relator de querer usar as UCs para fazer a reforma agrária<sup>82</sup>. Conforme a reportagem do Correio Brasiliense, de 23/11/1997, o substitutivo abriria a possibilidade para que os moradores de tais unidades pudessem permanecer nas mesmas e as auxiliar. Ao criticar as mudanças no projeto de lei, Miguel Milano declarou que o projeto original, discutido entre 1988 e 1992, no CONAMA, estava maduro à época, e fora piorado desde então, por interesses políticos.

Em entrevista, o secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SDS-MMA)<sup>83</sup>, Gilney Viana<sup>84</sup>, lembrou a oposição ao seminário:

---

<sup>81</sup> Assinaram o manifesto: FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental), GEEP-Açungui (Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná – Açungui), Fundação O Boticário, FUNATURA (Fundação Pró-Natureza), TNC (The Nature Conservancy), IWR-BR (Coalizão Internacional para a Vida Silvestre), PANGEA (Associação Ambientalista Internacional), ADEG-ADT e Fundação Biodiversitas. Encontramos os nomes, que aparecem como siglas em Jacinto (1998) e no manifesto que ela reproduziu no anexo do seu trabalho, na página eletrônica da Rede Pró-UCs: <http://www.redeprouc.org.br/associadas.html> (acesso: 27/01/05). Constituem exceções: a ADEG-ADT e a TNC, que não apareciam mais como instituições associadas, mas, como a TNC é extremamente conhecida, pudemos identificar seu nome por extenso, o que infelizmente não se deu no caso da ADEG-ADT.

<sup>82</sup> BENTO Filho, Warner. “Deputado do Partido Verde é o novo alvo dos ecologistas”. Correio Brasiliense, Brasília, 23/11/1997, p. 11. O autor da reportagem, por sua vez, cita a fala de Miguel Milano. Como o que fez com o manifesto, Jacinto (1998) reproduziu a reportagem no seu anexo A. Em Ferreira (1996), a acusação de setores do ambientalismo do uso do SNUC para a reforma agrária também foi registrada.

<sup>83</sup> Entrevistado pela autora em 07/11/2005, em Brasília-DF.

<sup>84</sup> Gilney é médico, mineiro, radicado desde o começo da década de 1980 no estado do Mato Grosso, onde se graduou e se tornou professor da Universidade Federal do Mato Grosso e coordenou a ONG Flor do Cerrado. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, em 1980, e, no Mato Grosso, em 1981. Foi o primeiro deputado federal eleito pelo PT do Mato Grosso em 1994. Em 1998, foi eleito deputado estadual no mesmo Estado e pelo mesmo partido. Fontes: entrevista realizada

*“(...) nós tínhamos uma discussão entre os ambientalistas que acabou sendo internalizada na Câmara, em (...) um ponto muito interessante. É: em que ponto você pode considerar (...) uma unidade de conservação de uso restrito, (...), de proteção integral, se dentro delas comportava alguma margem de comunidades, fossem elas tradicionais ou não. Você sabe que tem uma linha de ambientalismo muito radical, que não aceita que em unidades de proteção integral haja (...) uma população, seja ela qual for. Mesmo que ela tenha uma convivência amigável com o meio ambiente. E, eu me lembro que eu promovi (...) um seminário, e essa parte sabotou (...) e até obrigou a gente a fazer um outro seminário (...)*

*Isso foi em 96, se eu não me engano (...). E são pessoas conhecidas que lideraram (...) essa posição e que até hoje lideram essa posição (...) Então, (...) no final de contas o relator, que foi o deputado Gabeira, ele tentou contemplar minimamente essa possibilidade admitindo que alguma margem, uma porcentagem mínima, (...), até um certo tempo, até que a polêmica ou a justiça daquela ocupação fosse decidida (...)” (em entrevista à autora em 07/11/2005).*

O secretário interpretou o boicote como uma forma válida de tais lideranças chamarem a atenção para seus ideais. Mas ressaltou que o propósito do seminário era o de se instaurar o debate acerca do projeto de lei, para que os deputados tirassem o melhor das diferentes contribuições e que, portanto, se houvesse um viés em sua primeira versão, ela não fora proposital.

Recordou quais foram os argumentos e as críticas desferidas pela Rede Pró-UCs:

*“(...) primeiro, (...) que para proteger a biodiversidade (...) você precisa ter unidade de proteção integral, essa coisa toda, que em tese está correta; (...) e você precisa ter (...) uma porcentagem, em tese dez por cento de um bioma, (...), que é uma recomendação. E, então, que (...), tendo-se uma baixa porcentagem de unidades de conservação de proteção integral, você fazer abertura para que até elas tivessem um grau de ocupação humana (...) podiam fragilizá-las, submetê-las à depredação, e dificultar a pesquisa, a proteção (...) das espécies. E, nesta ocasião, (...), algumas pessoas e algumas lideranças e algumas organizações, elas foram à comissão, foram ao encontro e fizeram (...) um tipo de um manifesto, uma proposta... Eu já não lembro mais como é que foi o texto (...). Mas eu me lembro claramente que (...), primeiro, eles acharam que não era representativo (...) E, segundo, eles achavam assim que, mesmo no tema da discussão, que não contemplava as teses que eles defendiam (...). E, terceiro, eles achavam que (...), de uma certa forma, ele tinha um certo desvio (...)” (em entrevista à autora em 07/11/2005).*

Diante deste cenário apaixonado, no final de 1996, a Casa Civil impediu a votação do projeto do SNUC, após negociações entre agências ambientais governamentais, ONGs ambientalistas e deputados envolvidos com a matéria, com a “alegação da existência de dispositivos inconstitucionais e outros que implicariam um aumento de despesa por parte do governo” (FERREIRA, 2004: 56).

Para Ferreira (2004), a decisão derivou da pressão de setores governamentais, contrários ao substitutivo que considerariam pouco conservacionista. Gostaríamos de acrescentar que a pressão partiu também de setores do próprio movimento

---

em 07/11/2005, pela autora; <http://www.ambientebrasil.com.br/educacao/index.php3?> (acessado em: 29/03/2006) e Folha online (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42145.shtml>, acessado em: 29/03/2006).

ambientalista.

No ano de 1998, adveio uma articulação entre setores da sociedade civil (ONGs ambientalistas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável) ao redor de propostas para o projeto de lei, de caráter mais preservacionista, que foram acatadas na sua quase totalidade pelo relator (FERREIRA, 2004).

Então, “esse momento culminou com a campanha de mobilização pela aprovação do projeto de lei e os principais atores foram o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC)” (FERREIRA, 2004: 56).

Finalmente, em 19 de julho de 2000, depois de oito anos de tramitação no Congresso Nacional, a lei foi aprovada e assinada pelo vice-presidente da época, embora com os mencionados vetos dos aspectos mais polêmicos (FERREIRA, 2004).

A longa tramitação, segundo Carlos Alfredo Joly, não era esperada, pois, em função da aliança ambientalista alçada durante a Assembléia Constituinte<sup>85</sup> e da realização da Eco-92, havia uma expectativa entre os ambientalistas de que o processo fosse mais rápido.

É interessante notar que, apesar dos abalos mais intensos durante o período da relatoria de Gabeira, representantes das duas posições, a mais favorável às UCs de proteção integral e a mais permeável à presença humana, salientaram a positividade da versão final do SNUC.

Nesse sentido, Feldmann e Joly<sup>86</sup>, da primeira posição, observaram que, de modo geral, houve uma mudança dos vários setores do ambientalismo em direção a uma maior flexibilização em relação à presença humana em UCs, na medida em que se passou a acatar a co-existência de dois tipos de UCs, as de proteção integral e as de uso sustentável. Com ambos enfatizando a importância do respeito a tal divisão. A versão final teria sido positiva ainda, pois, até o seu advento, a criação de UCs brasileiras dava-se, nas palavras de Feldmann, através de uma “estratégia de

---

<sup>85</sup> Descreveu que Feldmann, à época, organizou uma frente “parlamentar verde” no Congresso com mais de cem deputados.

<sup>86</sup> Ambos entrevistados pela autora em 11/03/2005.

resistência”.

Para Joly, que teve em conta o período do feitiço do artigo 225 até a aprovação da versão final do SNUC, mesmo os setores ambientalistas mais impermeáveis à presença humana em UCs flexibilizaram suas posturas, ao longo das negociações.

É interessante notar como suas reflexões destacaram a sua própria reação inicial negativa à inclusão do tema das populações tradicionais, à época de Gabeira. Em seu relato, o evento perpassa a sua trajetória individual acadêmico-científica<sup>87</sup>:

*“(...) A primeira discussão, em final de 95 para 96, que a gente percebeu que isso tinha sido incluído, a minha reação no momento foi: “ah, descaracterizaram o projeto; estão contemporizando para conseguir ver se aprovam, se aprovarem isso, não, não vai resolver”. E acho que levou algum tempo a mais para as pessoas assimilarem que (...) não dá para tampar o sol com a peneira. As populações estão lá, elas já estavam lá e você vai precisar achar (...) uma forma adequada de lidar com isso. Eu acho que também (...) a gente começou a ter um pouco da visão do que acontecia com populações que são transferidas. Não só por unidades de conservação, mas o que acontecia com populações que foram transferidas para construção de barragens (...)” (em entrevista à autora em 11/03/2005).*

Para Feldmann, a co-existência dos dois grupos de UCs inaugurou, também, um período menos conflituoso de criação das unidades. Como para Joly, o problema seria que, no passado, ter-se-ia selecionado as áreas e as categorias de manejo de modo inadequado. Nas palavras do ex-relator:

*“(...) Acho que o problema decorre fundamentalmente de você estabelecer unidades de conservação de modo equivocado. Eu acho que (...) na recategorização das unidades, (...) depende (...) de você reconsiderar. (...). Que eu acho que houve uma evolução que eu acho que ela é importante, é o seguinte: quer dizer, até recentemente as unidades de conservação elas eram, na verdade, estabelecidas e gerenciadas completamente dissociadas do contexto em que elas se colocavam. E, portanto, os conflitos eram e permanecem, muitas vezes, evidente, assim quase que insuperáveis. Eu acho que a transformação de paradigma que se deu, porque hoje eu acho que a implantação de uma unidade de conservação, ou a manutenção de uma unidade de conservação, ela cada vez mais ela se insere numa estratégia de sustentabilidade do desenvolvimento de uma determinada região (...)” (em entrevista à autora em 11/03/2005).*

Gilney Viana também fez uma avaliação positiva, na qual destacou a maior abertura do SNUC à presença humana. Tal abertura foi por ele interpretada como mais adequada à realidade empírica e como uma opção estratégica politicamente, sem haver submissão total à lógica da ocupação, pois a maior parte dos espaços do território nacional já estaria ocupada, mesmo em regiões do interior ou de fronteira. Na Amazônia, igualmente existiriam pressões sociais contra a instauração de novas UCs de proteção integral.

---

<sup>87</sup> Divisa-se, então, algumas das redes sócio-técnicas (LATOURET, 2000a) traçadas a partir das UCs.

Segue trecho da fala do secretário:

*“(...) a experiência minha mostra, e analisando esse período [de tramitação do projeto de lei do SNUC], é de que ele foi bom (...) porque ele deu clareza das categorias, nessas unidades de conservação, de que multiplicadas as possibilidades de unidades de conservação de uso sustentável, de tal forma que nós pudéssemos contemplar conservação ou proteção do meio ambiente com uso sustentável, com a possibilidade de renda, trabalho, por parte de populações que já estavam lá... (...)” (em entrevista à autora em 07/11/2005).*

Ressalte-se que as populações a que Gilney se refere seriam aquelas cuja ocupação tivessem “um certo grau de legitimação social” e de “legitimação ambiental”.

A divergência entre as duas posições apareceu mais explicitamente quando o secretário da SDS-MMA reconheceu a divisão de posições no ambientalismo, em relação às UCs, como algo atual e apontou que a criação de UCs de proteção integral em áreas com presença humana potencialmente tradicional ainda seria uma prática corrente<sup>88</sup>.

Quando lhe apresentamos algumas das dúvidas que são comumente levantadas acerca do futuro das UCs de uso sustentável<sup>89</sup>, o secretário da SDS-MMA reconheceu-as. Todavia, defendeu o esforço em prol do uso sustentável, com iniciativas que visem: (1) um novo paradigma da relação entre humanos e a natureza; (2) um grau de convivência entre determinadas populações e os espaços protegidos, desde que sem ultrapassar a capacidade de suporte e dentro dos limites já ocupados previamente por elas.

Na tabela abaixo, baseando-nos em diversas fontes secundárias e nos depoimentos supra referenciados, organizamos alguns dos eventos relacionados à tramitação do projeto de lei do SNUC, acrescentando outras situações sociais relativas ao tema da presença humana em UCs, que, em algum grau, influenciaram na elaboração do presente texto e que podem ser analisadas em continuidade com os eventos progressos:

---

<sup>88</sup> Mesmo no governo Lula, do qual fazia parte, à época da entrevista.

<sup>89</sup> Como apareceu na fala do ambientalista almirante Ibsen Gusmão, presidente da Rede Pró-UCs, na sessão de abertura do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (IV CBUC), realizado de 17 a 21 de outubro de 2004, em Curitiba. A ênfase da rede nas UCs de proteção integral aparece em sua Carta de Princípios, disponível em <http://www.redeprouc.org.br/principios.html> (acessado em: 22/07/06).

**Tabela 1.** Trâmite do projeto de lei do SNUC até meados de 1996 e alguns outros eventos relevantes para o tema da presença humana em UCs:

Data	Evento
1988	Elaboração do anteprojeto do Projeto de Lei (PL) 2.892/92, pela FUNATURA, para o IBDF
1989	Contratação da FUNATURA pelo IBAMA para estabelecer uma proposta de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)
Maio de 1992	Presidente Fernando Collor submete o projeto de lei do SNUC ao Congresso
1992	Realização da ECO 92, no Rio de Janeiro
Agosto de 1992	O PL 2.892/92 é distribuído ao relator deputado Tuga Angerami, na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM)
Dezembro de 1992	O PL é redistribuído para o relator deputado Fábio Feldmann, na CDCMAM, com a assessoria de Maurício Mercadante
29/11 a 02/12 de 1994	Realização de workshop sobre UCs, organizado pelo MMA, e que discutiu o PL
19/12 de 1994	Parecer favorável ao PL emitido pelo relator, Fábio Feldmann
11/01 de 1995	Fim do prazo para emendas ao PL, nenhuma foi proposta
14/03 de 1995	Redistribuição do PL ao relator deputado Fernando Gabeira
18/04 de 1996	O MMA e o IBAMA apresentam um substitutivo ao relator
14/08 de 1996	Fernando Gabeira dá parecer favorável ao substitutivo
1996	O substitutivo do PL é retirado da CDCMAM
16/08 de 1996	Realização de reunião de fórum de ONGs para debater o substitutivo e propor emendas
21/08 de 1996	Grupo de trabalho de sociobiodiversidade discute emendas
22/08 de 1996	CDCMAM reúne-se para discutir emendas propostas ao substitutivo de Fernando Gabeira
27/08 de 1996	Reunião na CDCMAM para apresentação de emendas
30/08 de 1996	São apresentadas 104 emendas ao PL: 12 de Osmir Lima, 1 de Ivan Valente, 84 de Gilney Viana, 3 de Celso Russomano e 4 de Laura Carneiro
26-29/11 de 1996	Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação, realizado na Câmara dos Deputados em Brasília-DF, boicotado pela Rede Pró-UCs
Fins de 1996	Casa Civil impede a votação do PL
Novembro de 1997	Realização do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Curitiba
1998	Mobilização de vários setores da sociedade civil em prol de propostas mais preservacionistas ao PL
19/07/2000	Aprovação e sanção da versão final, com alguns vetos
17-21/10/2004	Realização do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Curitiba
18-22/01/2005	Realização do IV Fórum Social Pan-Amazônico

**Fonte:** Reprodução, com modificações, do anexo 5 de Ramos & Capobianco (1996). Algumas das modificações foram efetuadas a partir de informações contidas em PROBIO/SP (1998), Jacinto (1998), Ferreira (2004) e dos depoimentos de Carlos Alfredo Joly e Fábio Feldmann, entrevistados pela autora em 11/03/2005. Os campos ressaltados referem-se a situações presenciadas pela autora e que tiveram relevância para algumas das reflexões esboçadas no texto.

Apesar de alguns pontos do SNUC que ficaram meio deficientes<sup>90</sup> e dos próprios vetos da versão final (FERREIRA, 2004), houve um consenso nos depoimentos dos três participantes do processo de elaboração do SNUC que entrevistamos acerca da

<sup>90</sup> Um ponto que estaria pendente, segundo Viana, seria a cobrança por serviços ambientais, que considerou relevante para subsidiar as UCs, principalmente as de proteção integral.

positividade da lei 9.985.

Todavia, ele somente foi possível, a partir dos vetos dos pontos mais polêmicos, sendo que dois deles são de importância fundamental para a nossa análise por tratar explicitamente da questão da presença humana em UCs.

Discutiremos, agora, ambos em conjunto com outros elementos do SNUC e dos documentos legais que o visaram regulamentar, destacando os pontos em que apareceram as tentativas de conciliar os dois conjuntos normativos que defendemos subjazer às duas posições ambientalistas aqui discutidas, mormente aquelas categorias ou argumentos jurídicos que tocam mais estreitamente o nosso objeto de estudo.

Uma delas foi a definição da categoria de parque nacional, que pode ser estendida aos parques criados por estados e municípios. O objetivo dos parques seria, então, o de preservar ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica, consentindo-se com a realização de pesquisas científicas e de atividades de educação, interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico (BRASIL, 2000, artigo 11).

Nessa lei, as categorias de manejo foram subdivididas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável; com a categoria parque enquadrada no primeiro grupo, ao lado das seguintes categorias: estação ecológica, reserva biológica, monumento natural e refúgio da vida silvestre (BRASIL, 2000, artigo 8).

As categorias de UCs de uso sustentável, por sua vez, seriam: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural (BRASIL, 2000, artigo 14).

Por trás da distinção entre os grupos de UCs, reside a diferenciação entre os usos que nelas são permitidos, usos indiretos nas de proteção integral e diretos nas de uso sustentável. O SNUC definiu o uso direto como “aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais” e o indireto como “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, artigo 2, parágrafos IX e X).

Quanto ao entorno de UCs, a mesma lei conceituou a zona de amortecimento como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000, artigo 2º, parágrafo XVIII).

A resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de número 013, de 06/12/1990, já apresentava a definição de entorno de UCs. Segundo o seu artigo primeiro, o órgão responsável por cada UC, juntamente com outros órgãos licenciadores e de meio ambiente, teria que definir as atividades do entorno que pudessem afetar a biota contida na unidade.

No segundo artigo da resolução, aparecia a definição dos limites da área do entorno:

*“(...) Nas áreas circundantes das unidades de conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente (...)”* (<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res90/res1390.html>, acessado em: 12/06/04).

Vale a pena detalhar os artigos da lei 9.985 referentes ao tema da presença humana em UCs. Os artigos 28 e 42 foram aqueles que versaram mais detalhadamente sobre a matéria.

O artigo 28 determinou a proibição de atividades, alterações ou usos não contemplados nos objetivos da categoria da UC, em seu plano de manejo e em demais regulamentos. Não obstante, no seu parágrafo único, discriminou que, na presença de populações tradicionais, a elas se assegurariam as “condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais”.

Já o artigo 42 estabeleceu que, em havendo populações tradicionais em UCs onde a presença humana fosse proibida, elas deveriam ser indenizadas ou compensadas por benfeitorias e realocadas, sendo que até o seu reassentamento estabelecer-se-iam normas e ações para a compatibilização de sua permanência com os objetivos da unidade, “sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações”. E determinou que o prazo de permanência de tais populações e de suas condições seriam tratadas em regulamento específico (BRASIL,

2000, artigo 28, parágrafo único, e artigo 42, parágrafos 1 a 3).

Observa-se que, portanto, os dois artigos procuram conciliar aspectos que podem ser díspares na vivência cotidiana das UCs, pois manter simultaneamente o bem estar das populações consideradas tradicionais e os objetivos de determinadas categorias de manejo não é algo tão simples quanto o parece na construção de um texto legal. E, isso, sem entrarmos por enquanto no mérito da definição de quem se enquadraria no grupo dos contemplados pela alcunha de populações tradicionais.

Posteriormente, adveio o decreto de número 4.340, de 22 de agosto de 2002, com o intuito de regulamentar alguns dos artigos do SNUC<sup>91</sup>.

O seu capítulo IX abordou o reassentamento das populações tradicionais. Especificou, assim, que caberia indenizar apenas aqueles que residiam quando a unidade foi criada, vislumbrando a possibilidade de que as benfeitorias no local do reassentamento possam ser descontadas da indenização (BRASIL, 2002, artigos 36 e 37).

Definiu que, até o reassentamento, deveria ser firmado um termo de compromisso, negociado entre órgão executor e as populações, a ser assinado em até dois anos após a promulgação do decreto. No termo, constariam as áreas ocupadas, as limitações para a conservação e os deveres do órgão executor sobre a indenização. O mesmo artigo determinou que deveriam ser assegurados “o acesso das populações às suas fontes e subsistência e à conservação dos seus modos de vida” (BRASIL, 2002, artigo 39, parágrafos 1 e 3).

Gostaríamos de retomar os dois vetos da versão final do SNUC, que são de nosso interesse<sup>92</sup>. Neles, percebe-se mais claramente as interfaces entre o conflito de posições dentro do ambientalismo e a atual situação dos moradores e ex-moradores do interior do PARNA-Jaú (e de outras UCs de proteção integral com habitantes).

Um deles foi o veto à proposta de definição do que esse documento legal consideraria enquanto populações tradicionais, que estava no inciso XV do artigo de número 2, reproduzido a seguir:

---

<sup>91</sup> Os de número: 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 36, 41, 42, 47, 48 e 55.

<sup>92</sup> Ferreira (2004: 56-57) elencou ainda um outro veto, o do parágrafo que determinava a exigência de lei específica para a criação de UCs. O veto tinha o apoio dos ambientalistas que acreditavam que isso tiraria a competência do Poder Executivo, estipulada pela Constituição Federal.

*“XV - grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável (...).”*

A justificativa principal para o veto recaiu na abrangência da disposição e na possibilidade do seu amplo escopo poder englobar quase “toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais”<sup>93</sup>.

Ao discorrer sobre o assunto, Carlos Alfredo Joly apontou algumas das divergências em torno dos direitos de habitantes de UCs, qualificados com o adjetivo tradicional:

*“(...) Populações tradicionais, a gente discutiu muito... Não conseguimos chegar a um consenso mínimo do que seria considerado... Se você ia considerar gerações de presença na área, se você ia considerar as pessoas que estavam lá independente de quando se instalaram, se você ia considerar as populações que tinham alguma atividade, considerada tradicional, (...) de baixo impacto, enfim (...) cultura de subsistência... Como não se chegou a uma definição que fosse aceitável (...) não se colocou. (...)” (em entrevista à autora em 11/03/2005).*

O segundo veto foi o que minou a possibilidade de conversão de categoria de uma UC de proteção integral para uma de uso sustentável, reserva extrativista ou desenvolvimento sustentável, diante da presença de população tradicional. Ele constava no que seria o artigo de número 56, do capítulo VII, “Das Disposições Gerais e Transitórias”. Discriminava que, nas UCs de proteção integral, criadas em legislação anterior e nas quais houvesse a presença de população tradicional, o poder público poderia:

*“(...) no prazo de 5 (cinco) anos a partir da vigência desta Lei, prorrogável por igual período, a adotar uma das seguintes medidas: I - reassentar a população tradicional, nos termos do art. 42 desta Lei; ou II - reclassificar a área ocupada pela população tradicional em Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável, conforme o disposto em regulamento (...)”.*

Segundo Ferreira (2004: 56-57), o veto acima resultou da “reivindicação de setores do IBAMA e de ambientalistas refratários à presença humana em UCs”.

Para o secretário da SDS-MMA, Gilney Viana<sup>94</sup>, o veto seria um problema persistente até os dias atuais. Para ele, a impossibilidade da conversão de UCs de proteção integral em UCs de uso sustentável seria uma postura a-histórica, uma rigidez que correlacionou ao temor dos conservacionistas de efetuarem concessões nos planos teórico, conceitual e formal, para não enfraquecerem suas posições.

<sup>93</sup> Mensagem número 967, de 18 de julho de 2000, da subchefia de Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Mensagem\\_Veto/2000/Mv0967-00.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Mensagem_Veto/2000/Mv0967-00.htm) (acessado em: 13/03/2004).

<sup>94</sup> Em entrevista à autora em 07/11/2005, em Brasília-DF.

Em documentos e estudos produzidos pela FVA anteriores à versão final do SNUC, como o *Plano de Manejo* (FVA/IBAMA, 1998) e *a Gênese de um Plano de Manejo* (FVA, 1998), constava a possibilidade de que, em função da presença de moradores no PARNA-Jaú, ele poderia transformar-se em uma RESEX. Com o referido veto, isso foi dificultado.

No PARNA-Jaú, a situação é mais delicada no caso dos moradores remanescentes dos rios Jaú e Carabinani, que estiveram historicamente mais sujeitos à atuação fiscalizadora do IBAMA, que gerou um êxodo continuado (BARRETTO FILHO, 2001a) que pode ser considerado uma prática oficiosa de remoção de moradores (HOGAN *et al.*, 2000), muito comum no estabelecimento de UCs brasileiras<sup>95</sup>.

Todavia, apesar da versão final do SNUC não ter definido os critérios norteadores da categoria população tradicional, ele utiliza a terminologia nos seus artigos, assim como o decreto 4.340, de 22/08/2002, o que ajuda a legitimar o seu uso sócio-político, bem como o seu uso acadêmico e o seu uso tecnocrata.

Antes de encerrarmos o presente tópico, desejamos chamar a atenção para a intensidade com que o debate sobre o modo de condução das políticas públicas voltadas às UCs retroalimenta-se em debates técnico-científicos, embora não exclusivamente neles, o que se verificou não somente no histórico acima, mas nas próprias leis, que acabaram por priorizar tais critérios (WEST & BRECHIN, 1991; BARRETTO FILHO, 2001a; CREADO, 2006).

A crença na ciência conforma, assim, uma espécie de cosmologia moderna (LATOURE, 2000a; HARAWAY, 2000), cujas tramas podem ser encontradas nas duas posições ambientalistas que procuramos indicar, com inúmeros matizes, e de maneira mais veemente junto àqueles que reforçam a importância das UCs de proteção integral.

Carlos Alfredo Joly, ele mesmo um cientista, ao se posicionar favoravelmente às UCs de proteção integral, também se situou favoravelmente às UCs de uso sustentável, e ao o fazer observou que a criação de muitas unidades, justamente, não teria contado com o suporte científico, mas apontou que na Amazônia isso ainda se verificara:

*“(...) Agora, a gente não pode ignorar que as unidades de conservação, (...), a maior parte delas*

---

<sup>95</sup> O artigo de Hogan e colaboradores (2000: 407-408, principalmente) trata do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo.

*foi criada em cima de mapa. Não havia justificativas nem biológicas, quer dizer, não havia uma base de informações que permitisse essa criação. Em alguns casos, na Amazônia, se usou o modelo de refúgios do Ab'Saber, Vanzolini e Brown para criar algumas dessas unidades. Mas elas foram desenhadas num mapa, ignorando a realidade local e colocando, dentro de unidades de conservação, vilas, (...) algumas vezes não são populações isoladas. (...) E isso eu acho que precisa ser revisto (...)" (em entrevista à autora em 11/03/2005).*

Concordamos quase que absolutamente com as observações acima, exceto com a sua expectativa a respeito das condições de criação das UCs amazônicas, pelo menos o PARNA-Jaú, graças ao estudo de Barretto Filho (2001a, especialmente: 201-218), que resgataremos agora.

As circunstâncias de criação desse parque fundamentaram-se inicialmente em argumentos técnico-científicos, mas se distanciaram deles em seus desdobramentos posteriores. Assim, pode-se dividir esse processo em etapas: (1) estudos de Vanzolini e do INPA indicam a área para proteção de seus recursos genéticos (VANZONILI, 1970 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a) (2) um estudo de 1976 (WETTERBERG *et al.*, 1976 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a), apontou a região de influência da bacia do rio Jaú como área prioritária para a conservação por, nela, encontrarem-se sobrepostos dois refúgios teóricos do Pleistoceno, o discriminado por Haffer (1969 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a), para aves, e o refúgio florestal de Manaus, discriminado por Prance (1973 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a), para o qual a área portaria grande endemismo, especialmente de plantas; (3) um relatório de um grupo de pesquisas do INPA (SCHUBART *et al.*, 1977 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a) de uma expedição liderada por Hebert Schubart, à época chefe do Departamento de Ecologia do INPA, realizada entre 2 a 10 de abril de 1977; (4) em nova publicação, Wetterberg e Jorge-Pádua (1978 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a), co-autores do texto de 1976 (WETTERBERG *et al.*, 1976), rediscutem seu texto anterior, avaliando os progressos desde o mesmo, e, apesar de voltarem a reforçar os critérios científicos para a seleção de áreas a serem submetidas ao regime de proteção na Amazônia, já lhes acrescentam, segundo Barretto Filho (2001a), diversos critérios práticos e pragmáticos<sup>96</sup>.

---

<sup>96</sup> A mesma fonte esmiuçou tais critérios mais práticos e pragmáticos de Wetterberg & Jorge-Pádua (1978: 39-40), mais especificamente, quando eles trataram da seleção de reservas biológicas e de parques nacionais. Nas palavras de Barretto Filho (2001a: 202-203):

*"(...) Para a seleção de reservas biológicas, além dos evidentes critérios de ordem naturalista – [...] -, os autores recomendam que as áreas deveriam: (i) ser compactas; (ii) estar isentas de posseiros e colonos; (iii) estar livres de povos indígenas; (iv) excluir, na medida do possível e sem sacrificar fenômenos biológicos importantes, depósitos minerais de valor comercial; e (v) possuir limites facilmente identificáveis e defensáveis, seguindo cursos de rios, interflúvios ou outros*

Ao se debruçar sobre esses estudos e documentos oficiais, Barretto Filho (2001a) identificou a invisibilidade da presença dos moradores do rio Jaú e uma ambigüidade no trato do tema.

De tais critérios, o autor destacou “a apropriação da topografia como instrumento de vigilância, monitoramento e fiscalização – ou seja, como dispositivo de controle social” (BARRETTO FILHO, 2001: 202-203). Identificou também a forte presença desse elemento no relatório da expedição de Schubart, de 1977, que indicou a categoria de reserva biológica, uma das categorias de manejo com maiores restrições naquela época à presença humana e ao uso de seus recursos.

Barretto Filho (2001a) apontou outras vantagens que a criação de uma UC no Jaú apresentava do ponto de vista administrativo:

*“(...) era definido como um vácuo interessante, não havendo índios, nem depósitos conhecidos de minérios, nem planos de desenvolvimento ou preocupações com questões de segurança incidentes em sua área. A ocupação humana parecia rarefeita, com poucos títulos definitivos de posse e/ou propriedades privadas a serem adquiridas (...)”<sup>97</sup>.*

Isso tudo teria sido de crucial relevância para a decisão do IBDF em prol da criação da unidade, apesar da ausência de endemismos ou de componentes biológicos marcantes, ou mesmos de aportes teóricos, pois, posteriormente, descobriu-se que a região não correspondia ao refúgio de pleistoceno de Prance, em decorrência de um erro de escala cartográfica (FORESTA, 1991 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a, 208-209).

A definição da categoria de manejo, entretanto, foi mudada para parque nacional, na segunda etapa do *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil*, de 1982 (IBDF & FBCN, 1982 *apud* BARRETTO FILHO, 2001a: 209-210). Os motivos alegados para a mudança foram: a proximidade com a capital, Manaus, município turisticamente atrativo, as belezas cênicas e o acesso relativamente fácil da área<sup>98</sup>.

---

*fenômenos notáveis na topografia. Os parques nacionais, além desses critérios, deveriam apresentar as características adicionais de beleza cênica, potencial para recreação e acesso existente ou futuramente possível, bem como incluir algum elemento singular do patrimônio natural ou cultural do país (...)”.*

<sup>97</sup> Embasou-se também em Foresta (1991),

<sup>98</sup> Barretto Filho (2001a) também lembrou que, entre a 1ª e a 2ª etapas do referido plano, foi publicado o *Regulamento dos Parques Nacionais*, pelo decreto de número 84.017, de 21 de setembro de 1979.

#### 4. Populações tradicionais como quase-sujeitos

O fato do tema da presença humana, no Brasil, emergir através do uso da categoria populações tradicionais, em meios acadêmicos, políticos e jurídicos, no esforço de tentar de conciliar os usos de recursos naturais e a sustentabilidade, implicou que a constituição de redes sócio-técnicas não se formam estritamente ao redor da constituição das UCs, mas também na geração de figuras jurídicas e sujeitos políticos a elas correlacionados (WEST & BRECHIN, 1991; JACINTO, 1998; VIANNA, 1996; LATOUR, 2001a; BARRETO FILHO, 2001a; SANTILLI, 2005).

A avaliação crítica do uso da noção de populações tradicionais em análises científicas ou mesmo na esfera sócio-política já foi bem efetuada por vários autores brasileiros, como Ferreira (1999), Ferreira & Campos (2000), Silveira (2000), Barreto Filho (2001b), Vianna (1996), Lima & Pozzobon (2000), Cunha & Almeida (2000), dentre outros.

No entanto, retomaremos um pouco a discussão, para refletir em como está se dando o processo de elaboração de uma política pública voltada às populações tradicionais no Brasil e justificar a nossa preferência teórico-metodológica por uma terminologia espacial para nos referirmos aos moradores e ex-moradores dos rios abarcados pelo PARNA-Jaú, ou, então, o termo ribeirinho, que segue o mesmo sentido.

Visando tais objetivos, descreveremos analiticamente como se tem dado, na esfera do governo federal, a tentativa de uma política pública específica para atender as populações tradicionais e as coadunar com a mudança rumo a uma maior sustentabilidade ambiental.

Uma nova arena formal, por exemplo, foi estabelecida por meio de um decreto federal de 27 de dezembro de 2004, que criou uma Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais<sup>99</sup>.

O primeiro artigo do decreto estabeleceu como objetivos iniciais da comissão:

*“(...) I - estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais; II - apoiar, propor, avaliar e harmonizar os princípios e diretrizes da política pública relacionada ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal; III - propor as ações de políticas públicas para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, considerando as dimensões*

---

<sup>99</sup> Recentemente revogado pelo decreto de 13 de julho de 2006, que alterou a denominação, competência e composição da Comissão. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm#art11](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm#art11) (acessado em: 23/07/2006).

*sociais e econômicas e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais; IV - propor medidas de articulação e harmonização das políticas públicas setoriais, estaduais e municipais, bem como atividades de implementação dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, estimulando a descentralização da execução das ações; V - articular e propor ações para a implementação dessas políticas, de forma a atender a situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial; VI - acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais no âmbito do Governo Federal; VII - sugerir critérios para a regulamentação das atividades de agroextrativismo; e VIII - propor, apoiar e acompanhar a execução, pelo Governo Federal, de estratégias voltadas ao desenvolvimento do agroextrativismo (...)" ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm), acessado em: 26/06/2006).*

Esse primeiro decreto tinha um caráter menos incisivo a respeito da presença de representantes da sociedade civil na composição da instância do que posterior, que o substituiu em 13 de julho de 2006. O seu segundo artigo discriminava um arranjo centrado na presença de representantes do próprio aparelho estatal ou de autarquias governamentais, a saber: Ministério da Justiça; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e, por fim, Fundação Cultural Palmares.

Já o parágrafo segundo, do mesmo artigo, afirmava que “representantes das comunidades tradicionais, agências de fomento, entidades civis e comunidade científica” poderiam compor a comissão, depois de “designados em portaria” pelos ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Meio Ambiente; e o parágrafo sétimo dizia que “entidades nacionais e estrangeiras e pessoas físicas ou jurídicas, ligadas ao agroextrativismo” poderiam ser convidadas às reuniões e colaborar, sem o poder de voto.

Além da criação da comissão, em entrevista à autora<sup>100</sup>, o secretário da SDS-MMA<sup>101</sup>, diretamente envolvido nesse processo de institucionalização, relatou que uma das iniciativas para a elaboração dessa política pública destinada às populações tradicionais, tanto as que competem quanto as que não competem com as políticas voltadas às UCs, fora um encontro de meados de 2005, do qual participaram

---

<sup>100</sup> Realizada em 07/11/2005.

<sup>101</sup> A secretaria que trabalha exclusivamente com programas voltados para o desenvolvimento sustentável, nas seguintes linhas principais: (1) Agenda 21; (2) zoneamentos econômico-ecológicos; (3) programas de gestão territorial e de fomento à produção; (4) estabelecimento de uma política para as populações tradicionais. Fonte: entrevista com Gilney Viana, realizada em 07/11/2005 pela autora.

representações de povos e comunidades tradicionais, a ministra Marina Silva, dentre outras representantes do governo federal e do mundo acadêmico<sup>102</sup>.

No encontro ter-se-iam evidenciado uma variedade e uma quantidade de classificações de grupos humanos e de territórios muito maior do que a esperada, culminando em uma certa dificuldade teórica e conceitual para os responsáveis pela construção dessa política nacional específica. Destarte, a prioridade dos setores governamentais e demais envolvidos passou a ser a de se definir os instrumentos dessa política e a de permitir que sejam colocados em prática, antes de se definir os seus contemplados<sup>103</sup>.

Assim, os resultados iniciais da elaboração dessa política pública foram: (1) uma diversidade sócio-cultural pronunciada, ou nos termos de secretário da SDS-MMA, “deu-se” identidade para comunidades que, antes, não a tinham; e (2) uma amplitude territorial previamente inimaginada<sup>104</sup>.

Diante da proliferação identitária, ter-se-ia verificado a dificuldade e o inconveniente do governo e seus colaboradores procurarem conceituações muito precisas e herméticas do que seriam as populações tradicionais, dando-se abertura relativa aos processos auto-declamatórios e ao crivo de tais identidades pelas próprias lutas sociais. Inclusive, uma identidade ribeirinha, sem respaldo jurídico, poderia beneficiar-se através dessa abertura relativa.

Tal abertura é relativa, pois: (1) como afirmou o representante da SDS-MMA, deverá respeitar “um limite de razoabilidade”, como a inserção mínima com o mercado e um tipo de relação com o território; (2) a definição das populações tradicionais não poderá ser ampla em demasia, por exemplo, para não criar uma clientela muito grande para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sobre o último aspecto, o reconhecimento formal de uma identidade de agricultores artesanais colocaria problemas ao próprio governo, dada a sua fácil incorporação por agricultores migrantes, que ao deixarem seus territórios pregressos, nas palavras de Gilney Viana, “dispersaram suas culturas”.

---

<sup>102</sup> Como os antropólogos Alfredo Wagner e Antônio Carlos Diegues.

<sup>103</sup> Fonte: entrevista com Gilney Viana, realizada em 07/11/2005 pela autora.

<sup>104</sup> Gilney Viana referenciou estudos que calculam que tais grupos humanos tradicionais ocupariam de 20% a 30% do território nacional, com parte dos domínios reservados para determinadas comunidades, como quilombolas e indígenas, e outros que estão sendo angariados, através de RESEX, por exemplo.

A metodologia desses trabalhos optou não usar classificações apriorísticas, como as baseadas em critérios étnicos, evitar uma abordagem de mera contagem demográfica ou que fosse instaurada de cima para baixo<sup>105</sup>. A respeito da inclusão dos indígenas, apesar de conceitualmente correta, optou-se por aguardar as demandas dos grupos, em respeito à política específica que lhes contempla que já está consolidada no país.

A política pública acima tem uma abordagem multiculturalista, em associação com a questão sócio-ambiental, dentro da qual se inserem as políticas voltadas às UCs, ou seja, pretende dar subsídios para que os que são por elas atingidos possam defender-se. Mas podemos questionar se não embute uma identificação de grupos humanos com a natureza ou os associa a um estilo de vida restrito a determinados níveis de subsistência e/ou de consumo (FERREIRA, 1999; FERREIRA, 1996).

Apesar de nosso interlocutor da SDS-MMA ter afirmado que com o adjetivo tradicional tentou-se evitar usar denominações com conotação étnica, como apontaram West & Brechin (1991), o adjetivo também a possui. Simultaneamente, é uma taxonomia que remete a uma oposição entre tradicional e moderno que no presente trabalho preferimos evitar, pois a dicotomia tradicional *versus* moderno, assim como as dicotomias natureza *versus* sociedade e nós *versus* eles, está contida em um discurso da modernidade que, ao mesmo tempo em que estimula, nega a proliferação dos híbridos (LATOUR, 2000a).

Um outro eixo de análise que pode ser considerado é o das relações entre espaço e alteridade. Como afirmou (AUGÉ, 1999), algumas contradições da “modernidade” podem nelas ser evidenciadas<sup>106</sup>. No caso das populações tradicionais, existe uma grande expectativa de associar o seu direito à diferença a determinados limites, como vimos no depoimento do representante da SDS-MMA, tanto de estilos de vida e de padrões de consumo quanto territoriais.

Augé (1999: 129-149) ressaltou também o risco de se cair em uma “tentação culturalista”, segundo a qual o indivíduo pode ser visto como um mero reflexo do coletivo e o social como uma mera conseqüência da cultura, condensada e

---

<sup>105</sup> Gilney Viana mencionou o caso dos remanescentes de quilombos, onde, apesar da legislação e políticas públicas que lhes favorecem, não houve os processos auto-declamatórios esperados.

<sup>106</sup> Modernidade entre aspas, pois, como afirmou Latour (2000a), talvez os modernos não sejam tão modernos quanto o pensam.

materializada pelo espaço simbolizado do território étnico. No seu ponto de vista, essa tentação:

*“(...) substantivando e condensando indevidamente as noções, ela desvia a atenção dos aspectos problemáticos, instáveis ou dialéticos da cultura, das diferenças e das tensões internas do social, do caráter instável, relacional e dinâmico da personalidade individual. Ela privilegia uma linguagem cujo uso profano, mesmo quando se pretende moral, pode conduzir a uma visão segregacionista do mundo ou de sociedades complexas: o respeito pelas diferenças, o direito à diferença, a noção de sociedade pluricultural podem fornecer a linguagem nobre e o alibi de uma ideologia do gueto e da exclusão” (AUGÉ, 1999: 135-136).*

Inclusive, esse autor, ao propor a sua antropologia generalizada, embasou sua proposta no estudo de uma multiplicidade de outros, ressaltando que, no presente, vive-se constantemente em situação de contato cultural, e que, mesmo quando a antropologia dedicava-se ao estudo do exótico, ou seja, de um outro que se supunha distante no tempo, no espaço, e homogêneo, era preciso ter um olhar estrábico que captasse as relações sociais locais e não-locais.

Nesse entrelaçamento de relações espaciais e de alteridades, referentes às UCs, operam várias das dicotomias apontadas por Latour (2000a). Assim, se a adoção da identidade de população tradicional pode ser compreendida como uma aliança estratégica, política e intencional de determinados grupos humanos, ou melhor, de parcela deles, com setores do conservacionismo, governamentais e não-governamentais (CUNHA & ALMEIDA, 2000), ela muitas vezes significa que aqueles que optam por tal identificação precisarão negociar dentro do escopo de expectativas normativas dos seus interlocutores ambientalistas (CREADO *et al.*, 2006; CAMPOS, 2006b). Isto é, esses “modernos” também são permeados de valores e não estritamente baseados em critérios técnico-científicos.

Outros motes que também nortearam nossa opção em não adotar a terminologia população tradicional como ponto de partida analítico, mas sim como um de nossos elementos de estudo, originaram-se das observações de Scott (1999) de que a identidade liga-se a noções de experiência, mas que estas não são auto-evidentes, e, portanto, dever-se-ia compreender os “complexos e mutáveis processos discursivos pelos quais identidades são atribuídas, resistidas ou abraçadas, e quais processos são ignorados e, de fato, conseguem seu efeito precisamente porque não são percebidos”

(SCOTT, 1999: 40-41).

Assim, as identidades ganham aspectos discursivos e, como os conceitos, portam historicidade e volubilidade: “o surgimento de uma nova identidade não é inevitável ou determinado, não é algo que sempre irá existir na forma que lhe foi dada em um movimento político específico ou em um momento histórico particular” (SCOTT, 1999: 41).

Nesse sentido, pode-se compreender o porquê de uma maior abertura jurídica e uma destinação de políticas públicas favoráveis à “descoberta” de determinada identidade não necessariamente levar a processos auto-declamatórios de modo automático e certo. Como no caso apontado pelo secretário da SDS-MMA para os remanescentes de quilombos:

*“(...) a política facilitou que eles fizessem um movimento no sentido de se identificar, auto-identificar, mas, no início do governo agora, nós falamos assim: “Ah, são setecentas comunidades”, agora estão falando de 2.400, outros já falam em 3.500 (...) Pelo amor de Deus, então nós é que vamos definir isso!? Não, deixa a luta social também definir (...)” (em entrevista à autora em 07/11/2005).*

Nesse sentido, pode-se vislumbrar muita positividade na maior abertura que os trabalhos de elaboração de uma política nacional para as populações tradicionais deram à auto-declamação e ao elemento luta social.

Nos desenvolvimentos de nossa própria pesquisa, consideramos a taxonomia população tradicional, e a carga normativa que carrega consigo quando associada aos temas da conservação e da sustentabilidade ambiental, como algo presente nas relações inter e intra-grupais. Como tal, permitiu considerar algumas das relações sociais que são travadas em diversos níveis interacionais e arenas decisórias relativas à questão sócio-ambiental e tentar evitar tornar determinados grupos sociais prisioneiros de uma denominação e dos traços particulares a ela acoplados, alguns deles criados pela expectativa de grupos ambientalistas.

Isso já foi observado por outros atores, que denunciaram o risco implícito da categoria populações tradicionais homogeneizar e essencializar os grupos sociais que tenta abarcar e restringir o debate em torno do uso dos recursos naturais a ator(es) social(is)

específico(s) (FERREIRA, 1999; FERREIRA *et. al.*, 2001; SILVEIRA, 2000).

Um risco que não é exclusivo do processo de institucionalização da questão sócio-ambiental. A antropóloga Veena Das (1999), por exemplo, advertiu que a comunidade ao emergir enquanto ator político pode reproduzir internamente uma lógica opressora em relação aos indivíduos, então, caberia aos teóricos a busca de uma nova teoria das comunidades que estabelecesse um código simbólico capaz de reconhecer a diversidade dentro da ação comunitária, ao invés de reforçar categorias totalizadoras.

Dentre os autores brasileiros, registra-se a importância de Diegues (1994; 1999) como um dos expoentes que utiliza o termo populações tradicionais, tendo ajudado em sua difusão (VIANNA, 1996; FERREIRA, 2004). Ele se posicionou a favor da presença das populações tradicionais mesmo em UCs de proteção integral.

Nossa análise, não visou, contudo, desmerecer a crítica que autores como Diegues (1994; 1999) fazem ao modelo hegemônico de conservação ambiental, baseado em ilhas verdes. Nem sequer negar, em si, a viabilidade de usos políticos possíveis da noção, por parte de sujeitos que dela se utilizam, nos quais se incluem cientistas engajados politicamente, ONGs, setores do aparato governamental e populações locais; ou afirmar que moradores de parques não tenham direito à reivindicação de direitos sócio-políticos e culturais específicos. Simplesmente, entendeu-se a categoria como um dos recursos políticos possíveis, surgido da interação dos residentes em unidades de conservação com outros grupos e instituições sociais, mais ou menos presentes em âmbito local (FERREIRA *et. al.*, 2001; OSTROM, 1990; CAMPOS, 2006b).

Cunha & Almeida (2000) apresentaram pontos de convergência parcial com essa postura. Grosso modo, negaram uma abordagem excessivamente mitificada de tais grupos, como a concepção simplista de que seriam natural ou culturalmente conservacionistas, ou, então, que se situariam fora ou à margem do sistema mundial e das relações econômicas; e enfatizaram que a aliança estabelecida entre o movimento seringueiro acreano e os ambientalistas, em meados da década de 1980, que levou ao advento das RESEXs, foi uma aliança estratégica e que o projeto conservacionista

ainda está sendo traduzido em termos locais significativos<sup>107</sup>.

Por outro lado, assumiram para si a terminologia e esboçaram a sua conceitualização. Definiram as populações tradicionais como aqueles grupos que criaram ou estariam em vias de criar, através de meios práticos e simbólicos e de parcerias com ONGs, acadêmicos e instituições governamentais, uma identidade pública que incluiria diversas ou todas das seguintes características: uso de técnicas de baixo impacto ambiental, formas eqüitativas de organização social, instituições com poder legítimo reforçado, liderança local e traços culturais seletivamente valorizados e intensificados. Sua proposta, portanto, entra em consonância com a que o governo visa implementar através das políticas públicas específicas elaboradas para tais quase-sujeitos (CREADO *et al.*, 2006).

Outros autores na literatura internacional recusaram o rótulo da tradicionalidade. Brechin e colaboradores (1991: 6), por exemplo, preferiram a expressão *resident peoples* (populações residentes) à expressão *traditional peoples* (populações tradicionais). Com o termo genérico de *resident peoples* procuraram abarcar:

“(...) aqueles indivíduos, famílias ou comunidades “tradicionais” ou “modernas” – que ocupam, residem dentro, ou então usam, de modo regular ou repetido, um território dentro ou adjacente a uma área protegida estabelecida ou então proposta (...)”<sup>108</sup> (BRECHIN *et al.*: 6).

A maior amplitude desse modelo, quando comparada à proposta sócio-ambientalista brasileira que está sendo institucionalizada pelo governo federal brasileiro e seus colaboradores, nos agrada mais, pois engloba populações indígenas (aculturadas ou não), camponeses, fazendeiros ou outros cidadãos rurais e empreendedores locais.

No capítulo conclusivo do mesmo livro, West & Brechin (1991: 361) ressaltaram que, de modo geral, nos círculos conservacionistas internacionais, grupos tradicionais, considerados primitivos ou tribais são vistos como compatíveis aos objetivos de áreas naturais protegidas, desde que utilizem tecnologias consideradas tradicionais.

Um condicionante que procuraram evitar, por sua ahistoricidade e por alguns dos seus pressupostos, tais como: (1) o de que tecnologias não modernas em si mesmas

---

<sup>107</sup> Detalharam mais amiúde o caso dos moradores da RESEX-Alto Juruá, oficializada em 1990.

<sup>108</sup> Tradução nossa a partir do original:

“(...) those individuals, families, and communities – “traditional” or “modern” – that occupy, reside in, or otherwise use, on a regular or repeated basis, a specific territory within or adjacent to an established or proposed protected area (...)” (BRECHIN *et al.*, 1991: 6).

garantiriam maior sustentabilidade no uso de recursos, relegando a questão da escala a segundo plano; (2) o de que toda e qualquer tecnologia moderna seria necessariamente mais depredatória. Brechin e colaboradores (1991) evitaram a postura oposta, que pressupõe que melhorias tecnológicas sejam sempre positivas e salientaram a ênfase no comprometimento dos habitantes de áreas naturais protegidas<sup>109</sup>.

Ofereceram, então, um outro condicionante, o de que o direito ao acesso e ao uso de recursos naturais em áreas protegidas por moradores, tanto os do interior quanto os do entorno, seja permitido àqueles “usuários tradicionais em estado de pobreza rural usando tecnologias apropriadas’ (não necessariamente tecnologias tradicionais primitivas)”<sup>110</sup>.

Também se opuseram a um pressuposto muito comum na gestão e no controle das áreas naturais protegidas: o de que somente os usos de recursos voltados para a subsistência tenham maior sustentabilidade. Até porque apregoaram uma visão não dicotômica a respeito dos usos de recursos para a subsistência e dos usos de recursos para a comercialização, alertando que entre esses dois extremos haveria inúmeras gradações. Nesse sentido, discutiram a opção de Kutay (1984) em adotar a terminologia de Week (1981) de “uso tradicional” de áreas protegidas, de modo a englobar atividades de subsistência e a produção comercial de pequena escala (WEST & BRENCHIN, 1991: 378).

Porém, ressaltaram que o termo “uso tradicional” possuiria suas próprias inadequações, como a de poder abarcar usos e interesses não defendidos por eles, como os de grandes empreendimentos comerciais ou agropecuários que tenham tradicionalmente utilizado áreas destinadas à conservação. Antes, sua opção visa contemplar os usos tradicionais praticados por populações rurais em situação de pobreza, vivendo dentro e nas imediações de áreas protegidas, embora reconheçam a falta de uma distinção clara entre pobres e não pobres.

A proposta desses autores é a de que haja um projeto de eco-desenvolvimento de

---

<sup>109</sup> Como Brito (2000), Barretto Filho (2001a), Ferreira (1999 e 2004), Ferreira e colaboradores (2006) e Campos (2006), dentre outros.

<sup>110</sup> Tradução nossa a partir do original:

*“(...) traditional users in rural poverty using appropriate technologies” (not necessarily traditional primitive technologies) (...)” (BRECHIN & WEST, 1991: 373).*

baixo para cima (*bottom-up*) para as populações rurais mais desfavorecidas, distinguindo-o do tipo de uso múltiplo exercido no modelo de florestas nacionais dos Estados Unidos e ressaltando o importante papel do conservacionismo internacional no enfrentamento de poderes econômicos e políticos mais fortes, nas esferas locais, regionais, nacionais, ou internacionais, que possam vir a tentar estabelecer outros tipos de usos de recursos (BRECHIN & WEST 1991: 378-380).

Com base nesses autores, é possível concluir que algumas das expectativas normativas mais marcantes do conservacionismo internacional a respeito dos habitantes das áreas naturais protegidas convergem com o caso brasileiro, tanto no nível mais macro, como este que estamos tratando aqui sobre o feitiço de uma política pública federal, quanto em âmbito local, que trataremos nos próximos capítulos da tese. Uma dessas expectativas é a de que, muitas vezes, a presença em áreas naturais mais restritivas, como os parques, é aceita quando se dá via um primitivismo forçado (BRECHIN *et al.*, 1991:12).

A existência desse primitivismo seria um risco permanente, mesmo em projetos que visem conciliar o ecodesenvolvimento, a conservação de recursos naturais, e o que chamam de preservação cultural<sup>111</sup>, em áreas naturais protegidas<sup>112</sup>. Por conseguinte, destacaram o direito de tais grupos à mudança e à definição da escala e do ritmo em que elas ocorrerão. A auto-determinação incluiria, assim, mudanças culturais adaptativas e dinâmicas, resultando em mudanças na cultura material, na tecnologia e nos padrões de utilização de recursos (BRECHIN *et al.*, 1991).

Assim, seria possível distinguir um “primitivismo voluntário” de um “primitivismo

---

<sup>111</sup> Conquanto observem que tal preservação cultural poderá ser mais importante para alguns grupos humanos do que para outros e que não lhes deve ser negado o direito à auto-determinação.

<sup>112</sup> No que tange ao envolvimento da população local em iniciativas desse tipo, Brechin *et al.* (1991: 23-25) apontam a existência de três abordagens principais: a avaliação de impactos sociais (*social impact assessment*), a negociação de conflitos (*conflict management*) e a co-gestão (*co-management*). A última é vista por eles como a mais positiva. Definem-na como sendo uma divisão substancial das responsabilidades e da autoridade na gestão da área natural protegida entre os representantes governamentais e a população local, o que daria maior legitimidade à área junto àqueles por ela afetados que, então, dar-lhe-iam maior apoio. Mas apontam alguns dos obstáculos para a atingir, como o receio dos conservacionistas de sacrificar seus ideais em nome dos interesses locais e o receio das populações locais de perder o controle sobre os recursos.

Ao falarem sobre a segunda abordagem, apontam que, para que funcione, conservacionistas e moradores precisam encontrar pontos em que os seus interesses sejam convergentes, mas que os primeiros passos rumo à construção de soluções consensuais cabe àqueles com maior gama de poder, ou seja, a conservacionistas e a funcionários do governo.

forçado”, embora, na prática, a distinção seja tênue. Segundo West & Brechin (1991: 380-381), porém, o primitivismo voluntário inexistira ao implicar que: “você é livre para ir para qualquer outro lugar se você mudar, mas pode permanecer na reserva caso sujeite-se aos nossos mitos primitivistas a respeito de você”. Por outro lado, os dois autores condicionam tais mudanças culturais a limites estipulados, de modo a evitar impactos ecológicos e alcançar a sustentabilidade.

Dão ênfase ao direito ao uso múltiplo de recursos, não apenas por motivos econômicos, mas também por questões de identidade cultural e de continuidade<sup>113</sup>, e à combinação entre os múltiplos usos de recursos, pois muitas vezes, se há o acesso a determinado recurso, há proibições em relação a outros e “o impacto cumulativo da combinação de usos permitidos e proibidos deve ser considerado criticamente” (WEST & BRECHIN, 1991: 378)<sup>114</sup>.

Os autores mencionaram igualmente algumas das tendências internacionais a respeito do uso de recursos naturais em parques<sup>115</sup>, assinalando que a remoção, as políticas e as práticas de uso de recursos variam entre os diferentes países, entre as diferentes categorias de manejo, e até mesmo entre as mesmas categorias de manejo. Em sua análise, os usos e a presença humana seriam comumente mais permitidos nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos que seguem o modelo de parques nacionais dos Estados Unidos.

Assim, os usos mais freqüentemente permitidos, identificados por eles em vários estudos de casos, foram: o acesso a recursos florestais, o uso de pastagem, o uso agrícola, acesso à vida selvagem, à pesca e a outros recursos marinhos, além da extração de plantas medicinais. A pesca costuma ser a prática mais permitida, enquanto a utilização de recursos florestais, pastagens e a coleta de vida selvagem têm seu acesso permitido em algumas áreas e em outras não.

De modo geral, na sua avaliação, o acesso cuidadoso e criterioso aos recursos das áreas protegidas é vista como a opção mais vantajosa para o ecodesenvolvimento, em

---

<sup>113</sup> Citam o capítulo 25, do mesmo volume, de autoria de Goodland.

<sup>114</sup> Tradução nossa a partir do original:

*“(...) Thus the cumulative impact of the combination of allowed and disallowed uses is critically important to consider. (...)” (WEST & BRECHIN, 1991: 378).*

<sup>115</sup> Usam o termo parque para se referirem a áreas naturais protegidas que não permitem a presença humana.

bases sustentáveis, do que a preservação estrita. Reconhecem, porém, a possibilidade de exceções à sua proposição, apesar de não serem generosos nesse aspecto. Destarte, reconheceram explicitamente seu posicionamento favorável à presença humana, opinando que, quando inexisterem condições favoráveis de remoção e de reassentamento, os habitantes de áreas protegidas não devem ser removidos (WEST & BRENCHIN, 1991: 373-400)<sup>116</sup>.

West (1991: xxiii) reconheceu os dilemas e as dificuldades da conciliação do desenvolvimento rural local com a preservação cultural e com os objetivos conservacionistas, e que isso colocaria ainda um desafio ao próprio fazer científico. Para ele, todavia, se isso for buscado, novas alternativas poderão ser construídas e analisadas, com o esforço conjunto das ciências naturais e sociais, com o planejamento participativo e com processos de negociação de conflitos. Porém, questões de cunho moral continuarão presentes mesmo quando esse projeto for buscado, dada a exigência de se lidar com a responsabilidade das conseqüências humanas e ecológicas das ações efetuadas e de precisar haver vontade política suficiente para implementar conceitos como controle local e co-gestão, que podem ser ameaçadores para uma gama de interesses, até mesmo dentro do movimento conservacionista internacional.

No caso do PARNA-Jaú, apesar do uso da categoria populações tradicionais para se referir aos moradores do parque, também denominados caboclos e ribeirinhos, nos documentos oficiais, como o Plano de Manejo (FVA/IBAMA, 1998), pode-se dizer que há populações tradicionais e populações tradicionais (CREADO *et al.*, 2006).

---

<sup>116</sup> As condições em que aceitam a restrição ao acesso são:

*(...) 1) where use limitations are needed to regain sustained yield; 2) where selected closures are needed to regain involving rare and endangered species and the protection of genetic diversity are at stake or 3) where resource preservation measures are needed to protect documented ecodevelopment objectives of direct benefit to local people if certain criteria are met (...)* ” (BRECHIN & WEST, 1991: 373; ênfase no original).

Os últimos critérios citados na terceira condição deveriam incluir: provas de que os recursos estão sendo ameaçados por uso(s) específico(s) de recurso(s) renováveis; estudos adequados determinando que as proibições não serão contraproduativas por eliminar condições ecológicas necessárias para certas espécies e para a manutenção da diversidade genética da área protegida; que tenham sido efetuados esforços no sentido de se ganhar melhorias voluntárias suficientes na exploração do recurso ou das práticas de uso; que haja recursos substitutos disponíveis e adequados. Além disso, o processo, segundo eles, de regulação ou de estabelecimento de proibições, deve ser feito com o envolvimento mandatário dos afetados, com compartilhamento de poder decisório sobre as áreas a serem fechadas e o tempo em que assim permanecerão, e via acordos escritos a respeito dos recursos que substituirão os recursos proibidos e/ou estabelecendo as compensações que serão feitas. Reconhecem que, na maioria das vezes, esse processo resultará em um esquema de proteção de recursos e em objetivos preservacionistas menos do que perfeitos (BRECHIN & WEST, 1991: 373).

Isso vale mesmo para a própria FVA e se estende ao IBAMA, assim, existem setores dentro dessas instituições que vêem algumas famílias ou subgrupos de moradores de forma mais positiva do que os demais, por se adequarem a modelos de conduta considerados mais próximos do ideal de tais instituições sobre as populações tradicionais e os tipos de usos de recursos que consideram ambientalmente corretos<sup>117</sup>. A construção desses modelos dialoga, portanto, com a produção científica referente à presença humana em UCs, na área de intersecção entre áreas humanas e biológicas.

No momento da pesquisa, os moradores vistos mais positivamente eram os que tinham como principal fonte de renda as atividades agrícolas de pequena escala, cujo principal subproduto era a farinha de mandioca, e, em algum grau, o extrativismo vegetal, principalmente o de cipós.

Já os moradores que se distanciavam das condutas assim idealizadas eram aqueles que realizariam “contrabando” de carne, isto é, algum tipo de comercialização de carne de “bichos de casco” ou de “bichos de caça”, e em bem menor grau os que praticavam a pesca comercial, mormente porque a participação dos moradores nesse tipo de uso, que se dava notadamente no rio Unini, ocorria submetida aos chamados geleiros, os moradores atuando como prestadores de serviços e, também, embora talvez com menor intensidade, a pesca ornamental<sup>118</sup>.

O extrativismo vegetal, afora a extração de madeira para a venda, era aceita com um certo grau de tolerância, ao menos até o término da pesquisa, tanto pela FVA quanto pelo IBAMA. Mas surgiram alguns relatos em campo de que estariam aumentando as restrições à extração de cipós. Registramos a extração dos cipós denominados localmente de cipó-titica e cipó-timbó.

De modo geral, aqueles que efetuavam ou eram associados à prática de contrabando de carne viviam numa situação de maior estigmatização, possuindo menor apelo tradicional e eram comumente associados a outros atributos desfavoráveis, como um modo de vida mais desregrado (GOFFMAN, 1988).

Essa estigmatização, inclusive, acabou sendo reproduzida internamente entre os

---

<sup>117</sup> Para uma outra abordagem distinta sobre esse processo, enfatizando as alianças de parcela dos moradores do interior do PARNA-Jaú com o IBAMA, apoiando-o através de denúncias sobre práticas consideradas localmente como ilegais, ver Campos (2006b).

<sup>118</sup> Termos locais entre aspas. Quando tornarem a aparecer neste tópico, não estarão mais entre aspas.

próprios moradores e ex-moradores, como será exemplificado ao tratarmos da Ação Civil Pública referente ao PARNA-Jaú, apesar de parcela significativa de moradores e ex-moradores terem em algum momento de suas vidas efetuado algum tipo, em diversas gradações, de comercialização de recursos faunísticos e/ou de madeira<sup>119</sup>.

O estigma do comércio da caça pode ser melhor compreendido, destarte, em referência ao momento atual de fiscalização, controle e monitoramento, e até mesmo em relação às práticas e expectativas conservacionistas atuantes na área. Como argumenta Goffman (1988), os estigmas possuem uma história e são relacionais<sup>120</sup>. A respeito do último aspecto, afirmou o autor:

*“(...) O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso (...)” (GOFFMAN, 1988: 13).*

Não se deseja dizer com essa afirmação que a preocupação com espécies da fauna não possua uma fundamentação em estudos científicos ou sequer questionar o direito à existência de determinadas espécies, sobretudo aquelas ameaçadas de extinção ou sobre-exploradas. Almeja-se somente ressaltar a existência de um aspecto normativo especial em relação à caça e a outros usos de recursos faunísticos.

A noção de estigma acima é, portanto, bem adequada à situação do contrabando. Porque, diferentemente da noção de “desviantes” ou de “comportamento desviantes” de Howard Becker (1999: 153-178), salienta que todos os indivíduos seriam em algum grau desviantes, e que os “desviantes sociais” ou as “comunidades desviantes” representariam apenas um tipo de indivíduos que praticam desvios, mas não o único (GOFFMAN, 1988: 151-158).

De modo que estigmatizados e normais, mais do que indivíduos concretos, seriam perspectivas que apareceriam em situações sociais onde são travados “contatos mistos”. Os desvios correlacionar-se-iam assim às inúmeras normas de identidade existentes, sendo uma característica geral da sociedade (GOFFMAN, 1988: 141-149).

Entretanto, Erving Goffman (1988) concentrou suas análises nas interações face-à-face, enquanto que, para nós, o estigma do contrabando não se encontra restrito a elas.

---

<sup>119</sup> Para um histórico do uso de recursos naturais da região, ver o estudo de Leonardi (1999).

<sup>120</sup> Ver também o uso que Ferreira (1993) fez desse autor.

Antecipamos, por ora, que, no caso da Ação Civil Pública sobre o PARNA-Jaú, ela foi considerada como um contato misto, onde o processo de estigmatização foi reproduzido internamente ao grupo de ex-moradores quando esses precisaram lidar com a linguagem dos direitos (SIGAUD, 1979). Procedimento com o qual visamos a introdução da consideração da existência de diferentes arenas decisórias e da ocorrência potencial de assimetrias relacionais nas mesmas e alguns dos seus efeitos sobre a estigmatização.

A própria Sigaud (1979) indicou uma situação similar entre os trabalhadores categorizados (e auto-categorizados) como clandestinos da Zona da Mata Pernambucana açucareira, na década de 70. Eles internalizaram sua própria condição e suas relações de trabalho como ilegítimas, ao terem como parâmetro a situação dos moradores dos engenhos que eram cadastrados no sindicato e tinham carteira de trabalho assinada. A autora afirmou que “os direitos constituem assim um novo parâmetro para pensar suas próprias condições de existência, não apenas pelos direitos, mas porque surgiram num momento de luta política” (SIGAUD, 1979: 163-164).

O trabalho dos clandestinos dava-se através da figura do empreiteiro, que mediava a relação deles com os engenhos e/ou as usinas e era entendida como ilegítima “por definição”. O vínculo com ele se fundava quase que exclusivamente na efetivação do pagamento, distintamente da relação predominante, no passado, entre moradores e proprietários de engenho. Nesse contexto, o recurso à violência, diante da não realização do pagamento pelo empreiteiro, era bem mais freqüente do que quando isso acontecia com o proprietário, já que recorrer a mediadores, como o sindicato ou a Justiça, era compreendido como descabido porque os próprios clandestinos consideravam-se à parte de tais recursos (SIGAUD, 1979: 144)<sup>121</sup>.

O caráter de clandestinidade da comercialização da caça, especialmente, não se restringe ao caso do PARNA-Jaú<sup>122</sup>. A surpresa de Gilney Viana, da SDS-MMA, quando indagado se verificara a existência ou a construção de alguma identidade caçadora, dentre as populações tradicionais com a quais travou contato no exercício de suas funções, permite-nos extrapolá-lo para outras arenas e outras situações sociais e

---

<sup>121</sup> Sobre o recurso à violência na relação com o empreiteiro ver especialmente as páginas 160-164.

<sup>122</sup> Ver, por exemplo, Campos (2001), que estudou o caso da ESEC-Juréia-Itatins, no vale do Ribeira, ao sul do estado de São Paulo.

mesmo entre aqueles que possuem uma postura mais sócio-ambientalista.

Após a surpresa de nosso interlocutor, ponderamos nossa indagação abordando a situação de indivíduos que efetuam o uso múltiplo de recursos, combinando a comercialização da caça, em pequena ou média escala, com outras atividades. Ele nos respondeu então que a caça para a comercialização realmente seria proibida, mas permitida para a subsistência de comunidades consideradas tradicionais, especialmente na Amazônia e dentro das RESEXs.

Quando o indagamos sobre a revolta de alguns ribeirinhos que argumentaram que as restrições e proibições aos usos de recursos faunísticos são-lhes aplicadas mais intensamente pelo IBAMA do que aos indígenas, respondeu:

*“(...) É, eles ficam [revoltados] (...), por quê? Para você não ter uma abertura tão ampla [...] em relação a isso. Agora, tem um outro movimento que nós estamos fazendo agora. Nós estamos reconhecendo que é possível fazer manejo de fauna (...) E que isso pode atender à subsistência e eventualmente ao mercado (...). Isso já é permitido por licenciamento a fazendas, a criâmes, criadouros (...). Mas agora nós estamos admitindo fazer manejo em um território, desde que seja controlado, licenciado, isso para todos. Isso nós estamos começando a financiar os primeiros (...) projetos dessa natureza. E, provavelmente, vamos beneficiar esses que já fazem isso tradicionalmente. Mas queremos isso organizado, senão você legitima a caça, ao que nós somos contrários, e a lei não permite (...)” (em entrevista à autora em 07/11/2005).*

Apesar da maior liberdade da prática nesses territórios elencados por Viana, o trabalho de Dias (2004: 12-13), que abordou a caça na RESEX-Alto Juruá, apontou que mesmo ali a questão não se mostrou tão simples. Se, ao invés de possuir um plano de manejo, a UC possui um “plano de utilização”, ele, todavia, possui duas versões: uma oficializada pelo IBAMA e outra que foi aprovada e elaborada inicialmente pelos seus moradores. Como disse a autora: “embora a versão oficializada pelo IBAMA se apóie no Plano proposto pelos moradores, há diferenças cruciais entre as duas. O Plano de Utilização oficializado pelo IBAMA omite toda referência ao tema da caça” (DIAS, 2004: 12-13)<sup>123</sup>.

Longe da estigmatização da prática da caça para a comercialização, mesmo em pequena escala, representar a sua não ocorrência, ela representa mais um vazio discursivo. As narrativas sobre o tema, no caso de nossa pesquisa, apareceram freqüentemente de modo sub-reptício nos diálogos travados com moradores e ex-moradores. A estigmatização não poderia deixar de trazer conseqüências para o estudo

---

<sup>123</sup> Sobre o PARNA-Jaú há alguns trabalhos que estudaram o uso de recursos faunísticos, como Rebelo (2002) e Pezzuti (2003).

da prática e enviesar as pesquisas sobre o tema.

Logo, o conjunto de moradores e ex-moradores do PARNA-Jaú tipicamente associado com práticas e comportamentos mais sustentáveis ambientalmente, considerando-se o escopo de relações travadas entre eles e os vários representantes da questão conservacionista, não englobava aqueles que efetuavam o contrabando de carne, e, também, os categorizados como “pés inchados”<sup>124</sup>. Em menor grau, a prática da pesca comercial encontrava-se em situação similar.

Recuperaremos também uma situação social da qual a autora foi participante-observadora. Nela, emergiu o posicionamento de muitos dos ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, que se mudaram para Novo Airão (AM), e que não aspiravam voltar à mesma situação de morada ou condições de vida anteriores, apesar de idealizarem algumas das características de suas vidas pregressas - como a dieta mais diversificada, o acesso livre a determinados recursos e a influência monetária menos intensa em suas vidas.

A verdade é que muitos deles criaram novas estratégias de sobrevivência em um ambiente mais urbanizado e não almejaram o retorno a localidades distantes do acesso a bens de infra-estrutura e de consumo, nessa situação específica. De modo algum, isso significa enunciar que todos tenham obtido o sucesso almejado com a mudança para uma área mais urbanizada, ou sequer que, dentre os que permanecem nesses dois rios, não haverá aqueles que apresentarão resistência individual à saída.

A reação contrária ao retorno emergiu diante da hipótese de reassentamento em uma área da RESEX-Unini, quando ainda não tinha saído a sua aprovação final. Reação que deixou os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) de certo modo estupefatos. A possibilidade foi aventada pela Ação Civil Pública instaurada pelo MPF contra IBAMA e União.

Tratou-se de uma audiência, entre ex-moradores e procuradores, realizada no dia 26/11/04, à tarde, na sede da procuradoria em Manaus. Ao serem questionados se desejavam um reassentamento no rio Unini, muitos dos ex-moradores expressaram descontentamento com a possibilidade, apontando desconhecer a área e/ou não

---

<sup>124</sup> Termo local para indivíduos que abusam do consumo de bebidas alcoólicas.

desejar mudar-se para lá por ter que recomeçar suas vidas em um novo lugar. Alguns se justificaram alegando a distância de mercados, a idade, a falta de escolas e do sistema de saúde, o isolamento. Uma parte até desejava o reassentamento, porém, em área mais próxima da sede municipal. Além disso, os melhor estabelecidos na área urbana preferiam a indenização, mesmo porque alguns já possuem terrenos, onde colocaram novos roçados, próximos da sede municipal de Novo Airão, como na estrada que liga este município a Manacapuru.

Se as práticas e propostas dos setores ligados ao conservacionismo que são mais tolerantes à presença humana podem ser problematizadas, como fizemos até aqui, o mesmo pode ser feito em relação à posição mais irresoluta na defesa das UCs de proteção integral.

Uma proposta corriqueira dessa posição é a de que a mitigação das restrições geradas pela criação, implantação e implementação de áreas naturais protegidas mais restritivas, impingidas a moradores do seu interior e/ou entorno e/ou usuários de seus recursos, ocorra através do emprego de residentes nas atividades (turísticas ou não) das unidades.

Assim, como o que se dá em relação aos que são mais tolerantes à presença humana, essa proposta é debatida dentro do ambientalismo nacional e internacional e pelos demais envolvidos no tema. Emergiram, também, em nossas pesquisas de campo, tanto na área central do parque, que engloba os rios Jaú e Carabinani, quanto na área setentrional, no rio Unini e imediações.

O uso turístico de parques é a solução apregoada por alguns estudiosos e setores do ambientalismo como menos incerto, do ponto de vista da conservação da biodiversidade, do que a presença humana<sup>125</sup>. No Brasil, os objetivos estipulados para os PARNAs priorizam sobretudo esse tipo de uso, embora também deixem margem à realização de atividades científicas<sup>126</sup>. Isso se fundamenta na separação de categorias de manejo, que segue as definições de usos diretos e indiretos, uma dicotomia que, todavia, pode ser questionada, ao se considerar a questão da escala dos tipos de usos

---

<sup>125</sup> Para se conferir uma postura mais favorável ao uso turístico, e contrária à presença de moradores, ver Terborgh & van Schaik (2002: 25-36).

<sup>126</sup> A esse respeito, pode-se verificar o relato de Paulo Nogueira Neto a Henyo Barretto Filho (2001a: 186) e a distinção que fez entre os objetivos das estações ecológicas, criadas pela SEMA, e os parques nacionais.

(BRASIL, 2000).

Para Fábio Feldmann, por exemplo, algumas das UCs de proteção integral, historicamente, teriam até protegido algumas populações tradicionais de mudanças negativas. Referenciou o caso específico da ESEC-Juréia-Itatins, no sul do estado de São Paulo:

*“(...) Por exemplo, vou dar um exemplo concreto, na Estação Ecológica Juréia-Itatins, tinha (...) um projeto, um empreendimento já aprovado, imobiliário. Quer dizer, se esse empreendimento tivesse sido implantado, aquela população tradicional teria sido expulsa ou estaria colocada (...) na relação de emprego doméstico com aqueles condomínios, e, pelo menos, com a implantação de unidade de conservação, quer dizer, elas adquiriram um reconhecimento na condição de populações tradicionais que as diferenciam, que potencialmente permite, quer dizer, uma inserção na sociedade diferente, em outro molde (...)” (em entrevista à autora em 11/03/2005).*

Na opinião do ambientalista, atualmente, as UCs poderiam constituir-se enquanto estratégias relevantes para a geração de renda, emprego e desenvolvimento, inclusive para populações tradicionais ou carentes. Uma das formas seria através da exploração do turismo, apesar do ambientalista reconhecer a complexidade do tema.

No caso do alto rio Unini, existe uma certa omissão do órgão estadual, o IPAAM, acerca do turismo de pesca desportiva e recreativa. O local onde os empreendimentos concentram-se fica dentro da RDS-Amanã, porém, a influência dos mesmos é sentida junto à considerável parcela dos moradores de todo o rio. Inclusive, a partir do processo de negociação do Acordo de Pesca do rio Unini, chegaram a se estabelecer algumas trocas monetárias entre os empreendedores e as comunidades, visando o apoio contra a entrada dos barcos de pesca comercial e uma certa reserva de mercado às operadoras (CAMPOS, 2004; CREADO, 2004b)<sup>127</sup>.

Nos casos dos rios Jaú e Carabinani, a proposta de se empregar os moradores foi expressa por um funcionário do NUC-IBAMA<sup>128</sup>. Ele reafirmou a tese da incompatibilidade da permanência dos moradores no parque, mas ressaltou o conhecimento que os moradores têm do ambiente e o interesse na incorporação de tal saber em atividades da UC.

No trecho de sua fala abaixo, um dos exemplos mencionados de possíveis fontes de postos de trabalho foi o de um hotel no rio Carabinani, previsto no Plano de Uso Público

---

<sup>127</sup> O caso do turismo de pesca desportiva e recreativa no rio Unini será aprofundado no próximo capítulo.

<sup>128</sup> Entrevista realizada em 19/08/2005, por Simone Vieira de Campos e pela autora, na sede do IBAMA em Manaus.

do PARNA-Jaú, segundo ele:

*“(...) A idéia nossa, na verdade, é contratar alguém depois. Não é nem isso, nós vamos precisar de mão-de-obra. Eu sempre disse o seguinte: a gente pode muito bem viver com esse pessoal trabalhando no parque, e não vivendo no parque (...)*

*Vamos montar uma empresinha terceirizada, os prestadores de serviço dos ex-moradores do rio Jaú. Olha que coisa bacana, não é? Vão precisar fazer um reconhecimento até não sei onde... Tem uma empresa terceirizada para pagar ali o pessoal, eles mesmos montam, se dá só o pontapé inicial e deixa o pessoal se virar depois (...). Eu acho que eles têm que quebrar a cabeça um bocadinho para aprender a se virar, porque se ficar fazendo tudo, o cara acomoda. Mas tem como você vincular essas pessoas depois às atividades do parque, sabe. A idéia é esta mesmo, é fazer isso (...) Vai montar um hotel no Carabinani? Beleza, e aí quem é que a gente vai botar para trabalhar lá? Dá pra colocar o pessoal do parque? Em algumas coisas não vai dar, se precisa falar inglês, francês (...)*

*Agora, pôxa, quem é que conhece onde que tem anta, porque o cara quer ver uma anta? É aquele sacana que era caçador antigo sabe onde estão as antas. Então vamos mudar o foco dele. Vamos lá caçar com fotografia, ao invés de dar tiro, bate foto. É começar a mudar essa mentalidade deles (...).”*

Entretanto, existem alguns estudos e abordagens que problematizam a opção turismo e a opção de se empregar os moradores, como alternativa ao acesso aos recursos naturais e seus usos. Tanto do ponto de vista de conseqüências ambientais, quanto do ponto de vista de conseqüências sócio-econômicas e culturais.

Brenchin e colaboradores (1991) afirmaram que, em alguns países, a pressão para se conjugar turismo e preservação é muito grande, dado o interesse governamental em alçar o equilíbrio das contas externas, e a necessidade de enfrentamento de pressões políticas para o uso das áreas para o cultivo. Todavia, as populações locais freqüentemente não se beneficiam dos lucros advindos.

Alertaram também para alguns aspectos negativos do turismo junto aos moradores: (1) gerar falsas expectativas nos residentes em relação aos seus benefícios, principalmente quando a opção é-lhes vendida como substitutivo ao uso e acesso de recursos naturais; (2) criar dependência financeira; e (3) aumentar a demanda por uso dos recursos naturais (BRECHIN *et al.*, 1991: 20-23).

Dois casos no Nepal atestam os riscos potenciais da opção turismo: o do Parque Nacional de Sagarmatha e o da Área de Conservação de Annapurna (WEBER, 1991 *apud* BRECHIN *et al.*, 1991; BRECHIN *et al.*, 1991; BUNTING, SHERPA & WRIGHT, 1991).

No primeiro, houve o aumento do desmatamento, efetuado pelos moradores com o objetivo de atender às demandas por lenha das expedições ao Everest (BRECHIN *et al.*, 1991). Ao lado dos impactos sobre os recursos naturais, constatou-se, ainda, efeitos sócio-econômicos de quantificação mais difícil, como: (1) a demanda por madeira tornou-a fonte de renda, mudando a dinâmica social local e aumentando o desejo de consumo, o que, por sua vez, resultou em aumento da quantidade de madeira cortada; (2) a melhoria econômica gerada na vida de alguns dos moradores levou à construção de casas maiores, demandando mais madeira para se cozinhar e se aquecer; (3) o aumento da disponibilidade de dinheiro possibilitou aos donos de *lodges* a contratação de pessoas “de fora”, menos sensíveis às restrições locais à exploração de recursos naturais; (4) o aumento na riqueza permitiu o aumento na criação de gado, e de outras espécies não-nativas, podendo levar à sobrepastagem e à concentração de gado (e de demais criações) nas mãos de poucos e/ou espacialmente; (5) o aumento do consumo por parte dos turistas inflacionou a economia local (BUNTING, SHERPA & WRIGHT, 1991).

O segundo caso trata-se de um projeto do governo do Nepal, em parceria com entidades privadas. Objetivou gerir a área com objetivos conservacionistas, envolvendo os 40.000 habitantes de sua zona de influência, de diversas etnias, e garantindo a sua permanência. Sua proposta era a de manejar o turismo e os seus impactos, já que o governo de Nepal considerava os recursos importantes para a balança comercial, sem, contudo, aumentar o número de visitantes; ao lado da proposta de uso múltiplo de recursos por parte dos seus habitantes (BUNTING, SHERPA & WRIGHT, 1991).

O principal tipo de turismo na área dava-se por expedições de *trekking*, com destino à cordilheira do Himalaia. Prática que aumentou muito nas duas décadas anteriores à publicação do artigo, a uma média anual de 17% de crescimento ao ano. Novamente, nessa área, a satisfação das necessidades dos visitantes internacionais, como alimentação, aquecimento e instalações, levou ao desmatamento de várias extensões de terras. Todavia os recursos gerados afluíam muito pouco para a economia local: parcos 20 *cents* de cada três dólares gastos em média por cada *trekker*, ao dia,

permaneciam nas comunidades visitadas (BUNTING, SHERPA & WRIGHT, 1991:162).

Para se ter uma idéia da demanda de recursos requerida pelos visitantes, os autores basearam-se em dados sobre o Parque Nacional Sagarmatha. Ali, uma expedição típica de *trekking*, com a duração média de dois meses, chegaria a consumir 8.000 kg de lenha durante toda a estadia; enquanto uma lareira de uma família Sherpa queimaria 5.000 kg de madeira ao ano (BUNTING, SHERPA & WRIGHT, 1991: 162-163).

Não obstante, existem, segundo West & Brechin (1991: 185-186), configurações específicas em que o turismo pode ser menos negativo do ponto de vista de seus efeitos sobre as populações locais e sobre os recursos naturais abarcados pela área natural protegida.

Assim, o sucesso de iniciativas voltadas para o uso turístico de áreas protegidas, para beneficiar populações locais, dependeria, em grande medida, da economia política do setor do turismo no país considerado. De modo geral, o turismo mais capitalizado e centralizado, isto é, o de larga escala, seria o mais negativo do ponto de vista do ecodesenvolvimento e não seria um substituto equivalente ao uso sustentável de recursos naturais.

Justamente esse seria o modelo de turismo predominante, por se apoiar em maior disponibilidade de capital e em vantagens competitivas, e, muitas vezes, ser compatível com os interesses dos governos nacionais, devido ao afluxo de moeda estrangeira. Esse modelo também pode convergir com os interesses dos próprios funcionários dos parques e de cientistas da área da conservação, pela maior facilidade no controle dos impactos do turismo sobre a unidade de manejo. Ele também tende, ao longo do tempo, a desbancar o turismo de pequena escala (WEST & BRECHIN, 1991).

A respeito da opção de se empregar os afetados pela destinação de espaços voltados para a conservação, West & Brechin (1991) apontaram-na como uma alternativa insuficiente, pois poucos seriam os beneficiados através da criação de uma pequena classe assalariada, enquanto a maioria dos moradores sujeitar-se-ia aos impactos negativos das proibições e restrições, culminando em impactos para a comunidade local e para as relações entre esta e a própria categoria manejo. Ressaltaram, da

mesma forma, que a contratação de moradores não é igual à sua participação na gestão, identificação muito freqüente, pois participar dos processos decisórios sobre o manejo e a gestão de áreas naturais protegidas é diferente de os implementar.

No caso do PARNA-Jaú, a inclusão de moradores e ex-moradores em atividades turísticas, que apareceu acima em trecho reproduzido da entrevista com um funcionário do NUC-IBAMA, ao discorrer sobre o projeto de uma exploração turística futura mais intensa da parte central do parque, e que já é uma prática corrente dos empreendimentos de turismo de pesca desportiva e recreativa na área do alto rio Unini, contemplará ou contempla poucos dos que são atingidos pela UC e por tais empreendimentos.

O turismo, na prática, talvez tanto quanto o manejo comunitário de recursos, não é garantia por si só da manutenção da biodiversidade, no longo prazo, e o sucesso de suas experiências no que tange à conservação só poderá ser avaliado *a posteriori*. Como afirmou Reid (1995), para o desenvolvimento sustentável, resta sempre o desafio de lidar com uma escala de tempo não-humana.

\*

Finalizaremos, enumerando algumas das características e expectativas normativas que recaem sobre as populações tradicionais, quando a categoria é utilizada pelos ambientalistas e/ou acompanha propostas e discursos voltados à mudança social rumo à sustentabilidade: a dimensão temporal, a territorialidade, o conhecimento sobre os recursos naturais, uma “cultura ecológica”, como afirmaram Lima & Pozzobon (2000), uma condição marginal em relação à sociedade hegemônica, marginalidade esta que se referiria a diversas esferas, como o mercado e às próprias relações sociais ou raciais.

Propomos, então, ao leitor redirecionar a sua atenção, nas partes seguintes, para situações e arenas que fazem uma alusão mais direta ao PARNA-Jaú, aos seus moradores e ex-moradores, sem perder de vista, contudo, os pontos principais do que foi discutido no presente capítulo, pois existe uma continuidade entre essas situações e arenas de diferentes escalas e graus de formalização.

**5. Registros fotográficos<sup>129</sup> de algumas práticas consideradas mais problemáticas:**



**Foto 1.** Alevinos de aruanãs apreendidos pelo IBAMA, rio Jaú, 2003.



**Foto 2.** Filhotes de quelônios apreendidos pelo IBAMA, rio Jaú, 2003.

---

<sup>129</sup> Inspirando-nos em Sontag (2003) e em suas observações e críticas sobre o uso banalizado de imagens na contemporaneidade, indicaremos os nomes de moradores e ex-moradores que, porventura, nelas apareçam, e os locais onde foram tiradas. Não o fizemos isso no texto, pelas razões já discriminadas, e utilizaremos fotos que tenhamos julgado não comprometer aqueles que nelas aparecerem.

**6. Registros fotográficos de algumas práticas consideradas menos problemáticas:**



**Foto 3.** Talos de arumã de molho, Cachoeirinha, rio Jaú, 2005.



**Foto 4.** Maria descascando cipó-timbó, Terra Nova, rio Unini 2005.



**Foto 5.** Seu Neném na torrefação de farinha, Patoá, rio Jaú, 2003.



**Foto 6.** Seu Severino (à esquerda) e família, descascando mandioca, Lago das Pedras rio Unini, 2004.

## **Capítulo 2**

### ***Olhando o PARNA-Jaú de dentro para fora***

#### **1. Introdução**

É interessante verificar que o Plano de Manejo do PARNA-Jaú previu a indenização apenas de ex-moradores que abandonaram o parque a partir do ano de 1985 (FVA/IBAMA, 1998). A razão explicitada é a de que, daquele momento em diante, teria havido pressão para a saída dos moradores, principalmente os dos rios Jaú e Carabinani por parte do IBDF. Assim, os moradores que deixaram o parque antes de 1985 teriam “perd[ido] o direito de posse, pois abandonaram espontaneamente a terra, deixando de trabalhar nela” (FVA/IBAMA, 1998: 19).

Apesar disso, o mesmo documento contém a informação de que a proibição à entrada de comerciantes no rio Jaú datou do final da década de 1980, “quando se procurava forçar o abandono da área pelos moradores”. A única comercialização permitida seria, a partir de então, a de farinha de mandioca, comercializada na cidade de Novo Airão (FVA/IBAMA, 1998: 153)<sup>130</sup>.

Como já discutimos em outra oportunidade (CREADO, 2005a), e retomaremos com maior detalhe no último capítulo, em dezembro de 2004, no interior do Amazonas, contatamos um ex-vigilante da base do IBDF do rio Jaú. Ele trabalhou ali como funcionário terceirizado por vários anos da década de 1980<sup>131</sup>. Pela sua estimativa, o primeiro flutuante do órgão gestor do parque chegou à foz do rio Jaú rio em 1981, no máximo seis meses depois do decreto de criação.

Destarte, a data apresentada em FVA/IBAMA (1998) para fins indenizatórios precisaria ser revista, porque a própria presença do flutuante pode ser interpretada como uma forma de pressão indireta à saída dos habitantes dos rios Jaú e Carabinani. Da mesma forma que a proibição à entrada dos comerciantes fluviais, os regatões não-residentes, que perdura até os dias atuais.

---

<sup>130</sup> O documento cita como sua fonte um depoimento não publicado de Saragoussi (1989). Não constavam maiores informações na bibliografia.

<sup>131</sup> Omitimos seu nome a seu pedido.

Neste capítulo, discutiremos, primeiro, algumas das mudanças ocorridas na distribuição populacional e na mobilidade espacial dos moradores dos rios Jaú e Carabinani, cujas causas principais, desde a década de 1980, foram as *pressões diretas e indiretas* aplicadas por funcionários do órgão gestor. Além de três situações sociais específicas referentes aos seus moradores, em cujas tramas percebe-se efeitos das políticas conservacionistas e de seus agentes.

Convém, então, definir o que qualificamos como *pressões diretas e indiretas*. A distinção é fruto de uma interpretação nossa a partir das narrativas de moradores e ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, para a qual também nos inspiramos em Sigaud (1979)<sup>132</sup>.

O primeiro tipo é muito encontrado na fala dos moradores e ex-moradores, dos rios Jaú e Carabinani, e referencia episódios conflituosos entre moradores e funcionários do órgão gestor do parque e/ou os vigilantes terceirizados do IBDF-IBAMA. Na memória social de moradores e ex-moradores, os episódios exemplares da pressão remontam à atuação do órgão gestor do parque, durante década de 1980.

Já com o termo *pressão indireta*, interpretamos determinadas proibições ou limitações aos usos de recursos. Seriam determinações e/ou ações no sentido de disciplinar as condutas dentro do PARNA-Jaú: (1) não abrir roçados novos, só efetuando o replantio nos roçados já abertos, isto é, na capoeira<sup>133</sup>; (2) não atuar em atividades de pesca e caça comerciais; (3) a proibição à entrada de comerciantes não residentes nos rios Jaú e Carabinani; (4) a falta de infra-estrutura, tais como escolas e postos de saúde; (5) o simples fato de se estar sujeito a atividades de fiscalização, monitoramento e controle, como, por exemplo, o controle de entradas e saídas, tanto de moradores quanto de familiares que efetuem visitas, e o fato de não se poder levar “mantimento”<sup>134</sup> ao se deixar o parque.

Posteriormente, trataremos das configurações sócio-espaciais referentes à região norte da UC, as dos moradores do rio Unini. Como na parte central do parque, embora com

---

<sup>132</sup> Ou seja, fizemo-la baseando-nos em entrevistas realizadas junto aos moradores e ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, em momentos distintos da pesquisa de campo. Destarte, retomaremos a distinção no próximo capítulo.

<sup>133</sup> Termo para designar vegetação secundária muitas das vezes surgida com a regeneração florestal, após a derrubada e queima da vegetação primária, e que também é utilizada localmente.

<sup>134</sup> O termo “mantimento” foi usado por um ex-morador entrevistado por Eliana S. J. Creado, em 20/12/04, em Novo Airão, conforme registrado em diário de campo. Faz menção especial à carne de caça e aos quelônios.

várias particularidades, há processos sociais que convergem para a transformação do rio Unini em um semi-lugar (AUGÉ, 2003). A presença dos empreendimentos turísticos concentra-se no alto rio Unini e imediações, na RDS-Amanã, abarcando parte dos rios Paunini, Preto e Arara, nas proximidades dos limites jurisdicionais da fronteira norte do PARNA-Jaú.

O fenômeno do turismo apareceu, nesse caso, como tão marcante quanto a invenção da área enquanto parte constituinte de um parque, até porque a institucionalização da UC nessa área encontra-se em um estágio distinto da de sua parte central. Por conseguinte, não houve um êxodo de moradores correlacionado com tanta intensidade à criação do parque.

## **2. Os moradores remanescentes e os seus movimentos**

O Plano de Manejo apontava a existência de 886 moradores e 143 grupos domésticos no parque, sendo que 43% deles estariam concentrados em sete comunidades e as maiores concentrações humanas localizar-se-iam nos rios Unini e Paunini (o segundo é afluente do primeiro), no limite norte. A densidade demográfica do PARNA-Jaú era de 0,04 hab/km<sup>2</sup>, e o próprio plano reconheceu ter havido um decréscimo populacional desde a criação da UC (FVA/IBAMA, 1998: 139-142).

Um estudo mais recente compilou vários dos estudos de cunho demográfico anteriormente efetuados pela FVA<sup>135</sup>, além de utilizar um novo censo realizado pelo seu autor em 2001 (PINHEIRO, 2003). Nele, o fenômeno foi sintetizado da seguinte forma:

*“(...) Os recenseamentos apresentam uma ligeira redução no número total de pessoas residentes. Em 1992, a população total era de 979 pessoas, que, em 2001, reduziu para 920 pessoas (-6%). Ao observar somente os dados por rio, estes apresentam comportamentos diferenciados: no rio Unini, em 1992, registrou-se 602 pessoas e em 2001, este número subiu para 669 pessoas (+11%). No rio Jaú, o comportamento é inverso: de 377 pessoas em 1992, somou-se apenas 251 (-33%), em 2001 (...)” (PINHEIRO, 2003: 63).*

Outro elemento importante foi o número de grupos domésticos, tendo como base os

---

<sup>135</sup> Estudos realizados em 1992, 1995 e 1998. O primeiro seria o Censo e Levantamento Sócio-Econômico do Parque Nacional do Jaú; o segundo seria o Mapeamento Individual dos Moradores dos rios Jaú e Unini; e o terceiro seria o intitulado Mapeamento Participativo Comunitário. Todos eles, inclusive o censo feito por Marcos Pinheiro, foram efetuados por pesquisadores com algum vínculo com a FVA. Entre o censo de 1995 e o de 1998, foram feitas, ainda, outras viagens de pesquisadores ligados à FVA, visando um mapeamento dos usos dos recursos efetuados pelos moradores, de modo a subsidiar a elaboração do Plano de Manejo (PINHEIRO, 2003).

recenseamentos da ONG. Ao comparar os censos mais afastados temporalmente, Pinheiro (2003: 63) afirmou que o número de grupos domésticos do rio Jaú<sup>136</sup> decaiu de 69, em 1992, para 45, em 2001; enquanto, no rio Unini, elevou-se de 93, em 1992, para 138, em 2001, um acréscimo de 48% em seus cálculos. Excluíram-se, do cálculo, os homens solteiros que possuíam casa, mas não constituíam família.

Ao sintetizar várias de suas análises sobre os diversos parâmetros demográficos que considerou<sup>137</sup>, concluiu que, para o parque como um todo, houve: (1) redução populacional, embora acompanhada por um aumento no número dos grupos domésticos; (2) envelhecimento populacional; (3) diminuição do número de filhos por família; e (4) maior proporção de homens (8% a mais do que mulheres).

Ao comparar, separadamente, os rios Jaú e Carabinani e o rio Unini, concluiu que nos dois primeiros “houve uma queda brutal no número de famílias, envelhecimento da população e manutenção no número de filhos por família, e que no segundo as famílias, apesar de mais numerosas, têm menos filhos e o envelhecimento da população é menor que do rio Jaú” (PINHEIRO, 2003: 73).

Na primeira pesquisa de campo aos rios Jaú e Carabinani, em agosto de 2002, a equipe de pesquisa coletou trechos das histórias de vida da maior parte dos sujeitos com os quais interagiu. Apesar dos dados serem qualitativos, percebeu-se alguns padrões. Um dos traços mais marcantes foi a mobilidade espacial dos grupos domésticos, tanto se considerando as trajetórias dos entrevistados, quanto se considerando as trajetórias de seus ascendentes e descendentes.

O conceito de mobilidade empregado aqui é o de Hogan (2001: 213), que o considerou mais amplo do que o de migração, por englobar a migração e, também, os movimentos populacionais temporários, ambos importantes no caso dos moradores dos rios Jaú, Carabinani e Unini. A mobilidade espacial, no PARNA-Jaú, não é importante apenas ao se pensar a condição de morador, mas também do ponto de vista das atividades turísticas, como as que se observou nas partes mais altas do rio Unini.

Segundo Hogan (2001), os movimentos temporários também geram impactos e são

---

<sup>136</sup> Pinheiro (2003) agregou as informações do rio Carabinani às do rio Jaú.

<sup>137</sup> Foram eles: estrutura da população, estrutura de sexo por idade, idade mediana, envelhecimento da população, natalidade e mortalidade (PINHEIRO, 2003: 63-73).

característicos do estilo de vida contemporâneo:

*“O termo ‘mobilidade’ é usado aqui como mais abrangente que ‘migração’, considerando-se que uma crescente parte dos movimentos populacionais com impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais não pode ser caracterizada como ‘mudança residencial permanente ou semi-permanente’ (Lee, 1966), mas como movimentos circulares ou de curta duração (...) De qualquer forma, torna-se cada vez mais evidente que o mundo contemporâneo caracteriza-se por um conjunto de movimentos diferenciados, com importantes conseqüências para a sociedade” (HOGAN, 2001: 213)<sup>138</sup>.*

Do total de 32 casais e um solteiro contatados nos rios Jaú e Carabinani, e para os quais possuímos dados mais completos, incluindo os casos em que um dos parceiros faleceu ou emigrou do PARNA-Jaú, em 20 deles pelo menos um dos dois parceiros é migrante ou já residiu em outra localidade não englobada pelo parque, em algum momento de suas vidas. Impressiona também a quantidade de descendentes ou ascendentes migrantes.

Também registramos a mobilidade dos moradores dentro da própria área que, hoje, conforma a unidade de conservação. Identificou-se um movimento preponderante de descida do rio Jaú, isto é, no sentido cabeceira-foz (cf. PINHEIRO, 2003). Esse movimento preponderante correlaciona-se com as proibições de entrada dos regatões, principalmente quando não se possui embarcação própria, com um certo estímulo ou apoio à vida comunitária, por parte de religiosos, da própria FVA e de políticos de Novo Airão e Barcelos, e com a busca por maior infra-estrutura, através da formação das comunidades. Uma infraestrutura que geralmente inclui (ou deveria incluir): um aparelho de radiofonia, uma pequena escola multisseriada (foto 7), algum(s) estabelecimento(s) religioso(s), um campo de futebol, uma sede social e um posto de saúde.

---

<sup>138</sup> Tradução nossa a partir do original em inglês:

*“The term “mobility” is used here as more encompassing than “migration”, considering that an increasing part of population movements with social, economic, political and environmental impacts cannot be characterized as “permanent or semi-permanent change of residence” (Lee, 1966), but as circulatory or temporary movements of short duration (...) In any case, it is increasingly evident that the contemporary world is characterized by a range of differentiated movements, which have important consequence for society”.*

**Foto 7.** Escola da comunidade São Lázaro, rio Jaú, 2002.



Mostrou-se também acentuada a migração de indivíduos mais idosos e de jovens dos rios Jaú e Carabinani para os municípios de Novo Airão e Manaus. Os mais velhos costumam ir atrás de acesso a serviços de saúde e/ou a regularização de aposentadorias; enquanto os mais jovens saem à procura de oportunidades de emprego, continuidade dos estudos<sup>139</sup>, e/ou em decorrência de casamentos.

Segue uma tabela com exemplos de deslocamentos de moradores. Selecionamos aqueles que possuímos, com maiores detalhes, e os resumimos um pouco. Trata-se de um material qualitativo que julgamos importante também, porque é capaz de captar aspectos sutis que desaparecem em abordagens mais estatísticas, complementando-as inclusive.

Achamos ser relevante pensar o tema da mobilidade, pelos seguintes motivos: para se refletir sobre forma com a qual tem se tratado a questão das políticas públicas voltadas às populações tradicionais e sobre as conseqüências de um processo indenizatório no PARNA-Jaú que não reconheça esse aspecto.

---

<sup>139</sup> As escolas das comunidades, quando existem, só possuem o ensino fundamental.

**Tabela 2.** Deslocamentos familiares de alguns moradores dos rios Jaú, Carabinani e de proximidades da foz do rio Jaú:

Moradores/as	Resumo dos itinerários
Dona A e Seu D	Ela nasceu em afluente do Solimões, no Italiano. Foi para o rio Jaú com 18 anos, para trabalhar com açaí e castanha. Ficou um ano entre o Jaú e Manaus. Morou na cabeceira do Carabinani, por 2 anos, e também no lago do São João, por 8 anos. O casal mudou para o rio Negro, perto da foz do rio Jaú.
Dona B e Seu D	Ela foi para o rio Jaú com os pais, vindos do Atruirá. Moraram no Maranhata, mudaram-se para a comunidade Seringalzinho.
Dona C e Seu V	Ela nasceu no Purus e foi para o Jaú com 10 anos. Ele, na Cachoeira do rio Jaú. Ela estudou em Manaus e retornou ao rio Jaú aos 18 anos. Depois do casamento, residiram em 2 igarapés e em outra localidade. Mudaram-se para Manaus, onde trabalharam em serraria. Retornaram para o Jaú.
Dona E e Seu E	Ela já deixou o rio Jaú; morou no Urubutinga. O casal residia na Cachoeira do rio Jaú.
Dona L e Seu Z	Ela nasceu no Acre, morou em Manaus e, então, foi para o rio Jaú com 7 anos. Casou-se no rio Jaú. Mudou-se para Novo Airão, para os filhos estudarem, enquanto o marido permaneceu no rio Jaú, para trabalhar. Por fim, ela retornou para o rio Jaú.
Dona E e Seu N	Ele nasceu no rio Jaú, chegou a residir em Manaus. Depois, retornou ao rio Jaú.
Dona M	Seus pais vieram de um igarapé perto de Manaus, na margem esquerda do rio Negro. Ela, seu ex-marido e os demais membros da família moravam nas proximidades à cabeceira do rio Jaú. Depois, desceram o rio.
Dona D e seu R	Ela nasceu em Parintins, foi para Manaus, onde ficou um ano; mudou-se para o rio Jaú, no Seringalzinho. O casal residia entre as comunidades Seringalzinho e Lázaro.
Dona M e seu T	Ela nasceu em Itabora, no rio Jaú; ele, no Borba, no rio Madeira. Os dois moraram rio acima, no Monteiro. Depois, no final de 2001, mudaram-se para a comunidade São Lázaro.
Seu M e dona M	Morava desde 1992, no Lázaro. Antes, residiam na Volta da Paz, no rio Jaú, também. O pai dele veio de Manaus, enquanto a mãe, de São Gabriel da Cachoeira. A mãe dela veio de Barcelos, com o marido e a mãe.
Dona G e seu S	Ele nasceu em Manaus, mas foi criança para o rio Jaú. Depois, retornou a Manaus e em agosto de 2001 retornou ao rio Jaú. Ela nasceu em Novo Airão, foi para o rio Jaú com os pais. O casal residia na comunidade São Lázaro.
Dona A (viúva)	Nasceu em São Gabriel da Cachoeira e se casou em Manaus, de onde seu marido era natural. O casal foi para o rio Jaú. Residia na comunidade São Lázaro.
Dona M e Seu J	Moravam na comunidade Tambor (novo) desde, aproximadamente, 1997. Ela nasceu no rio Jaú, na Taboca. Antes da mudança para o Tambor, a família residia na Santa Maria, no rio Jaú.
Dona C e seu W	Ele nasceu no rio Jaú, no Miriti. Ela também nasceu no rio Jaú, mas depois se mudou para Novo Airão. Ele foi atrás dela e ela retornou. Moravam na comunidade Tambor (novo).
Dona R e seu M	Ela nasceu em Porto Velho (RO). Residiu com a mãe na estrada de Novo Airão. Ele morava ali no rio Jaú, no Miriti, desde os 9 anos. O casal residia na comunidade Tambor (novo).
Dona M e Seu L	Ela nasceu no rio Jaú, na Praia Alta. Ele veio do Purus. Estavam na Comunidade Tambor desde, aproximadamente, 1999.

Seu J		Sempre foi morador do rio Paunini. Seus pais vieram do Sergipe. O pai retornou ao Sergipe e morreu lá. A família continuou na região, vindo a morar em várias localidades: Caju, Capoeirinha, Tambor, Supriano e Macaco.
A		Morava no rio Paunini, com o pai. Quando o abordamos (08/02), havia acabado de retornar de Novo Airão, pois não havia encontrado emprego na cidade.
Dona (viúva)	S	Nasceu no Rio Madeira; depois morou em Mamuri, em Manaus, por um mês, no Jauaperi, por 2 anos, e, então, aos 25 anos, foi para o rio Jaú. No Jaú, morou no alto rio Jaú, no Socó (Espírito Santo). Desceu o rio, para a comunidade Tambor Velho.
Seu J		Nasceu no rio Paunini. Seus pais vieram do Sergipe. O pai retornou ao Sergipe e morreu lá. A família continuou na região onde estava, vindo a morar em várias localidades: Caju, Capoeirinha, Tambor, Supriano e Macaco. Morava em sítio entre as comunidades Lázaro e Tambor, no rio Jaú.
Seu P e Dona I		Ele nasceu em Barreirinha, acima de Parintins. Morou em Manaus, onde foi casado e teve filhos, dos quais se separou. Tornou-se garimpeiro. Morou na região do rio Jaú por 10 anos. Dona I nasceu em Barcelos. Mora na região do Jaú desde 1965.
Seu N		Chegou no Brasil aos 16 anos, com os pais, que vieram do Japão para trabalhar em uma colônia que plantava pimenta-do-reino em Belém (PA). Morou em Manaus. Comprou terras da boca do rio Jaú para baixo, mas sem documentação, bem na época da criação do PARNA-Jaú. Morou no Carabinani. Residia em Airão Velho.
Dona A e seu A		Ela nasceu no rio Solimões, em Tefé. Foi parar na região porque adoeceu e foi para Manaus. Dois meses depois, o esposo e os filhos foram atrás dela. Ele também era do Solimões, mas de Marã. Moraram em várias localidades do rio Carabinani, mas foram aproximando-se mais da foz do rio.
J e esposa <sup>140</sup>		Ele morou no Carabinani por 30 anos. Depois, mudou-se para Novo Airão. Retornou ao rio, aos 33 anos, com a esposa de Novo Airão e um filho, de menos de um ano.

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa, em agosto de 2002, no rio Jaú.

Os produtos que foram elencados como os mais importantes na composição da renda doméstica foram os derivados da mandioca, principalmente a farinha, e a extração de cipós. Surgiram depoimentos sobre um possível declínio na exploração dos últimos, com relatos interpretando que o IBAMA estaria começando a proibir e/ou restringir a extração de cipós e/ou que a prática estaria mais difícil. Contudo, é provável que esta interpretação seja uma identificação entre os trabalhos de manejo da FVA, em parceria com o IBAMA, e as proibições mais incisivas do órgão gestor, dado haver iniciativas que procuram regular/modificar a forma de extração dos cipós.

Além desses produtos, apareceram outros relevantes na renda, apesar de menos significantes no agregado, como a banana, a castanha, o mel e o óleo de copaíba. Sobre o extrativismo animal, somente um indivíduo assumiu explicitamente granjear renda com a atividade. Mas, houve casos em que, por meio de depoimentos de

<sup>140</sup> Pouco tempo depois da entrevista, separaram-se.

terceiros, soube-se de outros moradores que também o praticariam com fins comerciais. De qualquer forma, foram poucas às vezes em que a venda de carne de caça e de bichos de casco (quelônios) emergiu nos relatos. A maioria dos moradores, todavia, depende de tais recursos para o auto-consumo, e algum deles como reserva de renda em casos de maior necessidade (FVA/IBAMA, 1998).

**Tabela 3.** Itens e produtos comercializados, citados por moradores dos rios Jaú e Carabinani e de Airão Velho, em agosto de 2002

<b>Itens e produtos comercializados por moradores</b>	<b>Número de citações</b>	<b>Observações</b>
Castanha	2	
Cipó	17	
Roçado	26	11 especificaram: mandioca/macaxeira; 1 especificou: banana; 2 especificaram: roçados verdes
Mel	1	
Aposentadoria	1	
Contrabando	1	Assumiu a prática explicitamente
Óleo de copaíba	1	
Regateio	2	
Artesanato	2	Nos dois casos, tratava-se de cestaria de arumã para vender a turistas
Prestação de serviços para outrem	2	
<b>Número de entrevistas (realizadas com casais ou indivíduos) consideradas</b>	<b>34</b>	

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa, em agosto de 2002, no rio Jaú.

De modo geral, os produtores que possuíam embarcação motorizada própria (ou motor, como denominado localmente) disseram que costumam levar pessoalmente suas produções às cidades de Novo Airão e Manaus. Além disso, os donos de embarcação motorizada também preferem comprar o rancho<sup>141</sup> diretamente nas cidades, onde acreditam comprá-lo por menores preços. Quando isso não é possível, as vendas e/ou trocas são efetuadas com os dois regatões, também moradores, ainda atuantes no rio Jaú.

Para captar um pouco da mudança das atividades com as quais os moradores já

<sup>141</sup> Itens adquiridos, por não serem produzidos localmente. No rio Paunini, afluente do rio Jaú, um morador que também é um regatão local mencionou que os itens do rancho mais vendidos por ele eram café, açúcar, tabaco, querosene, arroz e cachaça. O depoimento foi colhido pela equipe de pesquisa em 12/08/02.

chegaram a auferir renda, cruzando-as com as histórias de vida e, por conseguinte, com o advento do próprio parque, apresentaremos uma tabela, também de cunho qualitativo e com o predomínio das informações colhidas em agosto de 2002. Nela, torna-se patente a importância que a extração de látex e a produção da borracha teve nas vidas de parte considerável dos moradores da região, sobretudo os com mais de 30 anos, como já apontaram estudos anteriores, como os de Victor Leonardi (1999), Barretto Filho (2001a) e FVA (FVA/IBAMA, 1998; FVA, 1998a):

**Tabela 4.** Algumas trajetórias de transição de práticas, a maioria diz respeito a grupos domésticos, tomando-se como base depoimentos de casais:

Lugar de moradia quando entrevistado/a foi	Idade	Atividades anteriormente praticadas para comercialização	Atividades praticadas atualmente para comercialização
Comunidade Seringalzinho	SD	Cipó/seringa/castanha	Ela faz cestaria de arumã para vender a turistas/roçado "verde".
Cachoeirinha ou Patauí	SD	Trabalharam na extração de látex por 19 anos.	Cipó
Cachoeirinha	Ele: em torno de 70 anos Ela: SD	Roçado (farinha de mandioca)	Roçado (farinha de mandioca)
Cachoeirinha	SD	Roçado Ele (marido) foi associado por terceiros à prática de contrabando	Roçado Em 2005: trabalhava como guia turístico, em trilhas
Capoeira Grande	SD	Seringa (ele).	Roçado (farinha de mandioca)/cipó
Comunidade Lázaro	Ele: 48 Ela: SD (em 2002)	Seringa/sorva/castanha	Cipó/roçado (farinha de mandioca)/óleo de copaíba
Comunidade Lázaro	47 (ele)/ 32 (ela) (em 2002)	Sorva/seringa/castanha	Roçado (farinha de mandioca)/cipó
Comunidade Lázaro	SD	Seringa/sorva/roçado	Aposentadoria/roçado
Comunidade Lázaro	22 (ele)/ 18 (ela) (em 2002)	DI (não chegaram a trabalhar com látex)	Roçado/cipó
Comunidade Tambor (novo)	46 (ela)/ 55 (ele) (em 2002)	Seringa	Roçado (farinha de mandioca)/Cipó
Comunidade Tambor (novo)	23 (ele)/ 20 (ela) (em 2002)	SD (não pegaram seringa)	Roçado (farinha de mandioca e banana)/cipó
Comunidade Tambor (novo)	48 (ela)/ 44 (ela) (em 2002)	Roçado (ela)/seringa (ele)	Roçado
Comunidade Tambor (novo)	34 (ela)/ 57 (ele) (em 2002)	Seringa	Roçado (Farinha de mandioca)/cipó
Rio Paunini	69 anos (em 2002)	Seringa	Comércio de cipó e farinha de mandioca/roçado (contrata mão-de-obra temporária para trabalhar em seu roçado), do qual vende somente a banana/comércio local de carne/ venda de rancho.
Comunidade Tambor (velho)	SD	Seringa/castanha/sorva/balata	Roçado/cipó
Sítio entre as comunidades Lázaro e Tambor	57 anos (em 2002)	Seringa/sorva/balata	Roçado

Airão Velho	SD	Ela: seringa. Ele: várias atividades (urbanas)/garimpo	Roçado/extrativismo animal
Airão Velho	53 anos (em 2002)	Plantação de pimenta-do-reino/trabalhou em Manaus (DI)	Roça/ guia turístico eventual e “administrador” de Airão Velho
Rio Carabinani	66 (ela)/ 67 (ele) (em 2002)	Seringa/sorva/balata	Grupo doméstico associado por outrem ao extrativismo animal/cipó

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa, em agosto de 2002, no rio Jaú. Em alguns casos específicos, apontados na tabela, acrescentamos dados de pesquisa de campo coletiva de 2005.

Como acreditamos na existência de uma continuidade entre auto-consumo e comercialização (WEST & BRENCHIN, 1991), registramos aqui a lista de cultivares dos roçados que não foram discriminados na tabela 3, mas foram mencionados, pelo menos uma vez, nas entrevistas efetuadas em agosto de 2002. A saber: manga, cacau, cupu, caju, abacaxi, cana, cará, ananá, batata, maxixe, jerimum, melancia, paioba, ariá, mamão, urucum, abacate, pupunha, milho, abiu, mari, condensa, cacau, manga, ingá, pimenta, cebola, chicória, bacaba, goiaba, laranja, graviola.

O Plano de Manejo citou as comunidades existentes na UC, à época de sua concretização. Para o rio Jaú, foram enumeradas as seguintes comunidades: (1) Seringalzinho, que se subdividia nas localidades de Moura, Vista Alegre, Quebrado e Queiroz; e (2) Tambor, que abarcaria as localidades de Santa Maria e Praia Alta. Para o rio Unini e o rio Paunini, foram apontadas sete comunidades: (1) São José do Aracu; (2) Vista Alegre; (3) Floresta; (4) Manapana; (5) Tapiíra; (6) Democracia; e (7) Lago das Pedras. O documento assinalou as comunidades, no geral, como positivas para a conservação<sup>142</sup> (FVA/IBAMA, 1998: 144).

Ao se comparar as comunidades visitadas, os relatos colhidos em campo junto a moradores e não moradores (como pesquisadores) e as informações do Plano de

<sup>142</sup> Como afirmou Barretto Filho (2001a:523) o estímulo à formação de comunidades seria “emblemática dessa necessidade de gerenciamento e administração da dinâmica social”, representaria, portanto, uma forma de controle, um meio da FVA facilitar suas ações e de se tentar produzir sujeitos políticos. Em um livro de Colin M. Turnbull (1972 *apud* CALHOUN, 1991), é abordado o caso dos Ik e das consequências graves que sobre eles teve a criação do *Kidepo Valley National Park*, em Uganda, na década de 1960. Eles sofreram um processo de rápida e grave deterioração sócio-cultural. Nessa resenha, são ressaltados dois choques principais: (1) a rápida mudança de um modo de vida com alta mobilidade, baseada na caça e na coleta, para um modo de vida sedentário, mais agrícola, fazendo com que o antigo repertório de crenças, hábitos e tradições se tornassem irrelevantes; (2) o fato do grupo ter sido aglomerado em uma densidade, intimidade e frequência de contato que não havia antes. A aglomeração servia como forma de controle contra a prática da caça.

Manejo, constatou-se que a comunidade Seringalzinho, encontrava-se em um momento de relativa desestruturação na viagem de campo de agosto de 2002, mas posteriormente, na viagem de campo de agosto de 2005, ela já estava se reerguendo, com um novo local para a escola e com uma nova sede da FVA, toda em alvenaria nas suas proximidades.

Na última viagem de campo de 2005, constatou-se também a chegada de pelo menos um novo grupo doméstico no Seringalzinho. O pai da família, segundo relato de familiares, sobrevivia anteriormente à base do contrabando de carne. Na nova comunidade, entretanto, ele estava a trabalhar como um dos guias de turistas e, inclusive, incorporara um discurso ambientalista. Observe-se que jamais o referido ex-caçador, ex-pescador, assumiu por si mesmo a prática em entrevistas à equipe de pesquisa.

O período de declínio da comunidade acima, a mais próxima da base flutuante do IBAMA, correlacionou-se ao abandono de seu primeiro e único presidente até então. Posteriormente, ele tentou retomar o cargo que, nesse ínterim, havia sido ocupado por outro. O abandono do cargo deveu-se, ao menos em parte, por ter sido flagrado com manta(s) de pirarucu.

A comunidade de São Lázaro também não constava no Plano de Manejo. Segundo seu presidente, em agosto de 2005, a fundação da comunidade ter-se-ia dado em 1999<sup>143</sup>; já a comunidade Tambor subdividia-se em Tambor Novo e Velho quando a visitamos, em agosto 2002, sendo que, à época, a escola ficava em Tambor Novo e as crianças do Tambor Velho tinham que se deslocar para estudar<sup>144</sup>.

Registramos também que a localidade de Patauá consolidou seu *status* de comunidade entre 2001, quando chegou o primeiro professor, e 2004-2005, quando uma nova escola foi construída e um novo presidente de comunidade foi eleito<sup>145</sup>. Em nossa viagem de 2005, constatou-se os conflitos surgidos nessa nova configuração comunitária, que discutiremos a seguir.

---

<sup>143</sup> Entrevista com o presidente da comunidade à época, em 11/08/02, efetuada pela equipe de pesquisa.

<sup>144</sup> Entrevista com moradora da comunidade Tambor Velho, em 11/08/02, efetuada pela equipe de pesquisa.

<sup>145</sup> Entrevista realizada em 11/08/05, no Patauá. Entrevistadoras: Ana Beatriz Vianna Mendes; Eliana S. J. Creado; Lúcia da Costa Ferreira, Simone Vieira de Campos.

Em 2005, os professores de Patauá e Seringalzinho vinculavam-se a Barcelos; os de Lázaro e Tambor, a Novo Airão<sup>146</sup>.

O presidente da comunidade de Patauá descreveu assim a importância de se constituir enquanto uma comunidade:

*“(...) Pegou o nome de comunidade por quê? Eles conseguiram professor para cá e agente de saúde, e para vir professor tem que ter nome de comunidade, aí quando eu fui em Barcelos eu digo: lá tem o nome de comunidade, mas as casas são muito esparsas, são poucas famílias, mas para gente conseguir as coisas tem que ter nome de comunidade. Inclusive, até um tempo eu comprei uma moto-serra em Manaus, paguei, veio com o nome da comunidade, senão eu nem retirava o motor (...) Por isso é que chama comunidade Patauá, para poder, em nome da comunidade, conseguir alguma coisa pra cá.*

*ABVM: Faz quantos anos isso de comunidade?*

*Presidente: Isso foi em 2001, foi que o professor veio pra cá em agosto, e nesta época também ela [esposa do presidente de comunidade anterior] assumiu o cargo de agente de saúde, dia 20 de agosto.*

*ABVM: Então, não teve nada a ver com o trabalho da fundação?*

*Presidente: Da Fundação Vitória? Não, aqui no Patauá não. Até agora nós temos uma promessa com o seu [nome de integrante da FVA] de ter um rádio de comunicação para cá. Mas eu não sei se vai vir esse rádio, que ele falou que vem dar a resposta agora em setembro (...)”<sup>147</sup>.*

É preciso, então, refletir sobre alguns dos efeitos das condições estipuladas pelo IBAMA para o trânsito dos moradores, em sua tentativa de regular o acesso ao parque, cuja operacionalização depende muito das características de cada chefia e dos vigilantes terceirizados que trabalham na base. A princípio, o órgão estipula que todo morador precisa registrar suas saídas e entradas nos rios Jaú e Carabinani.

No primeiro contato com os moradores remanescentes, em 2002, ouvimos vários relatos de eventos críticos (DAS, 1999) referentes a pessoas que não avisaram suas saídas, saíam muito freqüentemente e/ou passaram muito tempo fora do parque, e que, ao tentarem voltar, não lhes foi permitido o retorno sequer para pegar seus pertences.

Infelizmente, as pessoas à quais tais casos se referiam não foram localizadas nem contatadas, tomou-se ciência delas por meio de terceiros, moradores do parque que ainda permaneciam no local quando de nossa primeira viagem a campo. Assim, o que se pode afirmar é que tais eventos críticos operam localmente como casos exemplares, e que desta característica mesmo é que retiram a sua força.

---

<sup>146</sup> Fontes: entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa com os presidentes das comunidades Seringalzinho, em 09/08/05, e Patoá, em 10/08/02.

<sup>147</sup> Entrevista realizada em 11/08/05, no Patauá. Entrevistadoras: Lúcia da Costa Ferreira; Ana Beatriz Vianna Mendes; Eliana S. J. Creado; Simone Vieira de Campos.

Na mesma oportunidade, pudemos colher depoimentos relatando que as visitas de familiares que residiam fora do parque, mesmo quando se tratavam de ex-moradores, precisavam igualmente ser registradas e eram até mesmo dificultadas. O mesmo nos foi dito sobre os casamentos dos moradores com não-moradores.

Ou seja, a então chefia do parque operava com uma política informal de lembrar aos recém-casados que as benfeitorias que fizessem não seriam indenizadas, de que o casal deveria residir com os pais do moço ou da moça originário do PARNA-Jaú, e ainda eram aconselhados a se mudar para Novo Airão ou Manaus.

Esses aspectos foram, inclusive, reconhecidos pela pessoa que ocupava o cargo de chefia do parque, em depoimento de 19/08/2002, na sede do IBAMA, em Manaus<sup>148</sup>. Segundo esse/a funcionário/a, o intuito da limitação dos casamentos era o de não permitir a entrada de novos habitantes, o que, aliás, seria feito com o objetivo de se cumprir a lei. Perorou que os residentes podiam casar-se entre si, dentro do próprio parque, e não precisavam ir atrás “de gente de fora”.

Explicou que sua tática, enquanto chefe, seria a de recordar aos que se casavam com não-residentes de que era proibida a construção de novas casas e canoas, mas reconheceu às pesquisadoras não ter como proibir os casamentos, porém, de qualquer forma, falava porque faria parte de sua obrigação no cargo. Justificou-se argumentando que a nova família não seria indenizada pelas benfeitorias que viesse, porventura, a fazer, porque a referência do IBAMA para a indenização das famílias seria um cadastro de moradores e usos de recursos, efetuado pela FVA, em 1992.

A respeito da identificação obrigatória na base flutuante, com a qual muitos dos residentes contatados demonstraram-se descontentes, explanou que a visitação de familiares de moradores do PARNA-Jaú era permitida, mas desde que os visitantes dessem seus nomes e apresentassem seus documentos na base, e que, na saída, se submetessem a uma vistoria. O problema seria que diversos visitantes não passariam pela base do IBAMA, ao ingressar no parque, mas o fariam na saída, devido aos “furos” (termo local) do rio Jaú, que criam caminhos alternativos à foz durante as cheias.

No depoimento, emergiu a preocupação especial da/o chefe do parque com a extração

---

<sup>148</sup> À Simone Vieira de Campos e à autora.

da fauna. Opinou, por exemplo, que deveria haver penas alternativas ao extrativismo da fauna, de cunho mais educativo, no caso de pessoas mais pobres, mas que deveria haver sim a punição. Exemplificou: da sua parte, procurava dizer aos infratores que eles poderiam interferir no equilíbrio (citou o caso da extração de tartaruga) e que não seriam só eles, individualmente, os que sentiriam os efeitos negativos disso. Porém, disse achar interessante a possibilidade de uso sustentável de recursos naturais pelos seres humanos, mas, porém, em PARNAs, isso não seria possível, e ela/e nem teria como controlar tais usos ou os pesquisar.

Do ponto de vista da situação dos moradores do parque, a mobilidade espacial mostrou-se crucial para a sua sobrevivência, tanto por fatores mais objetivos, como a busca por serviços de saúde, pela continuidade dos estudos, para requerer a aposentadoria, para comprar o rancho, quanto por fatores mais subjetivos, como a realização de visitas familiares e o casamento com pessoas de fora. A mobilidade era, também, importante para o estabelecimento de relações sociais com indivíduos e grupos externos ao parque e para a continuidade de laços já existentes.

Cabe perguntar aqui como seria possível assegurar “as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais”, conforme estipula a legislação do SNUC (BRASIL, 2000, artigo 28), e, destarte, permitir a mobilidade dos moradores, sem os constranger, ao mesmo tempo em que se garante a conservação dos recursos?

É preciso ressaltar, todavia, que o concurso para analistas ambientais, realizado em 2002 pelo IBAMA, renovou o quadro de funcionários do IBAMA e a/o chefe acima foi substituída/o.

### 3. Conflitos intra-grupais nas comunidades Seringalzinho e Patoá

Ficaram patentes nos relatos dos moradores da comunidade Seringalzinho e Patoá, em 2005, alguns dos conflitos internos às duas. Acreditamos, todavia, que eles devam ser compreendidos em um contexto mais amplo de relações sociais, das quais participam o IBAMA e a FVA.

#### 3.1. Seringalzinho

A comunidade Seringalzinho, em agosto de 2005, ligava-se administrativamente a Barcelos, e tinha, segundo estimativa de seu presidente, 54 moradores. Teria sido fundada, mais ou menos, em 1995 e com o apoio da FVA. Nela, as alterações que se destacaram foram: o conflito em torno da presidência da comunidade, do local da escola e do trabalho de guia com os turistas que assomam às proximidades<sup>149</sup>.

Os dois primeiros conflitos estavam correlacionados e serão aqueles que discutiremos mais profundamente. Giravam em torno do presidente anterior da comunidade, que ajudara em sua formação e fora seu presidente por nove anos. Ao se mudar para Novo Airão, seu cargo foi ocupado por outro morador e ele se ofendeu com o ocorrido, pois retornou à comunidade, oito meses depois<sup>150</sup>.

Uma das iniciativas do presidente que o sucedeu, um morador relativamente recente naquela comunidade<sup>151</sup>, foi a mudança da escola para um novo local. Em agosto de 2005, a escola ocupava parte dos cômodos da residência do novo presidente, em caráter provisório, pois ele estava construindo uma nova casa, bem ao lado, e pretendia deixar a casa antiga para usufruto dos alunos<sup>152</sup>.

Tanto a nova escola quanto a residência do presidente ficavam próximas da nova sede da FVA que havia sido recentemente construída. Na ausência do presidente anterior, e de sua esposa, a radiofonia também passou aos cuidados da esposa do novo

---

<sup>149</sup> Em agosto de 2005, eram três os indivíduos que se revezavam nas atividades de guia, sendo que um outro morador não beneficiado queixou-se às/aos pesquisadoras/es de não as poder realizar.

<sup>150</sup> Registro em diário de campo de entrevistas realizadas, pela equipe de pesquisa, com o mesmo, em Seringalzinho, rio Jaú, em 08 e 09/08/05.

<sup>151</sup> Na viagem de campo de agosto de 2002, ele não residia ali, mas rio acima, antes da comunidade São Lázaro, em uma residência mais isolada.

<sup>152</sup> Registro em diário de campo da entrevista realizada, pela equipe de pesquisa, com o mesmo, em Seringalzinho, rio Jaú, em 09/08/05.

presidente.

Segue um trecho da história de vida do segundo presidente, que se entrelaça com a história do PARNA-Jaú, onde constam os deslocamentos, as mudanças de estilo de vida e os seus primeiros trabalhos como liderança<sup>153</sup>. Selecionamos um fragmento específico sobre nossa região de interesse, pois seus pais deixaram o estado do Acre, originalmente para trabalhar no rio Aripuanã, mas, acabaram permanecendo em Manaus, quando nosso interlocutor tinha 12 anos:

*“(...) E a gente ficou por lá, por Manaus, passando uns tempos, aí depois surgiu uma notícia que o pessoal que trabalhava para cá com seringal, que é o patrão, também tinha seringalista aqui dentro do Jaú. Aí meu pai foi procurar essas pessoas, teve uma informação e essa pessoa que informou para ele trabalhava justamente com esse dito homem. Aí viemos para cá para o rio, ele falou com o homem e nós viemos trabalhar aqui para cima. Nós fomos muito para os altos, para dentro daqueles igarapés, tocado no meio daquelas montanhas daquelas florestas, para cortar seringa era muito longe. E a gente sempre trabalhava assim dessa maneira, todo tempo era aquela preocupação para pagar o que devia. Comprava e pagava mesmo porque a gente cuidava de trabalhar, fazer a produção do patrão. E aí depois foi indo, foi indo, a coisa foi mudando, foi modificando, foi modificando, aí os patrões também já foram saindo fora... Aí começou a aparecer as leis, começou a aparecer o IBDF, foi a primeira vez que apareceu aqui no Jaú o IBDF, aí os patrões, muitos deles, deixaram a freguesia de mão, a gente ficou assim, bem dizer, [com luto], aí a gente continuou trabalhando assim mesmo.*

*la lá embaixo, comprava um ranchinho, vinha, trabalhava, voltava de novo, e assim a gente foi levando a vida. E aí depois passou a ser parque, o rio Jaú passou a ser parque. Aliás, foi uma coisa até boa para mim. Para mim eu achei muito importante ter um parque aqui. Porque você sabe, porque, de primeiro, aqui dentro entrava os pescadores, aí tirava um bocado de coisa. Mas lá para onde nós morávamos, eles não atingiram, que era muito em cima (...) Mas tinha uma dificuldade: não tinha escola. Meus filhos não estudaram. E eu tinha um bocado de menino e como você vê eu ainda tenho aqui um bocado. E não tinha como educar os meus filhos. Não tinha como educar. E eu fiquei preocupado com isso. Muita gente falava para mim mudar, que agora tá tendo aula. Em todos os cantos do mundo, até dentro de igarapé tá tendo aula hoje. Eu digo “rapaz, é verdade”. Aí o pessoal da Fundação começou, a gente conversando, o IBAMA também, a gente conversava. Eu pedia informação deles se eu não me mudasse de lá de onde eu tava para outro canto, onde tivesse uma escola, se seria melhor para mim, o quê que eles achavam, eles que eram o pessoal da lei. Eles “não, [omissão de nome], não tem problema, não tem problema se você tiver vontade de ir para uma comunidade, botar seus filhos para estudar, é uma importância muito grande para a sua vida e para sua família”. Eu até fiquei agradecido com isso (...).”*

Após, comentou rapidamente os conflitos dentro da comunidade para a qual se mudou:

*“(...) E foi o tempo que começou a vim o professor lecionar, como eu dizia, só que depois houve aqueles contratemplos, falta de informação correta, aí houve aquela coisa toda. Aí depois o professor passou a lecionar aqui, que já foi o ano passado. E o pessoal me apoiou como representante da comunidade, e eu até que não queria entrar nesse trabalho, mas o pessoal me apoiou, e me deram aquela força. E, graças a Deus, até agora, eu tô indo em Barcelos, sempre vou lá, converso com o pessoal. “Não, [omissão de nome], não tem problema, você pode trabalhar, porque uma coisa é você vim, a gente conversa e a gente vê o quê que pode fazer com você por lá, na comunidade”. Eu digo “tá bom” (...).”*

---

<sup>153</sup> Em entrevista realizada por: Lúcia da Costa Ferreira, Simone Vieira de Campos, Ana Beatriz Viana Mendes e a autora, em 09/08/06.

Durante a entrevista, destacou: (1) a sua atuação na presidência da comunidade<sup>154</sup>; (2) as mudanças na vida de seu grupo doméstico, como a descida do rio Jaú, para o acesso à escola e o acesso a serviços na área da Saúde, e para contornar dificuldades de transporte; (3) as mudanças nas atividades agroextrativistas; e (3) como se deu a concentração dos moradores nas comunidades.

No geral, apresentou uma opinião positiva a respeito das mudanças sentidas, inclusive as associadas mais diretamente ao advento do parque, porque, segundo ele, sempre teria procurado viver conforme as leis, o que no rio Jaú significaria viver à base da agricultura, da criação e das atividades extrativistas mais permitidas para a comercialização. Tinha embarcação própria.

Assumiu um tom encarecido em relação ao IBAMA:

*“(...) E a gente fica assim, eu pelo menos, fico satisfeito por morar aqui dentro do parque e o pessoal permitir eu morar e agora mais permissão eu vi que eles dão para a gente agora, nessa reunião que teve lá no Apuaú, que a gente vai ter o direito de ficar aqui até sair a indenização que ninguém não sabe quando ainda. Enquanto isso não sair, a gente tem direito de trabalhar para sobreviver. Tem o direito de plantar, criar e etc., e daí por diante. Então, assim que a gente vai ganhando a vida. Muita gente se embaraça às vezes, porque ele quer fazer outras coisas que não é permitido, aí se embaraça, aí fica naquela luta. Não sabe o que vão fazer, atrapalhado... Mas eu nunca me atrapalhei com essas coisas. Até (...) o dia de hoje, graças a Deus, eu trabalho, sou apoiado pelo pessoal, meu trabalho é apoiado por eles (...)”.*

Interpretou o Termo de Compromisso e o Conselho Consultivo da seguinte maneira:

*“(...) Quer dizer que isso aí, termo de compromisso, é a gente morar dentro do parque e ter compromisso com o parque e com o povo da comunidade, e a família também. Ter o tempo para trabalhar, para sobreviver dentro do parque, sem dar prejuízo ao parque, sem destruir o parque. Isso que está chamando por termo de compromisso, ter compromisso com aquela coisa que a gente usa, para não destruir (...) Tem também o conselho consultivo, que é conversar com as pessoas, aconselhar também, para seguir aquele caminho que é correto pela lei... Porque você sabe que hoje tá cheio de lei, para onde a gente corre é lei (...)”.*

Em sua fala, portanto, a atuação do presidente anterior apareceu como um contraponto a si mesmo, com uma forte moralidade (ou a falta dela) atribuída a determinadas práticas, atrelando-as a modos de ser e de se viver.

Ao ser indagado a respeito do uso do aparelho de radiofonia, explicou que a FVA que o deixara em sua residência, em função da obra da nova sede e que, quando esta fosse finalizada, ele seria transportado para lá.

No que tange à apreensão do primeiro presidente do Seringalzinho, ouvimos vários

---

<sup>154</sup> Tinha participado, em julho de 2005, de uma reunião para a discussão da formação do Conselho Consultivo do parque e da elaboração do Termo de Compromisso, realizada no Apuaú.

relatos distintos. Em 7 de agosto de 2005, questionamos um dos vigilantes terceirizados da base do IBAMA a respeito. Ele comentou, então, que o motivo da mudança teria sido a autuação do mesmo com 200 quilos de pirarucu, deixando-o “bravo”<sup>155</sup>.

Na versão contada pelo próprio autuado<sup>156</sup>, ele alegou ter sido denunciado por vender carne de pirarucu em sua casa. Salientou que o fizera porque precisava inteirar com a farinha de mandioca que vendia e tinha muitos filhos para alimentar.

Além de ter sido presidente da comunidade por nove anos, afirmou ter trabalhado com a FVA por cinco anos. Reclamou que ao ser dispensado não recebeu nada, e que chegou a pedir ajuda à ONG para a compra de uma casa em Novo Airão e que lhe teria sido aconselhado retornar e esperar que eles iriam conversar com ele no rio Jaú.

O ex-presidente associou a apreensão a uma denúncia de seu futuro sucessor. Apesar dele próprio ter abandonado o rio, acusou-o de se ter auto-empossado presidente, sem o comunicar. Comentou existirem sete famílias na comunidade Seringalzinho<sup>157</sup> e que o novo presidente seria o único a morar do outro lado, próximo à nova sede da FVA, mas que mesmo assim teria mudado a escola para lá, juntamente com o aparelho da radiofonia.

Um funcionário do IBAMA de Manaus, ex-chefe do PARNA-Jaú, que participou da apreensão do ex-presidente de Seringalzinho em novembro de 2002, deu-nos outra versão. Relatou-nos que a comunidade ficou um tempo sem permissão para receber turistas<sup>158</sup> porque o primeiro presidente usaria de seu cargo a seu próprio favor, dando-se, por exemplo, o direito de caçar e pescar para atender aos barcos dos visitantes<sup>159</sup>.

### **3.2. Patauá**

Aproveitaremos o relato do analista ambiental, para adentrar descritivamente os conflitos em 2005, naquela que era a mais recente das comunidades do rio Jaú,

---

<sup>155</sup> Registro em diário de campo.

<sup>156</sup> Depoimento dele com a esposa e a sogra, dado em 9 de agosto de 2005, registrado em diário de campo. Também estavam presentes, além da autora, as seguintes pesquisadoras: Lúcia da Costa Ferreira, Simone Vieira de Campos e Ana Beatriz Vianna Mendes.

<sup>157</sup> Todavia o então agente de saúde voluntário da comunidade, entrevistado coletivamente em 9 de agosto, apresentou-nos uma lista na qual constavam os nomes de 9 famílias residindo na comunidade.

<sup>158</sup> Permitia-se o turismo apenas no rio Carabinani.

<sup>159</sup> Registro em diário de campo de entrevista realizada por Simone Vieira de Campos e a autora.

Patauá. Esse nosso interlocutor desferiu alguns comentários sobre o tráfico/contrabando de carne dentro do rio Jaú. Deu uma versão de um episódio que também apareceu na fala do morador do Patauá<sup>160</sup> envolvido na situação conflituosa desta comunidade.

Tratava-se de uma oportunidade na qual o IBAMA havia recebido uma denúncia sobre a comunidade Tambor. Quando os membros da operação estavam no Patauá, a esposa do referido morador, agente de saúde da comunidade, tentara subir o rio e o IBAMA não a deixara passar, por temer que se tratasse de uma tentativa de alertar a operação, rio acima, dado que a comunidade Tambor não contava, à época, com aparelho de radiofonia.

Ao discorrer sobre o episódio, apresentou a hipótese da existência de uma rota de tráfico de carne dentro do rio Jaú, segundo a qual alguns indivíduos saíam da comunidade Tambor, recebendo abrigo de determinados moradores, ao longo da descida do rio, sendo que destino final da carne seria, na maioria das vezes, a capital Manaus.

A apreensão que motivou a ação acabou por recolher somente o pirarucu, pois os infratores conseguiram fugir. Segundo ele, a malhadeira utilizada era de um militar de Novo Airão, descendente de uma das famílias da comunidade do Tambor, chamados localmente de “os morenos”, que teria sido o responsável pela encomenda da carne.

Segundo o presidente de Patauá, em agosto de 2005, existiam cinco casas na comunidade. Remontou ao ano de 2001, como o ano de sua origem, quando houve a chegada do primeiro professor e a posse da primeira agente de saúde. Apontou que a FVA não fomentara a formação da comunidade, mas que havia a promessa de seus integrantes da doação de um aparelho de radiofonia.

Na comunidade Patauá havia um conflito semelhante ao da comunidade Seringalzinho: a substituição de um representante que ficara muito tempo no cargo por um outro, que também tomou algumas medidas similares, como a construção de uma escola em um novo local, mais próximo de sua residência.

---

<sup>160</sup> Entrevistado por Lúcia da Costa Ferreira, Simone Vieira Campos e a autora, em 11/08/2005, no Patauá.

Todavia, registraram-se algumas diferenças: (1) o novo presidente acumulou a função de agente de saúde, antes ocupada pela esposa do presidente pregresso, que, como vimos acima, tratava-se do casal associado pelo IBAMA à rede de contrabando, pelo menos na condição de colaboradores; (2) o presidente anterior continuou a residir no rio, embora pretendesse migrar para Novo Airão, em dezembro de 2005; (3) o segundo presidente angariou apoio para a construção da escola e o cargo de agente de saúde através do município de Barcelos, e a agente de saúde anterior também continuou como agente de saúde, mas através de Novo Airão.

O novo presidente alegou que um dos motivos para sua candidatura fora o desejo do presidente anterior em deixar o rio. Acrescentou que se elegeu pela comunidade, para os dois cargos, enquanto o presidente anterior teria alçado ao cargo, em suas palavras, por “apelido”, isto é, sem eleições. Contudo, narrou que não conseguiu assumir o posto de novo agente de saúde, pela oposição da agente anterior e pela própria situação política complicada da sucessão eleitoral na prefeitura de Novo Airão<sup>161</sup>.

A idéia de recorrer a Barcelos surgira dos próprios funcionários da prefeitura de Novo Airão. Obteve sucesso, fez um treinamento pela FUNASA, para ser agente de saúde, e arrumou um novo professor, pois, teoricamente, as áreas das comunidades do rio Jaú seriam todas vinculadas a Barcelos, mas até então ninguém da própria comunidade tinha ido até lá fazer a reivindicação<sup>162</sup>.

Como no caso do presidente de Seringalzinho, afirmou auferir renda através de práticas mais permitidas e bem vistas pela FVA e pelo IBAMA, a venda da farinha de mandioca, do mel, e o trabalho como agente de saúde. Igualmente, assumiu uma postura moralista em relação àqueles que se beneficiariam de práticas consideradas mais ilegais e/ou clandestinas.

Isso apareceu, por exemplo, ao falar do trabalho de manejo de cipó da FVA. Ele e a esposa criticaram aqueles que não seguiriam suas instruções e se posicionaram favoravelmente aos trabalhos da ONG e do IBAMA. Ao criticar a extração de cipós, sem

---

<sup>161</sup> A autora supôs que se tratava então da transição de 2004-2005, em que a cada momento, trocava-se o prefeito devido a embates jurídicos, em recursos que alegavam crimes eleitorais entre Wilton Santos, que havia ganhado nas urnas, e Luiz Carlos Aersosa, que ficou em segundo lugar na votação.

<sup>162</sup> Contou que a secretária desse município dissera-lhe que Patauí, São Lázaro e Seringalzinho estariam todas a cargo do município, porém nenhum representante das duas primeiras solicitara o auxílio.

respeito ao manejo, e ao contrabando, associou-os explicitamente ao grupo doméstico do seu predecessor, contrapondo-o a si mesmos e aos seus:

*“(...) Agora ele [integrante da FVA] tá fazendo um trabalho com cipó, para ver se tão fazendo manejo, porque tá saindo muito cipó daqui de dentro e o pessoal que tá tirando cipó, tudo dizem que estão trabalhando com manejo, e não estão trabalhando direito. Então eu acho vergonha a gente fazer esse trabalho, porque já foi pesquisado por seu [nome de outro integrante da FVA], há tempos, o trabalho do cipó, que com manejo ele não acaba. Mas o quê que o pessoal tá fazendo? Chega lá na mata, arranca é com tudo para acabar (...)”.*

Em diversos momentos da entrevista, explicitou outros episódios de enfrentamentos cotidianos com o grupo doméstico de seu predecessor. Uma alteração, em especial, deu-se durante uma reunião interna à comunidade sobre o Conselho Consultivo.

Reproduziremos um trecho de sua narrativa, onde se verifica um pouco da preocupação do presidente em se diferenciar do seu antecessor e de destacar suas relações mais próximas com FVA e IBAMA:

*“(...) Sobre o Conselho Consultivo, nós tivemos com [nome do chefe do parque] também, que eles me deixaram como orientador, eu fiz uma palestra aqui, fui explicar pra eles aqui o que é que é. O quê que o rapaz aí de baixo respondeu? Eles sentados ali no chão, e tinha pessoas da FUNASA e de Novo Airão aqui, tinha duas pessoas aqui. Eu me sentei aqui, fiz uma roda com o pessoal... Então coloquei o papel que seu [nome do chefe do parque] deixou para mim, o que é, para que serve, aí eu fui explicar tudinho lendo no papel e explicar para eles. Eles sentados no chão com a camisa rasgada, ele só veio no ponto de briga: “Se isso fosse com o pessoal do Tambor, ia ser era rasgado na cara do cara”. Eu disse: “Não rapaz, eu tô explicando porque isso é um pedido do [nome do chefe do parque], nós moramos aqui dentro do parque, é para nós ouvir o quê que as autoridades quer fazer com a gente e o que quer que a gente faça. Nós não estamos aqui para fazer coisa da nossa cabeça não, eu pelo menos, como representante de vocês, não vou fazer coisa de minha cabeça, eu posso pegar uma orientação e passar para vocês, coisa que não serve, porque não adianta nós pegar o que nós temos, que a natureza oferece para gente, se nós acabar com tudo... Coisa que é proibido para nós vender aqui, para nós não ficar tentando vender porque eles são contra isso. Porque todo o tempo eles ficam passando. Entoca debaixo do produto, é bicho de casco, é carne, é pirarucu (...)”.*

Por conseguinte, o presidente da comunidade Patauá optou por não realizar mais reuniões referentes ao Conselho Consultivo e esperar a emigração do grupo doméstico com os quais teve problemas.

Mencionou a operação do IBAMA, que calculou ter sido realizada entre 18 e 21 de dezembro de 2004, discutida acima. Segue um fragmento da fala da esposa dele, que convergiu com o relato do analista ambiental:

*“(...) Aí a [omissão de nome da agente de saúde anterior] queria ir lá para cima avisar eles, que ela não é besta. Daí o seu [nome de funcionário do IBAMA], com aquele chapeuzinho na cabeça, chamou ela: “aonde a senhora vai, Dona [omissão de nome]?”. “Eu vou lá pra cima fazer meus trabalhos”. “A senhora não vá para cima”. “Mas o senhor tá empatando o meu trabalho” (...) “Você*

*é que tá empatando o meu, que eu tô fazendo”. “Se você inventar de passar um tantinho para cima, você vai se ver comigo”. Ela ficou de cabeça baixa, ainda falou um bocado de coisa aí, o tenente desceu com a metralhadora, os guardas desceu tudo armado. Ele andou um pedacinho e tirou de novo ela: “e você não pense de novo”. Ela baixou a cabeça: “o senhor tá atrapalhando o meu trabalho”. Aí o [nome de funcionário do IBAMA] disse: “a senhora vá lá com o secretário e diga para ele que fui eu que não deixei a senhora fazer a sua visita, a senhora tá atrapalhando o meu trabalho. Eu tô sabendo o que o pessoal aí disse, eu conheço a sua informação”.*

*Ela ía avisar que era para eles entocar, e eles entocaram mesmo. Aí ela ficou por aí, ficou na beira um bom pedaço (...)*”.

As ações da FVA voltadas para o manejo também foram interpretadas pelo casal como um esforço da ONG no sentido de manter os moradores remanescentes no parque e um esforço do IBAMA para que os recursos não se extingam, o que para eles e seus descendentes seria bom, pois garantiria a “fartura” (termos locais).

Trabalharemos agora com a versão obtida junto ao outro pólo da situação<sup>163</sup>, o primeiro presidente do Patauá. Ele e sua esposa reconheceram a intenção de deixar o rio, até dezembro de 2005. Em nosso diário de campo da viagem de 2002<sup>164</sup>, registramos que a esposa dele nasceu no Acre, morou em Manaus e chegou ao rio Jaú aos sete anos, onde depois veio a se casar, aos 16 anos. Depois, mudou-se para Novo Airão, onde ficou durante dez anos para os filhos estudarem, enquanto o marido continuava a trabalhar no rio Jaú.

Na entrevista de 2002 que realizamos somente com ela, ela nos havia dito que, como vendiam farinha em Novo Airão e compravam o rancho em Manaus, com sua própria embarcação, não teriam problemas com o IBAMA. Já, naquela época, afirmou que desejava migrar para Novo Airão, por ter só até a quarta série nas escolas das comunidades e, também, porque gostaria de tentar uma vida melhor.

Na entrevista, em 2005, o casal apresentou varias queixas sobre o presidente da comunidade, como a de que ele elaboraria abaixo-assinados e os levaria em Novo Airão, só que sem as assinaturas, e sobre a atuação do órgão gestor do parque.

Questionados sobre se sabiam alguma coisa a respeito do processo de elaboração do Termo de Compromisso e do Conselho Consultivo, responderam negativamente, argumentando que o presidente da comunidade se negava a ir às reuniões.

---

<sup>163</sup> Entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa em 11 e 12/08/2005. Em uma das oportunidades gravamos a interação, mas perdemos parte substancial do material por problemas técnicos. Então usaremos a transcrição e registros em diário de campo.

<sup>164</sup> Entrevista realizada pela equipe de pesquisa em 10/08/02.

Sobre se o pessoal da FVA já conhecia a decisão deles de emigrar, disseram que sim, e que um dos integrantes aconselhara-os a permanecer. Ela afirmou o seguinte: “eu acho que eu fiquei aqui demais, a bem dizer, eu me criei aqui dentro; vinte anos que eu tenho por aqui dentro, enrolando”. E, em outro ponto da entrevista, contrastaram sua experiência de vida em áreas urbanizadas com as dos demais moradores remanescentes, afirmando que, para quem nunca deixou o rio, uma vida boa seria possível somente ali.

Sobre as chefias do PARNA-Jaú, relataram que a que havia antes do concurso de 2002 era melhor para eles. Ela retomou especificamente o episódio da operação do IBAMA, que visava a comunidade Tambor, de dezembro de 2004, e, no qual ela tentara, segundo ela, fazer uma viagem de trabalho como agente de saúde e o funcionário do IBAMA não a teria permitido.

No mesmo sentido o casal rememorou a atuação do mesmo funcionário no Seringalzinho, quando da apreensão da manta de pirarucu. Procuraram ilustrar o modo de agir do funcionário, que os desagradava:

*“(...) Disse que (...) o [omissão de nome], que era o presidente de lá [do Seringalzinho], tinha duzentos quilos de pirarucu, isso é um pirarucu. Aí foram lá, ele não queria mostrar. Botaram as armas em cima dele, aí cutucaram ele de todo jeito. As armas em cima dele, era metralhadora e tudo: “diz onde tá!”, e ele num dizia, num dizia. Sei que humilharam ele o que puderam, e aí ele teve que mostrar onde tava o pirarucu (...) Aí, pegaram o pirarucu, carregou tudinho. Pesaram, deu duzentos e não sei o quê quantos quilos. Aí eles perguntaram assim: “[omissão de nome], quanto é que você ia vender esse pirarucu?” Ele disse... Foi três reais ou quatro reais?*

**Esposa:** *Foi três reais.*

**Ex-presidente:** *Parece que de três reais (...) o quilo. Aí ele disse: “você perdeu, porque em Manaus, eu não sei se era doze, eu não sei quanto é, mas então você vai ganhar muito mais”, aí disse: “você vai ganhar tanto de multa”. Aí disse lá, não sei se foi quatro mil, ou foi não sei quanto mil de multa (...). Aí (...) o tenente, o capitão (...) da...*

**Esposa:** *Federal [na verdade, Polícia Militar Estadual], lá.*

**Ex-presidente:** *Federal lá, disse (...): “mas (...)” Como é o nome? [omissão de nome de funcionário do IBAMA]...*

**Esposa:** *Queria levar ele preso!*

**Ex-presidente:** *Ah, multou e ainda queria levar ele preso: “mas, [omissão de nome de funcionário do IBAMA], o quê que tu quer fazer? Repara as crianças que esse cara tem, tu já tomou o peixe dele, já multou ele, tu ainda quer (...) levar o cara preso, rapaz? Libera o homem”. Aí foi para poder liberar o homem.*

**Esposa:** *Ele é malvado.*

**Ex-presidente:** *Ele é mal sim (...).*

Do ponto de vista do IBAMA, além da negatividade do contrabando, a questão da organização social nos rios Jaú e Carabinani<sup>165</sup> também representa um problema. Em entrevista realizada com o chefe do PARNA-Jaú, em 24/11/04<sup>166</sup>, ele apresentou uma comparação entre o patamar de organização social dos moradores do rio Jaú e o patamar da do rio Unini, onde há a Associação de Moradores do rio Unini (AMORU).

O caso do Jaú foi destacado como mais problemático, pelos moradores terem: (1) maior dependência financeira; (2) maior proporção de população associada ao tráfico<sup>167</sup>; (3) maior grau de conflitos intra e inter-comunitários; (4) maiores dificuldades com líderes e com agentes de saúde; e (5) maior dependência política.

Acrescentou que: “por muito tempo se acusou o IBAMA por esse atraso”, e que tudo isso também passaria pelo histórico e livre-arbítrio dos comunitários, apesar de ter reconhecido que a legislação anterior possa ter contribuído um pouco para essa situação.

Quando o questionamos a respeito do processo de negociações do Conselho Consultivo, novamente referenciou o Patauá, para apontar a dependência política dos moradores, pois eles teriam esperado os funcionários do IBAMA para referendar a sua representação política no conselho.

\*

Podemos interpretar, então, as duas situações conflitivas como choques de perspectivas e de busca por *status* político, portanto, ao contrário do que nos afirmou o chefe do IBAMA em 2004, não seriam meramente intra-comunitários. Podem ser vistos como conflitos que dialogam com a FVA e ao IBAMA, com as proibições e/ou restrições a determinados usos de recursos e também com a legislação voltada à questão sócio-ambiental.

Inclusive, com o envolvimento de questões mais práticas e relações sociais mais estreitas. Por exemplo, o segundo presidente da comunidade Seringalzinho, vizinho da nova sede da FVA, esperava cuidar dela, uma posição, no passado, ocupada pelo seu predecessor.

---

<sup>165</sup> O segundo rio encontra-se bem esvaziado de ocupantes.

<sup>166</sup> Realizada pela autora, na sede do IBAMA, em Manaus, e registrada em diário de campo.

<sup>167</sup> Citou o de alevinos de peixes ornamentais e de quelônios.

Afirmamos que seria um conflito de perspectivas porque, como se tentou demonstrar nas reproduções das falas de algumas das partes envolvidas, são conflitos normativos, onde aparece uma moralidade bem pronunciada, com a valorização de determinadas práticas e modos de vidas, que, nas narrativas, entrelaçam-se com o que é permitido e o que não é permitido no parque<sup>168</sup>. E, portanto, verifica-se a internalização da estigmatização de determinadas práticas.

É preciso notar que isso se dá no processo de elaboração do Conselho Consultivo e do Termo de Compromisso, já que em junho ou maio de 2005<sup>169</sup>, na base 2 da ESEC-Anavilhanas, realizou-se a primeira reunião coletiva desse processo, unindo representações das comunidades de todos os rios do parque, para a elaboração dos dois documentos. Do rio Jaú, constavam somente representantes da comunidade Tambor e da comunidade Seringalzinho. A representação mais significativa, segundo ele, provinha do rio Unini.

Nos primeiros dois dias, tentaram trabalhar o conceito do Conselho Consultivo e, nos dois dias seguintes, o do Termo de Compromisso. Ao falar do primeiro, novamente o problema da representação política da parte central do PARNA-Jaú reapareceu:

*“(...) a gente passou dois dias trabalhando o conceito [do Conselho Consultivo], o quê que é, quem pode entrar, como que eles vão fazer, (...) definir quem na comunidade deles que vai participar ou não... Que é mais (...) uma questão: “mas quem vai ser doutor?” “Não sei, você que define (...); quem é que você acha que representa a sua comunidade?”. Porque tem muito isso, muito presidente de comunidade representa só ele (...).”*

Sobre essa mesma reunião, gostaríamos de registrar também um trecho em que exprimiu a dificuldade do órgão em lidar com o perfil dos moradores. Trata-se de uma avaliação crítica dos efeitos de terem aproveitado a reunião para tratar do Termo de Compromisso e do Conselho Consultivo conjuntamente. No trecho, também fica patente a novidade de ambos instrumentos para o próprio IBAMA:

*“(...) Deu um nó, na cabeça das pessoas. Até porque Termo de Compromisso, gente, é uma coisa extremamente confusa para a gente. Internamente, isso não tá claro ainda, o quê que é isso, que instrumento é esse, se é simplesmente repetir o que é proibido por lei, ou como é que vai ser construído (...) esse compromisso com a comunidade, meu com eles e deles comigo (...) Foi um erro infantil nosso. Pela dificuldade de logística, de transporte, nós tentamos fazer isso: “Ah, é difícil demais juntar o povo do Unini com o povo do Jaú, vamos aproveitar, a gente já trabalha...” Bobagem! É melhor perder mais tempo trabalhando, gastar mais dinheiro e fazer uma*

<sup>168</sup> Cf. também Barretto Filho (2001a).

<sup>169</sup> Estimativa de um outro funcionário do IBAMA. Entrevista realizada em 19/08/2005, na sede do IBAMA, em Manaus, por Eliana S. J. Creado e Simone Vieira de Campos. As informações e trechos de entrevistas abaixo também são dele.

*coisa decente, do que falar que fez porque fez (...) Tanto que no terceiro dia a gente falou assim: "Pára, esquece tudo que nós falamos sobre Termo de Compromisso hoje, durante o dia inteiro. Amanhã nós vamos voltar todo mundo no Conselho Consultivo de novo, para firmar o conceito". Porque eles fizeram uma zona... Virou uma bagunça: "quem vai assinar o Termo de Compromisso é o presidente do Conselho? (...)" Uma bagunça! O Conselho é uma coisa coletiva, o Termo de Compromisso é por família (...)"*

Assim sendo, os conflitos registrados em 2005 são partes constituintes dessas negociações, porque se inserem no processo de escolha dos representantes das comunidades para o Conselho Consultivo<sup>170</sup>.

Percebemos, ao longo do tempo da pesquisa, que, apesar de todos os problemas referenciados e explicitados acima e de todos os limites aos termos do diálogo entre funcionários do IBAMA e moradores remanescentes da parte central do parque, que o concurso de 2002 do IBAMA, pelo menos nas arenas locais, trouxe um novo patamar de diálogo entre as partes. Observação que vale mais para o caso dos analistas ambientais, pois não foi possível investigar um outro nível interacional, que também seria de extrema importância estudar, aquele que envolve os moradores e os vigilantes terceirizados que, na verdade, são quem permanece na base durante a maior parte do ano.

#### **4. A comunidade Tambor e o processo de reconhecimento de remanescentes de quilombos**

Infelizmente, a equipe de pesquisa não retornou às comunidades São Lázaro e Tambor na viagem de 2005, mas, mesmo assim, julgamos ser de extrema relevância discutir um pouco da comunidade Tambor, sobre a qual se iniciou um processo de identificação de remanescentes de quilombos, pelo Ministério Público Federal. O que será possível porque obtivemos informações sobre esse processo nas viagens de campo de 2004 e 2005.

O processo permite reforçar nossa hipótese sobre a carga normativa que recai sobre determinados usos de recursos naturais e alguns dos dilemas presentes dentro do próprio sócio-ambientalismo, em sua tentativa de conjugar os direitos de determinados grupos humanos à auto-determinação e à continuidade de sua permanência em UCs, à

---

<sup>170</sup> Na entrevista de 2004, o chefe do parque entrevistado pela autora explicou que cada comunidade designaria dois ou três representantes para ajudar a criar a instância, que poderiam ou não ser os futuros conselheiros.

própria manutenção da biodiversidade.

Isso porque, em diversos momentos passados em campo, tanto dentro dos limites do PARNA-Jaú, quanto em Novo Airão e em Manaus, ouvimos associações do grupo denominado localmente de “os morenos” ou “os Maria”, à prática denominada de contrabando. Eles seriam justamente os maiores beneficiados caso o processo de identificação de remanescentes de quilombos venha a ser concretizado.

Em entrevista, um funcionário do IBAMA, ex-chefe do PARNA-Jaú, classificou-os como os maiores contrabandistas do rio Jaú; ao lado de um grupo doméstico residente na Enseada, no rio Negro, próxima à foz do rio Jaú; de um morador do Carabinani; e de alguns habitantes do município abandonado de Airão Velho<sup>171</sup>. Foram assim identificados pelos funcionários do IBAMA, pela FVA, e por ex-moradores que entrevistamos em Novo Airão e por um ex-vigilante do IBDF-IBAMA, que trabalhou na foz do rio Jaú na década de 1980.

#### **4.1. O começo do processo de identificação**

O começo do trabalho do processo de identificação ocorreu por mediação da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz)<sup>172</sup>, que efetuou alguns levantamentos junto a moradores e ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, descendentes das famílias negras que se concentraram historicamente mais na comunidade Tambor.

Do ponto de vista de nossa experiência de campo, tomamos contato com o processo em novembro de 2004, em Manaus, quando acessamos pela primeira vez o processo de Ação Civil Pública (ACP) referente ao PARNA-Jaú, pois ela se teria originado a partir da questão dos quilombolas<sup>173</sup>.

Após a estadia na capital, dirigimo-nos ao município de Novo Airão, e lá, por várias vezes, foi-nos citada a figura de Ana Felisa Guerrero, a “Ana Felícia”. Principalmente, por ex-moradoras/es que já haviam sido contatadas/os pela pesquisadora da FioCruz, vários dos quais nos questionavam se o nosso trabalho era o mesmo dela.

---

<sup>171</sup> Essa lista completa apareceu em entrevista realizada por Simone Vieira de Campos e a autora, em 19/08/2005, na sede do IBAMA em Manaus.

<sup>172</sup> Autarquia ligada ao Ministério da Saúde.

<sup>173</sup> Aprofundaremos a discussão sobre a ACP no último capítulo.

Foi em pesquisa na rede eletrônica que encontramos a grafia do nome de Ana Felisa e mais alguns detalhes sobre o seu trabalho. Uma das fontes localizadas foi a Revista Ciência Hoje, vol. 33, n.º 196. O título principal da matéria era “Quilombolas em Risco”, e tratava, principalmente, de problemas de saúde que haviam sido levantados em seis de cinquenta e sete comunidades quilombolas, identificadas pela autarquia, na região do baixo Amazonas<sup>174</sup>, durante uma expedição efetuada em março de 2003.

Teriam participado da expedição os seguintes profissionais: a própria Ana Felisa, gerontóloga; Denise Oliveira e Silva, nutricionista; e o organizador da expedição, Luciano Toledo, epidemiologista e diretor do Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane (CPqLMD), da unidade da FioCruz de Manaus.

Os contatos iniciais da FioCruz com as comunidades que aparecem na reportagem, teriam sido efetuados pela própria Ana Felisa em julho 2002, quando ela esteve na região para participar do 9.º *Encontro de Raízes Negras: terras de remanescentes, desenvolvimento sustentável e meio ambiente*. No encontro, ela apresentara o projeto *Quilombos da região Norte*, da FioCruz da Amazônia.

Segundo a mesma fonte secundária, os pesquisadores elaboraram projetos visando a melhoria “das condições de vida, saúde e nutrição das comunidades quilombolas do baixo Amazonas”. O projeto teria sido bem recebido dentro da FioCruz e incluído na pauta do programa federal *Fome Zero*. E o artigo apontou ainda a possibilidade de uma parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), no sentido de se implantar um distrito sanitário na área do baixo Amazonas, à semelhança dos distritos sanitários indígenas.

Também há uma descrição de outras iniciativas previstas junto aos quilombolas: (1) a elaboração de diagnósticos sobre suas condições de vida, por sociólogos e antropólogos; (2) a intenção do grupo de especialistas de retornar à região em junho de 2003, com o intuito de efetuar intervenções junto aos problemas que haviam sido identificados na expedição de março de 2003; e (3) o acompanhamento “[d]as mudanças locais, paralelamente à ação do Fome Zero” (MARTINS, 2003: 45).

Em um material elaborado pelo Ministério da Saúde, prévio ao *Seminário Nacional da*

---

<sup>174</sup> São elas: Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru e Tinguá, comunidades de terra firme, além de Saracura e Arapemã, comunidades de área de várzea (MARTINS, 2003: 44).

*Saúde da População Negra*, realizado em Brasília, de 18 a 20 de agosto de 2004<sup>175</sup>, obtemos mais alguns detalhes sobre as ações da autarquia e que se referiam mais especificamente ao processo de identificação de quilombolas do PARNA-Jaú.

Entre as páginas 21-33, apareceram as ações da FioCruz e do CPqLMD. O nome do projeto sumarizado era “Saúde e Sustentabilidade das Populações Remanescentes de Quilombos da Região Norte-Brasil”. A prioridade do CPqLMD, sediado em Manaus, discriminada pelo próprio documento, seria a de promover e realizar pesquisas em “ciência e tecnologia em saúde”, nas áreas de sociodiversidade e biodiversidade, com ênfase nos problemas sócio-sanitários e epidemiológicos da região Norte do país, destinando-se “a populações mais vulneráveis tais como [a]s populações indígenas, assentados, populações de periferias das grandes cidades, caboclos ou ribeirinhos e remanescentes de quilombos” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006: 31).

Entre as ações e resultados referentes ao baixo rio Negro, eram elencados: (1) a realização de um levantamento etnográfico da população negra da comunidade do Tambor, no interior do PARNA-Jaú, e da Enseada, no entorno, e na periferia do município de Novo Airão; (2) a realização de uma audiência em Novo Airão, no ano de 2003, com representantes e líderes das comunidades envolvidas, além de representantes da FioCruz, do MPF, do Ministério Público Estadual, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Fundação Cultural Palmares (FCP); e (3) uma oficina sobre a sustentabilidade de comunidades quilombolas do Amazonas, no município de Novo Airão, promovida pela FioCruz e pelo MPF, tendo a FCP como participante<sup>176</sup>.

Foi em Manaus, no dia 18/11/2004, conversando com a, então, assistente do procurador que instaurou o pedido inicial do processo de Ação Civil Pública (ACP), que ficamos sabendo do processo de identificação. Ela nos relatou que a FCP teria sido a primeira a contatar o MPF demandando o seu envolvimento<sup>177</sup>.

---

<sup>175</sup> O documento intitula-se *Ministério da Saúde - políticas, programas e ações: alguns exemplos*. Compilava as políticas, os programas ou as ações da área da saúde voltadas para o atendimento da população negra, estando ou não originalmente designados a ela. Visava, portanto, articular todas essas iniciativas e facilitar o papel de indução do Ministério da Saúde. Disponível em: [http://dtr2002.saude.gov.br/saudenegra/05\\_Caderno%20A%C3%A7%C3%B5es%20MS%20\\_%20exempl os.pdf](http://dtr2002.saude.gov.br/saudenegra/05_Caderno%20A%C3%A7%C3%B5es%20MS%20_%20exempl os.pdf) (acessado em: 05/04/2006; conseguimos acessar o documento apenas no formato “.html”).

<sup>176</sup> Reproduzimos somente as ações discriminadas que tinham a ver com nosso objeto e região de estudo.

<sup>177</sup> Entrevista realizada e registrada em diário de campo pela autora.

O então antropólogo do MPF<sup>178</sup> apresentou uma versão tenuamente distinta. Nela, o contato com o MPF teria sido iniciado pela FioCruz, em decorrência da difícil situação financeira da FCP<sup>179</sup>.

Ele ressaltou algumas dificuldades que sentiu na realização do seu trabalho que nos interessam na compreensão das relações entre as consideradas populações tradicionais e os setores envolvidos com as políticas conservacionistas: (1) tentou-se estabelecer um diálogo com a FVA, mas, depois, esse diálogo ter-se-ia mostrado difícil, pois integrantes da ONG teriam alegado que os indivíduos da comunidade Tambor não podiam ser identificados como representantes de quilombos, o que achara estranho, pois, na sua opinião, os moradores dessa comunidade teriam uma relação com os outros e entre eles mesmos, e com a escravidão, que seria bem específica; (2) o IBAMA teria assumido uma postura similar, o que falou ser mais facilmente compreensível, em função da cessão de terras que ocorreria com o reconhecimento.

Uma das respostas do IBAMA teria sido um ofício do chefe do PARNA-Jaú, apontando quais seriam os três moradores conhecidos como afro-descendentes no rio Jaú; o antropólogo destacou o fato do ofício dizer quem é “conhecido como” e não quem se “reconhece enquanto”.

A versão do antropólogo pauta-se em discussões internas à Antropologia, especialmente as referentes à questão das populações tradicionais, e, portanto, dialoga com o meio jurídico-legal e as políticas públicas específicas inspiradas em princípios do multiculturalismo.

Para ele, o IBAMA e o historiador Victor Leonardi (1999), fonte utilizada pela autarquia, apoiar-se-iam no argumento de que quilombos formar-se-iam por escravos fugidos, enquanto a Constituição de 1988 entenderia que os quilombos não seriam exclusivamente comunidades criadas por esses, mas também pelos seus descendentes.

---

<sup>178</sup> Depoimento colhido em 19/11/2004, em Manaus, no prédio da Procuradoria Geral da República, em Manaus.

<sup>179</sup> O decreto número 4.887, de 20/11/2003, é o que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras de remanescentes de comunidades quilombolas. Nele, determinam-se várias funções a serem desempenhadas pela Fundação Cultural Palmares, como o registro da auto-definição das comunidades, o acompanhamento e o apoio das atividades de regularização fundiária, que estariam a cargo do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do INCRA, e a assistência jurídica às comunidades que obtiveram o reconhecimento de domínio.

Em Chagas (2001: 216), encontramos igualmente uma crítica à visão cristalizada do que seriam os quilombos que se aproxima da do antropólogo do MPF:

*“Assim, se pensarmos a partir de uma perspectiva que propicie o enfrentamento dessas questões, vale lembrar a necessidade de abordar as diferentes situações que cobriram a existência de Terras de Quilombos no Brasil. Para isso é imprescindível que sejam afastados os inúmeros entendimentos associados ao termo Quilombo, que foram cunhados eminentemente por leituras inadequadas, que tomaram o fenômeno a partir de conteúdos atribuídos pela própria política de repressão oficial, isto é, sem contextualizá-lo. A definição clássica de Quilombo é aquela definição formal que remonta ao século XVIII. Na época, esse entendimento jurídico estava impregnado de uma visão intervencionista, calcada na idéia de fuga ou negros fugitivos. Essa visão distorcida figuraria, até hoje, como imagem do Quilombo”.*

Chagas (2001: 216) apresentou qual seria essa definição do século XVIII, fazendo menção à que foi utilizada em uma resposta ao rei de Portugal, redigida pelo Conselho Ultramarino, em 1740: “Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele” (CONSELHO ULTRAMARINO, 1740 *apud* CHAGAS 2001: 216).

Com sua crítica, a autora defende que não se tome tais comunidades utilizando-se do estereótipo do isolacionismo geográfico<sup>180</sup> e que, portanto, os laudos antropológicos deveriam abordar historicamente as relações sociais do grupo e permitir às comunidades enfatizarem o caráter presencial de sua existência, sem “que seja necessário tornarem-se reféns, seja de uma categoria jurídica ou de atributos de um olhar de um classificador externo, informado num passado colonial” (CHAGAS, 2001: 219).

De sua própria parte, a autora procurou fazer isso para o caso das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, ao sul do Estado de São Paulo, para as quais ressaltou “a persistência das lógicas administrativo-legais em colocá-los no universo da ilegalidade”, desde o século XVIII (CHAGAS, 2001: 220). Sendo que, nas últimas décadas, desde 1960, isso teria persistido através da construção de projetos de infraestrutura, como estradas e projetos para a construção de barragens, e pela criação de UCs, como a APA da Serra do Mar, em 1984, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), em 1958, o Parque de Jacupiranga e o Parque Intervalas, ambos em 1995.

Ressaltou, portanto, o caráter de resistência. No caso analisado por ela, a mobilização

---

<sup>180</sup> Reforça seu argumento apontando outros estudos que questionam esse estereótipo: Almeida (1988; 1998) e Gomes (1996).

em torno da categoria quilombola principiou a ocorrer a partir do final da década de 1980, pela influência da Igreja Católica. E, mais especificamente, no caso de Ivaporunduva, apontou que, após a Constituição Federal de 1988<sup>181</sup>, o diálogo do grupo com o Estado ganhou novos termos e novo patamar, possibilitando um lugar socialmente reconhecido, o que seria inédito<sup>182</sup>.

Retornando aos nossos sujeitos de pesquisa e aos seus depoimentos, o antropólogo do MPF ressaltou que, se a comunidade Tambor fosse reconhecida como uma comunidade quilombola, seria a primeira no estado do Amazonas. Ou seja, realmente valorizou esse aspecto, interpretando-o como um dos meios de se reconhecer o negro na história da região. E, para tal, seria necessária uma revisão do Estado e até mesmo das organizações que trabalham com as comunidades. Mencionou que o próprio material da FVA trataria todas as comunidades do parque como se fossem iguais.

Narrou um outro episódio interessante envolvendo um político local de Novo Airão que o havia procurado para tratar da questão dos moradores e ex-moradores do parque. Ao conversarem sobre a parte da família descendente do “primeiro Jacinto”, residente na Enseada, o político teria dado-lhe a entender existir um clima tenso envolvendo essa parte da família, dizendo que isso “não os interessava”. Essa seria uma das famílias que, no ponto de vista do órgão gestor do parque e de outros sujeitos de pesquisa, aufeririam renda com o contrabando de carne.

O encontro do vereador acima com o antropólogo também foi mencionado por um ex-morador do rio Jaú, que à época das duas entrevistas que realizamos com ele residia em Novo Airão<sup>183</sup>. Esse ex-morador, quando de nossa primeira viagem de campo a Novo Airão, em agosto de 2002, era da *Comissão de Moradores e Ex-moradores do rio Jaú*, mas a abandonou posteriormente, em parte devido ao seu envolvimento com os

---

<sup>181</sup> Que trouxe consigo o artigo 68, do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Brasileira*: “Art 68. Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CF, 1988 *apud* CHAGAS, 2001: 211).

<sup>182</sup> Por outro lado, na nota de rodapé da página 223, salientou a ocorrência da queda no número de envolvidos na mobilização, quando o Vale do Ribeira passou a ser visto como remanescente, pois antes a mobilização centrava-se na questão das barragens. Dessa forma, o número caiu de 7.000 para 500 famílias.

<sup>183</sup> A fala sobre o vereador foi obtida na entrevista de 03/12/2004, à autora, no bairro Olaria.

trabalhos da FioCruz<sup>184</sup>.

Segundo o relato do ex-morador, o vereador teria ido ao MPF para pedir apoio ao reassentamento dos moradores e ex-moradores do PARNA-Jaú em terras localizadas na estrada que liga Novo Airão a Manacapuru. O antropólogo teria, então, respondido que o MPF não daria apoio porque poderia aceitar apenas a defesa de uma ação por vez, e já existia a ACP, e acrescentou que os moradores do parque não deveriam sair de onde eles conheciam e migrar para Novo Airão, pois na estrada eles morreriam, não de necessidade, mas de raiva.

#### 4.2. Memórias de uma ex-moradora

Segundo o depoimento do antropólogo do MPF que estava envolvido com o processo de identificação, colhido em Manaus, em 18 de novembro de 2004, as famílias que seriam remanescentes de quilombolas descenderiam de duas famílias: o primeiro indivíduo que teria vindo para o rio Jaú seria o primeiro Jacinto, que não teve filhos, mas que levou os sobrinhos para esse rio; atualmente, a família seria composta pelos Maria e pelos descendentes de dona Maria Bibi, que residia em Novo Airão. A maior parte dos moradores remanescentes do rio Jaú estaria concentrada na comunidade Tambor, no médio rio Jaú.

O historiador Victor Leonardi (1999), registrou a chegada dos precursores da família na primeira década do século XX<sup>185</sup>, ou seja, como parte do processo de migração de nordestinos para o vale do rio Jaú, durante a época de exploração de látex e produção de borracha mais intensa na região, entre 1880 e 1914. Em suas palavras:

*“(...) Esses negros da foz do Pau[n]jini vieram de Sergipe (...) na primeira década do século XX. Primeiro veio um casal, senhor Jacinto Francisco de Almeida e sua esposa, dona Leopoldina. Não tiveram filhos. Mais tarde veio um sobrinho deles dois, chamado José Maria dos Santos. Desse Zé Maria, descendem os negros mais antigos do rio Pau[n]jini, principalmente do lugar chamado Tambor – Jacinto fixara-se no lugar chamado Arpão, e Zé Maria, no Tambor (...)”*  
(LEONARDI, 1999: 169).

Entrevistamos, em sua casa em Novo Airão, uma das representantes mais idosas

---

<sup>184</sup> Falaremos sobre esse assunto a seguir.

<sup>185</sup> Usou como fonte um texto inédito, datilografado, de João Bezerra de Vasconcelos Filho, chamado “Memórias de João Bezerra”. João Bezerra é filho de Francisco Bezerra, um comerciante do município de Airão, que foi extinto em 1964 e ficava na foz do rio Jaú.

desse grupo familiar extenso<sup>186</sup>. Em sua narrativa, apareceu um pouco da vivência nos seringais, na agricultura e em outras atividades extrativistas, e também a criação do PARNA-Jaú. Ela disse ter abandonado o rio Jaú, aos 40 anos, e associou sua saída ao advento da UC.

No que tange às suas origens familiares, apresentou um discurso articulado, até porque já tinha sido entrevistada por pesquisadores da FioCruz. Contou que foram os finados Zé Maria e Egídio Caetano, o último o seu pai, que teriam aberto os rios Paunini e Jaú. Afirmou que a sua família e a dos Maria formavam “uma irmandade” e “papai chegou primeiro, e, depois, o José Maria”<sup>187</sup>. Já a sua versão sobre a história dos dois primeiros Maria, José Maria e Jacinto, convergiu com a de Leonardi (1999).

Descreveu a presença do béri-béri nesse início, do qual seu primeiro marido conseguiu escapar, mas o irmão de seu Egídio, Simão, não teve a mesma sorte e acabou falecendo. Depois, o lugar teria ficando mais “manso” e a doença não atingia mais aos nascidos ali.

Seu pai viera também do estado de Sergipe, mas a mãe era da própria bacia do rio Negro, enquanto ela mesma nascera no rio Jaú. O lugar de seu pai era o Sorva. A mãe dela faleceu primeiro que o pai. Contou que, à época da entrevista, possuía apenas uma irmã viva, residindo em Santa Isabel do rio Negro, e que seu irmão mais três de suas irmãs eram falecidos.

Rememorou que seu pai cortava seringa no verão e trabalhava no roçado no inverno. E que também trabalhava com copaíba, balata e cipó. Recordou a presença da família dos Bezerra, em Airão: aludiu a uma cadeia em Airão, que seria um pau para amarrar as pessoas, confirmando a forte presença da família, especialmente da figura de Francisco Bezerra, que exercia um poder coronelista e mandonista, principalmente a partir de 1920-1930 e que se expandiu até a extinção do povoado em 1964

---

<sup>186</sup> Entrevista realizada pela autora em 12/12/2004.

<sup>187</sup> Na versão de um outro ex-morador, apareceu, igualmente, que o primeiro dos sergipanos negros a chegar no rio Jaú teria sido o seu Jacinto, que, segundo Leonardi (1999: 169) teria fundado um lugar de nome Arpão, que posteriormente vendeu para os Bezerra, de Airão Velho, e então retornou para o Sergipe. Depois, o sobrinho de Jacinto, José Maria, teria vindo do Sergipe com uma moça para o rio Paunini, mas também acabou retornando para o seu estado de origem, contudo, a mulher e os filhos permaneceram no Paunini. As “mulheres do Sergipe” ficaram viúvas e acabaram casando-se com os descendentes de José Maria. Entrevista colhida pela autora, no bairro Olaria, em Novo Airão, em 02/12/2005.

(LEONARDI, 1999)<sup>188</sup>.

Contou que o sítio que abandonou no rio Jaú chamava-se Miriti e ficava acima do Tambor. Teve 12 filhos/as no rio, oito deles ainda vivos, à época da entrevista, frutos dos seus três companheiros. Do primeiro casamento, teve quatro filhos; do segundo, com um dos Maria, teve cinco<sup>189</sup>; e do último, nenhum. Lembrou que dos seus filhos só um continuaria no rio Jaú, na comunidade Tambor, onde residia e regateava; todos os outros se mudaram para Novo Airão.

Contou que, à época em que vivia no rio Jaú, não havia comunidade, escola, isto é, “o Jaú era bruto” e ela só sabia trabalhar de terçado e de machado.

Descreveu a chegada do IBDF com as seguintes observações: (1) os moradores tinham que pagar imposto sobre a produção; (2) os funcionários do IBDF jogavam tudo (provavelmente, carne) na água. De modo geral, falou que depois do parque, não se podia “botar” (termo local) roçado novo, somente na capoeira; não se podia mariscar, pescar, arpoar (o pirarucu, por exemplo); não se podia comerciar. Associou o controle no trânsito de embarcações à descida dos moradores das partes altas, pois estariam “em tempo de morrer” quando ficavam doentes, pois os barcos não os podiam buscar, e o “rancho” foi piorando, pois não se podia fazer grande produção<sup>190</sup>.

Em sua narrativa, o momento passado apareceu atrelado ao presente de Novo Airão, por exemplo, afirmou que, depois, teria vindo IBAMA e que este órgão, agora, tomaria tudo em suas apreensões<sup>191</sup>.

Em sua trajetória apareceu a mudança no estilo de vida que representou a ida para a

---

<sup>188</sup> Ver também Barretto Filho (2001a) que também recupera um pouco da memória social sobre a figura dos Bezerra.

<sup>189</sup> Quando casada com esse Maria, teve um relacionamento passageiro com um dos irmãos dele, que também era casado.

<sup>190</sup> É preciso lembrar que esses eventos convergem com a decadência da extração de látex e da produção da borracha.

<sup>191</sup> Referia-se a um outro episódio que envolveu um dos seus descendentes: ele teria sido largado pelo IBAMA, durante uma apreensão, na ESEC-Anavilhanas, há alguns meses antes da data da entrevista, quando estava em um barco que carregava madeira (“varas” de quatro metros, segundo ela, “para arrumar rancho para os filhos”). Em sua versão, ele teve que atravessar o rio até chegar a uma ilha, dez horas da noite, chegando em Novo Airão somente às três horas da madrugada.

Encontramos uma outra versão sobre o episódio, que partiu de um membro de uma ONG que estava então começando a trabalhar com o IBAMA na ESEC-Anavilhanas; pelos detalhes, pareceu referir-se à mesma apreensão. Apareceram duas diferenças principais nessa segunda versão: primeiro, o infrator não apareceu como tendo sido abandonado, antes, teria fugido e se escondido na mata; segundo, os policiais e os funcionários do IBAMA o teriam aguardado, chamado-o e, antes de partir, avisado-lhe que ficaria para trás se não aparecesse. A segunda versão foi colhida em 21 de janeiro de 2005, em Manaus.

sede municipal e que gostaríamos de reproduzir, porque nela se vislumbra um pouco do próprio fenômeno de urbanização de Novo Airão. Para ela, a diferença entre a vida no município e no “interior” (termo local) seria enorme e ela não conseguiria nem explicar.

Contou que chorou muito com a mudança e, que, no começo, eram somente três casas em seu bairro, era silencioso, com poucos habitantes e era mato: então, havia bacaba, murici, cotia e paca; o próprio bairro denominava-se Murici, de cuja fruta ele chegara a sobreviver vendendo o “vinho” (termo local).

Ela mesma limpou e coivou o terreno que ganhou da prefeitura, durante o primeiro mandato de Wilton Santos, então como vice-prefeito; Wilton também lhe teria doado a madeira para a construção das tábuas, e ela teria comprado somente as telhas. Recordou que conhecera Wilton ainda no rio Jaú, quando ele fora até lá para pedir votos, e os moradores ter-se-iam impressionado por sua juventude.

Por fim, como o seu nome constava no levantamento da *Comissão de Moradores e Ex-Moradores do rio Jaú*<sup>192</sup>, indagamo-la se almejava a indenização ou o reassentamento e ela se posicionou a favor da compensação financeira, independentemente do seu valor, pois pretendia reformar a sua casa. A respeito do trabalho de identificação de quilombos, interpretou que o governo daria rancho, dinheiro e um quilombo para os que não recebessem a indenização, confundindo um pouco esta ação com as da FVA.

### **4.3. Uma ida ao Tambor**

Em agosto de 2002, fizemos, juntamente com a equipe de pesquisa<sup>193</sup>, uma rápida incursão nas duas localidades que compunham à época o Tambor, o Tambor Novo e o Tambor Velho. Na mesma oportunidade, visitamos alguns moradores que moravam nas imediações das duas aglomerações, mas que consideraremos conjuntamente no presente tópico, ou pela proximidade ou pela freqüência com freqüentavam uma das duas.

---

<sup>192</sup> Listagem que foi anexada ao processo da ACP sobre esse tema e que apontava os possíveis beneficiários de um processo de regularização fundiária do parque.

<sup>193</sup> Compunham a equipe, além da autora: Lúcia da Costa Ferreira, Simone Vieira Campos, e os biólogos Juarez Pezzuti e Daniely Félix. A permanência ocorreu entre 12 e 13/08/2002.

A respeito de características gerais das duas localidades, duas senhoras, uma do Tambor Novo e outra do Velho, calcularam a existência de sete famílias no Tambor Novo e cinco ou seis no Tambor Velho. Também apontaram a ausência de um gerador de luz, o que atribuíram à má vontade da prefeitura de Novo Airão em repassar o aparelho, o que deveria fazer somente após os resultados da eleição.

No Tambor Novo, em 2002, entrevistamos sete moradores/as, sobre os/as quais retomaremos abaixo parte de suas histórias de vida e trajetórias:

**Tabela 5.** Algumas trajetórias de grupos domésticos de moradores da comunidade Tambor Novo:

Moradores/as	Comunidade/ localidade	Resumo dos itinerários
Casal: ela 46 anos ele 55 anos	Tambor Novo	Ela nasceu no rio Jaú, em um lugar de nome Taboca. Antes de morar no Tambor Novo, residiu no Santa Maria. Mudou-se para o Tambor Novo em 1997-1998, para os filhos estudarem.
Casal na faixa dos 20 anos	Tambor Novo	Ele era nascido no rio Jaú, no Miriti e filho do casal primeiramente entrevistado.
Casal: ela 48 anos ele 44 anos	Tambor Novo	Ela nasceu em Porto Velho (RO). Antes de se mudar para o rio Jaú, residiu na estrada entre Novo Airão e Manacapuru, com a mãe. Quando conheceu o marido, ele residia no rio Jaú, no Miriti. Estavam na comunidade desde 1993.
Casal: ela 34 anos ele 57 anos	Tambor Novo	Ela nasceu no rio Jaú, na Praia Alta, rio acima. Ele foi com os pais para o rio Jaú, antes de ser parque, e, então, moraram por muitos anos no Pajé. Estavam na comunidade desde 1998-1999.
Senhora, “chefe” de família: 44 anos	Tambor Novo	Nasceu no rio Jaú. Teve nove filhos (seis homens e três mulheres, duas delas residiam com ela). Sua mãe e seu padrasto residiam em Novo Airão.

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de entrevistas realizadas pela equipe de pesquisa, em agosto de 2002, no rio Jaú.

Com exceção do casal mais jovem e da senhora natural de Rondônia, os entrevistados acompanharam um pouco da extração de látex no rio. Naquele momento, as atividades que apareceram, predominantemente, como fontes auferidoras de renda foram os produtos do roçado, principalmente a mandioca (a farinha) e a banana, além da

extração de cipós. Em três dos casos, o patrão mencionado explicitamente foi o que residia no rio Paunini.

Um relato que destoou um pouco foi o da última senhora que apareceu na tabela. Nele, além da farinha de mandioca apareceram as vendas de: ananá, milho, óleo de copaíba e cipós. Contou também que havia trabalhado recentemente, com os filhos, no roçado do regatão em cujo batelão a encontramos.

Em três dos casos em que a própria pessoa afirmou ter trabalhado na extração de látex, em dois, a da esposa do primeiro casal e da senhora auto-definida “chefe” de família, duas irmãs, não se assumiu um tom saudosista em relação ao trabalho na seringa, na sorva ou na balata, por ser considerado mais pesado do que o trabalho nos roçados e na extração de cipó.

Uma postura distinta foi apresentada pelo homem do último casal entrevistado: assumiu um tom extremamente nostálgico em relação ao período da extração de látex e da produção da borracha, um elemento que foi freqüente em várias das outras narrativas colhidas em campo:

**Caixa 2.** Lembranças da época da seringa:

Foi para o rio Jaú porque o pai foi para Manaus, por três meses, e, de lá, foram parar nesse rio. Ele disse que “era bom, porque não tinha o IBAMA, tinha tudo aqui com fartura”, então, a família não quis voltar. Lembrou que, quando se mudou para o rio Jaú, tinha muita gente que morava ali e tinha “rolos de regatão para cima e para baixo”. Pelos seus cálculos, havia pelo menos seis regatões atuando naquela região e eles compravam “rolos” de borracha. No Carabinani, segundo ele, sempre houve menos gente trabalhando do que no rio Jaú, porque havia menos regatão. Disse que cortou seringa por 25 anos, mas parou porque não deu mais dinheiro. Distinguiu a seringa da parte de cima da seringa da parte de baixo de onde residia o regatão do rio Paunini, respectivamente a “verdadeira”, de melhor qualidade, e a “torrada”. Não trabalhava com a roça na época da seringa, “não sabia nem torrar farinha”. Isto mudou depois que se casou. Para ele, a seringa dava mais dinheiro; porém, atualmente, com a roça seria melhor, por pegar um dinheirinho e, embora dê mais trabalho, pode escolher quando trabalhar.

**Fonte:** Entrevista realizada pela equipe de pesquisa, em agosto de 2002, no rio Jaú.

Novo Airão fez-se presente, no Tambor Novo, também através da emigração de parentes ou conhecidos, ou no desejo de para lá migrar. Os irmãos e a mãe da esposa do primeiro casal morariam lá e três dos seus nove filhos emigraram do rio Jaú, sendo que um deles foi para Novo Airão; a esposa do casal mais jovem apresentou o desejo

de se mudar, por ser difícil de se adquirir bens no rio e por não haver um hospital, mas relatou saber das dificuldades de se arrumar um emprego no município; a entrevistada natural de Rondônia, por exemplo, falou ter tido, no total, nove filhos em dois casamentos, quatro residiriam com ela, dois em Manaus e três na comunidade Sobrado, nas imediações de Novo Airão; e, ainda, nas duas últimas entrevistas, o município apareceu como local preferido para a aquisição de rancho, quando há embarcação disponível.

Já o modo de se interpretar a criação do PARNA-Jaú, de modo geral, apresentou ambigüidade: se a conservação é vista como positiva pela fartura, particularmente de recursos faunísticos, e por restringir as invasões de usuários não-moradores, a falta de recursos na área da Saúde, as dificuldades ao consumo, as restrições a usos de determinados recursos para a comercialização, mesmo que em pequena escala, e alguns constrangimentos relativos ao trânsito e à fiscalização foram apontados como elementos negativos.

Como se isso fosse possível, o rapaz do casal mais jovem expôs gostar dali ser um parque, mas preferiria que não houvesse o IBAMA, para poder complementar o trabalho na roça com a pesca e também para que não acontecesse dos moradores saírem do rio e serem proibidos de retornar<sup>194</sup>.

Depois das entrevistas no Tambor Novo, deslocamo-nos para o rio Paunini, onde encontramos o barco-venda de um dos regatões locais. Trata-se de um dos filhos de José Maria, ou seja, era da família negra que migrou do Sergipe, para trabalhar na extração de látex. Afirmou ter 69 anos, em 2002, e que seus pais foram para o rio por causa da exploração e produção da borracha, pois, segundo ele, “para lá as coisas eram mais difíceis”. Ele e todos os seus irmãos nasceram por ali, sendo que seus pais tiveram, juntos, catorze filhos. Ele nos relatou que sempre teria residido no rio Paunini, afluente do rio Jaú.

Contou que seu pai retornara ao estado de origem com o objetivo de reaver seus bens, mas acabou falecendo. A família ficou no rio Jaú e imediações, sem ele, morando

---

<sup>194</sup> Como já afirmado, na viagem de campo da equipe de pesquisa de agosto de 2002, ouvimos relatos de vários episódios de moradores que tentaram retornar ao rio, após um período passado em municípios, mas que não o conseguiram, o que pareceu estar estreitamente relacionado com a chefia do parque naquele momento.

posteriormente em vários lugares, a saber: Caju, Capoeirinha, Tambor (já sem o nosso interlocutor), Supriano e Macaco. Quando seus irmãos estavam mais velhos dividiram-se: uns foram para o Rio Negro, outros para o rio Solimões e outros para o município de Novo Airão. No local onde o encontramos, narrou residir desde 1953, e, no barco, desde 1999, no entanto, pretendia construir uma casa na comunidade Tambor.

Como seus pais, trabalhou com látex, mas estaria, à época da entrevista, apenas regateando com os moradores do Tambor, através do comércio do cipó e da farinha de mandioca, em viagens feitas a cada dois ou três meses. A farinha afirmou revender em Novo Airão, pelo dobro do preço que pagava aos moradores, e o cipó, em Manaus. Tinha roçados, mas disse não produzir mais farinha de mandioca. Possuía pelo menos um grande roçado, para o qual contava com mão-de-obra local, e onde disse ter os seguintes cultivares plantados: melancia, cará, macaxeira, cana e banana. Somente a última ele vendia.

Relatou pescar apenas para comer, todavia, em seu barco, observamos a presença de carne e quelônios para a venda, mas em bem pequena quantidade, provavelmente, para a comercialização em âmbito local. O que listou vender foi: material escolar, que os moradores comprariam em último caso, porque a escola os forneceria, cigarros, tabaco e itens do rancho. Os últimos seriam os itens vendidos em maior quantidade<sup>195</sup>.

Não apresentou um tom nostálgico em relação à época da seringa e falou não querer sair dali de dentro do parque, “a não ser que os homens queiram” e, para ele, “quem trabalha tem o direito de ganhar”. Argumentou que, se fizeram o parque, teriam que indenizar, e com o dinheiro ele sairia satisfeito e compraria uma casa em Novo Airão. Todavia, se pudesse decidir, a área não seria parque.

Um pouco antes da entrevista, o filho do regatão retornara do município de Novo Airão, onde residira por um curto período de tempo, pois não conseguira emprego.

Posteriormente, fizemos uma rápida incursão na comunidade Tambor Velho, onde entrevistamos de modo mais completo uma senhora e de modo menos detalhado o outro regatão do rio Jaú, seu vizinho e compadre.

Sobre sua trajetória familiar, a senhora que entrevistamos contou ter nascido no rio

---

<sup>195</sup> Elencou café, açúcar, tabaco, querosene, arroz e cachaça.

Madeira e ido para o rio Jaú aos 25 anos, já casada e mãe. Nesse ínterim, chegou a residir por algum tempo em Mamuri, em Manaus (por um mês somente) e no rio Jauaperi. Quando a entrevistamos, seu marido já havia falecido. Contou que teve dezesseis filhos, dos quais somente quatro estariam vivos: uma mulher, em Novo Airão, dois filhos, no Tambor Velho e um filho, na comunidade São Lázaro, também no rio Jaú.

Estava desde 2001 no Tambor Velho, ou seja, por um ano somente. Antes, residia rio acima, no Socó, no Espírito Santo, de onde teria saído por não existirem mais moradores. Como sua roça estava nova no Tambor Velho, afirmou estar vivendo mais da extração do cipó.

Como no caso da maior parte dos moradores entrevistados no Tambor Novo, a gentil senhora apresentou uma postura dúbia acerca dos pontos positivos e negativos do parque: (1) do lado dos aspectos negativos, apresentou a idéia de que antes do parque, havia mais formas de se gerar renda, como a seringa, a sorva, a castanha, a balata, e mais moradores; (2) do lado dos aspectos positivos, citou não ocorrerem mais invasões, o que teria levado a um aumento nos bichos de caça, apesar deles não terem se beneficiado a contento disso, porque, quando descem o rio, não podem transportar carne. Acrescentou: “vocês têm que entender que a gente não tem dinheiro para levar para comer, a gente ganha o dinheiro quando vende lá”, e declarou que, ainda, às vezes, quando chegam na cidade, não vendem nada, só o conseguindo no dia seguinte.

À semelhança dos moradores do Tambor Novo, em sua fala também surgiu um episódio de um morador do PARNA-Jaú que teria passado alguns meses fora dali, com a mãe, em Novo Airão, e que não pôde retornar, por causa do órgão gestor. Apesar de tudo isso, quando questionada sobre se queria mudar-se dali, respondeu: “até agora não me deu vontade de sair”, e ressaltou não precisar pagar para se alimentar no rio Jaú.

Infelizmente não houve tempo para entrevistar o regatão residente no Tambor Velho, que era o dono da casa na qual entrevistáramos a senhora acima. Ele e a esposa

disseram ter oito filhos, com idades variando entre um a quinze anos. O irmão dela também residia com eles. De modo geral, concordaram com a senhora acima, quando ela ressaltou que, no rio Jaú, não era necessário dinheiro para adquirir a alimentação.

Ao iniciarmos a descida do rio, paramos em uma casa isolada na qual residia um irmão do regatão residente no rio Paunini. Ele estava morando com um filho, de 26 anos, e uma nora, de 27. A última tinha três filhos residindo com ela: dois do primeiro casamento e um do atual, sendo que ainda tinha um outro filho do primeiro casamento, que residia em Novo Airão, para estudar.

Esse irmão do regatão afirmou que, em 2002, possuía 57 anos, e explicou que o grupo doméstico mudara-se para aquele lugar pela melhor qualidade do solo. Falou muito saudosamente da época da extração de látex no rio Paunini, quando trabalhava com seringa, sorva e balata. Associou o declínio da atividade ao fato de não poderem entrar mais comerciantes no parque, o que teria culminado no fim de sua lucratividade.

Para ele, a “tiração” de sorva é proibida ainda atualmente e o cipó, o IBAMA estaria “querendo empatar”<sup>196</sup>. Paradoxalmente, quando questionado diretamente sobre a criação do parque, respondeu que a situação melhorara e que desejava continuar morando na área em função da fatura. Mas gostaria de voltar a trabalhar na seringa, revezando-a com o trabalho da roça, e que não fosse um parque.

#### **4.4. Um ex-morador mediando o processo de identificação**

Um ex-morador residente em Novo Airão e que, inicialmente, fez parte da *Comissão de Moradores e Ex-Moradores do rio Jaú*, veio a abandoná-la em 2003 e a se envolver nos trabalhos do processo de identificação. Participou da primeira viagem ao rio Jaú, em julho de 2003, com o antropólogo do MPF e pesquisadores da FioCruz, e de uma segunda, efetuada pouco antes da segunda entrevista que realizamos com ele em 03/12/04.

Ele também havia participado da expedição ao rio Jaú, junto com a comissão, um mês antes da primeira expedição com a FioCruz e o MPF, visto que sua saída definitiva dela datou de outubro de 2003.

---

<sup>196</sup> Por vezes, os programas da FVA, em parceria com o IBAMA, que visam o manejo da extração do cipó são identificados pelos moradores com proibições do IBAMA.

Afirmou que seu envolvimento deveu-se ao fato de seu pai ter sido criado junto à família dos Maria, contudo, deveria possuir um contato prévio com a FioCruz, pois trabalhou como agente comunitário de saúde no Tambor, entre o ano de 2000 até dezembro de 2002. Enfatizou que os moradores remanescentes teriam confiança nele por já o conhecerem.

Salientou algumas das diferenças entre a linha de trabalho atual e a linha de trabalho da comissão, sobremaneira o fato do primeiro priorizar o acesso à terra e não à indenização<sup>197</sup>. Sobre a última, assumiu um tom crítico, afirmando que o dinheiro finda, e que a maioria dos moradores e ex-moradores preferiria a indenização por não querer retornar aos rios Jaú e Carabinani. Constata-se uma grande guinada em sua postura, portanto. Para se ter uma idéia disso, reproduziremos trecho de sua fala, na primeira entrevista que com ele tivemos, onde falava sobre a luta da comissão pela indenização e a vida pregressa dentro da área tornada parque:

*“(...) Muitas das vezes as pessoas pensam que os moradores do parque têm uma vida, né, uma vida de rosas, como se chama? Uma vida boa... Mas, na verdade, pensam errado (...)*

*É porque, muitas das vezes (...) tudo o que se faz dentro do parque lá é errado, e eu acredito que seja mesmo, né? Então, se a gente tá fazendo coisa errada dentro do parque aí é bom que realmente aconteça um pagamento, uma indenização, no caso, é: “sai daqui, a gente pagou e desocupa porque aqui na verdade é uma área de preservação, não se pode manter moradores”, tá? Então, a gente tá em busca disso aí. Porque, antes disso, surgiu algumas conversas, algumas notícias, alguns documentos contando que alguém já foi indenizado, que alguém já recebeu sua indenização, e que hoje aquelas pessoas que foram indenizadas moram em outro lugar e que hoje têm uma vida melhor, não sei mais o quê [inaudível] e coisa e tal. Mas, na verdade, tudo isso é nota zero. Isso nunca aconteceu. Ninguém nunca recebeu indenização. Nós nunca ganhamos, assim, um reassentamento num outro lugar (...) Então, como agora a gente decidiu e tá tomando a iniciativa de que realmente a gente possa ter direito e possa conseguir essa indenização, em relação àquelas pessoas que querem sair e também o objetivo daquelas que não querem sair (...)” (em entrevista à autora, em 16/02/03, em Novo Airão).*

Esmiuçou quais seriam as propostas da FioCruz para a comunidade Tambor e o grupo dos Maria, caso se efetivasse o reconhecimento: (1) efetuar projetos de saneamento básico, saúde, educação, infra-estrutura e de geração de renda; (2) implantar projetos governamentais específicos (tais como o Fome Zero, a Bolsa Família e a Bolsa Escola).

Defendeu que os moradores permaneçam na área do parque, mas desde que haja

---

<sup>197</sup> O que está em acordo com decreto número 4.887, de 20/11/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras de remanescentes de comunidades quilombolas. Como aparece em um dos seus artigos:

*“(...) Art. 20º. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura (...)”.*

alternativas e afirmou que, se isso ocorrer como está no projeto, ele próprio voltaria a morar na comunidade e até mesmo as pessoas que estavam no município de Novo Airão desejariam o mesmo. Apontou que a terra seria da pessoa e, apesar de não poder ser vendida, funcionaria como uma indenização, pois permite gerar renda. Dos Maria que estão em Novo Airão, disse crer que 60% deles prefeririam ser indenizados, enquanto dos remanescentes no rio, talvez, todos queiram ficar.

Para ele, tratar-se-ia de uma alternativa à situação geral de Novo Airão, em decorrência das dificuldades de acesso à terra e ao uso de recursos naturais no município. Registramos alguns trechos da sua fala: "Nossa região está sendo tomada, chegará um momento que não vai poder tirar um pedaço de madeira nem nada"; acha até que se precisaria ter animais de criação, mas questionou como, pois "vêm sempre acochando, o cara diz que tudo é proibido, não pode mexer em nada".

Falou de sua própria trajetória: residente há dez anos em Novo Airão e há dois anos desempregado, vivia, no momento da segunda entrevista, de trabalho informal. Ele próprio saberia, portanto, como é a situação na cidade. Levantou, ainda, as dificuldades de quem não está acostumado a ter emprego, onde só se recebe de mês em mês, enquanto que, no rio Jaú, em uma semana, produz-se cinco sacas de farinha e se angaria recursos.

O referido ex-morador pode ser entendido como alguém que visa fazer a mediação entre os que se mudaram para Novo Airão, os que permaneceram no rio Jaú, o pessoal do MPF, da FioCruz e a população local, embora não sem dificuldades, pois sua saída da *Comissão de Moradores e Ex-Moradores do rio Jaú* ainda, no final de 2004, deixava cicatrizes em parte da comissão e, inclusive, no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Novo Airão (STRNA), que lhe prestava suporte .

O papel de mediação foi valorizado por ele próprio, ao enfatizar que os moradores remanescentes confiariam nele. Auto-valorização que pode ser melhor compreendida ao se pensar que a expedição de 2003, da comissão, que recebeu críticas de alguns moradores remanescentes por contar com um sindicalista do STRNA, que apoiava e, muitas vezes, tomava a frente nos trabalhos da comissão, sem ser ou ter sido um

morador.

#### **4.5. Alguns indícios dos rebatimentos do processo de identificação junto ao IBAMA e à FVA**

Não desejamos tomar as representações e declarações dos nossos sujeitos de pesquisa como fatos dados e imutáveis. Mas gostaríamos de as abordar como indicativas de um momento específico analisado durante a trajetória de nossa própria pesquisa, e pensar nas expectativas que recaem sobre os comportamentos esperados para as populações tradicionais em geral, quando identificadas à conservação.

Inicialmente, trataremos da FVA. Um dos indivíduos que acompanhou a elaboração do pedido inicial da ACP e que possuía contato com o diretor-executivo da FVA, comentou o temor dele de que se os moradores da comunidade Tambor se auto-declarassem remanescentes de quilombos, isso poderia gerar fragmentação entre os que fossem e os que não fossem contemplados, e de que os indivíduos potencialmente beneficiados fossem justamente aqueles com melhores condições sócio-econômicas, pelos dois pequenos padrões a ela pertencerem<sup>198</sup>.

Em 23/11/04, em entrevista concedida à autora, o próprio diretor-executivo, ao prever grandes mudanças futuras na região do rio Negro, pontuou que, enquanto índios e quilombolas têm direitos jurídicos à terra, os caboclos, os ribeirinhos não o possuiriam. Estabeleceu semelhanças entre tais grupos, embora tenha ressaltado a mitologia indígena como uma especificidade.

Por outro lado, o chefe do PARNA-Jaú<sup>199</sup>, como já discutido acima, apontou que os moradores do rio Jaú não teriam amadurecido a questão da organização social e teriam uma maior proporção de população associada ao tráfico. A respeito das restrições ambientais nessa parte mais central do parque e, destarte, mais sujeita à fiscalização, exemplificou que sempre teriam sido permitidos o extrativismo vegetal e a manutenção dos meios de vida de seus habitantes, e as proibições teriam incidido somente sobre a caça e a pesca comercial. Entretanto, seria necessário considerar os efeitos que tais restrições tiveram ao longo do tempo, no seu agregado, e como foram implantadas,

---

<sup>198</sup> Entrevista realizada pela autora em novembro de 2004, em Manaus.

<sup>199</sup> Entrevista realizada, em Manaus, em 24/11/04, na sede do IBAMA, pela autora.

desde 1980.

Como a declaração do antropólogo do MPF, de que teria sido difícil o diálogo com o IBAMA e a FVA, a respeito do processo de identificação, já constava em um texto anterior (CREADO *et al.*, 2006) que havíamos repassado ao diretor-executivo da FVA e ao chefe do PARNA-Jaú, obtivemos respostas de ambos.

Em mensagem eletrônica de 12/05/06, o chefe do parque afirmou que o artigo causara-lhe surpresa por tratar da questão quilombola no PARNA-Jaú, pois isso nunca teria sido repassado ao órgão.

No e-mail, também constavam algumas outras observações, que julgamos dignas de registro para contemplar uma segunda versão do ocorrido, como, inclusive, nos foi solicitado:

*“(...) Nas poucas vezes que ele [antropólogo do MPF] entrou em contato com o IBAMA, foi para exigir apoio logístico (...) para chegar até a UC. Quando foi possível viabilizar o mesmo, informei que pretendia acompanhar a viagem. Me causou estranheza que após isso, ele foi com recursos próprios ao parque e durante mais de uma semana mandou seus assistentes darem respostas evasivas. Só me avisaram que ele tinha viajado quando já estava voltando. Em nenhum momento, assumimos postura de intransigência. Mas parece que o IBAMA está sofrendo preconceito por parte do perito, uma vez que estamos trabalhando as questões do Jaú de forma participativa há algum tempo.*

*- Entendemos que todos os moradores do rio Jaú são população tradicional ribeirinha e que merecem nosso incondicional respeito e atenção.*

*- Caso o parque se localizasse no baixo Amazonas, não teríamos o menor problema de estar discutindo eventuais sobreposições de quilombos. Mas na única vez que nos procuraram foi buscando uma comunidade denominada "Ribeirão da Perdição", ou seja, existe a grande intenção de se reconhecer "a primeira" comunidade quilombola no Amazonas. Mas que, se a discussão fosse ampliada, existiriam lugares com aptidão e identidade dentro do Estado do Amazonas e fora do parque do Jaú para trabalhar (...)"*

Assim sendo, as duas partes envolvidas pareceram um pouco inflexíveis à discussão do tema, e não somente aqueles que trabalhavam no IBAMA. Apesar disso, o último parágrafo da mensagem eletrônica possibilita confirmar a existência de uma certa reticência ao trabalho de identificação, ao se afirmar que não haveria problema desde que a sobreposição fosse no baixo rio Amazonas.

Sobre o retorno por parte da FVA, em mensagem eletrônica de 11/5/2006, possuía maior abertura em relação ao tema, embora de modo prudente:

*“(...) penso que este processo sobre o "quilombo" do Tambor é mais complexo do que imaginamos. Penso que temos amadurecido algumas idéias e gostaria muito que um debate*

*“surgisse, quem sabe em breve não consigamos promovê-lo (...)”.*

Na mensagem, ele também se demonstrou surpreso pela “associação ideológica entre FVA e IBAMA” e pela declaração do antropólogo do MPF de que sentira dificuldades em estabelecer uma relação dialógica com a ONG sobre o tema.

Em Creado *et al.* (2006: 10) afirmáramos:

*“(...) Assim, alguns indivíduos que seriam beneficiados pelo reconhecimento da comunidade Tambor seriam justamente alguns daqueles associados com a prática de contrabando de carne. O que gerou certo incômodo junto ao IBAMA e à FVA, permitindo confirmar a existência de um conjunto de expectativas atribuídas à noção de populações tradicionais, o que faz com que algumas práticas sejam permitidas e discutidas com maior abertura do que outras (...)”.*

Objetiváramos dizer, com esta afirmação, que a estigmatização de algumas práticas relativas ao uso de recursos naturais, no caso a que é denominada localmente de contrabando, é tortuosa tanto para o IBAMA e quanto para a FVA e, de certa forma, é reatualizada com o processo de identificação, embora não se restrinja a ele nem aos que pode vir a beneficiar.

Porém, é preciso tecer algumas observações complementares: (1) a questão da identificação é mais delicada para o IBAMA, o órgão executor competente; (2) dizer que IBAMA e FVA convergem um pouco nesse aspecto não significa igualá-los, ou sequer dizer que se tratem de dois blocos homogêneos e estáticos.

\*

Como já argumentamos no capítulo 1 e em Creado e colaboradores (2006), a estigmatização da caça não se restringe ao âmbito local e regional, ou até mesmo nacional, correlacionando-se ao próprio conservacionismo internacional e à legislação nacional. No presente capítulo, procurou-se demonstrar como ela se dá no caso da parte central do PARNA-Jaú, considerando-se os conflitos das comunidades Seringalzinho e Patauí e o processo de identificação de quilombolas, mais voltado à comunidade Tambor.

Para além dos argumentos técnico-científicos que respaldem o combate a determinadas práticas, como a caça, os quais não puderam ser retomados aqui, os conflitos relativos aos usos de recursos da fauna voltados para a comercialização também esbarram em questões morais e funcionam através do recurso a estereótipos.

Procuramos também demonstrar o quão difícil é separar os conflitos intra-comunitários das comunidades Seringalzinho e Patauá das tramas sociais que também envolvem e são tecidas pela FVA e pelo IBAMA.

Outro ponto que gostaríamos de retomar, e que dialoga com a arena jurídica, é que o reconhecimento jurídico de quilombolas e indígenas e o não-reconhecimento aos ribeirinhos criou uma situação peculiar no caso do PARNA-Jaú, com o possível favorecimento de descendentes das famílias negras das comunidades que compõe o Tambor, apesar das trajetórias dos moradores em geral possuírem fortes similaridades e estarem tão ligadas à exploração do látex e da produção da borracha (CREADO *et al.*, 2006).

Pensando-se na questão da resistência que deve ser considerada no processo de reconhecimento de quilombos, como afirma Chagas (2001) e o próprio decreto de número 4.887, de 20/11/2003<sup>200</sup>, que trata do “procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (BRASIL, 2003), pode-se dizer que realmente ele apareceu para alguns descendentes das duas famílias negras, mas se tratou de um tipo de resistência que dizia respeito ao parque e ao seu processo de institucionalização e de regulação de leis e políticas conservacionistas.

Entretanto, a resistência não deve ser tomada de modo absoluto ou exclusivo ao grupo que poderá ser beneficiado. Primeiro, porque, mesmo internamente, os possíveis contemplados não podem ser analisados de modo tão homogeneizante, como apareceu na crítica de que seria o grupo com melhores condições financeiras, pelo fato dos dois regatões do rio nele se inserirem (CREADO *et al.*, 2006).

---

<sup>200</sup> Segue o artigo de número 2 do decreto, de 20/11/2003:

*“(...) Art. 2º. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.*

*§ 10. Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.*

*§ 2º. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.*

*§3º. Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (...)” (BRASIL, 2003).*

Para se ilustrar com um exemplo concreto. Encontramos um ex-morador do rio Jaú que migrou para Novo Airão<sup>201</sup> e que era filho biológico de José Maria dos Santos, mas foi criado pelo irmão deste, Pedro Maria, até o seu falecimento, quando o ex-morador tinha 14 anos. Isto é, tratava-se de um sobrinho do regatão entrevistado no rio Paunini.

A “derradeira vez”<sup>202</sup> em que ele saiu do rio Jaú havia sido em fevereiro de 2000. Entre os motivos da saída, apareceram os argumentos de que os moradores foram “imprensados” pelo parque e que também diminuía a “concorrência”, isto é, caiu o número de regatões operantes no rio, o que teria levado a um aumento de preços das mercadorias<sup>203</sup>. Portanto, mesmo entre os regatões e seus parentes estabeleceram-se relações comerciais assimétricas.

Segundo, porque, de uma maneira ou de outra, internalizando ou não (em suas práticas ou em seus discursos) as concepções de que determinadas práticas são mais clandestinas do que outras, ou de que em parques não se deve ter habitantes, a própria presença dos moradores das várias comunidades ou em residências mais isoladas configura uma forma de resistência mais geral à UC.

Por outro lado, como antecipado no capítulo 1, a identidade ribeirinha não adquiriu, ao menos até a consecução do presente trabalho, um respaldo jurídico como a indígena e a quilombola, destarte, a tendência no PARNA-Jaú, se houver o reconhecimento do Tambor, é o de criar dois tipos de cidadanias distintas para trajetórias semelhantes (CREADO *et al.*, 2006).

Como apontou Chagas (1991: 225):

*“(...) Mesmo visualizando que o estatuto do sujeito político passa cada vez mais a pautar as práticas comunitárias dos grupos envolvidos a leitura e as articulações que as comunidades estão fazendo da figura jurídica do sujeito de direito “remanescente de quilombo” também está definindo os contornos que vem assumindo a política de reconhecimento calcada no dispositivo constitucional. Por ironia, ou não, direta ou indiretamente se recoloca para eles a necessidade de um enfrentamento com uma lógica igualitária formal que sistematicamente, ao longo da história, vinha-os submetendo ao campo da ilegalidade (...).”*

Segundo Arruti (1997: 30 *apud* CHAGAS, 1991: 226), a definição do que deve ser ou não considerado remanescente dependerá, não somente dos possíveis contemplados, mas também de seus opositores e do estado de relações de forças nas quais se

---

<sup>201</sup> Entrevista concedida à autora, em Novo Airão, em 20/12/2004.

<sup>202</sup> Palavras usadas pelo ex-morador estão entre aspas.

<sup>203</sup> Um dos tios é o que entrevistamos no rio Paunini; além dele, havia outro que também regateava, mas que, quando estivemos no rio Jaú, já havia falecido.

inserir tais comunidades, seus mediadores e candidatos a mediadores, e ainda do papel interpretativo de antropólogos e historiadores. A respeito desses profissionais, o autor argumentou que deveriam reconhecer uma plasticidade identitária, antes de deslegitimar a demanda.

Desejamos, assim, ao invés de fazer um juízo de valor a respeito do processo de identificação da comunidade Tambor, problematizar um pouco a possibilidade de um tratamento jurídico diferenciado a parte dos moradores da área central do PARNA-Jaú. Mas o reconhecimento representaria sim uma possibilidade de, pelo menos, dar alento a alguns, mas defendemos que seria preciso respeitar-se a opção daqueles que almejem a indenização e/ou o reassentamento.

É preciso apontar que o andamento do processo de identificação, conforme verificado em 22/07/2005, sofreu alguns dos efeitos da alta rotatividade nas carreiras do MPF no Amazonas. O antropólogo que estava desde o seu início havia sido transferido de estado. Em entrevista com o seu sucessor<sup>204</sup>, descobrimos que este não estava mais inteirado do caso do rio Jaú, ou seja, o processo estava parado.

## **5. A trilha do Itauba: registros fotográficos da construção de um parque**

Com as fotos que seguem<sup>205</sup>, pretende-se demonstrar uma área que antes era habitada e plantada e da qual se extraía madeira para a construção de barcos e que se transformou em trilha para turistas. Foi chamada de “trilha do Itauba” pelo morador que guiou a equipe de pesquisa em sua travessia, em 2005<sup>206</sup>, e se localizava nas proximidades da foz do rio Jaú.

Fomos guiados por Laerte, que morava na comunidade Seringalzinho. A trilha foi trabalhada, com o apoio do IBAMA, para receber os turistas privilegiados que naveguem pelo rio Jaú e, segundo nosso guia, fora abandonada pelos seus antigos moradores logo no início da década de 1980, com a criação da UC, e possuía um estaleiro que era operacionalizado pela família dos Pereira, alguns dos quais migraram

---

<sup>204</sup> Entrevista concedida à autora, em 22/07/05, em Manaus.

<sup>205</sup> Todas tiradas pela autora.

<sup>206</sup> Trilha realizada em 09/08/2005. Faziam parte da equipe de pesquisa, além da autora: Lúcia da Costa Ferreira, Ana Beatriz Vianna Mendes, Simone Vieira de Campos, Camilo Caropreso, Kellen Junqueira e Fernando Passos.

para o município de Novo Airão.

Igualmente, segundo relatou-nos um ex-vigilante que trabalhava na base flutuante da foz do rio Jaú, durante a década de 1980<sup>207</sup>, os primeiros a deixarem os rios foram aqueles que viviam mais com a comercialização de recursos faunísticos e da exploração de madeira<sup>208</sup>.

Nesse sentido, pode-se dizer que a autarquia gestora do parque, desde a criação da unidade, possuiu um papel de artífice das condições atuais de exploração de recursos, e somente atuar restringindo alguns dos recursos, na verdade, possui um efeito social, econômico e histórico agregado significativo.

Esse mesmo papel de artífice foi exercido em relação ao perfil dos moradores que persistiram em habitar na área do parque, conquanto existam indivíduos que resistam individualmente ao parque e à implementação de práticas fiscalizadoras mais intensas na região do baixo rio Negro.

Portanto, além de ilustrar o presente texto, as fotos procuram comprovar o papel do IBAMA nesse processo:



**Foto 7.** Laerte dando explicações.

**Foto 8.** Dossel de área identificada pelo nosso guia como capoeira de 14 anos.

<sup>207</sup> Entrevista realizada em 16/12/2004 pela autora.

<sup>208</sup> Aliás, abordamos alguns desses ex-residentes das proximidades do local onde a base flutuante acabou sendo fixada, em Novo Airão.



**Foto 9.** Madeiras cortadas abandonadas 1.



**Foto 10.** Madeiras cortadas abandonadas 2.



**Foto 11.** Madeiras cortadas abandonadas 3.



**Foto 12.** Madeiras cortadas abandonadas 4.



**Foto 13.** Madeiras cortadas abandonadas 5.



**Foto 14.** Madeiras cortadas abandonadas 6.

## 6. Os diferentes momentos da chegada do parque ao seu limite setentrional

Como o rio Unini dista consideravelmente da base do IBAMA, não estava, durante a pesquisa, tão sujeito às mesmas medidas ambientais restritivas colocadas em prática nos rios Jaú e Carabinani pelo órgão governamental gestor do parque. Os moradores desse rio são mais numerosos<sup>209</sup> e possuem relativa liberdade no uso de recursos, havendo, também, diversos usuários de recursos não residentes.

Dentre os usuários não residentes, foram identificados, até o momento: (1) o trânsito de regatões, moradores e não moradores, que compram a produção da farinha de mandioca e outros produtos agroextrativistas, fornecendo aos seus fregueses outros produtos, em um sistema de troca que funciona por aviamento, parecido com o que existia quando predominava a produção da borracha<sup>210</sup>; (2) a entrada de barcos de pesca comercial, que podem ser divididos em dois tipos: os dos geleiros, que trabalham com peixes comestíveis, e os dos piabeiros, que trabalham com peixes ornamentais; (3) a presença de alguns empreendimentos turísticos, visando predominantemente a prática da pesca esportiva e recreativa.

É provável que existam outros tipos de usos comerciais ainda não identificados, como, por exemplo, a comercialização de recursos da fauna não pesqueiros, que, por serem os legalmente (e na prática) mais punitivos, não são revelados explicitamente.

No que tange às perspectivas de permanência dos moradores do rio Unini e afluentes no parque, são relativamente mais promissoras do que as dos moradores do rio Jaú e Carabinani, embora não deixem de existir imensos desafios para que sejam alcançados o direito à terra, o manejo comunitário sustentável de recursos, de modo a que os objetivos conservacionistas da unidade de conservação e os interesses dos próprios moradores possam ser coadunados.

Afora que o sucesso da conciliação desses objetivos só poderá ser avaliado com o passar do tempo, em uma escala maior do que o de uma vida humana, desconsiderando-se a possibilidade de catástrofes e/ou o advento de forças sociais muito poderosas que venham a minar esse processo repentinamente (REID, 1995;

---

<sup>209</sup> Segundo Pinheiro (2003: 63) seriam 669 pessoas residindo no rio Unini em 2001, e 251, nos rios Jaú e Carabinani, no mesmo ano.

<sup>210</sup> Sobre o sistema de aviamento e a história da exploração da seringa ver Dean (1989), Leonardi (1999) e Barretto Filho (2001a).

OSTROM, 1990).

Nesse sentido, os moradores do rio Unini, não sem muitas dificuldades enfrentadas por seu grupo de líderes locais, formaram a Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU), em agosto de 2002, sendo que a proposta de criação da reserva extrativista foi feita em 27 de fevereiro de 2004<sup>211</sup>. A formação da AMORU contou com a participação da FVA, via incentivos à mobilização e o envolvimento pessoal de alguns dos seus pesquisadores.

A associação visa, dentre outros objetivos, formar uma reserva extrativista na margem esquerda do rio Unini, que não é abarcada pelo parque, e negociar a continuidade da permanência dos moradores de comunidades que foram formadas na margem direita do rio Unini<sup>212</sup>, conforme as tabelas 6 e 7.

---

<sup>211</sup> A data da proposta formal constava no site da FVA (<http://www.fva.org.br/noticias.php?idLingua=portugues&idNoticia=338> , acessado em: 14/07/04) e no processo interno número 02005.000485/04-88, do IBAMA-AM, que solicita a criação da UC.

<sup>212</sup> A maioria delas, pois esta margem é de terra firme, o que facilita o acesso ao rio. O artigo 2o. do estatuto da AMORU, aprovado em agosto de 2002, estipulou os seguintes objetivos da AMORU:

*“- Discutir com os moradores do rio e propor aos órgãos competentes a criação de uma reserva extrativista; - Buscar meios que garantam a permanência dos moradores no rio Unini e seus afluentes; - Reunir esforços para que os moradores que quiserem sair de suas áreas sejam devidamente indenizados; - Promover a exploração sustentável dos recursos naturais; - Buscar recursos junto ao governo, organizações governamentais e não governamentais para melhorar a qualidade de vida dos associados; - Promover os desenvolvimentos educacionais, sociais, culturais, ambientais e esportivos dos seus associados; - Firmar convênio com o poder público e outras instituições para adquirir financiamentos, bem como prestar colaboração a outras entidades que visem o bem dos moradores do rio Unini”.*

**Tabela 6.** Sumário de características das comunidades do rio Unini visitadas em viagem de campo de fevereiro de 2003:

Nome da Comunidade	Formação da comunidade	Localização	Igrejas atuantes
Lago das Pedras	Em 1991 (houve um morador que afirmou que a comunidade tinha 16 anos – ou seja, que a formação teria sido em 1987, porém ele contou o período antes de ter a escola, quando os moradores ocupavam a outra margem do rio e a comunidade era composta só por evangélicos).	Margem esquerda do rio Unini.	- Missão Evangélica Pentecostal; - Igreja Católica (doou o primeiro equipamento de radiofonia).
Terra Nova (ou Cachoeirinha)	Moradores deram a data de 1999, mas disseram que a escola dataria de 2001.	Margem esquerda do rio Unini.	- Congregação Presbiteriana Ebenezer; - Igreja Católica.
Democracia	Existe desde 1987, e a escola foi apontada como elemento aglutinador - esse dado fornecido em campo converge com a data apontada em FVA/IBAMA (1998).	Margem direita do rio Unini.	- Igreja Católica (que ajudou a levar a escola para a comunidade e deu o primeiro equipamento de radiofonia)
Manapana	A Igreja Católica teria ajudado a levar escola para a comunidade e teria dado o primeiro equipamento de radiofonia. A escola dataria de 1987 - dados de moradores batem com dados de FVA/IBAMA (1998).	Margem direita do rio Unini.	- Assembléia de Deus; - Igreja Católica (a radiofonia pertence à paróquia de Barcelos).
Tapiira	O marco inicial da comunidade apontado foi a chegada da escola em 1987 - dados de moradores convergem com dados de FVA/IBAMA (1998).	Margem direita do rio Unini.	- Assembléia de Deus; - Igreja Católica.
Floresta	Existe enquanto comunidade desde 03/1992. Em FVA/IBAMA (1998) o ano de formação da comunidade apresentada é 1994. Moradores apontaram a escola, o fim da borracha e a influência da Igreja católica como elementos aglutinadores.	Margem direita do rio Unini.	- Igreja Católica (o primeiro equipamento de radiofonia foi doado por esta igreja, em 1996; o equipamento atual foi doado pela FVA). Segundo FVA/IBAMA (1998), a comunidade teria sido formada quando alguns moradores da comunidade Manapana teriam se separado da comunidade de origem por motivos religiosos (conflito entre evangélicos e católicos); porém relato de uma moradora da comunidade Floresta apresenta outros detalhes: como, por exemplo, o fato de que alguns moradores teriam vindo, também, do Periquito, para ser possível a vinda da escola.
Vista Alegre	Segundo FVA/IBAMA (1998), a comunidade formou-se em 1994 – uma moradora dessa comunidade calculou que ela existe desde 1996 ou 1997, com a chegada da escola. Para sua formação contou também com a chegada de moradores que antes residiam na localidade de Ipanema.	Margem direita do rio Unini.	S.D.
São José do Aracu <sup>213</sup>	Segundo FVA/IBAMA (1998), a comunidade formou-se em 1994	Margem direita do rio Unini.	S.D.

**Fontes:** Elaboração da autora, com base em informações coletadas em pesquisas de campo coletivas no rio Unini, em fevereiro de 2003 e em julho-agosto de 2005; e sobre as comunidades Vista Alegre e São José do Aracu: FVA/IBAMA (1998); Barretto Filho (2001a); Pinheiro (2003).

**Legenda:** S.D. : sem dados.

<sup>213</sup> Em agosto 28/07/05, na comunidade Floresta, foi-nos notificado que a comunidade São José do Aracu havia sido extinta.

**Tabela 7.** Sumário de características das comunidades do rio Unini visitadas em viagem de campo de fevereiro de 2003:

**Fonte:** Elaboração da autora, com base em informações coletadas em pesquisas de campo coletivas no

Nome da Comunidade	Escola	Campo de futebol	“Motor de luz”	Radiofonia	Sede social	Posto de saúde	Prefeitura
Lago das Pedras	Sim	Sim	Sim	Sim	S.D.	S.D	Barcelos
Terra Nova (ou Cachoeirinha)	Sim	Sim	Sim	Não, em 2003 [D.I.]	Sim	S.D.	Barcelos
Democracia	Sim	Sim	Sim	Sim	S.D.	Sim (pelo menos tem agente de saúde)	Barcelos
Manapana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Barcelos
Tapiíra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Barcelos
Floresta	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (desde de 1999)	Barcelos
Vista Alegre	Sim	S.D.	Sim	Sim	Sim (mas em agosto de 2005 estava semi-destruída)	Sim (pelo menos tem agente de saúde)	Barcelos
São José do Aracu	S.D.	S.D.	S.D.	S.D.	S.D.	S.D.	S.D.

rio Unini, em fevereiro de 2003 e em julho-agosto de 2005; e sobre as comunidades Vista Alegre e São José do Aracu: FVA/IBAMA (1998); Pinheiro (2003).

**Legenda:** S.D. : sem dados; D.I.: dado incerto.

Henyo Barretto Filho (2001a), ao problematizar o fato do decreto de criação do PARNA-Jaú ter aproveitado a topografia local na definição dos mesmos, colocou que, no que se refere às comunidades do rio Unini, por se tratar de um grande igapó na sua margem esquerda, eram raras as aglomerações humanas ali. Até 1998, ele identificava três localidades e comunidades na margem esquerda desse rio: o Lago das Pedras, o Flausino e o Patauá, e, até a finalização de sua tese, anotou o surgimento da comunidade Terra Nova, composta, segundo ele, de moradores advindos do Flausino, motivados por um conflito com os moradores da Democracia sobre a localização da escola e por outros moradores originários de outras comunidades e localidades. Salientou, então, que

*“(...) Considerando o pulso de alagamento do Unini, poder-se-ia dizer que os limites e a superfície do Parque pulsam como e com as margens do rio. Áreas que, na seca, estariam fora dos limites do Parque, no cume da cheia, estão dentro – como é o caso da restinga do Flausino, logo abaixo da foz do Igarapé do Mauarú (...)” (BARRETO FILHO: 429-430).*

Registrou que os primeiros administradores do parque<sup>214</sup> chegaram até a emplacar a margem direita do rio Unini e outras áreas limítrofes (praias e ilhas em trechos do rio Negro), esboçando uma primeira tentativa de fixar seus limites jurídico-administrativos e “ampliar o exercício de controle sobre a sua ampla e polimorfa superfície”. Inclusive, esse teria sido o primeiro contato dos moradores das paragens setentrionais da UC com sua realidade, ou seja, ela lhes chegou como um fato consumado e comunicado através de emplacamento.

Com base nos relatos coletados por Barretto Filho (2001a: 432), vislumbra-se certa resistência local à essa primeira iniciativa, pois as placas teriam sido arrancadas por residentes e, principalmente, por peixeiros (barcos de pesca comercial). O autor registra que durante sua pesquisa de campo nos rios Negro e Unini, em 1998, não havia mais nenhuma placa remanescente indicando o pertencimento daquelas áreas ao PARNA-Jaú.

Os dilemas da inserção ou não de partes dos rios Unini e Paunini no parque vêm sendo atualizados e enfrentados pelos seus residentes e usuários. Até fevereiro de 2003, época da segunda viagem de campo, antes da homologação do Acordo de Pesca<sup>215</sup>, a AMORU tentava regular as atividades pesqueiras comerciais no rio Unini, com a entrada de geleiros restrita ao número de quatro barcos e com as determinações de que deveriam trabalhar com pessoas das comunidades e de que poderiam pescar somente da comunidade Vista Alegre para cima, no alto rio Unini, depois da confluência com o rio Paunini. Ou seja, justamente a região na qual se praticam a pesca desportiva e recreativa, o que fez com que o acordo local fosse descumprido.

Existiam, à época da viagem de campo de fevereiro de 2003, moradores contra e a favor da iniciativa. Depoimentos resumiram a situação da seguinte maneira: quatro comunidades estariam, à época, a favor da diminuição do número de barcos geleiros - Tapiíra, Vista Alegre, Manapana e São José do Aracu -, enquanto quatro comunidades

---

<sup>214</sup> Referencia Vivaldo Campbell do Araújo. Os relatos dele e de moradores a respeito do episódio encontram-se nas páginas 430-432 desta tese. O emplacamento deve ter ocorrido no final da década de 1980.

<sup>215</sup> Fechado em abril de 2004.

estariam contra - Lago das Pedras, Cachoeirinha, Floresta e Democracia. Segundo o relato de um presidente de comunidade, que trabalhava com os barcos de pesca comercial, apesar das comunidades estarem agregadas nesses dois pólos, haveria pessoas de todas as comunidades trabalhando para os geleiros<sup>216</sup>.

Nessa oportunidade, em 2003, os hotéis estavam menos inseridos junto aos moradores e estes se referiam aos turistas e aos donos de hotéis, com um tom mais desconfiado, principalmente pela presença predominante de estrangeiros, e dúvidas eram levantadas sobre as práticas dos pescadores esportivos. Alguns moradores duvidavam que os peixes coletados eram devolvidos pelos turistas, outros acreditavam que os peixes eram levados para fora do país e outros afirmavam que os peixes passavam a “fugir” (termo local) deles, quando iam pescar, por causa da prática.

Alguns geleiros expuseram ter encontrado peixes com “tisgo” (termo local), secando devido a fermentos causados pelas iscas artificiais e que atrapalhavam na alimentação. Um inclusive relatou que foram encontrados peixes com a própria isca na boca, pois há peixes que arrebetam a linha de pesca. Em outro relato curioso, um regatão, morador de Novo Airão, atuante nas partes mais baixas do rio Unini, levantou a possibilidade de que os “gringos”, maneira com a qual localmente se faz menção aos turistas, teriam envenenado a água das proximidades de uma comunidade, para que fosse esvaziada. O que é pouco provável, mas a existência dessa interpretação não deixa de ser interessante<sup>217</sup>.

Outro ponto que surgiu nos relatos dos moradores, desde essa mesma viagem, foi a proposição de que a prefeitura de Barcelos estaria atuando a favor dos hotéis, fazendo apreensões - o que teria até gerado problemas com o IBAMA, pois tais apreensões precisariam contar com a presença de funcionários do órgão<sup>218</sup>.

Essa situação mudou ao longo das negociações em torno da elaboração do Acordo de Pesca e ao longo da própria consolidação da AMORU como interlocutor e devido à proposta de criação de uma RESEX no rio Unini. Os empreendedores chegaram, aliás,

---

<sup>216</sup> Entrevista colhida no rio Unini, em fevereiro de 2003, em viagem com a equipe de pesquisa.

<sup>217</sup> Os relatos dos dois geleiros foram ouvidos em Novo Airão. A hipótese do envenenamento foi colhida junto a um regatão atuante no rio Unini, morador de Novo Airão, entrevistado neste município, e provavelmente refere-se à extinção da comunidade São Lázaro. Os demais relatos foram colhidos junto a residentes do rio Unini. Todos datam de fevereiro de 2003.

<sup>218</sup> Informações de um geleiro, vereador em Novo Airão, em entrevista à autora em fevereiro de 2003.

a dar apoio logístico aos moradores (e à AMORU) nas reuniões do Acordo de Pesca<sup>219</sup>.

Nos tabelas 8 e 9, resumimos algumas das informações gerais referentes a essas formas de usos, tanto coletadas em pesquisas de campo, quanto coletadas através de material consultado na rede eletrônica mundial.

**Tabela 8.** Sinopse de usos pesqueiros no rio Unini por parte de “geleiros” e “piabeiros”: peixes capturados, principal época de ocorrência, valores de fevereiro de 2003 dos peixes capturados na pesca “comestível” e ornamental. As informações foram agregadas segundo a fonte.

	<b>Peixes capturados</b>	<b>Época mais favorável</b>	<b>Valores por unidade ou quilo</b>
Pesca Comercial Comestível	<p>Geleiro de Novo Airão: tucunaré, acará, peixes de couro (“feras” – surubim filhote, pirarara e dourado).</p> <p>Geleiro-vereador de Novo Airão: tucunaré e outras “feras”. Disse o rio Unini é rico em peixes “brancos”, como pacu, jaraqui e matrinxã (que são vendidos por quantidade, a “cambada”, de 5 peixes; enquanto o tucunaré é vendido por quilo, em Novo Airão, pois, em Barcelos, todos os peixes seriam vendidos por quilo).</p> <p>Moradora da comunidade Manapana: citou que os barcos de pesca pegam pirarucu, tucunaré, cará (ou acará?) e outros peixes “lisos”.</p>	<p>Morador da comunidade Lago das Pedras: disse que os geleiros pescam só no verão (ou seja, durante 2 ou 3 meses).</p> <p>Geleiro de Novo Airão: informou que a pesca ocorre de janeiro a março, pois em dezembro o barco não passa pelo rio.</p>	<p>Morador da comunidade Manapana: geleiros pagam R\$0,50 pelo quilo de peixe pescado (tucunaré, por exemplo) e R\$0,30 pelo quilo do acará (ou cará?).</p> <p>Morador da comunidade Lago das Pedras: disse que o quilo de pescado é vendido a R\$0,80 (e que seria revendido de R\$1,80 a R\$2,00 na “beira”).</p>
Pesca Comercial Ornamental	<p>Geleiro-vereador de Novo Airão: acará-disco e “outras variedades” (não especificou quais).</p> <p>Aruanã: segundo relatos, ainda ocorre a pesca dele dentro do rio Unini, apesar de proibições.</p>	<p>Morador da comunidade Manapana: costuma pegar as “piabas” no começo do verão.</p> <p>Morador da comunidade Lago das Pedras: disse que os geleiros pescam no rio Unini só no verão (ou seja, durante 2 ou 3 meses).</p>	<p>Morador da comunidade Manapana: disse que o acará azul é vendido por R\$2,00 e R\$1,00.</p> <p>Aruanã (proibido): é vendido dentro do rio Unini a R\$0,50.</p>

**Fonte:** Pesquisa de campo coletiva no rio Unini e pesquisa de campo individual em Novo Airão, ambas de fevereiro de 2003.

<sup>219</sup> Comunicação oral de Simone Vieira de Campos, integrante da equipe de pesquisa no PARNA-Jaú, que fez viagem de campo ao rio Unini entre maio de abril de 2004. Ver também Campos (2004).

**Tabela 9.** Síntese de dados coletados em *sites* sobre a pesca esportiva efetuada no rio Unini: peixes capturados e época favorável à prática:

Site	Peixes capturados	Época mais favorável
Site da Fishing Safaris Turismo (Liga de Ecopousadas)	Tucunaré (o mais alardeado), “catfish” (jaú), aruanã, apapã, bicuda, jacundá, pirapitinga, pirarucu, peixe cachorra, matrinxã, trairão, tambaqui, corvina, surubim	Novembro a março (época na qual a Liga de Ecopousadas do Amazonas Ltda opera em vários rios, dentre eles o rio Unini).
Relato de pescaria em site alocado no <a href="http://www.fishpoint.com">www.fishpoint.com</a> (em viagem pela Fishing Safaris e pela Liga de Ecopousadas)	Tucunarés, amarelos amazônicos, pacas borboletas e açús, saicangas, bicudas, aruanãs, jacundás, piranhas e traíras, pirarucu (de 30 quilos que foi comido e pescado por outra dupla de pescadores). Peixes pegos em estadia de uma semana.	
Site dentro do <a href="http://www.wagner-fishing.com.br">www.wagner-fishing.com.br</a> (propaganda da viagem Unini River Fishing Adventure e da Liga de Ecopousadas)	Tucunarés, pirararas e surubins filhotes (peixes de couro). Peixes menos valorizados na pesca esportiva, mas também fisgados: matrinxãs, bicudas, trairões	
Dois sites alocados em <a href="http://www.larsenoutdoors.com">http://www.larsenoutdoors.com</a>	Tucunarés (os que contabiliza minuciosamente), mas cita que podem ser pegos “catfish” <sup>220</sup> , surubim, “redtail”, e outras espécies como um pirarucu que foi pego em 2002 (com 240 libras <sup>221</sup> ) e piranhas.	

**Fontes:** Informações colhidas em viagens de campo ao rio Unini e a Novo Airão, realizada em fevereiro de 2003; sites: <http://www.peacockbassassociation.com/html/unini.html> (acessado em: 18/11/03); <http://www.netpar.com.br/fishingsafaris/> e <http://www.fishingsafaristur.com.br> (acessado em: 18/11/03); relato de pescaria em <http://www.fishpoint.com.br/novo/veras2.htm> (acessado em: 07/04/04); <http://www.wagner-fishing.com.br/servicos/jornalnautico/013001.htm> (acessado em: 18/11/03); [http://www.larsenoutdoors.com/html/fishwithlarry\\_.html](http://www.larsenoutdoors.com/html/fishwithlarry_.html) (acessado em: 23/11/03); [http://www.larsenoutdoors.com/html/brazil\\_unini.html](http://www.larsenoutdoors.com/html/brazil_unini.html) (acessado em: 18/11/03).

Deve-se refletir um pouco sobre o tipo de relação travada por alguns moradores das comunidades com os geleiros (ou geladores ou peixeiros): dada a carestia de muitos dos produtos vendidos pelos regatões, vários dos locais afirmaram preferir a compra de mercadorias junto aos geleiros, como o combustível, ao invés de o fazer com os regatões, com quem muitas vezes já possuíam dívidas acumuladas; além disso, os

<sup>220</sup> Segundo o dicionário Michaelis Moderno (online): “Catfish: n 1 peixe-gato, lampreia. 2 nome de vários outros peixes nematógnatos (sem escamas)” (disponível em: [http://cf6.uol.com.br/michaelis/dicionar.cfm?dicion\\_id=5](http://cf6.uol.com.br/michaelis/dicionar.cfm?dicion_id=5)). Em um portal voltado para a área ambiental, encontramos que o *Paulicea luetkeni* é popularmente conhecido como jaú ou Giant Catfish (<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/doce/index.html&conteudo=./agua/doce/peixes/jau.html>, acessado em: 26/06/03, o site citava como sua fonte o PNDPA ([www.ibama.gov.br/pescaamadora](http://www.ibama.gov.br/pescaamadora)).

<sup>221</sup> Uma libra corresponde a 454 gramas (<http://www.44tour.com.br/port/dicas/dconv.htm>, acesso em 18/06/2004). Portanto o pirarucu pesaria 108,96 quilos.

barcos de pesca costumavam dar caronas (pagas ou não) para os moradores, construindo vínculos que podiam extrapolar a mera prestação de serviços nas pescarias. Inclusive, dois geleiros relataram compartilhar itens do rancho ou combustível em troca do direito de pescar nas proximidades das comunidades<sup>222</sup>.

A relação entre moradores e geleiros era, portanto, até o momento da última viagem de campo em 2005, mais complexa do que a visão reproduzida no sítio eletrônico da FVA em notícia veiculada com a data de 14 de julho de 2004 intitulada: “FVA e CNPT iniciam expedição para coleta e complementação de informações sobre a região do rio Unini”<sup>223</sup>. Tratava-se de uma viagem que as duas instituições (FVA e Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais do IBAMA - CNPT<sup>224</sup>) fizeram com o intuito de elaborar um diagnóstico preliminar para subsidiar a proposta de criação da RESEX-Unini, após o qual se daria uma consulta pública com o mesmo objetivo.

Do meio para o fim da notícia, é feita uma contextualização da pesca esportiva no alto rio Unini. É citado um acordo, entre a prefeitura de Barcelos, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e as operadoras de pesca esportiva e recreativa, que resultara no fechamento de uma área nas proximidades da RDS-Amanã para a realização de pesquisas científicas sobre os efeitos do pesque-e-solte. O fechamento teria impossibilitado a entrada de barcos de pesca, pela fiscalização de policiais alocados pela prefeitura de Barcelos. Por conseguinte, os barcos de pesca ter-se-iam concentrado dentro dos limites do PARNA-Jaú. Segue trecho da notícia:

*“(...) A ação fez com que os geleiros, como são chamados os barcos de pesca comercial, que antes exerciam suas atividades em torno do Amanã, acabassem deslocando-se para alguns lagos do Parque Nacional do Jaú [PNJ], os quais são utilizados pelas comunidades locais para a própria subsistência. O Parque é uma unidade de conservação (UC) de proteção integral criada em 1980, e por isso determina a proibição do uso de recursos naturais de maneira predatória. Apesar das UCs de proteção integral não permitirem a permanência de populações humanas, o PNJ, que é administrado pelo poder público, tendo como órgão gestor, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mantém sua população tradicional pelo fato do governo não dispor de verbas para indenizá-las e reassentá-las como o previsto por lei. Para reverter a situação, a AMORU articulou, juntamente com a FVA e o Ibama, a realização de reuniões com as organizações envolvidas para o estabelecimento de um acordo para a pesca no Rio Unini. Um dos principais resultados obtidos foi o zoneamento das áreas que poderão ser utilizadas para a atividade pesqueira, bem como o estabelecimento de normas referentes ao período e quantidade de pescado a ser retirado dos lagos (...)”.*

---

<sup>222</sup> Entrevista colhida em Novo Airão pela autora, em fevereiro de 2003.

<sup>223</sup> Fonte: <http://www.fva.org.br/noticias.php?idLingua=portugues&idNoticia=388> (acessado em: 14/07/04).

<sup>224</sup> Toda a responsabilidade legal pelo processo de criação das RESEXs fica a cargo do CNPT.

Há uma outra informação acima que destoa das que se coletou em campo, a que aponta a criação da RESEX como exclusivamente relacionada com a questão da resolução de um “conflito sócio-econômico”, parecendo remeter este somente à questão do uso dos recursos pesqueiros e à questão da presença da pesca esportiva rio acima. Ela não permite vislumbrar a tentativa da criação da RESEX (e da própria AMORU), ao menos parcialmente, como uma reação à própria institucionalização da área enquanto uma unidade de conservação e como uma tentativa plenamente justificável dos moradores de permanecer na região que habitam.

A notícia, ainda, dá a entender que a posição contrária à pesca comercial efetuada pelos geleiros (e não pelos piabeiros) seria consensual junto aos moradores, ao contrário do que foi verificado em pesquisas de campo de fevereiro de 2003 e de julho-agosto de 2005. E, além disso, supõe que os geleiros não travem relações mais complexas com parte dos habitantes do rio Unini, e/ou que tenham sua presença demandada por parte de alguns moradores e/ou de certas comunidades<sup>225</sup>.

Analisando as atas das reuniões do Acordo de Pesca, percebe-se uma aproximação entre parte dos moradores e dos empreendimentos turísticos do alto rio Unini<sup>226</sup>, ao longo do processo negociatório. Detalharemos um pouco desse material.

As atas foram disponibilizadas pelas companheiras da equipe de pesquisa: Simone Vieira de Campos e Ana Beatriz Vianna Mendes, que fizeram pesquisa de campo em um período significativo desse processo, e acompanharam duas de suas assembléias. O acesso às atas só foi possível, também, graças à sistematização das reuniões por parte da FVA. As atas a que se teve acesso para a elaboração do presente texto foram: (1) a da segunda reunião, efetuada em 19/02/2004; (2) a da terceira reunião, efetuada em 23/03/2004<sup>227</sup>; (3) a da quarta reunião, efetuada no dia 15/04/2004<sup>228</sup>.

As duas primeiras, a segunda e a terceira, foram realizadas na sede do IBAMA, em Manaus, e a quarta, na sede do IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas),

---

<sup>225</sup> Alguns moradores sentiram-se prejudicados com o zoneamento do rio e as novas normas estipuladas pelo Acordo de Pesca, como, por exemplo, parte dos da comunidade Lago das Pedras, a mais próxima da foz do rio Unini. Fonte: registro em diário de campo de um relato colhido em 26/07/2005, na própria comunidade, pela equipe de pesquisa.

<sup>226</sup> Já apontada anteriormente em Campos (2004).

<sup>227</sup> Mas o documento apresentava a data de 15/04/2004.

<sup>228</sup> A reunião final ocorreu, posteriormente, no rio Unini, no dia 22/05/2004.

também em Manaus.

Da segunda reunião, participaram: (1) sete membros da AMORU; (2) três vereadores de Novo Airão; (3) um representante da *Liga de Eco Pousadas*, um da *Amazon Voyagers Turismo*, um da *Empresa Amazonas de Turismo* (Amazonas Tur); (4) representantes do setor pesqueiro (Federação Brasileira de Pesca - FEPESCA, Colônia de Pesca de Barcelos e Colônia de Pesca de Novo Airão); (5) três integrantes do IBAMA (do PARNA-Jaú e do Núcleo de Recursos Pesqueiros); (6) dois membros da FVA; (7) três do IPAAM; (8) representantes da Secretaria Estadual de Pesca e da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado (SDS-AM); e (9) um representante da prefeitura municipal de Barcelos.

Nessa reunião, foi proposto um primeiro projeto de zoneamento do rio Unini (e proximidades), procurando seguir os seus usos e a situação legal das áreas. A proposta, segundo a ata, foi explicitada por analista ambiental do IBAMA vinculado ao PARNA-Jaú:

*“(...) **Sector 1**) Região do Parque Nacional do Jaú e seu entorno, que compreende da foz do rio à comunidade Vista Alegre, incluindo a margem esquerda do rio Paunini. Neste setor não é permitida a pesca comercial e nem a esportiva, somente a pesca de subsistência feita pelas comunidades locais. **Sector 2**) Região da RDS Amanã que compreende toda margem direita, da nascente à comunidade de Vista Alegre, incluindo toda margem esquerda do rio Paunini. Neste setor serão permitidas as atividades pesqueiras, somente após um zoneamento da unidade de conservação, realizado pelo Estado do Amazonas (IPAAM / SDS). **Sector 3**) Região de entorno da RDS Amanã, que compreende toda a margem esquerda do rio Unini, da nascente até a metade de sua calha, na comunidade do Vista Alegre. Neste setor seria o lugar onde caberia a construção do pacto entre o setor de pesca esportiva e comercial (...)”.*

Outros elementos importantes apareceram na ata: (1) a menção ao conflito entre as formas de pesca comercial e esportiva em torno da exploração dos tucunarés; (2) a ênfase de funcionários do IBAMA contra a presença de barcos de pesca na parte do rio Unini que conforma o limite norte do PARNA-Jaú; (3) a assertiva de que a RDS-Amanã estava em início de processo de discussão para o seu zoneamento e para a delimitação de áreas destinadas à pesca.

Aparece também a informação de que, à época, a presença dos empreendimentos hoteleiros ainda não estava oficializada junto ao IPAAM, e se confirma a existência de pesquisas no alto rio Unini, restringindo a entrada de barcos pesqueiros, alegando-se a

avaliação dos efeitos da pesca esportiva e recreativa sobre os recursos pesqueiros.

A presença de Novo Airão e de setores do município interessados no acesso aos recursos pesqueiros do rio Unini também se fez sentir. Para o suprir, sugeriu-se a elaboração de investimentos em piscicultura e a criação de um fundo de apoio aos pescadores do município, através de incentivos advindos dos empreendimentos turísticos nele situados.

A representante da prefeitura municipal de Barcelos, por sua vez, criticou o IPAAM por sua permissividade às atividades de pesca comercial e esportiva na RDS-Amanã, a prefeitura de Novo Airão por seu pouco apoio às comunidades do rio Unini, e destacou seu apoio à AMORU.

Um outro zoneamento do rio resultou da mesma reunião:

*“(...) **Setor 1)** Região do Parque Nacional do Jaú e seu entorno, que compreende da foz do rio Unini à comunidade Vista Alegre, incluindo a margem direita do rio Paunini. Neste setor, como já foi explicado [...], não é permitido a pesca comercial e nem a esportiva, somente a pesca de subsistência feita pelas comunidades locais. **Setor 2)** Na região da RDS Amanã compreendendo da área acima da comunidade de Vista Alegre ao rio Araras, excluindo-se a área de uso da comunidade Vila Nunes. Neste setor seriam permitidas as atividades de pesca comercial de forma provisória e a partir de um conjunto de acordos. **Setor 3)** Ainda na região da RDS Amanã, no trecho das cabeceiras ao rio Araras. Neste setor seriam permitidas a pesca esportiva e a pesquisa realizada em parceria com INPA, apoiada pelos empreendimentos turísticos (...)”.*

Da terceira reunião, participaram representantes do IBAMA, do IPAAM, da AMORU da *Liga de Eco-Pousadas*, da FEPESCA, dos governos de Novo Airão e de Barcelos, da FVA e da SDS, e um pesquisador do INPA<sup>229</sup>. O presidente da AMORU apareceu com outra proposta de negociação, solicitando o apoio do IBAMA e do IPAAM. Demonstrou insatisfação com os resultados da segunda reunião, recusando veementemente a frase na qual constava que as propostas teriam sido amplamente aceitas.

Defendeu daí uma proposta convergente com a dos empreendimentos turísticos do alto rio Unini, e se posicionou contra a pesca comercial efetuada por peixeiros não moradores. Segundo a nova proposta, deveria haver pesca de subsistência e comercial, mas praticada exclusivamente pelos residentes do rio, sem a exploração comercial dos tucunarés. Estipulou os instrumentos de pesca que poderiam ser utilizados<sup>230</sup>, opondo-se ao uso de bombas, de rede e ao arrastão.

---

<sup>229</sup> Infelizmente a ata da terceira reunião não especifica detalhadamente os seus participantes.

<sup>230</sup> A saber: a zagaia, o caniço, a linha comprida, o espinhel e a tramalha de 40 e 50 (para pacu e jaraqui)

Os demais peixes voltados à pesca comercial seriam vendidos na foz do rio Unini aos barcos de pesca, o IBAMA fiscalizaria a atividade e a pesca ornamental continuaria a ser praticada pelos residentes.

Sobre a pesca esportiva, defendeu a sua ocorrência na área do entorno da RDS-Amanã e apenas na forma de pesque-e-solte e discriminou que a pesquisa voltada aos efeitos dessa prática deveria observar quais as iscas mais prejudiciais e que estas fossem proibidas.

Nessa terceira reunião, tornou-se clara uma aproximação entre moradores e empreendimentos hoteleiros, que não se fazia tão ostensiva durante a pesquisa de campo de fevereiro de 2003. O representante da *Liga de Eco Pousadas* pronunciou-se e explicitou a intenção de compensar financeiramente os habitantes do rio como contrapartida à proibição da pesca comercial. Assentava os seguintes procedimentos: (1) o comprometimento das operadoras de turismo com a absorção e treinamento da mão-de-obra local<sup>231</sup>, e com a compra de gêneros alimentícios porventura produzidos localmente<sup>232</sup>; (2) apoio logístico e jurídico para a criação da RESEX e projetos de piscicultura e agricultura; (3) o repasse de recursos financeiros com a seguinte programação: sessenta mil reais e um barco de dezenove metros<sup>233</sup> para a AMORU, no primeiro ano; oitenta mil reais, no segundo ano; noventa mil reais, no terceiro ano; e cento e vinte mil reais, no quarto ano. Obviamente, condicionou o repasse à exclusão da pesca comercial do rio Unini.

A leitura da ata permite crer que o resto da reunião foi conturbado e não se deve ter alongado muito. Houve queixas dos componentes da AMORU sobre os pescadores comerciais, de que teriam quebrado o compromisso de não utilizar o rio até a conclusão do Acordo de Pesca, acusações de outros presentes sobre quem teria descumprido o acordo – ora pescadores de Barcelos, ora moradores da comunidade Vila Nova -, protestos contra a iniciativa de se fechar o rio para a pesca comercial e a proibir de explorar os tucunarés, e críticas à prefeitura de Barcelos por ter retirado a vigilância policial que ficava nas partes mais altas do rio.

---

e o espinhelão.

<sup>231</sup> Estimou a criação de cinqüenta empregos diretos, nas funções de garçom, guia de pesca, cozinheira e camareira.

<sup>232</sup> Como frutas, legumes e hortaliças.

<sup>233</sup> O barco viabilizaria o escoamento da produção local, como a dos subprodutos da mandioca.

Por fim, um funcionário do IBAMA vinculado ao PARNA-Jaú propôs que a AMORU e o IBAMA se encontrassem novamente no dia seguinte para reelaborar a proposta da associação, pois no formato em que se encontrava era ilegal, por privilegiar os pescadores residentes. Uma nova reunião coletiva foi agendada, então, com todos os participantes para o dia quinze de abril.

Na quarta reunião, estiveram presentes: um componente da SDS-AM, cinco da AMORU, um da Associação de Pescadores de Novo Airão (APNA), dois da FVA, três do IBAMA, um pesquisador do INPA/Pesquisa em Biologia Aquática (INPA/CPBA), três do IPAAM, um da *Amazon Voyagers*, um da Liga de EcoPousadas, líderes de Novo Airão<sup>234</sup>, um da prefeitura municipal de Barcelos, um da Polícia Militar, um da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e um do Ministério Público.

A AMORU levou sua proposta reformulada, sugerindo alterações no setor dois, tais como: (1) a proibição da pesca comercial nele ou, pelo menos, a contratação de 50% dos pescadores junto aos moradores do rio Unini; (2) a permissão à pesca comercial entre os meses de setembro a outubro, com a entrada de três barcos por vez, com capacidade de três toneladas. Houve também outras recomendações sobre a fiscalização e o monitoramento das atividades, não especificadas na ata.

Várias intervenções interessantes foram pronunciadas acerca dos procedimentos necessários para se viabilizar as propostas da AMORU, algumas por parte de componentes da FVA e outras por parte de um representante do IBAMA/PróVarzea, muitas das quais pareceram contornar a tentativa dos empreendimentos turísticos de vincular suas propostas às da AMORU. Um dos presentes chegou a explicitar tal preocupação, ao qual o representante da *Liga de EcoPousadas* refutara afirmando “que estavam jogando com as cartas na mesa e a variação no nível do apoio estava relacionado com a área de utilização de sua atividade de pesca esportiva no rio Unini”.

O vereador peixeiro de Novo Airão recolocou novamente suas inquietações sobre as restrições sofridas pela pesca comercial, enquanto o setor pesqueiro de Barcelos não demonstrou uma preocupação equiparável, antes se colocou a favor da AMORU. O presidente da AMORU aludiu a uma possibilidade colocada pela representante da

---

<sup>234</sup> Como um vereador peixeiro, que esteve nas duas reuniões anteriores para as quais se tem atas, e um representante da Colônia de Pesca de Novo Airão, que também participou das duas reuniões anteriores.

prefeitura de Barcelos de que a pesca comercial fosse canalizada para outros rios deste município, como a margem esquerda do rio Negro, o Caurés e o Demeni.

O vereador contra-argumentou que o rio Unini seria privilegiado, pois “além de possuir um parque que ajuda na conservação do rio, também possui cachoeiras que funcionam como barreiras para os grandes barcos”. Outro político de Novo Airão ressaltou ainda a dependência da pesca comercial de seu município, lamentando a proposta de liberação do rio Unini para tal prática durante somente dois meses, mencionando os efeitos restritivos da presença de UCs e da existência do decreto estadual sobre o rio Negro<sup>235</sup>.

Por fim, alguns dos pontos acordados na quarta reunião foram: (1) a aceitação da AMORU de retirar a proibição à pesca comercial do tucunaré; (2) a inclusão da comunidade Vila Nova, localizada no rio Negro próxima à foz do rio Unini, no setor 1, que deveria ser convidada para a reunião final; (3) a diretriz de contratação, pelos barcos de pesca comercial, de 50% dos pescadores junto aos moradores do rio. A AMORU ficaria encarregada da seleção dos pescadores residentes (proposta que ficou para ser acatada na última reunião final no rio Unini), enquanto a FEPESCA e as colônias de pesca fariam o mesmo em relação aos pescadores não-locais. Além disso, determinou-se que as colônias e a federação definiriam, até uma semana antes da reunião final, quais seriam os critérios de seleção dos barcos habilitados a pescar no rio Unini<sup>236</sup>.

---

<sup>235</sup> Trata-se do decreto de número 22.304, de 20 de novembro de 2001, que proibiu a pesca comercial na bacia do rio Negro, em sua parte norte, a partir da Colômbia até o rio Branco, nas proximidades da fronteira do AM com RR. Há ainda outras leis menos específicas sobre a região que limitam a exploração de algumas espécies encontradas ali como a instrução normativa número 5, de 21 de maio de 2004, do MMA. A instrução proíbe a pesca de espécies ameaçadas de extinção, compiladas no anexo I desse documento legal, e exige o desenvolvimento de planos de gestão no que se refere às espécies sobre-exploradas ou ameaçadas de as ser, especificadas no anexo II do documento. O pirarucu, o jaú e o jaraqui constam nessa listagem. De modo geral foram freqüentes as queixas do setor pesqueiro de Novo Airão registradas nas atas, e que também foram ouvidas em pesquisa de campo, e que diziam respeito às limitações à pesca comercial nas redondezas do município, pela sua proximidade com UCs e pelos efeitos do decreto estadual. Além do decreto, ver também <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=22162> (acessado em: 11/12/2005). Nessa notícia, de 10 de dezembro de 2005, de autoria de Thaís Brianezi, da Agência Brasil, aparecia que o decreto estava sendo revisado.

<sup>236</sup> Foi ressaltada a necessidade da colônia de Manaus também participar do processo, em função da pesca de jaraqui no trecho do rio antes da cachoeira. Segundo entrevista com um integrante da FEPESCA, em Manaus, em 24/11/04, mais de 70-100 embarcações teriam sido atingidas pelo Acordo de Pesca do rio Unini, de Manaus, Novo Airão e Barcelos. Os peixes mais pescados lá, antes do acordo, eram o jaraqui e o tucunaré. Segundo um depoimento de um funcionário do IBAMA, concedido também em 24/11/04, a colônia de Manaus não participou da última reunião para o Acordo de Pesca e ficou de fora, até porque restringiu-se a entrada a barcos de, no máximo, três toneladas e os barcos de Manaus

Aludiu-se ao alargamento do período de pesca para mais de dois meses e, a respeito dos apetrechos de pesca, estabeleceu-se a permissão do uso de: tramalha superior a 70 cm, zagaia, linha de mão, linha comprida (caniço), espinhel e espinhelão, ao lado da proibição de bombas, bateção, arrastão, rede de cerco e tramalhas inferiores a 70 cm. Sobre os procedimentos de fiscalização, a ata coloca que os representantes do ProVárzea e do IBAMA salientaram a urgência de se definir o ponto de fiscalização, e que se isso fosse feito pela prefeitura de Barcelos, seria necessário um convênio com o IPAAM e o IBAMA<sup>237</sup>.

A pormenorização do processo negociatório do Acordo de Pesca permite supor que, embora tenha contado com a participação intensa dos moradores do rio Unini, ele só faz sentido em um contexto mais amplo de progressivas proibições e regulações sócio-ambientais, derivadas da sinergia de ações locais resultantes de determinações legais de outras esferas, como a restrição ao acesso de recursos pesqueiros ou a institucionalização do PARNA-Jaú, e do uso turístico das partes mais altas do rio Unini. Aliada a tal processo houve ainda a pesquisa sobre os efeitos do pesque-e-solte nos tucunarés, que deu o suporte de argumentos técnicos-científicos às restrições ao uso das imediações da RDS-Amanã pelos barcos de pesca comercial.

Os interesses das operadoras de pesca esportiva também convergiram parcialmente com os interesses do IPAAM, com funções correlatas ao IBAMA, porém na esfera estadual. Em entrevista, uma funcionária do órgão<sup>238</sup> afirmou que, do ponto de vista, técnico-operacional a parceria era muito positiva, entretanto, do ponto de vista político, nem tanto, em função de críticas de que se tratariam de concessões e de empresas que não seriam totalmente brasileiras. Ela também reconheceu que os empresários não ficaram muito satisfeitos com o Acordo de Pesca, e que o órgão pretendia, dentro da RDS-Amanã, ter uma política própria a respeito dos usos do rio Unini.

Por outro lado, integrantes da FVA e do IBAMA que acompanharam a construção do acordo observavam o cenário de aproximação entre moradores e empreendimentos turísticos com certa cautela e receio. O IBAMA mais especificamente optou em deixar a questão a cargo dos próprios moradores, sem se intrometer nas negociações que se

---

teriam maior capacidade do que isso.

<sup>237</sup> Parceria firmada, posteriormente, através da IN número 2, de 27/09/2004.

<sup>238</sup> Realizada pela autora, em 29/11/04, na sede do IPAAM em Manaus.

dão entre as partes ou saber dos termos com os quais elas se dão.

## 7. Os moradores do rio Unini

Com base na abordagem feita pela equipe de pesquisa, em fevereiro de 2003, junto aos moradores do rio Unini, é possível fazer algumas considerações gerais sobre suas características, uma porção delas convergem com as características dos moradores dos rios Jaú e Carabinani, como a mobilidade espacial, a descida dos rios e os diversos locais de origem<sup>239</sup>.

A maioria dos grupos domésticos para os quais possuímos mais dados relatou ser proveniente de outras partes do Amazonas (vinte e cinco casos), seguidos por pessoas provenientes de outras partes da Amazônia que não o estado do Amazonas (seis casos), do próprio rio Unini (cinco casos, sendo que só em um casal, da comunidade Tapiíra, ambos eram nascidos no rio Unini), e, depois, casos em que as pessoas haviam nascido em outros estados (quatro), o caso de um indivíduo que viera de um afluente do rio Unini, o rio Papagaio, e o caso de um casal que emigrara do rio Jaú.

Este casal, especificamente, possui uma trajetória interessante: atribuiu a mudança do rio Jaú à criação do parque, porque trabalhavam com a extração de madeira nas localidades Nazaré e Jutai. Em fevereiro de 2003, o grupo doméstico relatou angariar renda com produtos derivados da mandioca, cultivada no roçado deles nas proximidades da comunidade Lago das Pedras.

**Tabela 10.** Origem dos moradores contados no rio Unini:

Origem dos moradores	Número de moradores
Outras partes do estado do Amazonas	25
Outros estados amazônicos	6
Rio Unini	4
Afluente do rio Unini	1
Total	36

**Fonte:** Pesquisa de campo coletiva no rio Unini, em fevereiro de 2003.

Das trinta e três pessoas abordadas com maior profundidade sobre o tema do deslocamento familiar, para dez delas temos a informação de que já moraram em outra

<sup>239</sup> Não se trata de um estudo estatístico, como já afirmamos nos casos dos rios Jaú e Carabinani.

localidade e/ou comunidade no próprio rio Unini, no rio Paunini ou no rio Papagaio. Como nos rios Jaú e Carabinani, houve uma descida dos moradores dos rios situados ao norte do parque em direção à foz.

As causas mais apontadas pelos próprios moradores, entretanto, foram um pouco distintas das dos moradores da parte central do parque, pois a ênfase na existência ou na implantação do parque foi sobremaneira menor. Os motivos mais destacados foram o fim da extração do látex (seringa, sorva e balata) e, mais recentemente, a presença de operadoras de pesca esportiva e recreativa.

Em um dos casos, foi relatado, com pesar, o abandono de um castanhal situado na Volta do Santo Antônio. Outras duas trajetórias que chamaram a nossa atenção foram: (1) a de um grupo doméstico que veio de Manaus, sendo que o marido era carpinteiro lá, e que veio a fundar a comunidade Democracia e, segundo cálculos da senhora mais idosa do grupo, eles chegaram ao rio em 1977, a convite de um conhecido que os perguntara se queriam comer muito tracajá<sup>240</sup> no rio Unini; (2) o caso de um casal, no qual o marido era pastor da Assembléia de Deus, e que, em fevereiro de 2003, estava instalado na comunidade Tapiíra há quatro meses, depois de permanecer em outra comunidade, a Manapana, e, a partir do novo local de moradia, o religioso pretendia atuar nas comunidades de Democracia e Vista Alegre. O pastor afirmou ser natural de Espírito Santo do Pinhal, no estado de São Paulo, onde trabalhava em uma oficina de fogões à gás e de eletrodomésticos em geral, e sua esposa, do estado do Amazonas, de Parintins. Ele contou que estava na Amazônia para evangelizar, desde 1996, e que, antes do rio Unini, residira no alto rio Amazonas e em Parintins<sup>241</sup>.

Entre as atividades auferidoras de renda relatadas, as atividades agrícolas predominaram marcadamente, principalmente os roçados. Pelos relatos captados em fevereiro de 2003, parecia também ter havido um relativo abandono da extração do cipó. Entre as razões, foram apontados: (1) o estilo de vida associado ao cipó, menos sedentário, mais distanciado das comunidades, o que, portanto, tornaria mais difícil o acesso dos filhos à escola<sup>242</sup>; (2) a idade<sup>243</sup>; (3) a diminuição da demanda comercial do

---

<sup>240</sup> Uma espécie de quelônio ou bicho-de-casco.

<sup>241</sup> Em 2005, entretanto, soubemos que esse grupo doméstico talvez deixaria o rio.

<sup>242</sup> Por exemplo, uma moradora da Manapana, associou esse estilo de vida ao que praticava há vinte anos na extração da acoariquara; e um outro morador, igualmente da Manapana, associou o trabalho da extração de látex ao da extração do cipó, afirmando que não trabalhava mais com ambos pela idade.

cipó, naquele momento<sup>244</sup>. Houve moradores que ainda disseram angariar renda com a extração da copaíba, mas isso pareceu ocorrer em menor escala.

O vice-presidente, no começo de 2003, da comunidade Floresta disse que antes trabalhava com barcos de pesca, e que, com as restrições à entrada destes, passou a trabalhar com o roçado, o que nem sempre seria possível, segundo ele, dado o tempo que os cultivares levam para amadurecer. Trabalhava, além disso, na extração da castanha, que relatou não “dar o ano todo”. Igualmente, o presidente da comunidade Lago das Pedras explicitou que trabalhava com roçado e com pesca comercial, enquanto um outro presidente, o da Manapana, relatou trabalhar com roçado e pesca ornamental.

As interações de 2003 das quais resultou um maior volume de dados para as atividades geradoras de renda diziam respeito a vinte e nove grupos domésticos<sup>245</sup>. Dezesesseis grupos combinavam as atividades no roçado com outras atividades geradoras de renda, a saber: (1) três combinavam roçado e aposentadoria, recebida por pelo menos uma pessoa do grupo doméstico, sendo que em um desses grupos havia uma pessoa que, esporadicamente, produzia artigos de cerâmica para a venda; (2) quatro combinavam roçado e cipó; (3) três combinavam o roçado com a atuação das esposas como agentes de saúde; (4) um dos casais abordados combinava o roçado com a prestação de serviços junto aos empreendimentos turísticos no alto rio Unini, onde o marido era piloto; (5) um combinava o roçado com a extração de cipó, de castanha e de copaíba; (6) quatro homens combinavam o roçado com a pesca comercial (ornamental ou comestível), sendo que um deles citou ainda a extração de castanha; (7) em um caso, uma interlocutora idosa não declarou ter roçado e só viver de aposentadoria e de extração de cipó, embora tenha dito ajudar nos roçados de seus descendentes; (8) um grupo doméstico vivia exclusivamente do salário de igreja e pretendia começar a cultivar algo para consumo próprio.

Dos que articulavam roçado e cipó, existia um grupo familiar extenso, da comunidade

---

<sup>243</sup> Uma senhora da comunidade Floresta disse não tirar mais cipó por isso.

<sup>244</sup> Na viagem de 2005, um ex-morador da comunidade Manapana que se havia mudado há pouco tempo para a comunidade Tapiíra apontou-nos que essa comunidade vivia predominantemente da agricultura (com roçados de mandioca) e da produção de farinha de mandioca, então para ele era muito mais fácil extrair o cipó do que na comunidade onde antes residia, pois quase nenhum outro morador o fazia, então os pontos de extração eram mais próximos.

<sup>245</sup> Desses, um homem e duas mulheres eram viúvos.

Lago das Pedras, que narrou combinar o roçado (de mandioca e de banana) com a extração de cipó (o último, somente quando não possuíam roça). Em mais um caso, o de uma agente de saúde, não se registrou se ela possuía outras fontes de renda, e, em outro, dois cônjuges afirmaram receber aposentadoria e não registramos se trabalhavam ou não no roçado. Sete citaram viver exclusivamente da produção proveniente dos roçados. Localizou-se, também, a existência de dois regatões locais na comunidade Tapiíra.

Do roçado, os cultivares vendidos mais apontados foram a mandioca e seus derivados<sup>246</sup> e, em menor intensidade, a banana. Dois indivíduos citaram ainda vender cará e um citou vender milho.

É preciso registrar, contudo, a existência de cultivares que são destinados ao auto-consumo, mas que não eram contabilizados detalhadamente, por requerem menos trabalho humano, pois alguns disseram que eles dariam “quase por natureza”. É curioso notar que os relatos mais minuciosos sobre tais cultivares para auto-consumo foram nos fornecidos por ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, entrevistados em Novo Airão, com tom saudosista. Pode-se dizer que tais cultivares para o auto-consumo passaram a ser mais valorizados por aqueles que vivenciaram a experiência da perda e, mais do que isso, elaboraram uma narrativa sobre tal experiência (cf. KIRSCH, 2001).

Os cultivares para auto-consumo citados, no rio Unini, durante a segunda viagem de campo, foram: batata, melancia, cará, cana-de-açúcar, abacaxi, caju, manga, jambo, cupu, ingá, abiu, limão, azeitona, açaí, abóbora, laranja, mari, buriti. Cebolinha e couve também foram citadas uma vez.

Registrou-se poucos moradores possuindo animais de criação para a alimentação, mas esse foi um elemento coletado menos intensamente. Registra-se aqui que um casal na comunidade Manapana possuía porcos; a irmã de um dos cônjuges desse primeiro casal, também residente na Manapana, contou ter deixado de criar galinhas por falta de tempo, ao se tornar agente de saúde. A promessa de São Lázaro da comunidade Floresta, responsável pela organização do festejo ao santo, criava porco e galinha, para

---

<sup>246</sup> Principalmente a farinha, mas também a tapioca, o beiju e a goma.

serem abatidos durante a comemoração.

Um grupo doméstico da comunidade Lago das Pedras, por sua vez, disse que um dos motivos para residir fora da comunidade seria criarem galinhas e porcos, pois as criações podem atacar os roçados alheios. Já os cães são muito freqüentes nas comunidades, mais como animais de trabalho; o mesmo se dando com outros tipos de animais silvestres tidos como animais de estimação, como aves e bichos de casco.

A quase totalidade de moradores caça e pesca para consumo próprio. Alguns relataram obter renda com isso também, mas a prática comercial era mais assumida quando se tratava da pesca, via a prestação de serviços aos barcos de geleiros e/ou aos piabeiros, e quando não se tratava de carne de caça. Dentro da pesca, os moradores assumiam a prática com maior liberdade quando se tratava da pesca de peixes comestíveis do que quando se perguntava sobre a pesca de peixes ornamentais, em função das maiores restrições legais que recaem sobre algumas das espécies voltadas à prática do aquarismo, como a aruanã.

Isso pode ser explicado pela existência da portaria do IBAMA de número 1.534, de 20 de dezembro de 1989, que determina o tamanho mínimo de várias espécies de peixes ornamentais, nativas e exóticas, capturadas e/ou comercializadas na bacia amazônica. Por exemplo, a respeito da aruanã branca (*Osteoglossum bicirrhosum*) e da aruanã preta (*Osteoglossum ferreirae*), a portaria determinou que não se poder capturar e/ou comercializar indivíduos com tamanhos inferiores a 44 cm, medidos “da ponta do focinho até a parte posterior da nadadeira caudal”.

E também pela existência da portaria de número 62-N, de 10 de junho de 1992, que determinou quais “animais aquáticos vivos ocorrentes em águas continentais brasileiras, para fins de ornamentação” podem ser capturados e/ou comercializados. Na listagem não se encontra nenhum peixe do gênero *Osteoglossum*<sup>247</sup>.

No dia 07/02/03, quando a equipe de pesquisa passou pela base flutuante do IBAMA, na foz do rio Jaú, ao retornar de estadia no rio Unini, havia filhotes de tartarugas em uns recipientes plásticos retangulares, parte fruto de uma apreensão e parte recolhidos porque os ninhos teriam sido prejudicados pelo repiquete do rio. E, havia, ao fundo da

---

<sup>247</sup> A portaria elencou ao todo 180 espécies.

base, outra apreensão, de alevinos de aruanã. Eles eram bem pequenos e possuíam ainda os seus vitelos<sup>248</sup>.

Segundo funcionários e vigilantes do IBAMA que estavam na base, esse peixe é também conhecido como macaco d'água, pois saltaria para pegar insetos em galhos de árvores e, quando adulto, chegaria a 50cm<sup>249</sup>. Como os alevinos ficam guardados na boca do macho, na captura, ele é morto. Segundo um funcionário contratado do IBAMA, as aruanãs daquela apreensão seriam vendidas em um município próximo, e, antigamente, eram usados mais para alimentação, mas, recentemente, estariam sendo vendidos para a ornamentação. O presidente da comunidade Manapana, em 2003, assumiu a prática da pesca ornamental, mas disse não pescar aruanãs, somente acarás-disco.

De todos os moradores abordados, nenhum deles relatou comercializar carne de caça, embora tenham aparecido relatos de terceiros de que havia nas vizinhanças alguém que caçava e vendia para outros moradores, nas comunidades Tapiíra, Manapana e Floresta. Entretanto, ninguém relatou a existência de moradores que vendessem carne de caça para fora do rio Unini. Porém, uma pesquisadora que já trabalhou em Barcelos relatou a existência de moradores que o fazem neste município<sup>250</sup>.

Os recursos financeiros advindos da produção foram citados, na sua maior parte, como utilizados para adquirir o rancho. E como o que se observou no rio Jaú, os moradores, quando podem, preferem adquirir mercadorias diretamente nos municípios, como Novo Airão, Barcelos e Manaus, sem o intermédio dos regatões, considerados careiros. As compras nos municípios ocorrem mais freqüentemente quando os moradores possuem embarcações motorizadas próprias, ou usam embarcações de afins; e também é facilitada quando o morador ou um parente dele é agente de saúde ou professor comunitário, dadas as exigências destas funções de se passar períodos em Barcelos.

Inclusive, registramos casos de segunda moradia de residentes do rio Unini ou a

---

<sup>248</sup> Ver fotos da apreensão no final do capítulo 1.

<sup>249</sup> Em um *site* sobre espécies capturadas na pesca esportiva, encontramos a informação de que as aruanãs podem chegar a um metro de comprimento total (<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/doce/index.html&conteudo=./agua/doce/peixes/aruana.html>, acessado em: 26/06/03, o *site* citava como sua fonte o Programa de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA), cuja página eletrônica era na mesma data: [www.ibama.gov.br/pescaamadora](http://www.ibama.gov.br/pescaamadora).

<sup>250</sup> Comunicação oral de Andréa Leme, UNICAMP, Campinas, maio de 2004.

intenção de vir a tê-la, tanto em Novo Airão, quanto em Barcelos. Por outro lado, a oportunidade de se adquirir o rancho nas sedes municipais também é maior nos casos em que se recebe aposentadoria em um dos municípios, sobretudo quando não existe um procurador para isso.

De qualquer modo, as compras efetuadas junto aos regatões, ou, então, junto aos geleiros, dá-se mesmo quando o rancho principal é comprado em municípios, na falta de algum item. Assim, os laços comerciais, financeiros e de sociabilidade local expandem-se para os municípios de Novo Airão, Barcelos e Manaus, à semelhança do que ocorre com os moradores do rio Jaú.

Até porque a ida às sedes municipais nunca é apenas para um único fim, como somente a compra do rancho, ela também é uma oportunidade de se visitar afins, de se realizar a venda da produção de farinha de mandioca ou de banana, de produtos extrativistas ou da fauna, para se fazer cursos, no caso dos agentes de saúde e dos professores comunitários, dentre outras atividades.

Mesmo para aqueles que não viajavam com muita freqüência, por terem descendentes, amigos e/ou ascendentes que se mudaram para tais municipalidades, e/ou os próprios moradores já terem morado nelas ou almejem morar no futuro, tais municípios configuravam-se como uma “ausência presente”. Inclusive, através da figura de regatões, geleiros, piabeiros, pesquisadores ou turistas.

Outro aspecto a colaborar para isso é o êxodo de jovens que seguem para as municipalidades em busca de prosseguir nos estudos, pois o ensino nas comunidades vai somente até a quarta série do ensino fundamental, e/ou para trabalhar, e/ou para se casar.

Os mais velhos, também, por vezes, mudam-se definitivamente do parque para receber aposentadoria e para ter acesso ao sistema de saúde, mas, ao compararmos a situação da parte central do parque com a do rio Unini, notou-se uma maior freqüência de idosos que permaneciam nas comunidades do limite norte, apenas indo às sedes municipais em intervalos de vários meses. Além disso, uma outra diferença é que as visitas eram recebidas, no rio Unini, com muito maior liberdade.

## 8. Imagens do rio Unini



**Foto 15.** Futebol na Tapiíra, julho-agosto de 2005 (Levi com a bola).



**Foto 16.** Visão geral da comunidade Floresta.



**Foto 17.** Mandioca de molho em canoas, na comunidade Tapiíra, em julho-agosto de 2005.



**Foto 18.** Cíntia operando a radiofonia, na comunidade Tapiíra em julho-agosto de 2005.

## 9. O primeiro hotel: o rio Unini transformado em “paraíso dos tucunarés”

Segundo vários depoimentos, a presença das operadoras de pesca existiria no rio Unini desde, aproximadamente, o ano 2000. Uma das comunidades do rio Unini, a Vista Alegre, na confluência com o rio Paunini, era-nos apresentada como a mais alinhada aos interesses dos empreendedores de turismo à época da viagem de campo de fevereiro de 2003, por relatos colhidos nas diversas comunidades visitadas rio abaixo, pois a própria Vista Alegre não tinha sido visitada nessa oportunidade, devido ao baixo nível do rio<sup>251</sup>.

Em viagem de campo de julho-agosto de 2005, a associação foi-nos novamente apresentada, porém também ouvimos queixas de que ex-moradores do rio eram empregados nos empreendimentos, desfavorecendo os próprios moradores<sup>252</sup>.

Todavia, uma moradora da própria comunidade Vista Alegre<sup>253</sup> expôs que vários dos ex-moradores do rio Unini e dos moradores de sua comunidade empregados nas atividades das operadoras eram predominantemente indivíduos que antes residiam na extinta comunidade São Lázaro. A razão para isso repousaria na extinção da comunidade, em decorrência de um suposto surto de meningite e da recomendação da Secretaria de Saúde de Barcelos de que os moradores descessem o rio até a comunidade Vista Alegre. No período máximo de um ano depois, um dos empreendimentos voltados à pesca esportiva e recreativa do rio Unini instalou-se no local.

Ao ser questionada sobre os donos dos empreendimentos, a moradora respondeu:

*“(...) O lá de cima (...) foi primeiro do dr. [omissão de nome], o “diz-que-me-disse” que esse doutor, ele quando subiu numa vez, ele parou aqui para comprar umas galinhas, parece que mamão (...) sei que foi o negócio de umas frutas. Ele chegou para aqui se identificar, quem era, e depois a gente não tinha contato até porque, na época, (...) o pessoal que trabalhava em São Lázaro foi o pessoal que ele conheceu lá na região. E chegou lá, colocou todo mundo, e foram essas pessoas que vieram de São Lázaro para cá que continuam operando (...) Muitas pessoas, às vezes, pelo ponto de vista, eles ficam assim, têm até essa revolta que só é o Vista Alegre que tem pessoas trabalhando no hotel (...) Mas eles também, eles esqueceram de ver que essas pessoas estavam lá praticamente abandonadas. O cara chegou lá, fez o hotel, e eles estavam*

<sup>251</sup> Aliás, na mesma oportunidade, um regatão estava preso, em parte mais alta do rio, sem o poder descer.

<sup>252</sup> Uma das vezes em que a queixa apareceu foi no diálogo entre moradores da comunidade Tapiíra e um empreendedor de uma das operadoras de pesca, em 02/07/06.

<sup>253</sup> Entrevista realizada na varanda da escola da comunidade Vista Alegre, em 04/08/2005, por Lúcia da Costa Ferreira, Ana Beatriz Vianna Mendes, Simone Vieira Campos e a autora.

*morando... Seria uma crueldade não colocar eles! Vocês concordam? Eu penso dessa maneira (...)*”.

Destarte, o intercruzamento das informações e dos depoimentos acessados em diversos momentos de campo, permite afirmar que, apesar de existir um maior estreitamento de laços de alguns moradores da comunidade Vista Alegre com os dois empreendimentos turísticos, ele não se dá de modo tão absoluto quanto se poderia induzir a partir das queixas de outras comunidades que não se sentiam beneficiadas da mesma forma pelo uso turístico.

Gostaríamos de enfatizar o entrelaçamento da história do primeiro dos empreendimentos com a extinção da comunidade São Lázaro. Afirmamos acima que o abandono de São Lázaro, que se situava no “boca” do rio Preto, isto é, na confluência dele com o rio Unini, quando tinha cerca de dez anos, ocorrera devido a um suposto surto de meningite, porque a própria ex-secretária de Saúde de Barcelos reconheceu que nunca se soube ao certo a razão das mortes súbitas das quatro crianças da comunidade, todas com menos de cinco anos, que culminaram no abandono da área:

*“(...) No início, nós [da Secretaria de Saúde de Barcelos] fazíamos [o atendimento] até São Lázaro e tinha o Aracu também, dentro do Paunini. Mais tarde depois da (...) morte de quatro crianças por razões indefinidas, suspeitava-se de meningite, ou talvez fosse um envenenamento, nunca chegamos a uma conclusão. Levamos o pessoal da FioCruz lá para cima, (...) na missão de resgate, mas o povo já havia descido até Vista Alegre, então não vimos os cadáveres, e não houve outros casos graves, graças a Deus. Aí se orientou a população para evacuar São Lázaro, porque era impossível fazer socorro, (...) ter uma atuação mais fixa, então resumimos nossas ações fixas mesmo até o Solimõesinhos, onde tem aquela família, um grupo familiar [refere-se à Vila Nunes] (...)” (em entrevista à autora em 23/08/2005).*

E, em outro trecho da entrevista, afirmou:

*“(...) Se presume, então, que não foi meningite e sim um quadro de (...) envenenamento, crianças pequenas, brincando de cozinha... Existem frutas altamente venenosas, podia ter sido isso que confundiu o quadro, um grupo de crianças que brincavam juntas e todas quatro comeram fruta venenosa. Suposições, tudo estória, tudo... Porque para fazer um quadro, o pesquisador tirou o sangue de várias pessoas, mas nenhum deles estava doente. Tiramos sangue acho que de quarenta ou cinquenta pessoas que estavam lá, os mesmos da profilaxia, antes de começar a medicação, mas não houve confirmação diagnóstica (...)” (em entrevista à autora em 23/08/2005).*

A secretária afirmou que o hotel que primeiro aportou na área já estava “construído”<sup>254</sup> antes da extinção da comunidade São Lázaro, o que diverge com a quase totalidade dos depoimentos de moradores e ex-moradores da própria comunidade<sup>255</sup>, como de

---

<sup>254</sup> Colocou-se a palavra entre aspas, pois, na verdade, os dois empreendimentos turísticos mais antigos e consolidados compõem-se de acampamentos ou flutuantes, os flutuantes podem ser grandes ou na forma de pequenos bangalôs. Ou ainda há pacotes com barcos de alumínio.

<sup>255</sup> Alguns ex-moradores do rio Unini, da própria comunidade ou de imediações, foram contatados em

outras partes do rio Unini. Embora, deva-se reconhecer que é provável que o primeiro empreendedor brasileiro do referido hotel já conhecesse a área antes de decidir fixar-se e/ou já atuasse ali de modo esporádico. Pelo menos, obtemos indícios de que alguns ex-moradores e ex-regatões indicaram-lhe a região, um dos regatões tê-lo-ia feito no município de Barcelos.

Interessante notar que, ao longo da entrevista, a secretária municipal reconheceu o interesse e a recomendação, anteriores às mortes, da prefeitura em torno da descida do rio pelos moradores e de sua maior concentração, para facilitar o atendimento de saúde às comunidades. Apesar de não termos confirmado a hipótese de que a prefeitura teria esvaziado São Lázaro com o intuito de a destinar ao uso turístico, podemos afirmar que, no mínimo, houve uma convergência perversa de interesses.

Na verdade, em vários relatos, surgiu a informação de que esse primeiro empreendimento ficaria à montante de São Lázaro, em um lugar chamado São Pedro, acima da confluência com o rio Preto, ou em um lugar de nome Goiabarana, mas acabou ficando por ali, pois já estava sem moradores.

Um regatão, ex-morador do rio Unini, que migrou para Novo Airão, foi um dos que apresentou tal informação<sup>256</sup>. Ele pode ser considerado um dos mediadores iniciais na relação entre os empreendimentos turísticos e alguns dos moradores do rio Unini, seus fregueses, que prestavam serviços aos hotéis. Mediou, portanto, a territorialidade prévia e a expansão de uma nova fronteira tecno(eco)lógica (BERTHA BECKER, 1990: 83-95), trabalhando com os dois primeiros sócios brasileiros do empreendimento que ocupou a área que era da São Lázaro<sup>257</sup>.

Contou que trabalhou por dois anos com o primeiro dos sócios brasileiros, que lhe dava combustível e lhe pagava a despesa das viagens, enquanto ele fazia o transporte de mercadorias para o empreendimento. Segundo uma ex-moradora que trabalhou nesse hotel<sup>258</sup>, o regatão também era o responsável por transportar o flutuante rio acima e rio abaixo e por determinar os horários e as datas do trabalho dos demais funcionários.

---

Novo Airão, em fevereiro de 2002 e dezembro de 2004, e em Barcelos, em agosto de 2005.

<sup>256</sup> Entrevistas realizadas em Novo Airão pela autora, em 15/12/2004; e, em 30/07/2005, no rio Unini, pela equipe de pesquisa.

<sup>257</sup> Com o terceiro sócio-brasileiro, ele começou a trabalhar, mas não deu certo.

<sup>258</sup> Entrevista à autora, em Novo Airão, no dia 15/12/2004.

Em Barcelos, abordamos um grupo doméstico que tentou retornar à comunidade, após o estabelecimento do hotel, porém narrou ter sido pressionado a deixar a área, com as desculpas de que os turistas não gostariam de ver “gente de fora” morando na área e de que seus descendentes poderiam adoecer, em decorrência da mesma doença que matara as crianças no ano 2000.

O grupo familiar não estava na comunidade quando o empreendimento foi instaurado, estava em Barcelos, porém um filho do casal contactou-os para os notificar, pela radiofonia, que o sócio brasileiro desejava pagar-lhes uma indenização e derrubara parte do plantio deles e a maior parte das casas abandonadas dos demais moradores, com os quais negociara antes. Segue parte da narrativa da esposa:

*“(...) Justamente quando isso aconteceu, que eu estava aqui [em Barcelos], aí fomos na [radio]fonia, aí eu fui e disse, que eles disseram que queriam uma autorização, que os outros já tinham autorizado, e ele só precisava da área que era das casas e dos sítios, todo mundo tinha o seu plantio... Aí eu fui e disse: “bem doutor, para mim liberar”, aí o meu filho disse: “mamãe, as plantas já tão tudo em baixo, o trator já derrubou tudo” (...)*

*(...) “E as casa... e as casas também já foram derrubadas, só falta a nossa mamãe que tá de pé”... Aí eu disse: “e agora? E agora por quê?” “O que a senhora tem agora é de aceitar, porque já tá tudo destruído”. Aí eu fiquei, eu fui e disse: “bem, doutor [omissão de nome], em lugar da nossa casa, eu quero que o senhor me dê uma outra casa aqui no município de Barcelos”. Ele puxou para trás, ele pulou, disse que a casa de lá não tinha valor, não era uma casa que merecesse [o] valor de uma (...) outra aqui.*

*Bem, aí subimos. Tinha a casa de farinha, era baixa, numa terra caída, que eu acho que até hoje ainda tão os esteios lá enfiados, aí [descemos], lá, fomos lá. Chegamos lá, ele tava na pista. Quando ele enxergou nós, aí veio conversar, muito atencioso, conversou com nós, ele foi explicar e disse que era perigoso ir com as crianças, que tinha acontecido aquele problema das crianças morrer, e quem sabe a doença não tava lá? Eu digo: “não, mas eu tenho muita fé em Deus, eu sou filha do Unini, e há de ser o que Deus quiser”.*

*E continuamos, moramos lá, e ele foi e disse: “agora, vocês têm muitas tábuas”. Era muita madeira, olha, as casas tavam novas, a escola tava com pouco tempo que tinham mandado fazer, já os daqui de Barcelos tinham mandado fazer a escola, o posto médico... tudo isso tinha, sabe? [Radio]fonia... Tudo foi destruído.*

*Aí ele disse: “[omissão de nome], se você quiser ajeitar essa casa em baixo”, que era a casa de farinha, “aí você pode ajeitar, não tem problema aí, você não vai me empatar, eu só precisava dessa área de cima”. “Tá bom!”*

*Aí, já depois, o homem começou a dizer que não queria mais ninguém lá, porque ia dar problema, devido o pouso, o avião vinha pousar e... Eu disse: “não, mas o nosso trato não foi esse, doutor [omissão de nome]”. Quando foi com dois dias a partir da noite, aí ele mandou recado pelo nosso filho, que fosse lá que ele ia indenizar as casas, que os outros ele já tinha pago. Aí nós fomos à noite, fomos lá pro hotel. Tava ele, o velho, o pai dele, a moça que trabalhava lá, a secretária dele... Foi o meu filho, a minha nora, e eu e ele. Aí ele foi, contou os quinhentos reais, passou para ele [marido da interlocutora], aí foi quando eu disse: “doutor [omissão], me diga uma coisa: e minhas plantas, minha benfeitoria, como é que vai ficar?” Porque tá certo, as terras ninguém pode vender, mas e o meu trabalho?” Disse: “ah, [omissão de nome]”,*

*que ele me chamava, “ah, [omissão de nome], isso aí só com o prefeito”, só falava que isso aqui era com o prefeito [de Barcelos]. Aí o meu marido disse: “não, doutor [omissão de nome], mas tudo que nós fizemos aqui foi o nosso esforço, foi o nosso trabalho, não foi o [nome do prefeito] que veio fazer nada aqui para nós... Botamos roça, chegamos, a comunidade era mata e cada qual fez as suas casinhas, se juntaram para reunir para formar a comunidade, fizemos nosso plantio...” Desde [árvore de] seringa eu tinha plantado.*

*Aí ele puxou para trás, e eu disse: “bem, doutor, certo, tá certo, eu não vou discutir isso. Você tem e eu não tenho, são as graças de Deus, mas eu vou descer em Manaus e procurar meus direitos, para ver se tá certo. A gente chega num canto, faz o seu trabalho, faz seu plantio para suas crianças, para a gente sobreviver, aí chega uma pessoa, mete os seus maquinários, toma de conta e deixa tudo no chão, e a gente não pode ter direito de nada?” Aí [falou] com a gente: “Não, não, [omissão de nome]”. Aí foi me deu trezentos, não foi?”*

**Marido:** *Foi trezentos reais (...)*”.

Até a data dessa entrevista, a família ainda não havia conseguido adquirir uma casa própria no município. Chegaram a recorrer à prefeitura de Barcelos e foram acusados por uma das funcionárias de terem negociado terra com o sócio brasileiro do hotel, ou seja, alguns dos funcionários da prefeitura não estavam totalmente alienados do que se passava no alto rio Unini.

É interessante notar os argumentos que o marido descreveu ter ouvido para deixar a área que estava sendo usada pelo hotel, quando o dono brasileiro solicitou que eles deixassem a área definitivamente:

*“(...) E quando eu cheguei lá, eu ajeitei a casa de farinha para nós morar... Aí com uma semana, que eu tava assim: eu tinha três quadras de roça para desmanchar, aí ele falou para mim que ele não queria não. Nós até discutimos, eu com ele. Ele disse: “não, [omissão de nome], pode sair daqui, porque negócio de avião chegar e mesmo o gringo chegar aqui, assim, eles não querem gente de fora morando aqui (...)”.*

Sobre o empreendimento que chegou ao rio depois desse, não foi possível coletar dados, pois não localizamos indivíduos, moradores ou não moradores, que com ele houvessem tido maior relação ou contato. Inclusive, tentamos, em vão, entrevistar o seu representante brasileiro, em Manaus. Porém, o maior número de páginas eletrônicas pesquisadas na *internet*, as quais analisaremos, a seguir, referem-se a ele, o empreendimento composto pelos bangalôs flutuantes.

Deixaremos de lado, portanto, a memória de moradores, ex-moradores e políticos sobre o início da presença das operadoras de pesca, para discutir o material eletrônico, pelo qual pudemos conhecer um pouco das formas de se relacionar com o espaço e das representações sobre o mesmo, a partir do ponto de vista dos pescadores desportivos

e recreativos e das próprias empresas e agências de turismo que trabalham com os pacotes do rio Unini.

### **10. As imagens do rio Unini encontradas na *internet* (também um não-lugar)**

Será usada aqui mais explicitamente a abordagem de Marc Augé (2003), principalmente sua noção de não-lugar para analisar a situação social encontrada no rio Unini, principalmente nas suas partes mais altas, na forma como o rio foi retrato por parcela de seus usuários turísticos e parcela daqueles que o transformam em um produto tipo exportação, através da rede mundial eletrônica. Procuraremos subsídios para consolidar o questionamento da dicotomia entre usos diretos e indiretos das unidades de conservação, prevista no SNUC (cf. BRASIL, 2000).

Assim, o texto estará ilustrado com diversos trechos que evocam tais imagens e formas de se relacionar com a paisagem. A principal delas, vendida pelos pacotes de viagem, é a de que o rio Unini seria o “paraíso dos tucunarés”, lugar desabitado e inóspito.

Iniciaremos então com um relato de pesca, cuja página eletrônica estava alocada dentro de um *site* de pesca esportiva ([www.fishpoint.com](http://www.fishpoint.com)), sítio eletrônico que se apresentava como “o ponto de encontro do pescador”, em 07/04/04.

O seu autor descreveu minuciosamente como foi a viagem ao rio Unini e a sua estadia. Apresentou o funcionamento do acampamento, surpreendendo-se com a infra-estrutura disponível e a dedicação dos seus funcionários. De certa forma, o serviço oferecido foi tão elogiado justamente por seguir os padrões da vida rotineira dos turistas.

Em especial, exaltou a preocupação dos empregados com que o grupo de turistas fizesse as melhores pescarias possíveis, sem medir esforços ou sucumbir a possíveis impedimentos do meio físico aos prazeres dos seus clientes:

*“(...) Mas o que mais me impressionou, foi a grande preocupação deles, com que nós pegássemos os peixes que tínhamos ido lá pescar. Não houve uma lagoa escondida sequer, que quiséssemos entrar e nos foi dito que não seria possível. Barcos foram arrastados, matas cortadas à facção ou moto serra, quando necessário. Pescamos em lagoas que com certeza há muito tempo não viam o bicho homem, praticamente ou totalmente virgens em alguns casos... uma coisa realmente impressionante! (...)”* (<http://www.fishpoint.com.br/novo/veras2.htm>, acessado em: 07/04/04).

No total, o acampamento dessa viagem contou com sete pescadores, cinco dos quais eram americanos (as exceções eram o autor e o seu parceiro de pescaria, ambos brasileiros), e a estadia durou sete dias. A prática predominante da pesca esportiva praticada por todo o grupo foi o pesque-e-solte, mas o pescador-narrador contou que houve uma dupla de Oklahoma que pescou um pirarucu de 30 quilos, e que esse foi “o único peixe morto durante a semana, que foi cozinhado de várias maneiras diferentes, mas não concordei com a morte do peixe”.

Uma das agências de turismo localizadas foi a *Fishing Safaris Turismo Ltda.* Nos seus endereços eletrônicos ([www.fishingsafaritur.com.br](http://www.fishingsafaritur.com.br) ou [www.netpar.com.br/fishingsafaris](http://www.netpar.com.br/fishingsafaris)), o rio Unini apareceu como um dos seus principais destinos, salientando-se a prática da pesca esportiva e, dentro desta, os tucunarés como os peixes mais cobiçados.

Os tucunarés (*Chicla spp*<sup>259</sup>) seriam uma das espécies de peixes mais desejadas, na atualidade, pelos pescadores esportivos e recreativos, em substituição ao dourado, em função de suas características combativas, como apresenta uma outra página eletrônica que comenta sobre os tucunarés e o rio Unini:

“(…) Qual seria o rei dos rios? Para alguns, o dourado detém este título. Porém, devido a sua quase extinção por descaso de nossas autoridades preservacionistas, poderia afirmar que o tucunaré vem tomando este lugar. Tido como um dos mais agressivos, ele proporciona uma emoção incomparável quando ataca uma isca artificial. Veloz, forte e audaz, dentro dos seus principais sentidos, ataca principalmente pela proteção de seus alevinos, pela fome ou pela preservação de sua área, já que é um peixe residente. Morador cativo de várias represas em quase todo o Brasil, tem como seu habitat preferido os rios amazônicos, onde mais de 12 espécies apresentam-se com tamanhos jamais vistos (...)” (<http://www.wagner-fishing.com.br/servicos/jornalnautico/013001.htm>, acessado em: 18/11/03).

Em uma página eletrônica que compilava informações sobre algumas espécies de interesse da pesca esportiva, hospedado no portal Ambiente Brasil<sup>260</sup>, esse personagem muito freqüente nos *sites* analisados é descrito como um peixe de escamas, de corpo alongado e um pouco comprimido. A mesma fonte citava que, na bacia amazônica, existiriam, no mínimo, quatorze espécies, com somente cinco delas descritas (*Cichla ocellaris*, *C. temensis*, *C. monoculus*, *C. orinocensis* e *C. intermedia*). Entre as diversas espécies, haveria muitas variações de tamanho, com indivíduos

<sup>259</sup> Nome científico coletado na portaria n.º 1534, do IBAMA, de 20/12/1989.

<sup>260</sup> O link para o portal referido é: [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br). O link específico sobre o tucunaré é: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/doce/index.html&conteudo=./agua/doce/peixes/tucunare.html> (acessado em: 26/06/03). A fonte citada nessa página é o PNDPA (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora).

adultos que podem medir de 30cm a 1m de comprimento, de cores, de formas e de número de manchas no corpo; porém, todas com “uma mancha redonda (ocelo) no pedúnculo caudal”.

No que tange ao seu comportamento, constituir-se-ia como uma das poucas espécies amazônicas que, após iniciar seu ataque, persistiria no encaço da presa sem desistir, enquanto outros peixes predadores tendem a se desobrigar depois de uma ou duas tentativas frustradas. É classificada, também, como sedentária, isto é, não migratória, residente em lagos e lagoas, entrando na floresta alagada, na época de cheia, e em partes da foz e das margens dos rios. Estabeleceriam casais que fazem ninhos e tomam conta da prole; seus hábitos seriam diurnos e sua alimentação à base de outros peixes e de camarões.

A operadora de pesca com a qual a *Fishing Safaris Turismo Ltda* trabalha é a *Liga de Eco Pousadas do Amazonas Ltda* (ou *River Plate Anglers*). A Liga, segundo o *site* da agência, funcionaria entre os meses de novembro a março, com quatro acampamentos, distribuídos pelos rios de sua atuação<sup>261</sup>, e mais um barco-hotel, o *Amazon Angel*. O trajeto dos turistas entre o município de Barcelos e o rio Unini dava-se por um vôo fretado ou hidroavião. As acomodações dos acampamentos constituir-se-iam, no geral, de bangalôs flutuantes: quatro para os pescadores, um para o refeitório, um para a cozinha, um para os piloteiros e outro para o depósito, afóra um barco maior e os barcos de pesca.

Durante as pescarias, o acampamento todo segue os grupos de pescadores:

*“(...) Quando saíamos pela manhã para pescar, numa logística perfeita, o acampamento era colocado em forma de comboio e subia o rio atrás dos barcos de pesca, assim, no final da tarde, quando retornávamos, ele nunca estava a mais de 15 minutos de distância (...)”*  
(<http://www.fishpoint.com.br/novo/veras2.htm>, acessado em: 07/04/04).

A relação estabelecida entre o turista e o seu destino objetiva que o próprio turista seja o maior espetáculo, em uma relação superficial com as paisagens (AUGÉ, 2003). Assim, o mais ideal, segundo essa lógica, é que se trate de um espaço vazio, ao menos aparentemente. Isso também aparece nas propagandas de viagens ao rio Unini. Em uma delas, encontramos as seguintes frases:

---

<sup>261</sup> Por exemplo, para o 2º semestre de 2004, os rios para os quais haveria pacotes seriam: (1) o alto do rio Matupiri, e (2) os rios Unini e Caurés, ambos afluentes do Rio Negro; para o 1º trimestre de 2005: alto dos rios Jufari e Aracá, também afluentes do rio Negro (<http://www.fishingsafaristur.com.br>, acessado em: 05/06/04).

*“(...) Cansado das viagens em barcos-hotéis confortáveis porém com pescarias fracas? Junte-se a nós na nossa próxima expedição aos rios mais remotos da Amazônia em busca de grandes tucunarés-açu! É uma grande oportunidade de conhecer a Amazônia como ela realmente é... selvagem, intocada e o que é melhor, com muitos peixes (...)”.*

E no parágrafo seguinte:

*“(...) Nosso barco e nossos acampamentos permitem que pesquemos em águas totalmente inexploradas e virgens. Aventura inesquecível para todos que participam (...)”* ([www.flyonline.com.br/Amazonia/index2.htm](http://www.flyonline.com.br/Amazonia/index2.htm) , acessado em: 23/11/03<sup>262</sup>).

Ou, no relato de pescaria com o qual iniciamos este tópico, quando o autor ficou perplexo com a infraestrutura do acampamento e a qualidade do serviço oferecido:

*“(...) Durante toda nossa viagem, não houve sequer uma pequena falha, é impressionante, como eles podem oferecer um padrão tão alto de serviço num lugar tão inóspito como aquele (...)”* (<http://www.fishpoint.com.br/novo/veras2.htm> , acessado em: 07/04/04).

O rio costuma, ainda, ser apontado como não sofrendo a pressão da pesca comercial, como em outra página eletrônica que recomendava a viagem *Unini River Fishing Adventure*, em um outro pacote, onde aparecia uma esdrúxula proximidade entre o PARNA-Jaú e o PARNA-Pico da Neblina:

*“(...) Nossa pescaria começa no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, onde o grupo de dez pessoas das mais variadas regiões do Brasil se reúne. São amigos do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O clima festivo toma conta do ambiente e espanta o cansaço de algumas horas de voo. Do aeroporto, seguimos para o hotel. Nosso voo até a base de pesca Unini River Fishing Adventure dar-se-á no dia seguinte, logo cedo.*

*Amanhece e com o galo cantando o grupo já está pronto para o traslado até o aeroporto Eduardinho (hoje somente utilizado para trajetos regionais), de onde faremos um maravilhoso voo de 2h30 até a base de pesca nas margens do Rio Unini, entre o Parque Nacional do Jaú e o Parque Nacional do Pico da Neblina. Por estar localizado entre duas reservas ambientais, não existe a prática da pesca comercial predatória e as mais diversas espécies de peixes são preservadas. Ao sair de Manaus, seguimos sobrevoando o majestoso e místico Rio Negro, até que o verde das matas toma conta da paisagem. Pouso perfeito e lá vamos nós para sete dias de combate com os maiores tucunarés de toda a Amazônia (...)”* (<http://www.wagner-fishing.com.br/servicos/jornalnautico/13001.htm>, acessado em: 18/11/03 e 15/04/04).

O profissional em pesca esportiva, Larry Larsen, também fala em sua página eletrônica (<http://www.larsenoutdoors.com>) sobre a viagem *Unini River Fishing Adventure*, aludindo ao acampamento com os bangalôs flutuantes. Em um trecho, no qual deu várias dicas sobre os lugares em que obteve os melhores resultados de pescarias, forneceu detalhes sobre o rio Unini, e, dentre estes, destaca-se uma certa invisibilidade dos moradores:

*“(...) Há cerca de 250 lagos e lagoas conectados através do seu curso, e uma cachoeira e três*

---

<sup>262</sup> Em 07/04/04, a página eletrônica Flyonline havia se mudado para <http://www.fishpoint.com.br> , a propaganda não foi encontrada nesse novo acesso.

*inclinações na sua parte mais baixa, que proibem grandes barcos de acessar a maioria do rio fora dos tempos de cheia, não propícios à pesca. Como resultado, os hóspedes do Unini River Fishing Adventure voam via um avião fretado até uma pista de pouso, perto da base de operação, um grande barco-hotel de alumínio que fica atracado em um banco de areia. O barco-hotel localiza-se a cerca de 165 milhas de onde as águas pretas do Unini deságuam no rio Negro. Há pouca evidência de povoações ou ribeirinhos no entorno das áreas de pesca (...)<sup>263</sup> ([http://www.larsenoutdoors.com/html/brazil\\_unini.html](http://www.larsenoutdoors.com/html/brazil_unini.html), acessado em: 18/11/03).*

Com base nos relatos de pescarias localizados na rede eletrônica mundial construiu-se a tabela abaixo com estimativas do total em quilos dos peixes, na maioria tucunarés, fígados durante as estadias, de seis a sete dias, no rio Unini:

**Tabela 11.** Estimativas do total em quilos de peixes fígados por pescador e pelo grupo da viagem, calculadas com base nos balanços das pescarias, disponíveis em páginas eletrônicas com relatos de pesca esportiva e propaganda de viagens:

<b>Endereço eletrônico e data de acesso</b>	<b>Resultados das pescarias por indivíduo</b>	<b>Resultados do grupo de pesca</b>
<a href="http://www.fishpoint.com.br/novo/veras2.htm">www.fishpoint.com.br/novo/veras2.htm</a> (acessado em: 07/04/04)	de 108,96 a 160 kg	de 800 a 1.120 kg
<a href="http://www.wagner-fishing.com.br/servicos/jornalnautico/13001.htm">www.wagner-fishing.com.br/servicos/jornalnautico/13001.htm</a> (acessado em: 18/11/03 e 15/04/04)	1.389,15 kg	De 11.113,2 a 13.891,5 kg
<a href="http://www.larsenoutdoors.com/html/unini.html">www.larsenoutdoors.com/html/unini.html</a> (acessado em: 18/11/03)	96,021kg (contando só peixes a partir de 8,853 kg)	de 1.407,4 a 1.802,38 kg
<a href="http://www.larsenoutdoors.com/html/brazil_unini/html">www.larsenoutdoors.com/html/brazil_unini/html</a> (acessado em: 18/11/03)	158,446 kg (contando só peixes com mais de 5,902 kg)	de 667,38 a 1.398,774 kg

**Fontes:** <http://www.peacockbassassociation.com/html/unini.html> (acessado em: 18/11/03); <http://www.fishingsafaristur.com.br> (acessado em: 18/11/03); <http://www.fishpoint.com.br/novo/veras2.htm> (acessado em: 07/04/04); <http://www.wagner-fishing.com.br/servicos/jornalnautico/013001.htm> (acessado em: 18/11/03); [http://www.larsenoutdoors.com/html/fishwithlarry\\_.html](http://www.larsenoutdoors.com/html/fishwithlarry_.html) (acessado em: 23/11/03); [http://www.larsenoutdoors.com/html/brazil\\_unini.html](http://www.larsenoutdoors.com/html/brazil_unini.html) (acessado em: 18/11/03).

Sobre as estimativas apresentadas acima, é preciso detalhar os cálculos feitos, pois de modo algum eles se apresentam dessa forma nos textos eletrônicos consultados. Para os ordenar da forma acima, foram necessários alguns arranjos e deduções. Enfatizamos que não se tratam de dados estatísticos.

No que se refere ao relato colhido em [www.fishpoint.com.br](http://www.fishpoint.com.br), tratava-se de uma estadia

<sup>263</sup> Tradução nossa a partir do original, em inglês:

*"(...) There are about 250 connecting lakes and lagoons throughout its course, and a waterfall and three sets of rapids lie on the lower portion, which prohibits large riverboat access to the majority of the river during all but highwater, non-fishing times. As a result, guests of the Unini River Fishing Adventure fly via charter plane to a landing strip beside the operation base, a large aluminum houseboat that is moored against the riverbank. The houseboat is located about 165 miles from where the blackwater Unini empties into the Rio Negro. There is little evidence of any villages or river residents around the areas being fished (...)"*

de seis ou sete dias, como a quase totalidade dos relatos. O autor apresentou um balanço contabilizando os peixes pegos por ele e seu parceiro, a saber: “mais de 40 acima das 12 libras sendo que o maior pesou pouco menos de 9 quilos (muitos na casa dos 8 quilos). No total foram muitos peixes, mas não contávamos os peixes menores”.

O cálculo deve ter abarcado tucunarés e outros peixes, pelas fotos disponíveis na página eletrônica. A estimativa apresentada na tabela foi feita tomando-se as 12 libras (5,448 kg) como o peso-base dos quarenta peixes citados, o que totalizou 217,920 kg. A estimativa maior de 320 kg, para a pescaria de sete dias da dupla, foi calculada tomando 8 kg como o peso-base, pelo fato do autor ter citado que muitos dos peixes tinham tal peso.

A estimativa do valor pescado por todo o grupo de pescadores foi calculada apoiando-nos nesses 320 kg por dupla, ou seja, 160 kg por pescador, e multiplicando esse valor por sete, totalizando 1.120 kg; enquanto a estimativa de 800 kg foi obtida considerando-se que, dos sete pescadores, cinco eram mais ativos, assim o valor de 160 kg foi multiplicado por cinco.

Nesse relato, extremamente rico em detalhes, constavam dois “causos” de pescarias “inesquecíveis”, sendo que, no “causo inesquecível 2”, o peixe chegou a abrir uma das garatéias da isca artificial (ver foto 19), o que permitiu supor que os peixes possam sofrer ferimentos mais graves, indicando que alguns relatos de geleiros de Novo Airão de que peixes com tisgo<sup>264</sup> são encontrados podem ter veracidade.

---

<sup>264</sup> Isto é, secando devido a ferimentos na boca e/ou por ainda conterem as iscas artificiais nas suas bocas quando a linha é arrebitada.

**Foto 19.** Garatéias abertas por peixe que escapou



**Fonte:** <http://www.fishpoint.com.br/novo/veras2.htm> (acessado em: 07/04/04)

Reproduziremos trecho do relato sobre o “caso inesquecível 2” por permitir vislumbrar alguns dos instrumentos que permeiam a relação desses usuários com o recurso explorado. Ou seja, os elementos híbridos (no sentido de Latour, 2000a), que também são mencionados em outros textos localizados na *internet*, como os alocados no sítio eletrônico do profissional de pesca esportiva, Larry Larsen: o barco, as varas e as iscas artificiais:

*“(...) O [parceiro do autor do relato] usava uma Jaraquí de hélice da Borboleta meio desatento e quando ele levantou a isca notamos dois verdadeiros monstros que seguiam de perto a isca dele.*

*Neste momento, arremessei [a] minha onde ele tinha arremessado, depois do segundo trabalho da minha Super Zara Spook, turbinada com garatéias Owner 6x 1/0. O vulto de um submarino monstruoso abocanhou minha isca e rumou para a galhada mais próxima.*

*Naquela hora, eu usava uma vara Infinity de 25 libras da Fleming, equipada com monofilamento de 60 lbs, com minha fricção fechada ao máximo que consegui apertar (...)*

*Pois bem, quando firmei a vara, o torpedo preso à ponta da minha linha, tomou sem dúvida, mais de 40 metros da linha da minha carretilha, rebocando o barco.*

*À esta altura, com a adrenalina saindo por todos os poros do meu corpo, eu gritava desesperado para o pilotoiro, que rumasse para o meio da lagoa, quando ele com os olhos arregalados me disse que já estava no power máximo do motor elétrico rumando para o meio da lagoa, desde o momento que o peixe tinha “entrado”.*

*Depois de 2 minutos da batalha mais frenética que jamais tive com um peixe, ele já estava encostado no barco, mas ainda no fundo, quando ele deu início à uma nova série de pequenas corridas, já mais curtas e não tão fortes.*

*Na terceira das corridas, a isca se soltou da boca dele, sem que eu ao menos pudesse ter visto a “cara” do meu oponente.*

*Recolhi então minha brava isquinha que tinha sua garatêia completamente aberta e olhei para meu parceiro e o bravo piloto (...), que me olhavam com olhares estarecidos, quase incrédulos... Silêncio total (...)*”.

Ao finalizar, o pescador acima expressou a opinião de que o peixe teria levado a melhor na empreitada, saindo vitorioso. Porém, isso deve ser relativizado, pois dificilmente um peixe rebocaria um barco e abriria duas garatêias, que travam a boca do peixe por dentro, sem nenhuma consequência para si.

Em [www.wagner-fishing.com.br](http://www.wagner-fishing.com.br), encontrou-se o relato com menor exatidão sobre os resultados das investidas dos pescadores, cuja estadia durou sete dias. Nele, o autor calculou:

*“(...) uma média de 250 ações de tucunarés por pescador. O maior deles atingiu 9,81 kg. Na faixa dos 4 kg e dos 6 a 7 kg também conseguimos registrar várias ações do grupo. Das outras espécies, não computadas na média apresentada acima, tivemos matrinxãs, bicudas e trairões. Na família dos peixes de couro, predominaram as pirararas e alguns surubins e duas ações de piraibas (filhotes) (...)*”.

Não se sabe se todas essas “ações de tucunaré” obtiveram sucesso. Logo, considerando-se isso e alguns detalhes que apareceram no texto, reduzimos o número para 245 ações de tucunarés por pescador, na tabela 11, para toda a estadia. Somando os três valores dos pesos de peixes que apareceram e dividindo a somatória por três, chegamos ao valor-base dos peixes de 5,67 kg. Valor este que multiplicado por 245 “ações de tucunaré” serviu como base para a estimativa de 1.389,15 kg de peixes por pescador durante toda a viagem.

Como havia dez pescadores, o valor calculado para todo o grupo, durante toda a estadia, foi de 13.891,5 kg de tucunarés (valor máximo), e, considerando que somente oito pescadores fossem mais ativos, 11.113,2 kg (valor mínimo). Não se pode afirmar com certeza se o pacote dessa viagem era o mesmo das demais, pois os bangalôs não foram citados (somente um *houseboat*), nem a *Fishing Safaris Tur*, mas é presumível que sim, pois a viagem recebeu igualmente o nome de *Unini River Fishing Adventure*, ou seja, poderia tratar-se da viagem que não faz parte do programa “VIP”<sup>265</sup>.

Em [www.larsenoutdoors.com/html/unini.html](http://www.larsenoutdoors.com/html/unini.html), o sucesso das pescarias foi resumido do seguinte modo:

---

<sup>265</sup> O programa VIP seria constituído de bangalôs flutuantes e de transporte de hidroavião até a base de pesca; enquanto o pacote econômico, de um barco-hotel, o *Amazon Angel*, segundo o [site www.netpar.com.br/fishingsafaris/galeriadefotos.htm](http://www.netpar.com.br/fishingsafaris/galeriadefotos.htm), acessado em 18/11/03. Embora não se possa dizer com exatidão que esse pacote e a viagem *Unini River Fishing Adventure* sejam o mesmo, pois aparece somente o nome de uma pessoa como contato para a viagem.

*“(...) As pescarias durante a semana no Unini foram decentes em termos de números, mas excelentes em termos de tucunarés com mais de vinte libras. Enquanto os cinco pescadores mais ativos na nossa barça, que funcionou como base de operações, capturou mais de 300 tucunarés, dez deles tinham mais de 20 libras (...)”<sup>266</sup>.*

Para a estimativa do total fígado pelos cinco pescadores mais ativos do grupo, baseamo-nos, assim, nesse número de trezentos tucunarés. Como dez deles tinham mais de 20 libras, ou seja, 9,08 kg, tais tucunarés totalizavam 90,8 kg. Dos 290 tucunarés restantes, supôs-se que tivessem pelo menos 10 libras (4,54 kg) cada, pelo menos, o que totalizou 1.316,6 kg. Isso somado aos 90,8 kg contabilizou 1.407,4 kg de tucunarés fígados pelos cinco pescadores nos sete dias de pesca. Se, como afirma o próprio Larsen, no outro *síte* analisado - cujos dados apareceram por último na tabela 11 -, só contaram-se os *teeners*, isto é, tucunarés com peso a partir de 13 libras (5,902 kg), pegando esse peso como base para o cálculo dos 290 tucunarés menos exemplares, a estimativa total vai para 1.802,38 kg.

Como Larsen, infelizmente, não apresentou de modo explícito todo o rendimento da pescaria dele, citando somente três tucunarés que lhe exigiram maior maestria<sup>267</sup>, a estimativa de pesca individual foi estimada com base nos peixes pegos pelo parceiro dele, cujos dados foram mais completos, mas que também se restringiram aos maiores peixes e aos tucunarés que pesavam a partir de 19,5 libras (8,853 kg), a saber: quatro com 19,5 libras (8,853 kg), um com 21 libras (9,534 kg), dois com 22 libras (9,988 kg), dois com 22,5 libras (10,215 kg), e um com 23,5 libras (10,669 kg).

Para se pensar a prática da pesca amadora e desportiva e as relações que se estabelecem entre pescadores e tucunarés, houve uma narrativa ilustrativa que abordava a pescaria de um tucunaré de 24,5 libras (11,123 kg) que quase fez com que Larsen, pescador esportivo profissional, perdesse seu equipamento<sup>268</sup>.

Depois ter arremessado sua imensa *Amazon Ripper*, em um lugar distante da praia mais próxima, quando o plugue estava a meio caminho, ainda no ar, o peixe teria

---

<sup>266</sup> Tradução nossa a partir do original em inglês:

*“(...) The fishing during the week on the Unini was decent in terms of numbers, but it was excellent for giant 20-plus peacocks. While the five active anglers in our fly-in barge camp operation landed over 300 peacock, 10 were over 20 pounds (...)”.*

<sup>267</sup> De 20,5, 24 e 25 libras, ou seja, de 9,307, 10,9 e 11,35 quilos, respectivamente.

<sup>268</sup> Alguns outros detalhes contidos nessa página eletrônica específica foram interessantes. Por exemplo, sobre a infra-estrutura da viagem, tratava-se do acampamento com bangalôs flutuantes, que continha geradores para se cozinhar, recarregar baterias, gerar luz e energia para os ventiladores e bombas d'água e para os motores elétricos dos barcos de pesca. O acampamento movia-se rio acima, o que foi feito em três dias, deslocando-se 25 milhas, totalizando 40 km ao todo.

saltado cem jardas<sup>269</sup>, levando a isca em direção à praia oposta da estreita lagoa. O guia redirecionou a popa do barco na mesma direção. O plugue baixou a vinte pés de profundidade e começou a se afastar, houve dois estouros e Larsen preparou seu molinete para um longo trajeto do tucunaré “gigante”. Porém, ele “explodiu” várias vezes no plugue, arrancando-lhe a vara das mãos, confundindo-o e quase o fazendo perder seu material de pesca, de quatrocentos e cinqüenta dólares. Segundo ele mesmo, teve sorte, pois o peixe, que inicialmente deslocara-se rapidamente dez pés em direção ao banco de areia, depois se virou e se dirigiu mais ao fundo, longe do galheiro.

Além de ter seu equipamento a salvo, o pescador pôde ainda pegar o tucunaré que permanecia preso à isca. Pegá-lo, entretanto, exigiu um pouco mais de esforços do grupo, mas, por fim, o “mostro era dele”, com suas vinte e quatro libras e meia (ou seja, mais de onze quilos). Sobre a emoção de quase ter sido derrotado pelo tucunaré, redigiu:

*“(...) Nunca um peixe, mesmo um tucunaré, tinha arrancado a vara de pesca das minhas mãos. Eu tenho pego várias centenas de peixes grandes na faixa entre vinte e quarenta libras com o mesmo equipamento sem perder a posse da vara. E o mais embaraçoso, tenho fisgado numerosos tarpões [ou camurupins ou pirapemas] pesando entre oitenta e cento e vinte libras com o mesmo equipamento sem toda essa atrapalhação. Eu me senti um tolo.*

*Já tinha ouvido inúmeras estórias na Amazônia sobre pescadores que tiveram seus equipamentos de pesca arrancados das mãos por grandes tucunarés, mas eu nunca fiz muito caso da possibilidade de um pescador sequioso como eu, com uma extensa experiência em fisgar tucunarés gigantes, vir a permitir que isso ocorresse. Eu estava errado, e fui humilhado. Nunca havia dito que isso nunca me ocorreria, apenas que era uma possibilidade muito remota. O tucunaré de vinte e quatro libras e meia ‘barril de dinamite’ do rio Unini endireitou minha opinião (...)”<sup>270</sup>.*

No sítio eletrônico cujos dados finalizaram a tabela 11, o [www.larsenoutdoors.com/html/brazil\\_unini/html](http://www.larsenoutdoors.com/html/brazil_unini/html), o mesmo Larsen comentou ter pego, ao longo da semana da estadia, 25 *teeners* (tucunarés com 13 libras, ou seja, 5,902 kg, ou

---

<sup>269</sup> Uma jarda equivale a 91,4 cm. Fonte: [http://cf6.uol.com.br/michaelis/dicionar.cfm?dicion\\_id=5&TextoBusca=yards&PrimVerbete=&UltVerbete=&TextoBusca2=ZZA](http://cf6.uol.com.br/michaelis/dicionar.cfm?dicion_id=5&TextoBusca=yards&PrimVerbete=&UltVerbete=&TextoBusca2=ZZA) (acessado em: 16/08/2004).

<sup>270</sup> Tradução nossa a partir do original, em inglês:

*“(...) Never before had a fish, even a peacock bass, jerk the rod from my hands. I have caught several hundred big fish in the 20 to 40 pound range on the same tackle without losing my grasp of the rod. Heck, I have caught numerous tarpon between 80 and 120 pounds on the same equipment without such an embarrassment. I felt foolish. I had heard numerous stories in the Amazon about anglers having their rods jerked from their hands by big peacock, but I discounted the possibility of an avid angler like myself with extensive experience catching giant peacock bass living such an occurrence. I was wrong, and I am humbled. I had never said that it couldn't happen to me, just that it was a slim possibility. The 24 1/2 pound “keg of dynamite” from Brazil's Unini River straightened out my thinking (...)”.*

mais), doze dos quais com mais de 15 libras (81,72 kg, ao todo). Com base nessa informação, e tendo como parâmetro os valores mínimos do peso dos tucunarés para os quais o peso não foi identificado, mas que eram *teeners*, somente a pesca de Larsen com tucunarés maiores abarcaria 158,446 kg, durante os sete dias de pesca, conformando nossa estimativa mínima.

O texto aponta que os quatro pescadores do grupo fisgaram 237 peixes nos seis dias passados no rio Unini e que 95 deles deviam ter mais de 10 libras (4,54 kg), enquanto quarenta eram *teeners*. Assim, apenas os peixes para os quais constavam os pesos mínimos totalizariam 667,38 kg; mas sobraram 102 tucunarés coletados e com peso indeterminado, o que permite afirmar que esse número é uma estimativa muito baixa. Para se ter uma idéia de um limite máximo, multiplicou-se os 237 tucunarés registrados por 13 libras (5,902 kg), o que resultaria em 1.398,774 kg.

Segundo o autor, a maior parte dos peixes foi apanhada em lagos de águas pretas profundas, e o rio Preto teria oferecido a melhor condição de visibilidade da água, pois o rio Unini estava subindo e ficava turvo devido às chuvas. Porém, uma das melhores lagoas situava-se no próprio rio Unini, trinta minutos acima do acampamento de pesca, e era de difícil acesso.

De modo geral, as páginas eletrônicas consultadas que versavam sobre o rio Unini (ou, especificamente, sobre o alto rio Unini) como destino turístico para os praticantes das pescas amadora e desportiva, tanto os *sites* com propagandas de pacotes, quanto aqueles que descreviam as experiências de turistas, demonstraram que o rio está sendo erigido como um não-lugar, conceito que Augé (2003) usa como (quase) contraponto à noção do lugar antropológico.

O rio apareceu, assim, como lugar exótico, inóspito, intocado e vazio. Isto é, um palco perfeito para os pescadores esportivos e amadores travarem suas batalhas com os “tucunarés gigantes”, peixes combativos que, muitas vezes, teimam em não sucumbir às iscas artificiais, às varas de pesca e aos barcos de alumínio utilizados para os enfrentar.

Combatividade essa, diga-se de passagem, que, ao contrário da noção de uso indireto,

com a qual se pode classificar o sistema de pesque-e-solte, dificilmente deixa de colocar marcas físicas nos peixes. Como o comprova a própria existência de uma pesquisa realizada através do INPA para estudar os efeitos da prática<sup>271</sup>.

Característica suplementar e corroboradora dessa transformação em um não-lugar é a forma de recomposição a *posteriori* da experiência do turista, que lança mão de muitos instantâneos e reconstitui a estadia como se fosse um diário de campo, mas que, apesar disso, prima por uma relação de certa forma artificializada com a paisagem (AUGÉ, 2003). Constituiu parcialmente uma exceção as descrições de Larry Larsen, que, por ser um pescador esportivo profissionalizado, apresentou uma descrição mais acurada da paisagem e do ecossistema ali representado, tendo freqüentado o rio Unini por diversas vezes.

Pensando-se novamente na dicotomia presente na legislação brasileira entre unidades de conservação de proteção integral e de desenvolvimento sustentável, e considerando-se a tabela 11, com estimativas dos resultados das pescarias de pescas amadora e desportiva encontrados nas páginas eletrônicas consultadas, é possível efetuar uma comparação entre os dados sintetizados nessa tabela e os depoimentos dos geleiros contatados em Novo Airão. O que permite problematizar especulativamente os possíveis efeitos mais deletérios da pesca comercial sobre os recursos pesqueiros em relação ao pesque-e-solte.

Se for verdade que nos barcos dos dois geleiros contatados em Novo Airão, que realizavam pesca comestível, eram acondicionados de 600 kg a 1 tonelada de peixes<sup>272</sup>, e que esse valor corresponda à maioria dos barcos de pesca atuantes no rio Unini, e que, em fevereiro de 2003, havia oito barcos geleiros pescando simultaneamente, o total da pesca comestível no rio Unini, naquele mês totalizaria de 4,8 a oito toneladas. Supondo-se que a pesca esportiva e recreativa, no mesmo rio, ocorra em dois acampamentos e durante as quatro semanas de um mês, isso totalizaria oito grupos de pesca, fisingando uma tonelada de peixes cada um, perfazendo oito toneladas durante um mês.

---

<sup>271</sup> A existência da pesquisa já foi apontada ao discutirmos o Acordo de Pesca e as atas das reuniões.

<sup>272</sup> Valores apontados pelos geleiros contatados pela pesquisadora em Novo Airão, em fevereiro de 2003. Entretanto, há informações de que haveria barcos de três toneladas, que acomodariam uma tonelada só de gelo (comunicação oral de Ana Beatriz Vianna Mendes, Campinas, UNICAMP, 25 de agosto de 2004).

Essa suposição a respeito do número de agrupamentos e grupos de pesca certamente está abaixo do número real de praticantes de pesca esportiva, podendo representar somente metade do afluxo real, pois na página eletrônica da *Fishing Safaris Tur*, localizamos o seguinte:

“(...) De Novembro a Março, a LIGA DE ECO POUSADAS DO AMAZONAS LTDA (ex. River Plate Anglers) opera com quatro acampamentos de Bangalôs Flutuantes e mais o Barco Hotel Amazon Angel, e atende a 40 pescadores por semana e um acampamento de reserva (...)”<sup>273</sup>.

Embora não se possa estabelecer uma equivalência entre as duas formas de pesca, pois afinal de contas parte considerável dos peixes realmente parecem ser devolvidos ao rio pelos *anglers* e sobreviver, apesar de não se saber ao certo em que condições eles retornam a seus habitats, pode-se constatar que a distinção entre usos diretos e indiretos é bem mais tênue do que permitem supor a lei (BRASIL, 2000) e os partidários da alternativa do turismo como o menor dos males para o futuro das UCs.

\*

Os empreendedores dos hotéis flutuantes trabalham ativamente para transformar o rio Unini na imagem que por eles é vendida, permitindo-nos caracterizar o PARNA-Jaú, como um todo, enquanto um semi-lugar. Embora, mesmo no limite setentrional, existam indivíduos e grupos que se relacionam com o espaço nos moldes dos lugares antropológicos (AUGÉ, 1999 e 2003).

O papel extremamente relevante que os empreendimentos vêm obtendo na área e nos processos negociatórios referentes aos usos de recursos no rio Unini - usos entendidos por nós de modo amplo, incluindo os chamados usos diretos e indiretos (cf. BRASIL, 2000) - permite refletir sobre a questão de como grupos com poderio econômico podem interferir no processo de gestão de recursos comuns, no sentido ostromniano (OSTROM, 1990).

Todavia, isso não seria possível se não existissem alianças locais e não-locais, que respaldem tal influência e permitam sua operacionalização, através de apoio ativo ou

---

<sup>273</sup> Fonte: <http://www.netpar.com.br/fishingsafaris/grupos.htm> (acessado em: 18/11/03), seção do *site* intitulada “Notas”.

através da omissão de ações contrárias, pois como afirmou Latour (2000a), as redes amplas, apesar de serem vistas como totalidades sistemáticas e globais, são locais em cada um de seus pontos, disseminando-se no espaço e no tempo sem os preencher.

Podemos também efetuar, agora, algumas comparações entre a situação social de moradores do limite setentrional do parque com os da sua parte central.

Mesmo no rio Unini, a atividade econômica exclusivamente baseada no roçado é a mais estimulada, não exclusivamente pelo IBAMA ou pela FVA, mas por um cenário mais geral de documentos legais e ações de controle, e também pela valorização da pesca esportiva favorecida por parte dos setores do governo de Barcelos, do Amazonas, e até da esfera nacional.

Como no caso dos rios Jaú e Carabinani, em algumas entrevistas, os roçados foram salientados como insuficientes à sobrevivência por alguns moradores. As seguintes razões foram explicitadas, nas viagens de campo ao rio Unini: a demora no tempo de maturação dos roçados e a imprevisibilidade relativa da sua produção. A postura pode ser interpretada historicamente, contrapondo-se a situação presente com a de maior liberdade, lucratividade e de escopo de possibilidades de comercialização de diversos itens da situação pregressa no âmbito do rio Unini e afluentes, na qual a extração de látex e a produção de borracha predominavam, sem excluir outras possibilidades extrativas, dentre elas a “fantasia”, termo usado por um ex-morador que entrevistamos em Novo Airão<sup>274</sup>, para designar a venda de peles.

Essa hipótese parece ser confirmada pelas colocações de Moran (1993: 35-55) sobre as características dos ecossistemas de águas pretas, como os formados pelo rio Negro e muitos dos seus afluentes, dentre eles o próprio rio Jaú. O autor caracterizou os ecossistemas de águas pretas como oligotróficos e ressaltou a importância das trocas entre os assentamentos humanos relativamente isolados e/ou entre grupos humanos especializados na exploração de diferentes recursos. Além de, pela mesma razão, ressaltar a importância de uma certa fluidez territorial<sup>275</sup>.

West & Brechin (1991) também já apontaram a importância do uso múltiplo de recursos

---

<sup>274</sup> Em entrevista à autora, em 04/12/2004.

<sup>275</sup> Embora Moran (1993) possa ser criticado por um certo anacronismo histórico (cf. BARRETTO FILHO, 2001a).

e criticaram a dicotomia entre recursos para a subsistência e recursos para a comercialização, muito freqüente na gestão de áreas naturais protegidas mais restritivas, em várias partes do mundo.

No que tange à mobilidade espacial de moradores da UC, ela sofreu um congelamento deveras maior nos rios Jaú e Carabinani do que no rio Jaú, devido à presença da base flutuante do IBAMA na foz e à política cotidiana do órgão gestor praticada ali, desde a década de 1980, embora com variações entre as chefias e mudanças significativas após 2002.

Já em relação ao incentivo à aglomeração de moradores em comunidades, ocorreu no parque como um todo, e pode ser interpretado como uma estratégia de aumentar o controle social, que se antes ocorria com maior influência de instituições religiosas<sup>276</sup>, passou, com a criação do PARNA-Jaú, a ocorrer com os incentivos diretos ou indiretos de práticas do IBAMA, da própria FVA e/ou de políticos locais de Novo Airão e Barcelos. Os últimos, historicamente, alternaram-se no atendimento às comunidades, mesmo no alto rio Unini.

Para se ter uma idéia do peso eleitoral dos moradores remanescentes no parque, um então integrante da AMORU, morador da comunidade Manapana, informou que os moradores do rio Unini representariam 10% do eleitorado do município de Barcelos<sup>277</sup>, um peso político não desprezível, pelos quais políticos dos dois municípios competem.

Contudo, cabe reconhecer o interesse dos próprios moradores em acessar escolas e os serviços de saúde a contribuir para a decisão da vida comunitária, além do peso dos conflitos intra-comunitários na lógica de criação e esfacelamento das mesmas, parte considerável gerada por divergências religiosas, devido à influência mais recente de igrejas pentecostais (FVA/IBAMA, 1998).

No caso do rio Unini, a reação dos moradores à expansão da nova fronteira tecno(eco)lógica (BECKER, 1990: 83-95) representada pelo parque apareceu na tentativa da formação da RESEX do rio Unini, aprovada em junho de 2006, processo do qual participaram, além dos moradores, vários outros agentes, com interesses diversos,

---

<sup>276</sup> Muitas das comunidades tiveram o seu primeiro equipamento de radiofonia doado pela Igreja Católica, sediada em Barcelos e em Novo Airão.

<sup>277</sup> Comunidade Manapana, fevereiro de 2003, informação fornecida em entrevista à equipe de pesquisa.

e com maior ou menor poder econômico, e com maior ou menor proximidade com as arenas locais. No que tange aos rios Jaú e Carabinani, a mobilização mais marcante, como resposta à institucionalização do PARNA-Jaú e de outras medidas voltadas à questão sócio-ambiental, foi a Ação Civil Pública, a qual pormenorizaremos no capítulo seguinte.

## Capítulo 3

### ***Olhando o PARNA-Jaú de fora para dentro***<sup>278</sup>

#### **1. Introdução**

Neste capítulo esboçaremos algumas das conexões do PARNA-Jaú com o seu contexto regional, concentrando-nos nos dois municípios que tiveram parte de suas terras englobadas pelo parque e, sobremaneira em Novo Airão, como já o fez Barretto Filho (2001a). O maior enfoque neste município deveu-se às seguintes razões: (1) em função do maior grau de mobilização política encontrada ali e que se correlaciona mais diretamente ao PARNA-Jaú, e por meio da qual a regularização do parque alçou a arena jurídica; (2) por termos localizado também moradores dos rios Jaú e Carabinani com segunda moradia no município; (3) pelo alto volume de migração de moradores da parte central do parque para o município, em cujas narrativas o abandono dos antigos sítios liga-se ao advento da UC, à sua institucionalização e às políticas sócio-ambientais que os acompanharam.

Em Barcelos, entretanto, também localizamos ex-moradores, principalmente advindos do limite setentrional da UC, mas cuja emigração não se deu tão estreitamente correlacionada a ela, ou pelo menos, não foi retratada dessa forma nas narrativas dos entrevistados, durante as pesquisas de campo<sup>279</sup>.

A importância do segundo município destaca-se por alguns dos usuários ou grupos e instituições de influência no PARNA-Jaú e nas suas comunidades estarem ali sediados, tendo participado de algumas das arenas de negociação nas quais moradores do parque também se envolveram, como o Acordo de Pesca e a formação da RESEX-

---

<sup>278</sup> A parte desse capítulo referente à ACP, embora com algumas alterações posteriores, foi apresentada oralmente no GT 12- “Sociedad y naturaleza en el Cono Sur: teorías antropológicas, prácticas culturales y conflictos ambientales”, realizado na VI Reunión de Antropología del Mercosur: “Identidad, Fragmentación y Diversidad”, entre 16 a 18 de novembro de 2005, em Montevideu, Uruguai, e apareceram originalmente em nosso relatório de pesquisa da FAPESP de número IV (cf. Creado, 2005a e 2005b); um trecho da parte mais específica sobre os ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, entrevistados pela autora em Novo Airão, já apareceu em Mendes e colaboradores (2006).

<sup>279</sup> Pretendemos aprofundar a discussão sobre os ex-moradores de Barcelos, futuramente. Por ora, o tema nos servirá de contraponto à situação dos ex-moradores de Novo Airão, que habitam um município com um grau de maior institucionalização da questão ambiental, que inclui maior monitoramento, fiscalização e controle.

Unini. Como antevisto, é grande a influência da conjuntura sócio-política e agro-extrativista de Barcelos junto aos moradores, havendo também uma influência relativa de políticos locais sobre os hotéis de pesca desportiva e recreativa, situados fora dos limites jurisdicionais do parque, nas proximidades da RDS-Amanã.

A seguir discutiremos algumas características demográficas e sócio-econômicas dos dois municípios, depois concentraremos o enfoque em Novo Airão e nos ex-moradores que lá entrevistamos, finalmente, passaremos à Ação Civil Pública (ACP) referente ao PARNA-Jaú, concretizada graças à mobilização destes ex-moradores, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão (STRNA) e de vários outros grupos e instituições sociais. Por fim, através da ACP restabeleceremos mais explicitamente o diálogo com as políticas públicas voltadas às populações tradicionais.

## **2. Características demográficas de Novo Airão e Barcelos**

Discutiremos algumas das características demográficas e sócio-econômicas dos municípios de Novo Airão e Barcelos orientando-nos pela noção de sustentabilidade, para extrapolar a discussão sobre as questões socioambientais correlatas à criação dessa UC para além dos seus limites territoriais. Entendemos aqui o conceito de sustentabilidade nos termos colocados por Hogan e colaboradores (2000: 405), que seguem a proposta da Comissão Brundtland, de 1987, caracterizando-a pelo respeito às gerações futuras e pela equidade social<sup>280</sup>.

Ao longo do período de nossa pesquisa, entre 2002 e 2005, pudemos acompanhar fenomenologicamente o crescimento do turismo na região do baixo e médio rio Negro, de modo mais amiúde, no baixo rio Negro. Inclusive, identificamos a existência do Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR), cuja coordenação caberia à Secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em conjunto com seus núcleos parceiros em estados da Amazônia Legal, dentre eles o

---

<sup>280</sup> Reid (1995: xiv), na nota de rodapé de número dois, diferenciou os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Para ele, o primeiro termo, de sua preferência, referir-se-ia ao processo de desenvolvimento em um modo sustentável e também ao objetivo desse processo; enquanto o segundo referir-se-ia ao conceito de desenvolvimento sustentável e também, confusamente, ao uso sustentável de recursos, não necessariamente o mesmo do desenvolvimento sustentável, como em sustentabilidade ecológica, e/ou a um estado no qual os objetivos do primeiro tenham sido atingidos. Nós, por outro lado, preferimos o termo mais generalista de sustentabilidade.

Amazonas, um dos objetivos do programa seria viabilizar o desenvolvimento sustentável com a implantação “correta” do turismo na região<sup>281</sup>.

Desde 2000, através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o PROECOTUR estaria efetuando um trabalho de planejamento estratégico para o ecoturismo, visando criar infra-estrutura e capacidade gerencial dos estados contemplados. Em agosto de 2004, o programa inaugurou cinco Centros de Atendimento ao Turista (CATs), nos seguintes municípios, todos nas regiões do baixo e médio rio Negro: Iranduba, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Barcelos e Manacapuru.

Em trabalhos anteriores, encontramos a seguinte caracterização das atividades econômicas principais de Novo Airão e Barcelos: Barcelos primária pelas atividades extrativistas e pela pesca ornamental, além de funcionar como entreposto comercial entre Manaus e o alto rio Negro (ADRIÃO, 1991); em Novo Airão, por sua vez, predominariam as atividades agrícolas, a construção naval e o extrativismo (FVA/IBAMA, 1998: 66). Acrescentaríamos a essa lista, destarte, o crescimento notório do turismo, embora não tenhamos meios ainda de o quantificar.

Era notória também em Novo Airão a existência de iniciativas que procuravam coadunar conservação e desenvolvimento sócio-econômico, como algumas delas ligadas, na atualidade ou no passado, à FVA, como o projeto FIBRARTE, através do qual foi formada a Associação de Artesãos de Novo Airão (AANA); e as da FAM (Fundação Almerinda Malaquias), instituição voltada à capacitação profissional, centrada no artesanato em resíduos de madeira coletados junto aos estaleiros do município, e cujo destino anterior, segundo entrevistados, costumava ser a combustão.

Segundo explicitado no folder do projeto FIBRARTE, seu objetivo geral seria:

*“(...) desenvolver alternativas de geração de renda para a população da bacia do rio Negro, através da atividade tradicional de produção de artesanato. A filosofia de trabalho é baseada no manejo responsável da extração de fibras vegetais e nas práticas justas de comercialização, incentivando a efetiva participação e autonomia dos artesãos em seu processo de desenvolvimento (...)”.*

Segundo a mesma fonte, o projeto iniciou suas atividades no município em 1994, elaborando um cadastramento de artesãos locais. A AANA, por seu turno, foi fundada

---

<sup>281</sup> Fonte: todas as informações referentes ao PROECOTUR foram extraídas de notícia veiculada na Rede Ecoturismo (<http://br.groups.yahoo.com/group/ecoturismo-br>), em 10/09/2004, que apontava como sua fonte original o Portal Ambiente Brasil (<http://www.ambientebrasil.com.br>). A palavra entre aspas constava na notícia.

em 1996, sendo que a inauguração de suas instalações deu-se em maio de 2000. Ela possuía também uma minoria de artesãos residentes em Barcelos<sup>282</sup>.

No que tange à FAM, a idéia do projeto surgiu em 1992, mas sua viabilização financeira só ocorreu a partir da consolidação de uma associação suíça, a *Ailleurs Aussi*, criada em 1994, por um dos idealizadores do projeto. Em 1996, o projeto recebeu o reconhecimento da UNESCO e, em 2000, a primeira turma de artesões foi formada. Em fevereiro de 2003, estava em vias de finalização a formação de uma cooperativa de produtores locais, denominada Nov'Arte, composta por artesãos capacitados pela FAM<sup>283</sup>.

Outro objetivo da entidade era o de fomentar o associativismo local, como a formação da cooperativa de artesãos Nov'Arte. A iniciativa pode ser caracterizada como ambicionando o desenvolvimento sustentável, assim como a da AANA. Segue trecho da fala do diretor-executivo da FAM, em que descreveu Novo Airão como entreposto migratório entre partes mais internas do estado e a capital Manaus, que teria sido uma das motivações para o estabelecimento da fundação no município:

*“(...) Olha, já estávamos pensando num centro artesanal, [em] produtos como pequenos móveis, e tal, coisa assim... O problema era: aqui no Amazonas são as distâncias. Isso é muito difícil. Bom, Manaus, a gente não queria fazer o projeto em Manaus porque tem já muitas coisas nesse sentido lá... Mas no interior, a formação profissional é quase inexistente. E Novo Airão foi escolhido pela proximidade de Manaus, e tem muitas pessoas também do interior que, ao invés de decidir ir a Manaus, para fazer uma história de vida diferente, estão já parando aqui em Novo Airão. Por exemplo, pessoas saindo das regiões mais desfavorecidas param em Novo Airão, tentando uma vida nova, não dá certo, e também vão para Manaus depois... A idéia é já fazer uma formação profissional em Novo Airão. As pessoas formadas, uma vez que (...) tá formada, podiam em qualquer lugar ter mais sorte para conseguir emprego e sobreviver. E, também, o [omissão de nome de outro idealizador e viabilizador do projeto] conhecia muito bem Novo Airão, porque uma parte da família dele está morando aqui. Também, conhecia bem as autoridades, então já facilita um pouquinho na escolha.*

*Tinha outra opção que era Barcelos também. Quando nós fomos lá, em 95, eu acho, ou 96, não me lembro, foi uma opção... Nós encontramos com um rapaz lá que estava ligado com a prefeitura, na época, e tentou enganar a gente, tentou desviar dinheiro (...) Então, sabendo disso, caiu totalmente a opção Barcelos (...) Bom, a idéia também no início quando fomos, quando começamos a elaborar a Fundação Almerinda Malaquias de fazer um centro, o centro, a sede da Fundação em Novo Airão, porque nós vamos dar as mesmas atividades a outros municípios do rio Negro também... Só que para isso a parte financeira fica mais importante ainda, não é o*

---

<sup>282</sup> Na pesquisa de campo de fevereiro de 2003, constatou-se uma relativa desestruturação da associação, pois em dezembro de 2002, a FVA cessou de a acompanhar. A AANA ficou sem presidente de novembro a dezembro de 2002, porque nenhum dos artesãos queria assumir o cargo. A presidência veio a ser reocupada finalmente em 26/01/03. Fonte: entrevista de uma artesã à autora, em Novo Airão, em 17/02/03.

<sup>283</sup> Fontes: folder da FAM e depoimento do diretor executivo da FAM, colhido pela autora em Novo Airão, em 19/02/03.

*momento para fazer isso. É melhor segurar bem todos os programas aqui em Novo Airão, aí depois se tem a possibilidade de trabalhar (...) da mesma forma em outros lugares (...)" (em entrevista à autora, em 19/02/03).*

O depoimento acima vai ao encontro dos dados populacionais apresentados nas tabelas a seguir, onde constam informações de Barcelos e Manaus:

**Tabela 12.** Crescimento populacional em Novo Airão, Barcelos, Manaus, no estado do Amazonas e no Brasil, nos períodos 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000, em valores absolutos e percentuais:

<b>Localidades</b>	<b>1970/1980</b>	<b>1980/1991</b>	<b>1991/2000</b>
Novo Airão	-2.405 -39,58%	10.352 282%	-4.373 -31,18%
Barcelos	-540 -5,61%	1.947 21,43%	13.162 119,28%
Manaus	321.761 103,25%	531.969 83,99%	428.358 36,76%
Estado do Amazonas	475.325 49,76%	699.715 48,92%	709.842 33,75%
Brasil	25.876.206 27,78%	27.814.423 23,37%	22.765.218 15,50%

**Fontes:** Elaboração da autora com informações dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 (sistema SIDRA, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>; acessado em: 02/07/03 e 08/05/06) e 2000 (disponível em: <http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/censo2000>; acessado em: 26/06/03 e 08/05/06).

**Tabela 13.** População urbana e rural de Novo Airão, Barcelos, Manaus, Amazonas e Brasil em 1970, 1980, 1991 e 2000<sup>284</sup>, valores absolutos e percentuais:

	1970			1980			1991			2000		
	População Urbana	População Rural	Total	População Urbana	População Rural	Total	População Urbana	População Rural	Total	População Urbana	População Rural	Total
<b>Novo Airão</b>	312 (5,13%)	5.765 (94,87%)	6.077 (100%)	1.188 (32,35%)	2.484 (67,55%)	3.672 (100%)	5.980 (42,64%)	8.044 (57,36%)	14.024 (100%)	6.984 (72,37%)	2.667 (27,63%)	9.651 (100%)
<b>Barcelos</b>	1.152 (11,97%)	8.479 (88,03%)	9.628 (100%)	2.012 (22,14%)	7.076 (77,86%)	9.088 (100%)	4.018 (36,41%)	7.017 (63,59%)	11.035 (100%)	7.954 (32,87%)	16.243 (67,13%)	24.197 (100%)
<b>Manaus</b>	SD	SD	311.622 (100%)	SD	SD	633.383 (100%)	1.062.796 (91,20%)	102.556 (8,80%)	1.165.352 (100%)	1.475.368 (92,57)	118.342 (7,43%)	1.593.710 (100%)
<b>AM</b>	406.052 (42,51%)	549.151 (57,49%)	955.203 (100%)	856.716 (59,89%)	573.812 (40,11%)	1.430.528 (100%)	1.502.754 (71,45%)	600.489 (28,55%)	2.103.243 (100%)	2.104.290 (74,80%)	708.795 (25,20%)	2.813.085 (100%)
<b>Brasil</b>	52.097.260 (55,94%)	41.037.586 (44,06%)	93.134.846 (100%)	80.437.327 (67,59%)	38.573.725 (32,41%)	119.011.052 (100%)	110.990.990 (75,59%)	35.834.485 (24,41%)	146.825.475 (100%)	137.755.550 (81,23%)	31.835.143 (18,77%)	169.590.693 (100%)

**Fontes:** Elaboração da autora com informações dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 (sistema SIDRA, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>; acessado em: 02/07/03 e 08/05/06) e 2000 (disponível em: <http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/censo2000>; acessado em: 26/06/03 e 08/05/06).

**SD:** Sem dados.

<sup>284</sup> Os dados populacionais de 1996 não foram utilizados por se tratar de contagem populacional e não censo, como os demais. Agradecemos ao prof. dr. Daniel Hogan pela informação.

Pelas tabelas 12 e 13, conclui-se que Barcelos é mais atrativa do que Novo Airão, o seu crescimento populacional é mais estável, com poucos decréscimos tão intensos como os encontrados em Novo Airão, o que pode denotar uma maior fragilidade da economia deste município.

A tabela 12 merece especial atenção no que se refere ao crescimento populacional de Novo Airão que, entre os anos de 1980 e 1991, alcançou a espantosa cifra de 282%, isto é 10.352 novos moradores. Valor que chegou a ultrapassar a população estimada para o município em 2000, de 9.651, e que permite supor que realmente parte dos novos residentes não se estabeleceu definitivamente no município. Há de se considerar que, nesse período, deu-se a institucionalização do PARNA-Jaú, com o êxodo de parte de seus moradores, e, também, o esvaziamento da ESEC-Anavilhanas (cf. BARRETTO FILHO, 2001a: 350-394).

Além de Novo Airão possuir terras abarcadas pelo PARNA-Jaú e pela ESEC-Anavilhanas (cf. BARRETTO FILHO, 2001a), possui parte do seu território abrangido pela RDS-Amanã<sup>285</sup>, pelo Parque Estadual rio Negro (setor Norte)<sup>286</sup>, pelas APAs (áreas de proteção ambiental) Margem direita do rio Negro e Margem esquerda do rio Negro<sup>287</sup>, e uma área indígena. Segundo o folder do projeto FIBRARTE, da FVA, 80% da área de Novo Airão está abarcada por áreas naturais protegidas<sup>288</sup>.

Barcelos, por sua vez, possui menores porções do seu território em UCs de proteção integral, no caso, somente o PARNA-Jaú e o Parque Estadual Serra do Aracá<sup>289</sup>.

---

<sup>285</sup> Criada pelo decreto estadual 19.021, em 04/08/1998, com uma área aproximada de 2.313.000 ha. Abarca terras dos municípios de Barcelos, Novo Airão, Codajás, Coari e Maraã (<http://www.ipaam.br/areas.html>, acessado em: 23/07/04).

<sup>286</sup> Criado pelo decreto estadual 16.497, em 02/04/95, com área aproximada de 178.620 ha. Engloba terras pertencentes ao município de Novo Airão (<http://www.ipaam.br/areas.html>, acessado em: 23/07/04).

<sup>287</sup> A APA Margem esquerda do rio Negro foi criada pelo decreto estadual 16.498, de 02/01/95, com a área aproximada de 554.334 ha, englobando terras dos municípios de Manaus, Presidente Figueiredo e Novo Airão. Já a APA Margem direita do rio Negro foi criada pelo decreto estadual de mesmo número, mas com data de 02/04/95 (segundo o site do IPAAM), contém a área aproximada de 554.334 ha e compreende terras dos municípios de Novo Airão, Iranduba e Manacapuru. (<http://www.ipaam.br/areas.html>, acessado em: 23/07/04).

<sup>288</sup> Ver também matéria publicada em <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=22162> (acessado em: 11/12/2005).

<sup>289</sup> Cujo decreto de criação é o de número 12.836, de 09/03/1990. Está totalmente incluso em terras do município de Barcelos, com uma área aproximada de 1.818.700 ha (<http://www.ipaam.br/areas.html>,

Paralelos entre a situação de Novo Airão e de algumas cidades do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, podem ser estabelecidos (HOGAN *et. al.* 2000): existem discursos locais que associam o não desenvolvimento da cidade à presença de UCs de proteção integral, o que seria agravado por restrições mais gerais, como algumas que afetam atividades pesqueiras.

Uma dessas restrições já foi abordada ao falarmos sobre o Acordo de Pesca do rio Unini é o decreto estadual número 22.304, de 20/11/2001, que restringiu a pesca comercial em parte do rio Negro. A questão das proibições à pesca emergiram com veemência ao longo do depoimento de um vereador de Novo Airão que estava no seu quarto mandato quando o entrevistamos, e que também trabalhava com peixes ornamentais e pesca comestível<sup>290</sup>. Embora, sua veemência possa ser atribuída a seus próprios interesses enquanto dono de barcos de pesca, é preciso dar espaço para as suas colocações e as relativizar, pois estiveram presentes na fala de outros de nossos interlocutores.

Por conseguinte, registramos em diário de campo<sup>291</sup>, que esse vereador disse que, antigamente, os pescadores que trabalhavam para ele faziam-no no alto rio Negro e do rio Branco até acima de Barcelos; agora, estariam pescando mais no rio Unini. Emendou, dizendo que a pesca em Novo Airão “está ficando muito difícil porque 85% [da área municipal] é protegida por lei”. Comentou, ainda, que “na frente de Novo Airão é o arquipélago de Anavilhanas”, onde, para ele, o pescado seria mais fácil. Subindo mais o rio, estaria o PARNA-Jaú e, acima de Anavilhanas, o Jauaperis, onde haveria uma área indígena. Falou que o pessoal que trabalha com pesca “não tem culpa de não ter estudado” e que o maior “cabide” de empregos da cidade era a prefeitura, que tinha despedido um grande número de funcionários.

A situação seria grave, também, porque, na opinião dele, o prefeito não estaria trabalhando para ver se melhorava as condições de pesca, ou seja, faltaria “uma política de pesca: ter rios, pescar, sem ter pressões”. O IBAMA seria o “bicho papão dos rios”. Sobre o IBAMA, aludiu ao fato de muitos de seus funcionários não saberem como

---

acessado em: 23/07/04).

<sup>290</sup> Ele participou de algumas reuniões do Acordo de Pesca do rio Unini.

<sup>291</sup> Entrevista concedida à autora, em Novo Airão, em 18/02/03. Os termos entre aspas foram utilizados pelo entrevistado.

tratar os moradores do município e de saírem “botando” armas em cima. Para ele, faltam “pessoas educadas”, “pessoas preparadas”. Comentou ainda: “muitas vezes, trazem pessoas de fora, de regiões diferentes”; “porque cada lei é aplicada diferente conforme a região”.

A respeito do rio Unini, o vereador asseverou que “nós temos a área lá que pertence a Novo Airão, outra a Barcelos”, já na área de entorno, haveria os “gringos”<sup>292</sup>, que ele definiu como “verdadeiros piratas” e que “estão tentando até fechar o rio”. Os “gringos” estariam usando, segundo ele, a polícia de Barcelos para afugentar os moradores.

Apresentou uma visão um pouco exacerbada dos empreendimentos turísticos e seus clientes: além de estarem “filetando tucunaré”<sup>293</sup>, estariam “levando plantas medicinais e até ouro”. Opinou que eles não querem que ninguém chegue até a área para não se descobrir o que estariam fazendo lá. Afirmou que, muitas vezes, eles agem sem o IBAMA, nas repressões. Defendeu a tese de que eles comprariam as terras dos moradores por duzentos, trezentos reais, e que estariam procedendo assim no rio Jauaperis também. Mais ao final da entrevista, disse o seguinte sobre as proibições à pesca: “não tem agora opção para o nosso povo”, pois não haveria mais rio para pescar; e indagou: “vão ter que importar peixe para se alimentar?”

Esse cenário mais amplo, no qual se inter cruzam uma maior regulação no uso de recursos naturais, a implementação de UCs mais restritivas e ascensão da influência de empreendimentos voltados ao turismo de pesca desportiva e recreativa, pode ser um dos fatores explicativos para a grande concentração urbana em Novo Airão, quando comparada com Barcelos (ver tabela 13).

**Tabela 14.** Densidades demográficas (número de habitantes por Km<sup>2</sup>) dos municípios de Novo Airão, Barcelos e Manaus, 2000:

Cidades/Estado	Hab/km <sup>2</sup>
Novo Airão	0,26
Barcelos	0,20
Manaus	123,24
Estado do Amazonas	1,79

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de informações do Censo Demográfico 2000 (sistema SIDRA, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>; acessado em: 02/07/03).

<sup>292</sup> Denominação corrente no âmbito local para designar os empreendimentos de pesca desportiva e recreativa.

<sup>293</sup> Fazendo filés de tucunaré, para levar em isopores.

As densidades demográficas de Novo Airão e Barcelos não são muito destoantes e há uma diferença significativa nas dimensões territoriais (37.771,7 km<sup>2</sup>, no caso de Novo Airão, e 122.572,7 km<sup>2</sup>, no caso de Barcelos<sup>294</sup>). A população do primeiro município tende a estar muito mais concentrada no núcleo urbano e não em comunidades mais dispersas, o que já aparece indicado na tabela 13, onde Novo Airão aparece como um aumento relativo da concentração da população no meio urbano, e um decréscimo relativo da população rural de 94,87%, em 1970, para 27,63%, em 2000. Barcelos, embora também tenha sofrido uma redução na população rural no mesmo período, ela foi mais suave: de 88,03%, em 1970, passou a 67,13%, em 2000.

Afirmamos que essa é uma tendência, pois, como foi antevisto e será retomado a seguir, constatou-se o fenômeno de dupla moradia na sede municipal e nas imediações dos municípios, principalmente em Novo Airão, o que não fica indicado apenas com o uso exclusivo de dados quantitativos. Além disso, é necessária certa cautela com o uso de informações estatísticas desse tipo em um universo populacional relativamente pequeno<sup>295</sup>.

De qualquer forma, comparando os dados de concentração urbana e densidade demográfica dos dois municípios com os dados da capital, verifica-se que Manaus é uma cidade extremamente urbanizada, com 99,36% da população em área urbana, um índice elevado quando comparado até mesmo com o Brasil como um todo, com 81,25%.

Berta Becker (2002), inclusive, apontou que alta urbanização da Amazônia coloca algumas dúvidas sobre algumas propostas de desenvolvimento sustentável para a região, como as centradas em experiências de pequena escala e com um viés rural, por desconsiderar que “o Brasil é um país urbano e a Amazônia, como parte do país é uma selva urbanizada” (BECKER, 2002: 53-54)<sup>296</sup>.

A autora concentrou sua crítica nas seguintes vertentes de desenvolvimento sustentável: (1) a que apregoa “a participação das comunidades locais, sobretudo os

---

<sup>294</sup> Dados do IBGE para o ano 2000, consultados em <http://www.sidra.ibge.gov.br> (acessado em: 08/05/06).

<sup>295</sup> Como nos alertou o prof. Dr. Daniel Hogan.

<sup>296</sup> No original, nesse trecho, Becker referencia outro trabalho seu (BECKER, 1992).

pequenos produtores, por meio de esquemas de uso da terra” (BARROW, 1990 *apud* BECKER, 2002), por sua ênfase rural; (2) as calcadas na venda de “bens e serviços” da floresta, afirmando que há estudos que apontam a baixa sustentabilidade econômica e social do extrativismo (HOMMA, 1989 *apud* BECKER, 2002); (3) e a proposta ecodesenvolvimentista, que propõe o uso da biomassa (SACHS, 1989 *apud* BECKER, 2002), à qual se contrapôs afirmando que há experiências de silvicultura que demonstram a alta vulnerabilidade de ecossistemas simplificados (BECKER, 2002: 53-55).

Sobre as várias propostas de desenvolvimento sustentável para a região, a autora concluiu o seguinte:

*“(...) Nesse contexto, é lícito reconhecer que a Amazônia é ainda uma incógnita para a ciência mundial. Em meio à multiplicação de conceitos, o ‘desenvolvimento sustentável’ é apropriado pela classe política, tornando-se a bandeira de interesses diversos. Na medida em que o desenvolvimento da Amazônia é um desafio presente para a sociedade brasileira, é necessário buscar outros elementos para compreendê-lo (...)” (BECKER, 2002: 55).*

No que tange à região analisada aqui, que abarca municípios do baixo e médio rio Negro, a conservação de recursos naturais via UCs de proteção integral, da forma como vem sendo desempenhada, permite alguns questionamentos: o que permite afiançar que a concentração humana em municípios seja mais sustentável ou garanta a manutenção da biodiversidade? Manaus, por exemplo, é um município que, como Novo Airão e Barcelos, faz parte do circuito de mobilidade espacial e de rede de relações sociais em torno do uso de recursos do PARNA-Jaú. Exerce, pois, demanda pelos seus recursos. Mesmo ao se supor que a extração dos recursos do parque seja extinta definitivamente, será que o uso turístico do mesmo é mais sustentável no longo prazo?

As discussões anteriores desta tese e as observações do demógrafo Daniel Hogan (2001: 217-219) permitem considerar a possibilidade da resposta a essa pergunta ser negativa. Ele destacou o papel que a mobilidade espacial exerce sobre os recursos naturais e os impactos que pode vir a causar, isto é, nada assegura de antemão que a proposta de usos turísticos do PARNA-Jaú, um dos objetivos da categoria de manejo, seja garantia de sustentabilidade em si mesma. Daí a ênfase do autor sobre a necessidade do planejamento do uso do espaço, cujos limites deveriam respeitar as

características de cada território e os seus diferentes usos humanos, pois “onde as pessoas moram, trabalham e se divertem sempre haverá um impacto sobre os meios naturais – e vice-versa<sup>297</sup>” (HOGAN, 2001: 217).

Como afirmou Syndenstricker-Neto (2002), há influências múltiplas a recair sobre o uso de recursos naturais, que emergem não apenas da esfera local, pois existem influências macro a limitar as ações individuais. O mesmo autor fez uma síntese das várias causas possíveis do desflorestamento de florestas tropicais, apontadas em outros estudos (KAYMOWITZ & ANGELSEN, 1999; GEIST & LAMBIN, 2001). Tais causas seriam de vários níveis: (i) causas imediatas (*immediate causes*), diretamente relacionadas a ações humanas no âmbito local, como expansão agrícola, extração de madeira e expansão de infra-estrutura; (ii) causas subjacentes ou ocultas (*underlying causes*), que diriam respeito a processos sociais operantes no nível macro, impondo limites à ação local dos indivíduos, como fatores demográficos, econômicos, político-institucionais e culturais; (iii) fatores intermediários, como aspectos ambientais, causas biofísicas (*biophysical drivers*), como incêndios e secas, e eventos sociais trágicos, como guerras e revoluções.

Voltando à questão da sustentabilidade, apresentamos alguns dados comparativos das cidades de Barcelos, Novo Airão e Manaus, que permitem refletir sobre a qualidade de vida nessas localidades<sup>298</sup>.

**Tabela 15.** Comparação entre número de alfabetizados, domicílios particulares permanentes, infra-estrutura básica, empresas com CNPJ atuantes e postos de emprego dos municípios de Novo Airão e Barcelos, em valores absolutos e percentuais (dados de 1998 e 2000):

<b>Características</b>	<b>Novo Airão</b>	<b>Barcelos</b>
Pessoas residentes alfabetizadas com 10 anos ou mais, em 2000	5.666 58,71%	9.732 40,22%
Domicílios particulares permanentes, em 2000	1.882	3.974
Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário (rede geral de esgoto), em 2000	29 1,54%	83 2,09%
Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água (rede geral), em 2000	1.201 63,82%	1.352 34,02%

<sup>297</sup> Tradução nossa a partir do original em inglês: “where the population lives, works and plays will always have an impact on natures – and vice-versa”.

<sup>298</sup> Inspiramo-nos em Hogan e colaboradores (2000) na elaboração dessa tabela 14, mas qualquer inadequação dela é de total e absoluta responsabilidade da autora.

<b>Características</b>	<b>Novo Airão</b>	<b>Barcelos</b>
Matrículas no ensino fundamental, em 2000	3.482	3.121
Matrículas no ensino médio, em 2000	254	333
Estabelecimentos de ensino fundamental, em 2000	26	51
Estabelecimentos de ensino médio, em 2000	1	1
Nascidos vivos (registro no lugar), em 1998	685	375
Empresas com CNPJ atuantes, em 1998	79	30
Pessoal ocupado nas unidades locais (empresas com CNPJ), em 1998	120 0,49% dos residentes	138 1,43% dos residentes

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de IBGE, base de informações municipais – malha municipal digital 1997 (disponível em: [www.ibge.net/cidadesat](http://www.ibge.net/cidadesat), acessado em: 26/06/03); Censo demográfico 2000 (sistema SIDRA, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>, acessado em: 02/07/03).

Novo Airão possui melhores condições do que Barcelos no que se refere ao número de residentes alfabetizados, de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água ligado à rede geral e com coleta de lixo. Entretanto, de modo geral, as duas cidades apresentam muitos problemas de infra-estrutura, e é preciso refletir sobre o impacto ambiental que poderá resultar da aglomeração humana desordenada neles, que está em certo grau correlacionada com a presença de UCs, sobretudo em Novo Airão, e, também, com as políticas públicas voltadas para o incremento de uma forma de turismo altamente excludente, como a que observamos no rio Unini. Entretanto, não queremos dizer que esses sejam os únicos fatores, pois o fenômeno de migração para áreas mais urbanizadas é um fenômeno mais geral, causado pelas mais variadas razões.

Gostaríamos de reproduzir um trecho de um artigo que analisou a questão da sustentabilidade no Vale do Ribeira, situado no estado de São Paulo, por resumir, na nossa opinião, alguns dos dilemas a serem enfrentados para se atingir a sustentabilidade em regiões que contêm UCs de proteção integral, e que poderia ter sido escrito para se referir ao caso da região do baixo rio Negro (cf. BARRETTO FILHO,

2001a):

*“(...) Ao criar as unidades de preservação, a sociedade definiu a vocação econômico-ecológica da região. Mas definiu-a por exclusão, sem contemplar as necessidades e aspirações da população da região. Da perspectiva do desenvolvimento sustentável, a preservação do patrimônio natural precisa ser promovida simultaneamente com a promoção do bem-estar das populações que hoje habitam a região. Urge uma postura pró-ativa, criando empregos na região, **versus** uma postura de negação combinada com uma atitude de **laissez-faire**, traduzida como uma política implícita de emigração da população local. A posição ambientalista tradicional pode ser caracterizada por essa segunda opção, e é equivocada tanto pela injustiça social inerente a ela, quanto pela base precária para a preservação. A decisão da sociedade de preservar requer outra decisão de como integrar os dois valores em questão” (HOGAN et al., 2000: 407-408; ênfases no original).*

### **3. Novo Airão e os ex-moradores do parque**

Apesar dos diferentes contextos sócio-históricos, existem convergências interessantes entre a situação estudada por Sigaud (1979), da trajetória dos ex-moradores que deixaram as unidades produtivas da cana-de-açúcar na Zona da Mata Pernambucana e se instalaram nos municípios daquela região, e a situação dos ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani que migraram para Novo Airão.

No caso analisado por essa autora, a ênfase recaiu sobre os ex-moradores que, após a saída, passaram a vender sua força de trabalho, em um processo migratório iniciado a partir da década de 1950. Uma nova situação, pois, se antes a mobilidade de moradores entre os engenhos existia, na maioria dos casos, a residência e trabalho continuavam a coincidir, apesar da mudança de unidade produtiva.

No cenário a partir de 1950, a saída dos engenhos e a mudança em sedes municipais não representaram uma mera alteração no local de domicílio, antes, indicaram uma “alteração das relações sociais que vinculam os proprietários a seus trabalhadores” (SIGAUD, 1979: 11-12). Ela priorizou, então, o significado dessa ruptura por parte daqueles que a vivenciaram.

No que diz respeito aos ex-moradores do PARNA-Jaú, podem ser separados em tipos distintos, até porque o êxodo do parque estende-se temporal e espacialmente (BARRETTO FILHO, 2001a; PINHEIRO, 2003). Muitos deles destinaram-se para municípios e áreas rurais que não foram abordados pela pesquisa, mas, concentraremos nossa atenção nas trajetórias de ex-moradores que vieram a se estabelecer em Novo Airão, fixando pelo menos uma residência em seu núcleo urbano.

Outra observação a ser feita é que, em muitos casos, o fenômeno da migração não estancou na geração que optou por abandonar os rios englobados pela UC enfocada, porém abordaremos a geração que experimentou o abandono dos rios.

Deve-se fazer algumas observações sobre o fenômeno da dupla residência, pois complexifica a localização de ex-moradores. Muitos ex-moradores possuíam, simultaneamente, casas na sede municipal e em áreas rurais das imediações dos núcleos urbanos.

Fenômeno que se mostrou sobremaneira marcante, embora não em caráter exclusivo, em Novo Airão, em que a maioria dos ex-moradores contatados originava-se dos rios Jaú e Carabinani, rios para os quais o retorno esporádico (ou não) para a prática de atividades agroextrativistas, nos antigos sítios e roçados, viu-se dificultada pelo maior controle por parte do órgão gestor do parque, o IBAMA. Aliás, a ocupação de algumas áreas contíguas ao núcleo urbano de Novo Airão para o estabelecimento de roçados recebeu, em diferentes momentos, estímulo e/ou condescendência da prefeitura municipal, segundo a memória social de vários entrevistados.

Sigaud (1979) apontou a existência de uma *ideologia do ex-morador* para o caso que estudou, que também encontramos em Novo Airão, só que neste caso para ex-moradores de UCs. Faz-se então um empréstimo de sua expressão, apesar do contexto distinto. Em suas palavras:

*“(...) A ideologia do ex-morador se impõe com tamanha força que mesmo aqueles que nunca moraram num engenho, que nunca estiveram submetidos a um senhor de engenho ou usineiro, operam com as mesmas categorias e modelos de pensamento forjados na prática de **morador**, o que poderia remeter não só o caráter dominante da **plantation** em relação ao resto do Nordeste como também ao próprio papel de vanguarda camponesa que tiveram os moradores no período das lutas políticas, cujas repercussões nos modos de pensar são num certo sentido reproduzidas pela própria continuidade da luta, embora tímida” (SIGAUD, 1979: 45; ênfase no original).*

No caso dos ex-moradores por nós considerados, pode-se dizer que a dupla moradia era o objetivo da maioria deles, configurando um dos elementos da *ideologia do ex-morador* local. Tal modelo ideológico apoiava-se naqueles casos de indivíduos que melhor conseguiram estabelecer-se econômica e financeiramente após a saída do parque.

O que se explica, ao menos parcialmente, como uma decorrência das dificuldades dos mais adultos e mais velhos conseguirem vínculos empregatícios formais nas sedes

municipais, e embute a representação de um modo de vida intermediário que conciliaria algumas das características da situação de vida atual com a situação de vida pregressa.

Não se pode esquecer que tal ideologia correlaciona-se também ao momento atual de mobilização política de parte dos ex-moradores e à própria proximidade do município a várias UCs.

Assim, alguns dos ex-moradores vislumbravam que a ida para o município de Novo Airão teria ocorrido como uma fuga a algumas das proibições ou restrições nos usos de recursos naturais, mas que isso teria sido parcialmente em vão, em função da existência de algumas dessas proibições ou restrições também operarem no município. A porcentagem de 80% a 85% das terras do município englobadas por UCs foi lembrada várias vezes, tanto por ex-moradores quanto por outros indivíduos que não eram originários do PARNA-Jaú, juntamente com a percepção das terras terem mais donos nas proximidades da sede municipal.

Outro curioso indício da forte presença local das trajetórias de ex-moradores de UCs foi encontrado em uma das lanchonetes de Novo Airão, a *Giga Byte*, freqüentada pela autora quase todas as noites: dois lanches interessantes apareciam no cardápio, o *X-Anavilhanas* e o *X-Jaú*. Registramos o fato no diário de campo no dia 10 de dezembro de 2004, onde também anotamos que a proprietária explicou-nos que a existência dos lanches devia-se ao *Festival do Peixe-Boi*.

Os festeiros dividem-se em dois grupos: o de Anavilhanas e o do Jaú. Apesar do fato da versão de 2004 do festival estar prevista para ocorrer no dia 19 de dezembro, quando estávamos em campo, ela acabou cancelada. Como justificativa, encontramos rumores de que a prefeitura não repassara a verba para a sua realização. Entretanto, a não ocorrência deveu-se também, em certa medida, à situação política daquele momento, pois se tratava da sucessão na prefeitura, complexificada pelos dois candidatos mais votados estarem impetrando ações na Justiça Eleitoral, com acusações mútuas de crimes eleitorais. Ora era um que ocupava a cadeira de chefe municipal, ora era o outro (cf. BARRETTO FILHO, 2001a).

No geral, podemos caracterizar a situação de Novo Airão e do baixo rio Negro como um todo como o que Milton Santos (1996) chamou de expansão do meio técnico-científico-informacional. Falando sobre a nossa própria experiência, pegou-nos de surpresa a quantidade de reuniões realizadas em Novo Airão no curto período de tempo que passamos ali: (1) reunião sobre um projeto governamental, ligado ao MMA, voltado ao uso e manejo de recursos aquáticos; (2) reunião sobre a questão dos ex-moradores do rio Jaú; (3) reunião sobre uma tentativa de formação de uma Terra Indígena (TI) urbana. Nossa própria presença configurou um conjunto de pequenas reuniões.

De um modo ou de outro, todas se relacionavam com as proibições ao uso ou ao acesso a determinados recursos ambientais que recaem sobre a região. Mesmo na reunião que tratava da reivindicação de uma TI urbana, a principal queixa era a da falta de terra para plantio, queixa costumeira junto a outros grupos, indivíduos e instituições do município.

Ao todo, em Novo Airão, entrevistamos mais densamente membros de vinte e dois grupos domésticos<sup>299</sup>. Localizou-se ainda, em porcentagem menor, além dos ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, alguns ex-moradores dos rios Unini e afluentes, como o rio Preto.

A seguir, procuramos resumir um pouco das abordagens e características dos ex-moradores abordados em Novo Airão:

**Tabela 16.** Número de grupos domésticos de ex-moradores localizados e abordados mais intensamente em Novo Airão, segundo rios de origem antes da mudança para o município e segundo a data estimada da saída definitiva dos rios:

Data estimada da saída	Rios de Origem			
	Jaú	Carabinani	Unini	Preto
1985-1989	2	0	0	2
1990-1994	4	1	1	1
1995-1999	3	0	1	0
2000-2004	4	0	2	1

<sup>299</sup> Em Barcelos, contatamos em agosto de 2005 representantes de nove grupos domésticos, já no limite de nossas possibilidades de pesquisa de campo e de prazos para a consecução da tese. Pretendemos, portanto, discutir este material em uma outra oportunidade, mas como já mencionado a situação de tais trajetórias de ex-moradores opera como contraponto às trajetórias discutidas no corpo do texto.

Número de grupos domésticos entrevistados	13	1	4	4
---	----	---	---	---

**Fonte:** elaboração da autora a partir de viagem de campo, em novembro-dezembro de 2004.

Na tabela, apontou-se o último rio de residência, pois há diversas trajetórias de migração não lineares e, freqüentemente, houve um período de transição antes da saída ser percebida pelos ex-moradores como definitiva, principalmente quando o retorno aos antigos “lugares” (termo local) representava uma possibilidade. Esse aspecto da migração não vista inicialmente como uma opção definitiva foi uma interpretação presente nos processos de migração escrutinados por Otávio Velho (1984: 36), que analisou as motivações dos migrantes apoiando-se em pesquisas realizadas na Amazônia oriental.

Uma observação suplementar a ser feita sobre a tabela acima e o nosso material empírico é que os afluentes são vistos como estando “dentro” (termo local) de outros rios. Por exemplo, o Carabinani é referenciado como estando dentro do rio Jaú, pois deságua nele próximo à sua foz, e o rio Preto é visto como estando “dentro” do rio Unini, como já apontado em outro estudo (ABREU, 2000).

Poder-se-ia, destarte, ter agregado os grupos domésticos originados do rio Preto aos do rio Unini, e os do rio Carabinani aos do rio Jaú, como o fez Pinheiro (2003). Todavia, não se procedeu dessa forma em função das características sócio-ambientais e históricas distintas desses rios, seus habitantes e os processos sociais respectivos que neles vêm ocorrendo.

Ainda, como a saída podia ter momentos distintos, como quando, por exemplo, partes do grupo doméstico deslocam-se em períodos diferentes para o município, esse aspecto colaborou para uma certa indeterminação na data definitiva da saída em vários relatos.

Menciono quatro casos em que isso ocorreu de modo mais explícito: (1) uma ex-moradora do rio Unini em alguns momentos narrou ter deixado o rio Unini em 1994 e em outros em 1998<sup>300</sup>; (2) um ex-morador do rio Jaú disse, durante a entrevista, ter saído do rio Jaú em 2000<sup>301</sup>, mas na cartinha que escreveu para o levantamento de ex-

<sup>300</sup> Entrevista realizada pela autora em 31/12/2004, em Novo Airão, registrada em diário de campo.

<sup>301</sup> Entrevista pela autora realizada em 20/12/2004, em Novo Airão, registrada em diário de campo.

moradores dos rios Jaú e Carabinani, que foi anexada à ACP, constava o ano de 1996; (3) um casal de ex-moradores do rio Preto e da extinta comunidade São Lázaro disseram que se mudaram para Novo Airão no dia seis de março de 1999, mas em outro momento expuseram ter saído do rio quando a comunidade acabou, em 2000<sup>302</sup>. Os casos de trajetórias de migração não-lineares referem-se àqueles nos quais, antes de se chegar em Novo Airão, morou-se por algum período em outras localidades e/ou comunidades, dentro ou fora do PARNA-Jaú e/ou no entorno imediato e/ou em outras partes da região do rio Negro e afluentes.

Para nos restringirmos à mobilidade entre diferentes rios do parque, e não dentro do mesmo rio<sup>303</sup>, podem ser citadas algumas trajetórias que indicam o “movimento” (termo local) que existia entre a parte central do parque e os seus limites setentrionais:

(1) dona M, com mais ou menos cinqüenta anos em 2004<sup>304</sup>, afirmou ter morado por treze anos no rio Carabinani, rio para o qual fora depois de casada. Após, mudou-se para a “boca” (termo local) do rio Jaú, de onde teria saído em 1992<sup>305</sup>. Segue um pequeno trecho da entrevista, em que ela explicou sua saída, que também se correlacionou com outro aspecto de sua vida pessoal, a separação do marido, embora esse elemento não tenha sido explicitado como motivo para a mesma:

*“(...) Depois que foi o tempo que o IBAMA, que ainda era o IBDF, o IBAMA começou a querer a constranger a gente vim pra cá, aí nós terminamos. Eu disse: “tá bom da gente ir embora, quê que adianta? Porque depois a gente vai ficar aqui sendo escravizado do mesmo jeito, embora que a gente tem o que é da gente, mas nós vamos ser escravizados (...)”<sup>306</sup>.*

Antes dela se fixar em Novo Airão, onde residia à época da entrevista, morou no município de Nova Olinda.

Sobre o período após o casamento, quando o casal foi para o rio Carabinani, ponderou:

*“(...) Chegamos no Carabinani, morei para lá esses treze anos. Nessa época, a gente, o meu marido ainda trabalhava muito látex, esse negócio de leite de seringa, sorva, balata, coquirana e matava peixes, né? Como tem o pirarucu, não existia nada de coisa [refere-se a proibições]... E a gente tinha curral de bichos, de tudo, quando os outros chegavam em casa, a gente oferecia, quando eles vinham tudo paravam em casa aí: “Cadê a comida [nome omitido] e tal?” Nós tinha peixe salgado, nós tinha galinha, muita galinha eu tinha. Aí, eu digo, eu ia lá no curral e pegava, dava. Nós nunca vendemos um bicho, (...) que todo tempo nós dava comida para o pessoal.*

<sup>302</sup> Entrevista realizada pela autora em 20/12/2004, em Novo Airão, registrada em diário de campo.

<sup>303</sup> O que existe com considerável frequência, embora esse não seja o deslocamento que nos interessará no momento. Para uma análise sobre isso ver Pinheiro (2003).

<sup>304</sup> Aproximação nossa com base em várias informações que ela forneceu sobre sua história de vida.

<sup>305</sup> Apesar dela ter tido que morou no rio Jaú (incluindo aí sua estadia no rio Carabinani) por 33 anos na entrevista que gravamos, esse intervalo de tempo não confere com a data de chegada ao rio Jaú, aproximadamente em 1970, depois de sua união, e a data de saída. Por isso colocamos 23 anos. Entrevista gravada em 7/12/2004 pela autora, em Novo Airão.

<sup>306</sup> Entrevista gravada em 7/12/2004 pela autora, em Novo Airão.

*Aí foi o tempo que aconteceu esse desastre lá [na família dela]. Eu tinha muita roça também. Porque quando eu cheguei aí (...) no Carabinani, aí, ninguém não tinha roça, ninguém não tinha farinha. Eu não tinha negócio de... Iche, por aqui tem menina, mas lá dentro que era uma terra livre, boa de se viver, e não tinham nada disso. Aí eu disse que eu ia pedir planta por aí para mim criar, sabe? Aí, eu com meu marido, ele colocou um roçado muito grande e nós fomos lá para dentro do Jaú... Ele ia pedir maniva, banana, cará, macaxeira, tudo a gente trazia (...) as sementes... E nós carregamos (...) 580 feixes de maniva no varador [na trilha], não era nem todo tempo de canoa, era no varador [que] a gente carregava (...)*

(2) um casal de ex-moradores entrevistados conjunta e simultaneamente<sup>307</sup> apontaram ter deixado o rio Jaú em torno de 1990, sem terem residido em nenhuma comunidade. Quando deixaram o rio, disseram que moravam em um sítio acima de um lugar chamado Praia Alta, à montante da comunidade Tambor. Ela afirmou ter nascido no rio Jaú e ele, no rio Codajás, tendo chegado no rio Jaú aos 10 anos, já “cortava” (termo local) seringa à época. O marido afirmou que só veio a se fixar em sítio após o casamento, aos 25 anos, quando ela tinha 19 anos.

Trabalharam por uns três anos no rio Unini. Foram levados pelo patrão. Lá, trabalharam com seringa em um igarapé chamado Arara. Depois, o marido fez uma colocação em um “estirão” (para tirar seringa, no verão, e sorva, no inverno). O lugar chamava-se Ararinha. Posteriormente, deslocaram-se para a freguesia do seu Carminho, no rio Munini, um lugar que disseram que era várzea e que ainda era no rio Unini, e para o qual teriam ido para cortar sorva.

Ela ficou com saudade da mãe, e por isso desejou voltar, mas em outro momento da entrevista apontou que não conseguiram botar roçados no rio Unini, não tiveram “sorte” lá (palavras usadas por ela). Mas o casal afirmou que chegou a trabalhar com agricultura também.

(3) dois outros ex-moradores do rio Jaú que trabalharam no rio Unini enquanto ainda residiam no rio Jaú: seu C e seu R.

(3.1) Seu C, com cerca de 66 anos à época da entrevista, contou ter ido ao rio Unini várias vezes para trabalhar com os geladores, que também eram moradores do rio Jaú. Contou que chegou no rio Jaú quando era solteiro, aos 16 anos, e que, inicialmente, trabalhou no igarapé do Macaquinho. Depois, foi para o rio Carabinani, no igarapé Preto. Nos dois rios, trabalhava com balata, sorva e cipó. Aos 25 anos, casou-se. Sua esposa nasceu no rio Purus e teria ido para o rio Jaú com a mãe, ainda recém-nascida.

---

<sup>307</sup> Na época da entrevista, deveriam ter em torno de 65 anos. Aproximação nossa, feita pelo cruzamento de informações fornecidas ao longo da entrevista.

O casal contou que após o casamento moraram no rio Jaú, no mesmo lugar, por 22 anos. Ele calculou que a saída do rio Jaú, com a família, deu-se em 1985, no tempo em que chegou o IBDF<sup>308</sup>. Depois, teriam ido para o rio Atruirá, onde ficaram por sete anos. Com a morte do pai dele, foram para Novo Airão, para fazer o enterro, e abandonaram novamente suas terras.

(3.2) Seu R especificou uma única ida ao rio Unini, entre 1973 e 1976, quando tinha cerca de 21 anos<sup>309</sup>. Fora para trabalhar com a produção de látex, o mesmo motivo que o levara a morar no rio Jaú.

Nasceu em um afluente do rio Solimões e antes de ir para o rio Jaú foi para Manaus na adolescência, período no qual ia com a parte da família trabalhar durante a seca no “interior” (termo local).

(4) um dos geleiros, que residiam no rio Jaú e trabalhavam no rio Unini, contou-nos que, antes de residir na boca do rio Jaú, morou no Salvador, há meia hora descendo-se o rio Negro a partir de Novo Airão, depois se mudou para uma ilha em frente, onde ficou por dois anos<sup>310</sup>.

Expôs que morava na boca do rio Jaú, onde disse ter residido por treze anos. Afirmou ter saído em 1985 ou 1986. Narrou ter sido regatão, no rio Unini, durante doze anos, onde teria oitenta colocações<sup>311</sup> e para onde calculou que levava mercadoria para sessenta fregueses, na casa deles, afora os outros que apareciam. Todas as colocações seriam no rio Paunini. Com a saída do rio Jaú, afirmou que parou de trabalhar no rio Unini.

Relatou que, com a ida para Novo Airão, começou a trabalhar mais exclusivamente com a pesca, mas, antes de sair da boca do rio Jaú, já possuía três barcos. Nasceu em Manaus. O pai era da Paraíba e mãe dele do rio Purus. Já a esposa do dele, segundo o próprio, seria natural de um município amazonense.

(5) um regatão, com pouco mais de cinqüenta anos no ano 2005, que contou ter ido para o rio Unini aos catorze anos, onde permaneceu até os 22. Com a criação do PARNA-Jaú e as limitações que começaram a incidir sobre as atividades dos “regatões”

---

<sup>308</sup> Entretanto, suspeitamos que a saída deu-se um pouco antes dessa data, pois o flutuante ficou onde era o sítio dessa família.

<sup>309</sup> Ou seja, ele e sua esposa possuíam um pouco mais de cinqüenta anos, no momento da entrevista.

<sup>310</sup> Entrevista realizada pela autora em 13/12/2004, em Novo Airão. A entrevista foi registrada em diário de campo.

<sup>311</sup> Explicou que, em cada colocação, havia de oito a dez estradas de seringa, com quatro ou cinco homens trabalhando em cada uma, e que, dentro de um igarapé, existiam quatro colocações.

que operavam nos rios Jaú e Carabinani decidiu ir para Novo Airão, estimando a saída em 1985. Ficou no município por pouco tempo, para então retornar ao rio Unini. Ainda regateava nesse rio em meados de 2005, apesar de se ter mudado para Novo Airão<sup>312</sup>.

(6) um ex-morador do rio Unini que narrou ter saído do rio atrás de “recursos” (termos dele), por só possuir até o ensino fundamental e também porque a cachoeira do rio secava e ficava difícil o acesso.

Chegou a morar na comunidade São Lázaro, que se localizava no rio Unini, na foz do rio Preto. Deixou-a em 1994. O terreno dele era comprado no rio Preto, porém não voltou mais nele, calculando que não iria para lá há uns seis, oito anos, por ter vendido o seu “motor” (termo local). Nasceu e foi criado no rio Unini. No momento da entrevista, afirmou que tinha um emprego em uma fazenda e não botava roçado há cinco anos.

Explicou que se casou duas vezes e resumiu suas andanças assim: primeiro, morou no Castanhal, no seu sítio, com a primeira esposa por quatro anos; depois, mudou-se para Novo Airão pela primeira vez, há vinte anos atrás (ou seja, em 1984, aproximadamente). A princípio queria montar um comércio com a esposa no município, mas não deu certo, separou-se dela; com a separação ele se mudou para o município pela primeira vez.

Casou-se novamente, com uma mulher natural do rio Unini, da comunidade Lago das Pedras, retornou para o Castanhal, onde ficaram por dois anos. Retornaram para a comunidade Lago das Pedras, mas não deu certo, retornaram para o Castanhal. Mudaram-se novamente para Novo Airão. A mãe do nosso interlocutor, segundo ele, era natural do Ceará e o pai era da Paraíba.

### **3.1. Motivos das saídas do PARNA-Jaú, vinte anos depois**

Em Novo Airão, foi identificada a existência de um discurso oficial em torno da data de saída em 1985 que deve ser compreendido em função do atual momento mobilizatório dos ex-moradores estabelecidos no município. Consideração que também deve ser observada para interpretarmos os motivos ressaltados pelos ex-moradores contatados em Novo Airão para suas saídas da parte central do PARNA-Jaú.

---

<sup>312</sup> Tivemos dois encontros com seu João Andrade, um em 11/12/2004, em Novo Airão, e outro em 30/07/2005, no rio Unini, na comunidade Tapiíra. A entrevista gravada foi a da última data e contou com a presença de outras entrevistadoras da equipe de pesquisa: Lúcia da Costa Ferreira, Ana Beatriz Vianna Mendes, Simone Vieira de Campos.

Os principais motivos citados pelos ex-moradores que deixaram os rios Jaú e Carabinani para suas saídas do PARNA-Jaú foram:

**Tabela 17.** Motivos alegados como decisivos por ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani na escolha de migrar para Novo Airão:

Motivação	Número de citações por grupos domésticos	Observações
Pressão do IBDF/IBAMA	13	Incluimos a fala de um ex-regatão do rio Jaú, que deixou esse rio em 1985, quando se mudou para o rio Unini, ou seja, na tabela 16 apareceu incluído entre os ex-moradores do rio Unini.
Diminuição do número de regatões	6	
Falta de acesso à saúde/problemas de saúde	4	
Busca de melhor acesso aos estudos	1	
Número de grupos domésticos entrevistados	22	

**Fonte:** elaboração da autora a partir de viagem de campo, em novembro-dezembro de 2004.

Separamos os motivos alegados por aqueles que saíram dos rios Jaú e Carabinani daqueles alegados pelos que saíram dos rios Unini e Preto. Assim, entre os ex-moradores que foram encontrados em Novo Airão que tinham vindo do limite norte do parque, encontramos interpretações mais diversificadas para o abandono dos antigos sítios:

**Tabela 18.** Motivos alegados como decisivos por ex-moradores dos rios Unini e Preto na escolha de migrar para Novo Airão:

Motivação	Número de citações por grupos domésticos	Observações
Falta de escola para os filhos	4	
Declínio de alguma atividade agroextrativista	1	
Diminuição de regatões	2	
Casamento	1	
Distância	1	Filha interpretando a decisão dos pais
Falta de comunicação	1	Filha interpretando a decisão dos pais
Falta de médico	1	Filha interpretando a decisão dos pais
Dificuldades de escoamento da produção	1	
<b>Número de grupos domésticos entrevistados</b>	<b>8</b>	

**Fonte:** elaboração da autora a partir de viagem de campo, em novembro-dezembro de 2004.

Com a exceção de uma ex-moradora do rio Unini que deixou seu lugar na comunidade Tapíira, os demais ex-moradores do rio Unini por nós contatados em algum momento de sua trajetória de deslocamento residiram nas altas partes do rio Unini, nas proximidades ou dentro do rio Preto.

Convém então detalhar algumas das especificidades dessa região do rio Unini. Principalmente, as saídas pós-2000, mesmo que indiretamente, correlacionaram-se ao fim da comunidade São Lázaro, no ano de 2000, que segundo os relatos, em torno de 6 meses a um ano depois, teria sido transformada em uma pista de pouso construída para receber os turistas, clientes de um empreendimento dedicado a praticantes de pesca desportiva e recreativa. Destarte, a chegada dos empreendimentos turísticos apareceu como um elemento complexificador do uso da área, dificultando a realização de atividades extrativistas, como a extração de castanha, e o trânsito pelo rio.

Para se ter uma idéia de como mesmo no rio Preto, apesar da distância, houve ex-moradores que continuaram freqüentando a área, citamos o caso de um ex-morador do rio Preto que narrou que tinha ido três vezes ao seu antigo terreno no ano de 2004 para “quebrar castanha” (termo local), pois possuía o título da terra da família. Ele apontou que os hotéis e acampamentos de pesca, que estimou serem três empreendimentos em

2004, não permitiam o acesso aos antigos lugares por parte daqueles ex-moradores que não tivessem os títulos de propriedade.

Os motivos mencionados pelos ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani para o abandono da área, por causa da criação do PARNA-Jaú podem ser divididos em pressões *diretas* e *indiretas*, e ao usarmos tal distinção inspiramo-nos em Sigaud (1979).

O primeiro tipo de pressão foi muito citado pelos ex-moradores, para referenciar episódios conflituosos envolvendo o órgão gestor do parque e terceiros. Raramente nossos próprios interlocutores assumiam que eram participantes de tais eventos, mas houve exceções. Historicamente, a pressão direta esteve ligada fortemente, embora não unicamente, à atuação do órgão gestor do parque, durante década de 1980.

Dos indivíduos que abordamos, encontramos um casal que reconheceu, entretanto, ter sido alvo da ameaça por um ex-chefe do parque em meados da década de 1980, quando residia na foz do rio Jaú. Forneceram alguns detalhes: o marido teria ido pescar e, enquanto estava ausente, sua mulher teria sido fiscalizada e pressionada para deixar a residência da família que se situava na “boca” (termo local) do rio Jaú, com a ameaça de que, se eles não deixassem o lugar, a casa seria incendiada.

Outra referência freqüente de pressão direta é a de moradores que tiveram “carne-de-caça” (termo local), que estavam em panelas, e que seriam para auto-consumo, e que foram jogadas fora por funcionários do IBAMA e/ou vigilantes.

Assim, os relatos sobre ameaças, armadas ou não, e sobre as panelas com carne foram muito freqüentes, mas a maioria dos nossos interlocutores, quando questionados mais diretamente sobre o assunto, detalhava que os episódios referiam-se a conhecidos e não a si próprios. Não pudemos levantar se isso se devia ao desejo de não se expor, ou se isso conformava uma espécie de ideologia, cuja existência não deixa de ser relevante.

O que categorizamos como *pressão indireta* diz respeito a determinadas proibições ou limitações a usos de recursos, como, por exemplo, determinações e/ou ações no sentido de disciplinar o uso de recursos pelos então moradores: (1) impedimentos a

roçados novos; (2) impedimentos a atividades de pesca e caça comerciais. Além de outras determinações existentes quando os ex-moradores encontravam-se ainda no parque como: (1) proibição à entrada de comerciantes não residentes; (2) sujeição a atividades fiscalizadoras; (3) controle de entradas e saídas tanto de moradores quanto de seus familiares; (4) proibição ao transporte de mantimento durante as viagens. A falta de infra-estrutura, tais como escolas e postos de saúde, também foi por nós enquadrada entre essas pressões indiretas.

#### **4. A Ação Civil Pública (ACP)**

Se o relato é fundador e organizador, como afirma Certeau (1994), a existência de uma ação civil pública (ACP) referente ao PARNA-Jaú é parte da própria consolidação da unidade de conservação enquanto tal. Embora criticada por algumas das partes envolvidas na implementação do parque, como o IBAMA e a FVA, ela opera mesmo que indiretamente como um elemento legitimador da UC.

Isso porque, em momento nenhum, esse instrumento questiona a existência do parque ou sequer muitos dos termos utilizados para o pensar, apesar criticar a maneira de sua criação e implementação e os seus efeitos sobre a vida de seus moradores e ex-moradores.

Retomando Certeau (1994: 200) “todo relato é um relato de viagem” e os relatos são também “ações narrativas”, pois também “organizam as caminhadas”, além de descrever o espaço e de criar suas fronteiras<sup>313</sup>. Assim, os relatos não são o império da passividade, possuem também um caráter demarcatório que aparece muito nitidamente nos discursos jurídicos. Destarte, os “juízos interlocutórios” dos magistrados comporiam meta-relatos, construídos pela “bricolagem” de histórias anteriores que foram colocadas em um todo, apesar das inúmeras divergências internas entre as suas partes

---

<sup>313</sup> Destacamos que o espaço é entendido por Certeau como o lugar praticado, ao qual ele atribui a idéia de movimento e o lugar, como “uma configuração instantânea de posições” que indica uma estabilidade (CERTEAU, 1994: 201-203). Trata-se, portanto, de uma concepção distinta da de Augé (2003), que usa o termo espaço para se referir mais aos não-lugares, embora não se restrinja a tal uso, pela maior abstração e multi-referencialidade do termo. Já o termo lugar ou lugar antropológico de Augé (2003: 76), como discutimos na Introdução desta tese, ele o usa para se referir aos lugares do sentido, inscritos e simbolizados. Usamos o termo espaço mais no sentido de Augé e também em um sentido mais genérico, para designar os lugares de Certeau, entretanto, no corpo do texto, tivemos a intenção de respeitar a própria linguagem deste autor.

constituintes (CERTEAU, 1994: 207-208 e 212).

Pensaremos a ACP sobre o PARNA-Jaú, com o pressuposto de que legitima a UC, em decorrência de que, nela, o parque é representado como um fato consumado, previsto legalmente e positivo do ponto de vista da conservação ambiental. Complementarmente, defenderemos que esse instrumento jurídico simbolizou uma tentativa de se fazer história (SIGAUD, 1979; AUGÉ, 2003) e uma expansão da atuação de um grupo de ex-moradores do parque a uma arena não-local.

Outrossim, a ação permite vislumbrar como a categoria população tradicional pode ser utilizada na jurisprudência e refletir a respeito das conseqüências disso e a respeito das dificuldades de englobar todo um grupo de indivíduos no modelo de conduta implícito ao termo (CREADO *et al.*, 2006). E, por outro lado, discutir a transformação de uma comunidade em ator político e figura jurídica (DAS, 1999; CHAGAS, 2001), pois é uma transformação que gera efeitos internos ao grupo, como a tentativa de controle e repressão da diversidade.

Por conseguinte, descreveremos o surgimento da ACP, a ação em si mesma, salientando algumas das divergências argumentativas entre as partes envolvidas no processo, e, enfim, a dificuldade dessa arena jurídica contemplar importantes características dos moradores e ex-moradores, tais como a heterogeneidade do grupo e uma relação com espaço mais fluída do que a reconhecida nos meios legais.

#### **4.1. A Comissão de Ex-moradores**

As origens da ACP remontam à formação de uma Comissão de Moradores e Ex-Moradores do rio Jaú, formada em Novo Airão, em 2002, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão (STRNA). É impossível, portanto, falar da ação, sem recuperar esse momento histórico e é isso que faremos no presente tópico.

A respeito do seu surgimento, um sindicalista do STRNA, entrevistado pela autora em dezembro de 2004, relatou que, em 26 de outubro de 2002, um casal morador do parque, de um lugar chamado Forquilha, procurou o sindicato para requerer sua

aposentadoria. Como não possuíam documentação de terra, não conseguiram o benefício.

A partir daí, sugerira-se uma reunião com, nas palavras dele, “essa população que existia e que existe até hoje dentro do parque”. A reunião ocorreu em 28 de outubro do mesmo ano, com as 44 famílias que compareceram à sede do STRNA. Dentre os presentes, dez indivíduos foram escolhidos para formar a comissão, e, no dia trinta, oficializou-se a formação em uma reunião mais ampla, com a presença da FVA, de vereadores municipais e de outros segmentos da sociedade local.

Em seu depoimento, o sindicalista justificou a iniciativa principal da comissão, a elaboração de um levantamento dos possíveis moradores e ex-moradores a serem contemplados financeiramente por um processo de regularização fundiária da parte central do parque, como uma estratégia para não se repetir as falhas dos três “movimentos anteriores” voltados à indenização e que acabaram frustrados<sup>314</sup>.

Henyo Barretto Filho (1999) abordou um desses “movimentos” (termo usado localmente), ocorrido em 1989, que se tratou de uma primeira tentativa de regularização fundiária do PARNA-Jaú e que contava com recursos advindos do Projeto Calha Norte. Entretanto, quando funcionários do IBAMA chegaram em Novo Airão para efetuar o pagamento, depararam-se com 100 moradores mobilizados em conjunto com a prefeitura, pelo não recebimento. Aceitariam o dinheiro somente se fossem realocados para um projeto de assentamento do INCRA, o Projeto de Assentamento Pacatuba. Segundo o autor, a prefeitura de Novo Airão almejava a transferência de eleitores de Barcelos para a jurisdição de Novo Airão (BARRETTO FILHO, 1999: 68).

Segue trecho da narrativa do sindicalista que versa sobre o começo do “movimento”

---

<sup>314</sup> Ao falar desses três momentos, lembrou mais detalhadamente de dois: um que fora capitaneado por um ex-morador apelidado Passarinho, e outro de 1989, mencionado no parágrafo seguinte do texto. Uma ex-moradora do rio Jaú, que foi da comissão até dezembro de 2004, narrou que o atual “movimento” em prol da indenização teria sido iniciado quando Frederico Arruda, hoje professor universitário no estado do Amazonas, trabalhava no IBAMA e teria incentivado as pessoas a lutarem nesse sentido, mas a sugestão era desacreditada. Na sua opinião, as pessoas sabiam que tinham direito à indenização, mas não tinham orientação (entrevista registrada em diário de campo, em 09/12/2004).

Em 19/12/2004, um outro ex-morador do rio Jaú, também da comissão, apresentou outra versão sobre a indenização de 1989. Ele e sua família já estavam em Novo Airão: contou que aconteciam reuniões no Centro Social e que era uma indenização só da “barraca”, só do “terreninho”, e o prefeito Wilton Santos teria achado que o valor deveria ser pelo menos o dobro. Para ele, seu Arruda viu o dinheiro e teria dito que o IBAMA queria que eles recebessem. O “Passarinho” teria ficado como o responsável por tudo, pois conhecia o pessoal; entretanto, mudou-se para o rio Unini e se casou por lá e nunca mais voltou, “e terminou, ninguém sabe mais de nada”.

mais recente:

*“(...) Então dia 30 de outubro para todos eles é o dia nacional do nascimento da comissão de ex-moradores e moradores atuais do Parque Nacional do Jaú. Então, isso se deu numa reunião maior, envolvendo os vereadores, a Fundação Vitória Amazônica, e outros segmentos da sociedade que estavam presentes naquela reunião ali. Então nós tivemos depois o processo, que eles não sabiam, eles tinham medo de encarar. Até porque já tinha surgido antes [o que] eles chamam de movimentos (...) Então, surgiu o primeiro movimento que não deu certo. Surgiu o segundo movimento que também não deu certo. E surgiu então esse que eu estou trabalhando agora. É o terceiro movimento, né? Mas o primeiro e o segundo, não se deu... de forma como a gente fez o processo. Então, o processo se deu assim: ter todos os levantamentos de dados dos ex-moradores aqui, levantamento de provas que poderiam provar que eles tinham morado dentro do parque. A existência realmente deles dentro do parque. Até porque de 1985 para cá já faz alguns anos, né? Então, a gente conseguiu um documento do ITERAM, na época, de 1986. Nós conseguimos uma lista de nomes desde quando a Fundação Vitória Amazônica começou a trabalhar dentro do Parque Nacional do Jaú, né? E nós fomos fazendo o levantamento dos nomes aqui fora... Apareceram várias pessoas, muitas e muitas e muitas. E a comissão ela tinha um processo de identificar as pessoas (...)*

*Depois disso tudo (...) tivemos uma reunião, aqui em Novo Airão, e que teve que se trabalhar com a questão de indenização dos ex-moradores e moradores atuais, né? Para que eles pudessem receber essa indenização. E trabalhamos o ano, terminamos outubro, novembro, dezembro, chegamos a maio de 2003, onde houve aqui em Novo Airão, a primeira oficina sobre uso adequado de recursos naturais. Foi aquela pizza toda, todo mundo envolvido e tal. E... chamados os órgãos do governo, aonde veio o IBAMA, e a comissão estava lá presente para perguntar do IBAMA se tinha ou não tinha direito à indenização. Aí faltava um documento para nós que era o documento de plano de manejo do Parque Nacional do Jaú, que depois chegou às minhas mãos e a gente começou, então, a ler aquele processo, documentação e tudo (...)* (em entrevista à autora em 06/12/2004).

No ofício do STRNA que relatava a formação dessa comissão<sup>315</sup>, constava que a comissão fora criada “para representá-los junto aos órgãos governamentais (Municipal, Estadual e Federal), com o objetivo de reivindicar os direitos e interesses dos moradores dessa referida área”.

Nosso primeiro contato com a existência da comissão foi em fevereiro de 2003, antes da ACP. Em um relato colhido no dia 18, uma ex-moradora que integrou a comissão até dezembro de 2004, foi questionada sobre se o IBAMA soubera da iniciativa deles. Respondeu acreditar que sim, mas “por notícia”, ou seja, informalmente e, inclusive, expôs que alguns funcionários do IBAMA dificultaram um pouco o trabalho da comissão; o esposo dela, também ex-morador, emendou que alguém fora atrás de funcionários do IBAMA para pegar um registro de entradas e saídas dos moradores do parque, mas que eles “faziam estória”<sup>316</sup>.

Nesse mesmo depoimento, a senhora acima detalhou-nos algumas das atividades da

<sup>315</sup> Ofício circular n.º 001/2002 – SPA/STRNA. Lido em 16/02/2003, consultado através de um ex-morador do parque, hoje residente no bairro Olaria, no município de Novo Airão, estado do Amazonas.

<sup>316</sup> Registro em diário de campo. Entrevista realizada em Novo Airão (AM).

comissão: (1) tirar os documentos pessoais dos ex-moradores que não os possuísem e verificar quem dos que ainda moravam no rio Jaú gostaria de deixar o local; (2) elaborar fichas dos interessados na indenização e no reassentamento; (3) organizar as fichas digitalmente e as enviar para Brasília, para o Presidente da República. Afirmou que, em abordagens iniciais junto aos ex-moradores residentes em Novo Airão, a comissão verificou que a maioria não almejava retornar à área do parque, preferindo a indenização e o reassentamento, pois na cidade “todo canto tem dono” e faltam empregos.

Segundo a mesma interlocutora, previa-se que a viagem à parte central do PARNA-Jaú ocorreria no dia 09/03/03 e duraria 15 dias. Segundo o sindicalista, entrevistado em momento posterior, a viagem para efetuar o levantamento junto aos moradores remanescentes acabou ocorrendo apenas em 6 de julho de 2003. A expedição contara com a presença dele, de membros da comissão e das esposas de dois deles, e mais duas estrangeiras, que possuíam laço de cooperação da FVA e que solicitaram ir junto.

A expedição da comissão, entretanto, não teve rebatimentos muito positivos junto a todos os moradores remanescentes, como o reconheceu o próprio sindicalista, nem junto à parte da FVA e do IBAMA, porque teria gerado muita falação e preocupação dentro do rio. O mesmo se verificou em relação ao envolvimento do sindicalista na comissão, sem nunca ter residido no interior do PARNA-Jaú, não sendo consensual junto a moradores remanescentes e até mesmo dentro do IBAMA e da FVA, pelo possível uso político da questão<sup>317</sup>.

Já o primeiro contato formal com o IBAMA sobre o tema teria sido uma conversa com funcionários do órgão, durante a “Oficina sobre Uso Adequado de Recursos Naturais”, realizada em Novo Airão em maio de 2003. A parceria da comissão com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), parte da rede de relações institucionais do STRNA, principiou também em 2003 e o acesso ao documento do Plano de Manejo, foi posterior a essa oficina<sup>318</sup>.

Sobre a história da comissão, vale mencionar alguns detalhes que foram narrados por dois outros ex-moradores que também integraram a comissão. O primeiro deles

---

<sup>317</sup> Ouvimos vários relatos nesse sentido, durante pesquisa de campo em Novo Airão, em novembro-dezembro de 2005, e em pesquisa de campo ao PARNA-Jaú e a Manaus, em julho-agosto de 2005.

<sup>318</sup> Entrevista realizada pela autora com membro do STRNA, em Novo Airão, em 06/12/2004.

chamaremos de seu “R”. Ele contou que, quando conheceu o sindicalista acima, havia ido atrás de documento para entrar no sindicato e o mesmo teria perguntado se lá onde morava era parque e já teria sugerido a mobilização. “Seu R” deixou “aquilo de mão”. Depois de um tempo, outros ex-moradores foram à casa dele para formar a comissão, para se conseguir os “direitos”<sup>319</sup>. Por conseguinte, pode-se inferir uma existência prévia do interesse do STRNA de se envolver com a reivindicação de direitos fundiários de moradores e ex-moradores do PARNA-Jaú.

O segundo relato é o de uma ex-moradora que chamaremos de “dona I”, e que fez parte da comissão até dezembro de 2004<sup>320</sup>. Segundo ela, a criação da comissão foi registrada em cartório, e, depois, eles precisavam fazer a viagem ao parque. Para isso, alugaram um barco, a FVA ajudou com o combustível e um vereador de Novo Airão, que também trabalha com pesca comercial e ornamental, ajudou com o óleo. E as despesas, “cada um vez seu ranchinho e levou”. Nos oito dias de viagem ao rio Jaú, fizeram reuniões em cada uma das comunidades, dizendo que tinham ido para ver se as pessoas queriam a indenização, e, na sua maioria, as respostas eram positivas, mas a saída era condicionada à chegada da indenização. A comissão dizia aos moradores remanescentes que, enquanto não houvesse a indenização, não parassem de plantar, nem de criar.

Na descrição de “dona I”, o levantamento junto aos ex-moradores veio depois do levantamento dos moradores. E, ao todo, a comissão chegou a localizar 65 famílias morando em Novo Airão, e 42 no rio Jaú. Contou ainda que as cartinhas manuscritas dos ex-moradores, posteriormente anexadas ao processo da ACP junto com o levantamento, foram enviadas assim mesmo, sem serem passadas a limpo, por sugestão do sindicalista mencionado acima, apesar das pessoas terem ficado envergonhadas, em função de erros ortográficos. O sindicalista temia que, se digitalizadas e impressas, as cartas tornar-se-iam menos condizentes com a realidade deles.

Esse material, juntamente com os demais frutos do trabalho do levantamento, foi

---

<sup>319</sup> Entrevista realizada pela autora em 19/12/2004, no bairro do Xicó, em Novo Airão. Registro em diário de campo.

<sup>320</sup> Entrevista realizada pela autora em 09/12/2004, em Novo Airão. Registro em diário de campo.

anexado ao processo da ACP. Nas cartas, estão registrados vários tipos de informações como: (1) quais seriam as benfeitorias abandonadas no parque; (2) como se vivia lá; (3) como se deu a saída e a adaptação a seus novos “lugares” (termo local); (4) além de cálculos do valor da indenização, alguns deles baseados no quanto de renda era auferida à época do abandono dos sítios, por meio de diversas atividades agro-extrativistas.

A decisão estratégica do sindicalista de manter parte significativa desse material em forma manuscrita culminou em um forte efeito visual, pois ele se destaca intensamente do processo em si, de aspecto formal e impessoal (ver fotos 20 e 21).

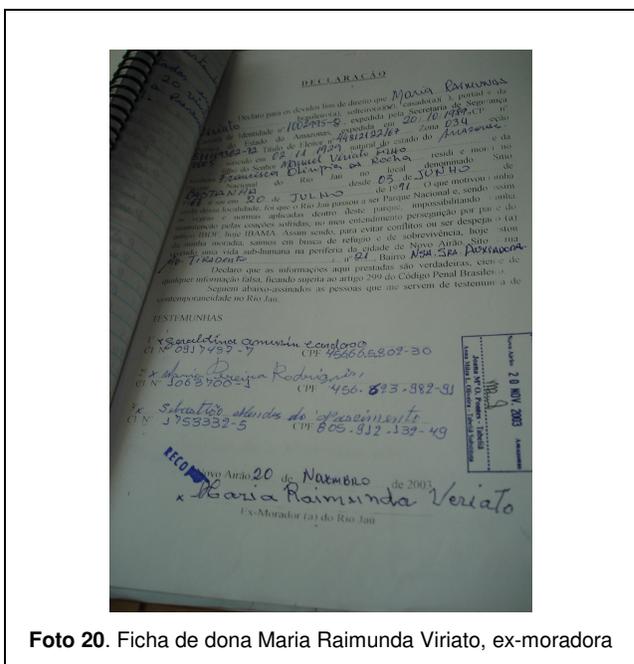


Foto 20. Ficha de dona Maria Raimunda Viriato, ex-moradora

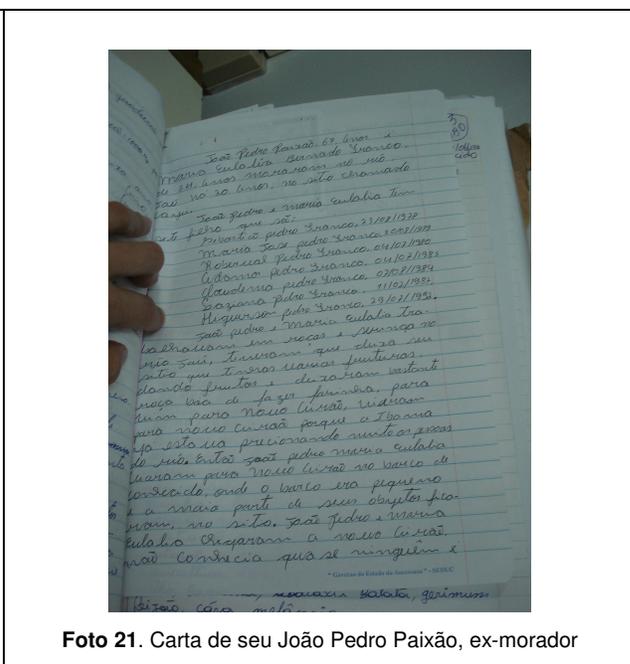


Foto 21. Carta de seu João Pedro Paixão, ex-morador

Ainda, na descrição de “dona I”, indagamos se a comissão não tinha pedido auxílio financeiro para uma outra viagem que tinham planejado fazer a Brasília, para pedir apoio ao governo federal, e que não se realizara por falta de recursos financeiros. Ela respondeu, então, que, se estavam fazendo movimento contra o IBAMA, e a FVA trabalhava com o órgão, era complicado solicitar-lhes auxílio. O que indica ter havido um afastamento da FVA, ao longo dos trabalhos.

O trabalho de suporte do STRNA à comissão conteve um curso de formação, no qual a

fonte principal foi o Plano de Manejo<sup>321</sup>. O curso também visava delimitar quais seriam as atividades e o escopo das reivindicações, assim o trabalho de mobilização incluiu a produção de uma narrativa política em torno da experiência da perda (cf. SCOTT, 1999; KIRSCH, 2001), cuja elaboração, entretanto, não se deu sem dificuldades, como destacou o próprio sindicalista:

*“(...) num primeiro momento eu senti muita dificuldade de trabalhar com eles (...), até para ganhar o grau de confiança (...)*

*Então a comissão, nós passamos aqui [na sede do STRNA], aqui tinha um monte de plaquinhas (...) Fiz um trabalho de noventa dias de curso, para entender o quê que é unidade de conservação, o plano de manejo, o sistema nacional de unidades de conservação - que é o SNUC, né? -, de conservação da natureza. E dizendo os artigos, onde nós estávamos encaixados no caso de pleitear, reivindicar os direitos junto ao IBAMA. Então nós passamos noventa dias trabalhando, toda noite nós vínhamos para cá, e dizer qual que era o papel da comissão, o que a comissão podia tá defendendo, estar reivindicando, que não poderia ter muitas coisas para estar reivindicando ao mesmo tempo, e sim primeiro uma (...) Num primeiro momento, a gente sentiu dificuldade porque eram dez. Então, assim, nós tínhamos muitas cabeças pensantes, mas que cada um pensava para si. Sabe: “eu penso assim”. Não pensava no coletivo, pensava em si. Aí nós precisávamos de um levantamento para oficializar (...) o nosso processo legal mesmo, para se dar assim dentro e fora, né? Então nós fizemos uma viagem no dia 6 de junho de 2003. Nós fizemos uma viagem ao rio Jaú, até a comunidade do Tambor, e lá nós fomos fazer o levantamento de quem queira ficar dentro do parque e de quem queria sair do parque. Então nós encontramos três pessoas das 42, das 43 famílias, que queriam ficar dentro do parque. Acontecesse o que acontecesse, eles queriam ficar dentro do parque. E as outras famílias de rio Jaú e Carabinani, eles saíam desde que fossem indenizados e que tivesse um local para eles viverem. Bom, depois dessa viagem, eles ficaram mais, assim, mais fortalecidos, puderam ver os seus lugares (...) ter um contato com os primeiros amigos deles, né? E já de forma de liderança, de estar defendendo o direito deles (...)” (em entrevista à autora, em 06/12/2004).*

Finalizando a reconstituição dos passos da comissão, no período anterior à ACP, o presidente do sindicato narrou que o primeiro contato com o Ministério Público Federal (MPF) efetuiu-se em 16 de dezembro de 2003. Todavia, nessa oportunidade, o assunto de pauta inicial era o processo de identificação de quilombolas no rio Jaú<sup>322</sup> e, no final, outras duas reuniões aconteceram, uma delas com a FVA e outra com o procurador Ricardo Kling Donini.

A partir desse conjunto de reuniões, os procuradores redigiram um Termo de Compromisso proposto pelo MPF, que foi enviado ao IBAMA de Brasília, o qual se recusou a assinar o documento, culminando na decisão pelo tortuoso e incerto caminho judicial, que passaremos a descrever.

<sup>321</sup> Como já apareceu na transcrição da entrevista com o sindicalista, acima.

<sup>322</sup> Processo de identificação abordado no capítulo anterior.

## 4.2. O processo da ACP

O MPF, representado pelo procurador da República Ricardo Kling Donini e sua assessoria, efetuou uma reunião, em 16 de dezembro de 2004, para tratar da regularização fundiária do PARNA-Jaú. Participaram dela dois representantes do IBAMA, o então chefe do parque e um funcionário ligado à ESEC-Anavilhanas, quatro integrantes da FVA, alguns membros da Comissão de Moradores e Ex-Moradores do PARNA-Jaú, e o sindicalista da STRNA, referenciado no tópico anterior<sup>323</sup>.

Com base na reunião, o MPF elaborou um Termo de Compromisso, datado de 19 de dezembro de 2003, que visou: (1) forçar a Divisão de Regularização Fundiária, ligada à DIREC-IBAMA, a efetuar a regularização fundiária da UC, via indenização e/ou reassentamento, priorizando os que já abandonaram seus sítios e se mudaram para Novo Airão e aproveitando o material produzido pela comissão; (2) comprometer o IBAMA, via o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais (CNPT), com a criação de uma RESEX no rio Unini e a estruturação imediata de seu Conselho Deliberativo; (3) que a indenização, no caso daqueles que não fossem transferidos para a RESEX, se orientasse pelo conceito de posse agroextrativista ou posse tradicional, que constava no Plano de Manejo do parque (cf. FVA/IBAMA, 1998); (4) que o reassentamento fosse feito em área com características similares às dos locais originais e fosse acordado pelas partes, nos termos do SNUC (cf. BRASIL, 2000), e que o IBAMA desse assistência técnica de, no mínimo, um ano àqueles que fossem realocados.

Malgrado a boa intenção do MPF, a proposta não foi acatada pelo chefe da direção responsável pela regularização fundiária do IBAMA em Brasília. O coordenador da área, à época, era Osnil José Nepomuceno. Foi alegada a existência, no órgão, de um planejamento para a realização de atividades relacionadas ao processo de regularização fundiária dessa e de outras UCs federais. A partir da recusa, o procurador decidiu pela ação<sup>324</sup>.

---

<sup>323</sup> A menos que se referencie em contrário, a fonte utilizada neste tópico será a ACP, processo número 2004.32.00.001762-9, impetrada na Justiça Federal, na 3a. vara da seção judiciária do Amazonas.

<sup>324</sup> A informação de que a decisão de se montar a ação foi tomada a partir dessa recusa foi-nos relatada pela então assessora do procurador, no dia 19/11/2004, em Manaus, e também pelo então antropólogo do MPF, na mesma data. Fonte: registro em diário de campo.

As reivindicações do pedido inicial da ACP<sup>325</sup> foram semelhantes aos pontos pleiteados no Termo de Compromisso. Sua justificativa jurídica respaldou-se na lei 9.985/2000, especialmente nos artigos que referenciam a existência de populações tradicionais em UCs e estabelecem as diretrizes de regularização fundiária diante de sua presença. Outra fonte argumentativa foi o Plano de Manejo, sobretudo o item “Situação Fundiária” e a sua análise da posse agroecológica ou agroextrativista. Todavia, o plano era anterior à aprovação da versão final do SNUC, o que não deixou de ter conseqüências sobre os desenvolvimentos posteriores da ACP.

O pedido solicitou também uma indenização por danos morais a cada uma das famílias de moradores e ex-moradores. Alegou-se a ausência de regularização fundiária até o presente, interpretada como fonte geradora de inseguranças psicológicas, e os efeitos das restrições de usos de recursos trazidas pelo advento da UC<sup>326</sup>. O valor solicitado foi o de cinco mil reais para cada uma das famílias.

Para se respaldar contra uma possível alegação dos advogados da União e do IBAMA de restrições orçamentárias, o MPF sublinhou que a regularização fundiária tratava-se de uma determinação legal, mesmo havendo apenas a indenização das benfeitorias das posses. Outrossim, o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) foi apontado como fonte possível de recursos para a criação da RESEX-Unini<sup>327</sup>. E, para o caso de uma escassez dos recursos, pleiteou-se a responsabilidade subsidiária da União, ou seja, o comprometimento da União, à qual caberia prever recursos para a regularização fundiária das UCs<sup>328</sup>.

Ao final do pedido inicial, o MPF tornou a evidenciar a conveniência da ACP, pois os efeitos da criação do parque persistiriam até o momento atual<sup>329</sup>:

*“(...) A falta de regularização fundiária do Parque Nacional do Jaú, por si só, evidencia fatos cuja gravidade piora dia a dia para a população atingida, sendo que muitas pessoas já deixaram a*

---

<sup>325</sup> O pedido apresentava a data de 26 de março de 2004.

<sup>326</sup> Elencou-se, por exemplo, o artigo 37, parágrafo sexto, da Constituição Federal, que trata da responsabilidade civil do Estado por ato de seus agentes.

<sup>327</sup> Programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado pelo IBAMA, com recursos provenientes do Banco Mundial (BIRD) e o WWF (Fundo Mundial para a Natureza), criado pelo Decreto 4.326/2002 (Fonte: ACP).

<sup>328</sup> Foram citados os 20% do orçamento da União, provenientes de tributos variados (impostos, contribuições sociais e intervenção no domínio econômico) e que são desvinculados de fins prévios, previstos no artigo 1, da Emenda Constitucional de número 27/2000.

<sup>329</sup> Trecho extraído da página 22 do arquivo “.doc”, com o pedido inicial da ACP, não paginado no original, repassado gentilmente por Ricardo Kling Donini, através de mensagem eletrônica à autora.

*área do Parque e hoje estão residindo na cidade de Novo Airão, sem haverem recebido a devida indenização; e outras ainda continuam na área no Parque, sem alternativas econômicas para sua subsistência, vivendo em condições de miséria (...)*”.

Resumindo, o pedido inicial continha as seguintes demandas e diretrizes: (1) a criação de um grupo de trabalho formado pelo IBAMA, a FVA e a comissão, para identificar os moradores e ex-moradores (destes somente os que deixaram a área a partir de 1985) a serem indenizados ou reassentados; (2) que esse grupo de trabalho estipulasse os valores das indenizações dos proprietários e dos posseiros, através do conceito de posse agroextrativista, e determinasse o local do reassentamento dos que o almejem; (4) determinou prazos para o funcionamento do grupo de trabalho e para o pagamento das indenizações; e (5) vinculou a criação da RESEX-Unini ao processo de regularização fundiária da área central do parque, composta pelos rios Jaú e Carabinani, dando o prazo de seis meses para que o CNPT criasse a RESEX, após a manifestação de interesse da AMORU.

O primeiro despacho da juíza, de 30 de março, foi favorável ao pedido de liminar do MPF. Destarte, o IBAMA e a União, representados por praticamente os mesmos advogados da Procuradoria da União do Amazonas, deram início a uma série de contestações. Os primeiros recursos datavam já do mês de abril.

Para os objetivos deste texto, o recurso em nome do IBAMA (ACP, folhas 306-314), merece maior detalhamento, pois, grosso modo, o recurso em nome da União (ACP, folhas 315-319) ocupou-se com a tentativa de exclusão da mesma do processo.

A primeira manifestação do IBAMA assumiu um tom professoral em relação a algumas colocações do MPF: (1) corrigiu que o PARNA-Jaú não era mais o maior PARNA brasileiro; (2) explanou que a reunião do dia 16 de dezembro de 2003 não era deliberativa e nem o poderia ser, porque aos funcionários do órgão que dela participaram não caberia a resolução fundiária de UCs<sup>330</sup>; (3) apontou que a ata não fora elaborada na hora e não era fiel aos acontecimentos; (4) defendeu que o Termo de Compromisso era inexato e tratava a questão fundiária incorretamente, pois a criação de UCs seria responsabilidade da Presidência da República; (5) colocou que a destinação de recursos para a regularização fundiária dependeria de dotação

---

<sup>330</sup> Essa função fica a cargo da DIREC-IBAMA, centralizada em Brasília.

orçamentária, a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

De modo geral, os advogados argumentaram que o IBAMA possuiria seus próprios procedimentos para concretizar o processo indenizatório, inclusive com autonomia para escolher quais os seus parceiros. Ressaltou, também, a ausência de reconhecimento legal da posse agroextrativista, pois não constou na versão final da lei do SNUC (BRASIL, 2000), razão pela qual o Plano de Manejo estaria sendo revisado.

Contestou-se ainda, a versão de que os moradores teriam sido retirados ou forçados a deixar a área central do parque, desde 1980. Conforme, a seguinte argumentação<sup>331</sup>:

*“(...) Deve-se registrar que a situação legal das terras ocupadas pelos moradores do Parque Nacional do Jaú não foi alterada com a criação do Parque. Quem é posseiro agora e, portanto, não tem sua situação fundiária legalizada, já não tinha antes. Também não houve nenhum tipo de pressão para que os moradores abandonassem a área e ninguém foi ‘retirado’ da área pelo IBDF/IBAMA. Assim, não se pode pretender caracterizar que o Parque trouxe prejuízo para os moradores. Na verdade, é a existência do parque que abre a possibilidade de regularização da situação deles. É absolutamente descabido pleitear indenização por danos morais simplesmente porque houve edição de um ato governamental, em respeito aos preceitos constitucionais, e em benefício da população brasileira. A população local não tem sido de nenhuma maneira cerceada na sua vida diária, a não ser pela exigência de cumprimento da Lei, o que não pode ser caracterizado como um problema causado pelo Parque. Respeitar a Lei é obrigação de todo cidadão, goste ou não. No Parque Nacional do Jaú as ações dos poucos funcionários do IBAMA se limitam a impedir a comercialização de caça, a captura e comercialização ilegal de peixes ornamentais e a comercialização de quelônios que moradores tentam realizar inclusive camuflando os animais em sacos de farinha de mandioca. No mais, fazem suas roças normalmente, praticam extrativismo e até trabalham como guias para os turistas que visitam o parque e vendem para eles artesanato, castanha, beiju e outros produtos. Não há como se falar em indenização por danos morais. A se aceitar esta tese, todo cidadão brasileiro que não gostasse ou se sentisse afetado por alguma ação governamental em benefício da coletividade passaria a ter direito de ser indenizado por danos morais em função dos problemas que estas medidas possam lhe trazer, ‘inclusive quanto ao aspecto psicológico’.*

*Também é preciso registrar que as pessoas que moram na mesma região, mas fora dos limites do parque nacional, têm condições de vida exatamente iguais às daqueles que estão dentro da unidade. Não há relação entre miséria e presença do Parque (...).”*

Pelo conteúdo textual do tópico seguinte da contestação, “Das dificuldades Orçamentárias” (ACP, folhas 312-313), infere-se que a regularização fundiária do PARNA-Jaú não era das mais prioritárias para o seu órgão gestor:

*“(...) O IBAMA administra 251 unidades de conservação federais criadas no País a partir de 1937. O problema fundiário do Jaú não é o mais grave que ainda se encontra pendente de solução. Também não é o mais antigo (...) Não se podem decidir essas questões sem uma visão de conjunto dos problemas e responsabilidades das instituições. Para administrar os problemas das unidades de conservação sob sua responsabilidade, com os recursos humanos e financeiros escassos de que dispõe, o IBAMA tem que agir de acordo com prioridades e oportunidades. No caso do Jaú, foi incluído desde o início das negociações do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA a previsão de recursos para solução do problema fundiário da unidade. Este*

<sup>331</sup> Reprodução parcial das folhas 309-312.

*ano, quando começam a ser liberadas as verbas do projeto, está previsto no orçamento o levantamento e compilação de dados, realização de estudos complementares, elaboração de diagnóstico e definição de ações a serem realizadas para solução do problema fundiário do Parque Nacional do Jaú. Desta maneira, será possível, na etapa seguinte, implementar as ações alinhadas, de forma correta e organizada. Já estão inclusive previstos recursos no ARPA para continuidade do processo de regularização fundiária. Estes recursos têm um fluxo pré-estabelecido através dos acordos bilaterais. Desta maneira, acatar o pedido da ACP e os prazos ali definidos só iria tumultuar o processo de regularização fundiária do parque, que já está sendo trabalhado, sem que existam fontes de recursos disponíveis para implementá-lo (...)*”.

Ao reiterar sua autonomia na escolha de fontes de informações, o recurso acenou para a possibilidade de utilização de dois levantamentos antigos sobre propriedades e posses dentro do parque: um efetuado pelo Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM), em 1985, e outro efetuado pela FVA, em caráter de consultoria, em 1997. Ressaltou, igualmente, que, na definição dos valores das indenizações, utilizar-se-iam os critérios legais vigentes e que não caberia aos indenizados ou à FVA estabelecê-los. Provavelmente, tal observação emergiu do fato de algumas das fichas e cartas elaboradas por ex-moradores estimarem valores para as propriedades e, na sua maioria, posses. Por fim, o representante legal pleiteou a improcedência da ACP.

No entanto, a segunda decisão da juíza federal (ACP, folhas 321-328) reconheceu a pertinência do papel do MPF ao impetrar a ACP. Contudo, acatou a argumentação dos advogados da defesa de que alguns dos elementos do pedido inicial não eram concernentes pela sua ênfase na posse agroextrativista, sem respaldo legal, pelo IBAMA já estar “desenvolvendo estudos”, no mesmo sentido do pedido da liminar, e pelo o fato do projeto ARPA prever recursos para a regularização fundiária e possuir seu próprio cronograma.

Apesar de reconhecer tais inadequações, a juíza acatou parcialmente as demandas do MPF. Seu despacho solicitou, porém, o acompanhamento das ações do IBAMA pelo Judiciário, através da apresentação mensal, pelo IBAMA, de documentos comprovando as medidas em prol da regularização fundiária do PARNA-Jaú, com uma multa de dez mil reais por dia de atraso. Solicitou, ainda, nova manifestação do MPF a respeito da solicitação da exclusão da União da ACP, por parte da defesa.

Após, a defesa reagiu através de dois pedidos de Agravos de Instrumento. Os dois documentos apresentavam as datas de 15 e 16 de julho de 2004, em nome,

respectivamente, da União (ACP, folhas 335-341) e do IBAMA (ACP, folhas 394-400). Nos dois, as argumentações foram muito parecidas: (1) solicitavam, novamente, a reconsideração da decisão da juíza e salientavam a impossibilidade jurídica da concessão de liminar<sup>332</sup>; (2) argumentavam a prescrição do prazo para o pedido de indenização por danos morais; (3) requeriam que, mantendo-se a decisão, o valor da multa fosse reduzido para dois mil reais por dia de atraso e o prazo de entrega dos relatórios fosse estendido para noventa dias. Por outro lado, no pedido em prol da União, rogou-se, mais uma vez, a exclusão da União como ré.

Contudo, o desembargador federal, presidente do Tribunal Regional da Primeira Região, manteve as decisões do segundo despacho da juíza, pela falta de elementos novos da defesa (ACP, folha 401).

Na manifestação do MPF (ACP, folhas 403-407)<sup>333</sup> posterior, de 26 de julho de 2004, sustentou-se novamente a hipótese da co-responsabilidade da União. Um ponto interessante a ser registrado foi reconhecimento da acusação da legitimidade da criação do parque, que reemergiu diversas vezes ao longo do processo:

*“(...) Não se objetiva com a presente ação, em nenhuma hipótese, combater a decisão política de criação do Parque Nacional do Jaú. O que se pretende é viabilizar a solução prevista em nossa legislação para as pessoas que tiveram suas vidas diretamente prejudicadas pela criação do Parque Nacional. Mais uma vez é válido ressaltar que há 24 anos as pessoas que vivem ou viviam no Parque Nacional do Jaú aguardam que o IBAMA e a União assumam suas responsabilidades legais (...)”.*

O IBAMA pronunciou-se novamente em texto com data de 20 de agosto de 2004 (ACP, folhas 409-418). Muitos dos seus termos são idênticos aos da primeira manifestação do IBAMA. O argumento que julgamos mais inovador e perspicaz foi a retomada da alegação da prescrição para o requerimento de indenização por danos morais. A defesa aludiu a uma lei, segundo a qual dívidas da União, estados e municípios prescreveriam após cinco anos a partir da data em que se originaram, lei que foi posteriormente estendida a autarquias ou entidades e órgãos para-estatais<sup>334</sup>. No mesmo sentido, citou a lei n.º 9.494, de 10/09/1997, especialmente o seu artigo 1º, que também estipula que

---

<sup>332</sup> Mencionava-se o terceiro parágrafo do artigo primeiro da lei 8.437/1992 e o fato de “não pode[r] haver medida liminar que esgote, mesmo parcialmente, o objeto da ação”.

<sup>333</sup> Como houve uma mudança de pessoal na Procuradoria da República, quem assinou essa resposta foi Izabella Marinho Brant. Ricardo Kling Donini, um dos responsáveis pelo pedido inicial, pediu transferência pouco após a ação ser impetrada. A alta rotatividade é freqüente, devida a estrutura da carreira e a forma de realização dos concursos do órgão.

<sup>334</sup> Referencia o decreto 20.910, de 6/1/1932.

danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos, passados cinco anos, não podem mais se sujeitar a pedidos de indenização pelos que os sofreram.

Da parte da União, um novo recurso foi apresentado, com uma argumentação fortíssima (ACP, folhas 420-429) que gostaríamos de detalhar mais minuciosamente. Manteve-se o pedido de sua exclusão da União na ação, e, como a contestação do IBAMA acima, alegou-se a prescrição para o pedido de indenização por danos morais.

A contestação argumentou, então, que não poderia existir dano moral desde que não houve regularização fundiária<sup>335</sup>. Destacou que os poucos funcionários do IBAMA só proibiriam a comercialização de alguns recursos da fauna e que, em tais condições, suas ações não resultaram em mudanças no modo de vida e no bem-estar dos residentes da UC. Contra a lentidão alegada para suas ações, colocou a seu favor a edição da lei 9.985/2000 e a publicação do decreto 4.340, de 22/08/2002, ironicamente devolvendo ao MPF a acusação de lentidão.

Essa contestação em nome da União trouxe uma grande guinada na linha argumentativa da defesa. Ela passou a discutir o como fazer a regularização fundiária e, para isso, entrou no mérito do que seriam tradição e populações tradicionais. Atingiu, portanto, a questão da operacionalização de noções que fazem parte de dois pólos dicotômicos, pois, os termos tradição e populações tradicionais referenciam-se ao que seriam modernidade e seus representantes modernos e a quem seriam os arcaicos, os tradicionais. Mas como fazer isso em um mundo onde proliferam os híbridos e onde as pessoas, em sua vida cotidiana, combinam técnicas e objetos mais ou menos tradicionais e mais ou menos modernos (LATOUR, 2000a)?

Para efetuar tal guinada, que muitas conseqüências práticas pode trazer ao processo de regularização fundiária do PARNA-Jaú, nem todas positivas do ponto de vista dos possíveis contemplados por esse processo, os autores do texto recorreram ao jurista Paulo Affonso Leme Machado<sup>336</sup> (ACP, folhas 426-427):

*“(...) A lei [9.985/2000] não definiu o que são ‘populações tradicionais’. Pode-se extrair do artigo 17, parágrafo 2º., e do artigo 20 orientações para a definição. **A população tradicional é a***

---

<sup>335</sup> Citou-se a lei n.º 9.985/2000, artigo 42, parágrafos 1º., 2º. e 3º.

<sup>336</sup> Referência da obra: MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 12a. ed. São Paulo-SP: Malheiros Editores, p. 787 *apud* ACP.

**população que exista numa área antes da criação da unidade de conservação, cuja existência seja baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais.**

**Temos duas condições para analisar uma população encontrada no espaço territorial a ser conservado: tempo de presença e modo como vem utilizando os recursos naturais. Uma das acepções aceitas para o termo “tradição”, é daquilo (bem, idéias, etc.) que se transmite de uma geração para outra. Assim, a população tradicional seria aquela que estaria na área, desde pelo menos seus pais. A tradição exigiria a prova dos ascendentes ligados à área ou ali presentes. Além dos laços de parentesco, leva-se em conta a população ‘que opta por adotar ou consertar uma série de práticas que são pouco invasivas, que são pouco destruidoras, ou que faz a opção por um certo tipo de uso de recursos’. Caso contrário, pessoas recentemente chegadas de fora ou forasteiros, isto é, populações adventícias estariam apresentando-se falsamente como população tradicional. Se a farsa fosse aceita, fomentar-se-ia a ‘indústria das indenizações’.**

**É preciso ainda perguntar: toda a população da área da nova unidade de conservação estaria abrangida no conceito? Temos duas situações: a população que vive numa área em que a situação fundiária esteja legalmente definida, tratando-se de empregados em relação aos proprietários da área e a situação em que as pessoas estejam na condição de posseiros. Não é admissível a confusão entre as duas situações, pois, do contrário, haveria duas indenizações ao mesmo tempo: aos proprietários da terra e aos seus empregados (...)** (negritos e sublinhados no original).

Posteriormente, o recurso afirmou categoricamente que o processo de identificação dos que serão indenizados ou reassentados, assim como a definição dos procedimentos a serem utilizados, caberia ao IBAMA, e, ainda, que não o seria a criação da RESEX. Demandou-se a extinção do processo e se argumentou que o pagamento de multa pela não entrega dos relatórios causaria danos à economia pública.

Voltaremos à definição acima de populações tradicionais, noção com a qual o próprio MPF fundamentou o seu pedido inicial. Da forma como definida acima pelo jurista, calca-se em dois condicionantes principais: o tempo de permanência dos residentes e um determinado tipo de uso dos recursos, pouco destruidor ou invasivo.

Duas associações extremamente problemáticas, pois, atentando para as inúmeras referências ao âmbito local do PARNA-Jaú, distribuídas ao longo do texto da tese, encontramos uma extrema mobilidade espacial tanto no caso dos moradores remanescentes quanto no caso dos ex-moradores, uma característica que Vianna (1996) já apontara para o que os estudos antropológicos convencionaram chamar de sociedades rústicas, as quais confusamente o movimento ambientalista, mas não somente ele, passou a denominar de populações tradicionais.

Por outro lado, a segunda associação possui uma extrema carga valorativa dos ditos

modernos sobre os tradicionais, polaridades que Latour (2000a) coloca em suspensão, no que diz respeito aos usos de recursos naturais (CREADO *et al.*, 2006). Ela, ainda, do ponto de vista prático, desconsidera as inúmeras dificuldades de se medir a sustentabilidade, no longo prazo (REID, 1995), e acaba por desprezar o direito à indenização daqueles que desempenham, desempenharam ou são associados a práticas tornadas mais clandestinas, no âmbito do PARNA-Jaú e da região do baixo rio Negro, onde a exploração de madeira e de recursos faunísticos para a comercialização por tais grupos humanos, são geralmente as mais reprimidas (REBELO, 2002; PEZZUTTI, 2003).

Na mesma direção segue a Instrução Normativa de número 9, de 24 de outubro de 2003, do IBAMA, que aborda os procedimentos internos da autarquia voltados ao processo de regularização fundiária de UCs<sup>337</sup>. No seu artigo 3º, no primeiro inciso, alínea i, que trata das indenizações de terras e benfeitorias em móveis de domínio privado, e no inciso segundo do mesmo artigo, alínea j, que trata de ocupações em terras públicas anteriores a criação de UCs, como parte da documentação exigida aos proprietários ou posseiros consta a exigência de: “prova de inexistência de débitos para com esta Autarquia decorrente de aplicação de multas ou de imposição de outras sanções administrativas por infrações ambientais de que trata a Lei n º 9.605, de 1998, e do Decreto n º 3.179, de 1999”.

Voltemos à descrição do processo. A réplica do MPF, de 8 de outubro de 2004, assinada por Carlos Henrique Dumond Silva (ACP, folhas 435-438)<sup>338</sup>, solicitou “a concessão da liminar nos termos da inicial”, ou seja: (1) a continuidade da inclusão da União no processo; (2) a não prescrição do direito à indenização por danos morais e a persistência destes; (3) a pertinência do trabalho de levantamento da comissão; e (4) a demanda do empenho do IBAMA na criação da RESEX-Unini.

Todavia, ao defender que os danos morais não prescreveram, o procurador reforçou a legitimidade da criação do PARNA-Jaú e da própria figura dos parques nacionais em geral:

---

<sup>337</sup> O documento foi acessado, após entrevista realizada pela autora com um analista ambiental que trabalhava na Coordenação de Regularização Fundiária da DIREC-IBAMA, em Brasília, em 08/11/2004.

<sup>338</sup> Em julho de 2005, soubemos que esse procurador juntamente com a procuradora Izabella Marinho Brant não se encontravam mais na procuradoria do Amazonas.

*“(…) Não se pode sustentar o argumento de que ocorreu a prescrição de qualquer dano moral causado aos moradores e ex-moradores do Parque Nacional do Jaú, passados 5 anos da data do fato. Com efeito, se passaram 24 anos desde que ocorreu a criação do PARNA. Mas não é a criação do Parque o causador de todo o sofrimento psicológico aos moradores e ex-moradores do local, e sim a não indenização ou reassentamento da população que lá originariamente vivia. A criação de Parques Nacionais, com o objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica é previsto em lei, o que é ilegal é que isso ocorra em detrimento das populações que o habitam, que devem ser devidamente indenizadas ou reassentadas (...)”.*

O MPF contestou ainda a afirmação de que o modo de vida dos moradores não fora alterado, desde 1980. Afirmou que os fatos falavam por si, e que só por se tratar de uma UC integral, isso teria impedido a realização de práticas antes costumeiras.

Nas folhas 448-449 do processo, o MPF solicitou a realização de uma inspeção judicial às comunidades do PARNA-Jaú, isto é, uma visita à área pela juíza, além de uma audiência testemunhal, a contar com a presença de dois membros da FVA, do presidente do STRNA e de moradores e ex-moradores do parque. Anexou, também, ao processo uma carta que a Comissão de Moradores e Ex-Moradores do parque enviara à ministra do MMA, Marina Silva, datada de 10 de agosto de 2004, na qual se reivindicava o encaminhamento da indenização e a agilidade no mesmo<sup>339</sup>.

Os pedidos foram acatados (ACP, folha 454) e uma audiência foi marcada para 16 de junho de 2005, que se realizou com a presença da juíza que acompanhou o processo desde o seu início, dos representantes do MPF e da defesa e das duas testemunhas da FVA.

Para a audiência, o advogado da União comprometeu-se a tentar o comparecimento do coordenador de regularização fundiária do IBAMA, do chefe do PARNA-Jaú, do gerente executivo do IBAMA-AM, e do superintendente do INCRA do Amazonas. A juíza destacou “entende[r] oportuna uma tentativa de conciliação entre as partes, finalidade que também será buscada na próxima audiência”. Inclusive, a presença de um representante do INCRA visaria a consideração da elaboração de um projeto de assentamento.

Ao término do encontro, nova audiência foi marcada para o dia 18 de outubro de

---

<sup>339</sup> Além da carta, foram anexados os ofícios em resposta ao seu recebimento. O primeiro era do gabinete da ministra, de 22/07/04, e notificava o reencaminhamento da carta ao IBAMA; o segundo, assinado por Boris Alexandre César, coordenador geral de regularização fundiária do IBAMA, acusava o seu recebimento, com a data de 11/11/2004.

2005<sup>340</sup>, com moradores e ex-moradores do parque.

Foi até esse ponto que acompanhamos a ACP, que continua em trâmite até a consecução do presente texto. Após a audiência de 16 de junho de 2005, mais duas audiências foram realizadas e uma estava prevista para 29 de agosto de 2006. Entretanto, não voltamos a campo desde agosto de 2005, então, encerramos nossa descrição dos labirintos da jurisprudência neste ponto para, abaixo, recuperar um pouco da cor local, orientando-nos pela argumentação e artimanhas jurídicas contidas na ACP<sup>341</sup>.

### **4.3. Interfaces entre arenas**

Como demonstrou José Heder Benatti, na sua análise jurídica da situação fundiária do PARNA-Jaú (cf. FVA/IBAMA, 1998), retomada pelo MPF no pedido inicial da ACP, a posse da terra é associada com o trabalho nela exercido por grande parte dos moradores e ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani. Uma representação que, dentre outros fatores, fez com que alguns ex-moradores dessa parte do parque que deixaram seus sítios e/ou moradias em função de pressões diretas e/ou indiretas do IBDF-IBAMA tivessem como estratégia individual a não participação nos trabalhos da Comissão de Moradores e Ex-Moradores.

Isso se verificou, por exemplo, nos depoimentos de dois regatões ex-moradores que conheciam a iniciativa, mas optaram pelo não envolvimento. Analisando a atual situação sócio-econômica de ambos, é preciso considerar também que, diferentemente de outros ex-moradores, ambos conseguiram uma estabilidade sócio-econômica relativa desde a saída, pois continuaram a atuar como regatões e adquiriram novo sítio ou nova moradia na sede municipal.

Um deles tinha na época da entrevista 76 anos<sup>342</sup>. Estava há doze anos em Novo Airão, tendo antes morado dez anos no rio Carabinani. Principiou a trabalhar no rio Jaú, antes,

---

<sup>340</sup> Depois, remarcada para 14/02/2006. Fonte: consulta processual no site <http://www.trf1.gov.br/> (acessado em: 20/07/06).

<sup>341</sup> Fonte: consulta processual no site <http://www.trf1.gov.br/> (acessado em: 20/07/06).

<sup>342</sup> A entrevista com ele e sua esposa foi registrada em diário de campo e realizada em dois momentos de pesquisa. As informações constantes nessa parte do texto remetem ao segundo deles, em 03/12/2004, em Novo Airão.

em meados da década de 1940. Ele e a esposa trabalhavam na Ana Grande, onde tinham roçado, nos seus dizeres: umas três “quadras”, e um seringal. Descreveram que moravam à direita de quem sobe o rio, mas trabalhavam à esquerda, no igarapé do Catrambi. Nesse tempo, “nós aviávamos gente para cortar seringa”, detalhou a esposa. Sobre a comissão, esse regatão afirmou: “se eu tivesse uma propriedade lá no Jaú e tivesse título definitivo, eu teria entrado nessa coligação do povo”. Completou e disse que não teria mais o que mostrar para comprovar sua posse, porque o seu sítio antigo estaria tomado por “capoeira”. No discurso do casal, houve, também, uma incorporação de que o título de propriedade da terra ou a posse de plantações maiores é o que validaria a demanda por indenização. O casal passou então a relembrar os nomes daqueles que julgavam enquadrar-se em tais critérios.

O segundo regatão expôs que chegara ao rio Unini aos catorze anos, onde ficou até os 22, quando foi com o patrão para o rio Jaú e lá permaneceu, devido a um convite de conhecidos seus que trabalhavam lá. Com a criação do parque e as limitações que começaram a incidir sobre as atividades dos regatões nos rios Jaú e Carabinani, resolveu retornar, em 1985, ao rio Unini, depois de um período de curta moradia no município de Novo Airão.

Até os dois momentos de entrevista que tivemos com ele, afirmou continuar o comércio no rio Unini, apesar de estar a residir novamente em Novo Airão, para que os filhos caçulas possam estudar. Seu último sítio teria sido o Goiabarana, no rio Preto, afluente do rio Unini, que calculou ter oito anos em 2005.

Em entrevista coletiva<sup>343</sup>, quando questionado sobre o porquê de seu não envolvimento com o trabalho da Comissão de Moradores e Ex-Moradores, explanou:

*“(...) Olha, é muito burocrático isso aí. Eu não tenho tempo pra isso não. Se eu não trabalhasse, eu podia até tá insistindo com isso aí. Você não sabe o quanto essas pessoas que tão envolvidas com isso aí já perderam (...) E outra, quando eu penso que o que eu plantei, ele não (...) tá sendo muito desperdiçado que alguma fruta os bichos tão comendo... No Sororoca, já morou gente lá, achou tão bom que achou um cupuzal, um sítio bom, laranja e tudo. É, me contaram em Novo Airão: ‘Rapaz, aquelas fruteiras agora voltou a dar fruta de novo’ (...) Isso pra mim é um prazer. Então, eu não sou de chorar leite derramado não, olha. Eu sou de tacar pra frente e procurar objetivo de conseguir as coisas (...)”.*

É curioso notar que, segundo o estudo de Benatti (cf. FVA/IBAMA, 1998), se houve

---

<sup>343</sup> A primeira entrevista foi em 11/12/04, em Novo Airão, e a segunda, em 30/07/05, no rio Unini, na comunidade Tapiíra. A entrevista gravada foi na última data e também tinham como entrevistadoras, além da autora: Lúcia da Costa Ferreira, Ana Beatriz Vianna Mendes e Simone Vieira de Campos.

abandono voluntário de uma posse e migração para uma outra no interior do PARNA-Jaú, somente a última será indenizada. Porém, em depoimento colhido em agosto de 2005, um ex-chefe do PARNA-Jaú, que ainda trabalhava no IBAMA-AM, deu-nos outra interpretação<sup>344</sup>. Para ele, pela lei, seriam indenizados aqueles que moravam no parque à época de sua criação<sup>345</sup>:

*“(...) Olha, mas aí tem um detalhe, você só indeniza aquilo que tinha no parque antes dele ser parque (...) E outra coisa, se ele sair de lá antes do parque ser parque, ele não tem direito a nada (...) Se ele plantar agora, resolver fazer (...) plantação, sei lá, de banana, não é indenizável. O que ele abrir agora não é indenizável, a indenização se dá em cima das coisas que existiam naquele momento (...) É tudo complicadíssimo. Tem um levantamento de 85 e tem um levantamento de 88. Aí que tá o grande pulo do gato nesta Ação Civil Pública, porque estão querendo fazer engolir uma lista de um sindicato rural que fez o ano passado, que sabe-se lá se é verdade ou mentira. Agora, tem uma lista oficial do IBDF de 85, é uma lista do Instituto de Terras do Estado do Amazonas, de 88, que tem lá o número de pessoas, a área de cada um, quantos metros quadrados de construção, tá tudo levantado (...) Então, assim, o risco dessas pessoas não receberem 1/10 do que elas estão pensando em receber é muito grande e o risco de uma boa parte dessas pessoas não receberem absolutamente nada é alto, não é pequeno, e é isso que a gente tá querendo evitar (...) Associado a quem saiu de lá antes do levantamento ter sido feito, associado a ter entrado depois que o parque é parque, associado a querer receber, mesmo que saiu depois que já era parque, receber por uma benfeitoria que não existe mais (...) Então, assim, vai gerar uma insatisfação muito grande a maneira como eu tô vendo isso, eu não quero que isso aconteça de forma alguma, mas eu tô enxergando que isso vai acabar acontecendo (...) A indenização era para quem era morador no momento em que se criou o parque (...)”.*

O analista ambiental observou acima que plantios recentes poderiam não ser indenizados. Como antevisto, a comissão, quando em viagem ao PARNA-Jaú para fazer a consulta junto aos moradores remanescentes do rio<sup>346</sup>, recomendara-lhes não cessar os plantios e as criações até a concretização da indenização. Mas eles não foram os únicos. Ao esclarecerem os moradores que seus roçados de mandioca não teriam relevância na compensação financeira, os próprios funcionários do IBAMA, que ingressaram no concurso de 2002, geraram, involuntariamente, um pequeno movimento de plantios não-temporários, como a equipe de pesquisa pôde observar na curta estadia no rio Jaú, em agosto de 2005<sup>347</sup>.

---

<sup>344</sup> Entrevista realizada por Simone Vieira de Campos e pela autora, em 19/08/05, na sede do IBAMA-AM, em Manaus.

<sup>345</sup> A IN número 9, do IBAMA, de 24/10/03, que trata dos procedimentos de regularização fundiária de UCs, parece deixar margem às duas interpretações, já que o inciso IV, do artigo 2º, que aponta um dos requisitos para a regularização fundiária, diz o seguinte: “a prova inequívoca da autenticidade e da legitimidade do título de propriedade ostentado e da boa-fé da ocupação e das benfeitorias edificadas, quando se tratar de domínio privado e de posse reivindicados nas unidades de conservação”. Isto é, tudo dependerá do que se considerar “boa-fé”, nas vistorias e relatórios técnicos.

<sup>346</sup> Entrevista realizada com integrante da comissão, em 09/12/2004, em Novo Airão. Registro em diário de campo.

<sup>347</sup> Fonte: registro em diário de campo do dia 13/08/2005 de um diálogo da equipe de pesquisa com o

Em relação aos possíveis desdobramentos da ACP, tanto o IBAMA-AM quanto a FVA demonstraram uma forte preocupação de que ela acabe por trazer malefícios a muitos dos moradores e ex-moradores, se a legislação for considerada à risca, dados o não reconhecimento legal da posse agroextrativista e a possibilidade dos jovens adultos que constituíram família, mas que eram crianças à época da criação da UC, serem prejudicados. Com razão, mas acreditamos não haver apenas negatividade na iniciativa, conquanto ela coloque inúmeros dilemas.

Pensando-se na mobilidade espacial que continuou a persistir no interior do próprio parque entre as antigas posses, o ingresso de novos moradores, a constituição e aumento das famílias, além do êxodo continuado (BARRETTO FILHO, 2001a), a utilização de levantamentos dos anos de 1985 e 1988 é inviável e injusta.

Exemplos concretos foram os casos de grupos domésticos que reocuparam sítios que abandonados na década de 1980. Como dar conta disso, se, como lembrado na ACP (ACP, folhas 426-427), a mesma posse ou propriedade não pode ser indenizada mais de uma vez? No entanto, uma observação legalista desse tipo desconsidera que o próprio órgão gestor foi co-artífice do processo.

Além de uma alta mobilidade espacial intra-geracional, foi verificada, no PARNA-Jaú, uma alta mobilidade inter-geracional. Assim, a definição de população tradicional do jurista Paulo Affonso Leme Machado (ACP, folhas 426-427), se acatada, deixará muitos de fora do processo indenizatório, independentemente do seu modo e condições de vida, e, mais do que isso, independentemente da sua disposição de colaborar na elaboração de um pacto a respeito de um determinado tipo de uso de recursos naturais.

Um elemento adicional que deve ser repensado, na atual forma de se refletir sobre a regularização fundiária do PARNA-Jaú, é a utilização do ano de **1985** como marco indenizatório. Em FVA/IBAMA (1998), há a suposição de que, neste ano, aportara o flutuante do IBAMA, na foz do rio Jaú e, portanto, somente a partir de então houvera pressão do órgão sobre os moradores:

*“(...) No caso específico do PNJ [PARNA-Jaú], todos os moradores que saíram antes de 1985 perderam o direito de posse, pois abandonaram espontaneamente a terra, deixando de trabalhar nela. No ano de 1985, o IBAMA instalou na foz do rio Jaú uma base flutuante, iniciando a fiscalização da área do Parque, e também começou a pressionar os moradores a abandonarem*

---

chefe do PARNA-Jaú, na base flutuante do IBAMA.

*suas posses. Logo, subentende-se que, a partir de 1985, os moradores saíram sob pressão, coagidos, sem o reconhecimento de seus direitos sobre a terra em que trabalhavam e viviam, o que caracteriza uma ilegalidade (...)" (FVA/IBAMA, 1998: 19).*

A referência ao ano 1985 também se fundamenta em motivações práticas, porque remete ao primeiro estudo fundiário efetuado no PARNA-Jaú neste ano, o do ITERAM<sup>348</sup>.

Portanto, pareceu ter ocorrido, para usar um termo de Latour (2000b), a criação de uma “caixa preta”, ou seja, a data cristalizou, tornou-se uma máxima indiscutível, ponto de partida de estudos e análises posteriores. Os grupos, indivíduos e instituições considerados aqui (como MPF, Comissão de Moradores e Ex-Moradores, IBAMA) incorporaram tal informação, tida como legítima. E, ainda, os ex-moradores começaram a orientar suas narrativas em função dela, temendo a exclusão do processo de regularização fundiária, inclusive, em função de o STRNA ter dado um curso a respeito do documento.

Para comprovar a inadequação da data, não somente para se buscar maior precisão histórica, mas também por razões práticas e políticas, retomaremos um depoimento colhido, no interior do Amazonas, de um ex-vigilante da base do IBDF, que exerceu suas funções como funcionário terceirizado na década de 1980<sup>349</sup>. Segundo ele, já em 1981, no máximo seis meses após o decreto de criação, existia um flutuante do órgão gestor na foz do rio Jaú<sup>350</sup>.

Perguntamos se havia outros indivíduos trabalhando na vigilância, além dele. Respondeu positivamente, mas que eram convênios curtos, como um que existiu com a prefeitura de Novo Airão. Ele confirmou que o famoso “Zé Cachacinha”, que muitas vezes foi mencionado nos relatos de ex-moradores de Novo Airão como truculento, trabalhou na base quando recém-instalada. “Zé Cachacinha” tinha como função principal preparar o flutuante e ficou nele somente por alguns meses.

O ex-vigilante detalhou que sequer chegou a receber o motor de popa do IBDF por ele, e reconheceu ter ouvido que ele fizera muita besteira em sua curta estadia na base. Contudo, emendou que “Zé” era somente um vigia e não um funcionário do IBAMA.

<sup>348</sup> Comunicação oral de José Heder Benatti, efetuada em novembro de 2005, em Montevideu, Uruguai, durante a VI RAM.

<sup>349</sup> Fonte: registro em diário de campo de entrevista realizada pela autora em dezembro de 2004.

<sup>350</sup> Esse ex-vigilante participou de um dos primeiros trabalhos de identificação fundiária do IBDF que culminaram na tentativa frustrada de indenização de 1989.

Há a questão ainda do tipo de trabalho que passou a ser valorizado com maior intensidade desde a criação da UC: a agricultura. A valorização esteve presente nas narrativas de não-moradores e ex-moradores entrevistados em Novo Airão e de moradores remanescentes nos rios Jaú e Carabinani. Infelizmente, não é possível saber se isso já ocorria entre o grupo de moradores e ex-moradores antes da criação do parque e da configuração de um contexto mais proibitivo à comercialização de recursos faunísticos e de madeira.

De qualquer modo, sugerimos que não, como o fizeram outros estudos, como o de Leonardi (1999), pois se a produção de borracha e a extração de látex eram as atividades preponderantes e a presença de comerciantes, os regatões, era freqüente, estes são fortes indícios de que a maior parte do tempo de trabalho destinava-se ao extrativismo e não a atividades agrícolas para o auto-consumo ou para a venda em pequena escala.

Outro indício é que, diante da maior liberdade relativa da comercialização de recursos faunísticos em Barcelos, os ex-moradores que migraram para lá, vindos predominantemente do limite setentrional do parque, sentem-se muito mais à vontade para discorrer sobre tais práticas.

Assim, gostaríamos de defender a hipótese de que houve uma incorporação de uma identidade oficial de agricultor ao longo do tempo, na parte central do PARNA-Jaú e em Novo Airão, devida ao contexto de maiores repressões e também por se tratarem de atividades não são indenizáveis. O que, aliás, enviesa pesquisas sobre o tema (HOWARD BECKER, 1999).

O tema da estigmatização de determinadas atividades (GOFFMAN, 1988), quando destinadas à comercialização, apareceu no depoimento do ex-vigilante do IBDF/IBAMA, citado acima. Ele contou, por exemplo, que a maioria das pessoas que trabalhava com a comercialização de caça e de quelônios saiu logo no começo da atuação do órgão gestor; embora, tenha ressaltado ainda haver quem continuaria atuante em tais atividades, até os dias atuais<sup>351</sup>. Depoimentos de ex-moradores da foz do rio Jaú também possibilitam afirmar que a região da foz foi desocupada rapidamente após a

---

<sup>351</sup> Relato colhido em 16/12/2004, registrado em diário de campo.

chegada do flutuante. Inclusive, um ex-morador geleiro contou que havia cerca de trinta famílias morando naquela área antes da criação da UC<sup>352</sup>.

Indagado sobre se havia alguma recomendação no sentido de orientar a atuação dos vigilantes no rio, na década de 1980, o ex-vigilante explanou que sim, as práticas mais reprimidas eram a caça, a pesca e a exploração de madeira para a comercialização, enquanto a extração de cipó e a produção de farinha não recebiam tanta preocupação. No caso da borracha e da sorva, a orientação que tinham era a de explicar aos moradores que não cortassem as árvores de modo que as danificasse e as levasse à morte.

Ao dizer que atuavam mais sobre os invasores e não sobre os moradores, desconsiderando, portanto, as redes de relações existentes entre alguns deles à época, opinou criticamente que os regatões e os geleiros sequer pagavam preços justos aos moradores. Segundo FVA/IBAMA (1998: 153), a proibição da entrada de regatões deu-se no final da década de 1980.

A proibição, porém, deve ter ocorrido um pouco antes da data indicada pelo Plano de Manejo, ou ter sido implantada gradualmente, pois um dos regatões que entrevistamos, ao dizer ter deixado o rio Jaú em 1985, argumentou que o fez, em parte, em decorrência de restrições à sua liberdade de atuação comercial. Abaixo, segue um trecho da entrevista que realizamos com ele<sup>353</sup>:

*“(...) E eu, como eles achavam que eu era um incentivador, porque o regatão, quando apareceu o IBAMA lá no Jaú, eles achavam que o regatão em vez de tá ajudando o morador, para levar um ranchinho, uma coisa assim... Isso no interior não tem (...) comércio, o comércio quem faz é o regatãozinho que mora lá, que tem condições de levar aquele ranchinho... Então, eu morava lá, tinha o meu barquinho, comprava um ranchinho e vendia para os vizinhos... Eles achavam que ele estava (...) incentivando para produzir. Ao contrário, que a gente tá ajudando sobreviver, não é verdade? E como é que a senhora vai morar no interior sem ter café, sem ter açúcar, sem ter nada pra comprar? (...) E eles atribuíam o contrário, pressionavam para que o regatão não podia levar a mercadoria, só o rancho dele, não podia comprar sorva, balata, nada, não podia botar roça... Aí eu me achei muito humilhado com aquilo, deixei meu sítio, deixei tudo para lá, tudo que eu já tinha... Isso aí ficou tudo (...) no Jaú (...)”*

*[Foi em] 85. Aquilo me humilhou muito, olha... Porque é como eu digo, não adianta julgar o quê que a pessoa é, o que adianta é você ter certeza em si mesmo, do que você é... Eu fiquei, fui uma pessoa conservada... Quis ser uma pessoa séria, uma pessoa honesta, direito no meu trabalho, para depois vir uma pessoa que eu não sei quem é, para me humilhar dentro do que é meu... Pôxa, o quê que é isso? Então eu me senti, lá dentro do Jaú, humilhado por eles. Até hoje*

<sup>352</sup> Em entrevista à autora em 13/12/2004.

<sup>353</sup> Entrevista coletiva de 30/07/05, realizada na comunidade Tapiíra, rio Unini. Entrevistadoras: Lúcia da Costa Ferreira, Ana Beatriz Vianna Mendes, Simone Vieira Campos, e a própria autora. Trata-se do regatão que, no final de 2004, entrevistáramos residindo em Novo Airão.

*tem um rapaz (...) chamado “[nome omitido] do IBDF” que era quem ficava lá, no posto de lá... Botaram logo um posto lá, um flutuante grande... E aí aquelas pessoas ficaram lá, ficavam lá para humilhar, como eu fui humilhado. Nunca eu gostei de contrabando, por exemplo, nós lá no Jaú, nós só trabalhava com produção, ninguém trabalhava com bicho de casco, com nada, nunca ninguém gostou disso. E eles viviam humilhando a gente, com aquele negócio, pressionando para ter que sair de qualquer jeito. Aí como eu já conhecia o rio Unini (...).”*

Não concordamos em absoluto com a versão que o regatão apresentou de sua prática. Mas, nas várias entrevistas que fizemos com ex-moradores da parte central do rio, em finais de 2004, foi-nos explicitado que a redução de regatões atuantes na área acabou potencializando mais ainda as assimetrias nas relações com os dois únicos regatões, moradores, que persistiram em comerciar no rio Jaú, o termo freqüente utilizado pelos ex-moradores era que a “concorrência” diminuiu com o tempo (MENDES *et al.*, 2006).

Como a entrevista com o ex-vigilante do IBDF deu-se com a presença de outro interlocutor que acompanhou de perto o trabalho dele na foz do rio Jaú<sup>354</sup>, tal interlocutor expôs queixosamente que os moradores só contam a versão deles, mas não relatam que alguns só exploravam e tiravam recursos da área abarcada pelo parque. Mencionou negativamente a auferição de renda baseada exclusivamente na exploração do pirarucu e da borracha, sem o esforço das atividades agrícolas. Nossos dois entrevistados indicaram quais seriam as exceções: moradores que categorizaram como tendo “bens” no interior do parque, tais como moradia, casa, plantação, e/ou título de terra (contabilizaram dez deles). Por conseguinte, emergiu, nessa alocação, uma carga valorativa de cunho negativo a respeito daqueles que vivem ou viviam exclusivamente do extrativismo.

Enfim, o estigma da caça e da exploração da madeira visando à comercialização, sobretudo o primeiro, junto aos moradores e ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani, não deixou de surtir efeito sobre o grupo de moradores mobilizados em Novo Airão, a referida comissão, e sobre o processo da ACP, que pode ser considerado como o que Goffman (1988) chamou de contato misto, entre indivíduos associados a desvios e indivíduos associados a normas.

Isso fica explícito no depoimento do presidente do STRNA, quando ele descreveu a forma com a qual organizou o material levantado pela comissão, para identificar os possíveis contemplados pelo processo de regularização fundiária do PARNA-Jaú.

---

<sup>354</sup> Omito novamente o nome e o tipo de relação pessoal que esse indivíduo tinha com o meu interlocutor principal a pedido de ambos.

Observamos que, no fragmento abaixo, também reapareceu a dificuldade de lidar com as diferentes demandas e características internas ao grupo:

*“(...) Separei, tem cinco grupos separados. Tem uns que tem documentos de terra, né? Tem uns que comprovam a sua terra (...) no documento (...) testemunhal... Tem uns que comprovam (...) nesse documento da Fundação e outros que comprovam lá (...) com o ITERAM. Tá certo? Esses três grupos já para cá. Tem uns que têm problema com o IBAMA, né? Deve ter sido pego (...) com algum bicho de casco ou pirarucu, alguma coisa, foi infrator, então tem um débito junto (...) ao IBAMA, né? E tem uma outra situação que é [d]os remanescentes de quilombos. Então, nós temos cinco etapas aqui, cinco processos que precisam ser contemplados de uma forma que um não venha a ferir o outro. Então esse processo é um processo assim (...) ainda muito lento, ainda, né? A gente pretende colocar, então, assim, nesse momento o enfoque é indenização, né? Agora, depois disso aqui tá resolvido? Tá. Então, o que precisa ficar resolvido? É isso aqui, então, aí, nós da sociedade civil, do sindicato, junto com a comissão, junto com o próprio Ministério Público, e junto ao governo, encontrar um meio (...) com estrutura para (...) receber essa outra demanda que está dentro do parque para vim para fora, né? A não ser os que se tornaram infratores lá dentro do Parque Nacional do Jaú (...)” (em entrevista à autora em 06/12/04).*

Ou seja, para gerir a questão da heterogeneidade interna, acabou-se reforçando o estigma dos ditos infratores.

No dia 8 de dezembro de 2004, comparecemos a uma reunião do grupo de ex-moradores da parte central do parque, em Novo Airão, na sede do STRNA. Havia outros ex-moradores além daqueles que compunham a comissão, à época. O grupo começou a debater quem iria testemunhar em Manaus pelos moradores e ex-moradores. Havia a sugestão de dois nomes de moradores e de dois nomes de ex-moradores.

Uma ex-moradora queixou-se a respeito do nome dos moradores do interior do PARNA-Jaú escolhidos, reclamando que, ao descerem o rio Jaú, aproveitariam para trazer, em suas palavras, “bichos”. Adicionou que o próprio IBAMA teria falado sobre os moradores remanescentes que vivem de caça e de pesca, não conseguindo viver só de roça, e que o MPF avisara à comissão que se alguém do rio fosse pego transportando quelônios, isso prejudicaria a reivindicação de todos em prol do ressarcimento financeiro.

Outra pessoa da comissão respondeu que eles não teriam como controlar isso. Outro integrante interveio e disse que os ex-moradores de Novo Airão deveriam fazer a sua parte, e os do interior da UC a parte deles, e que se fossem flagrados, deveriam livrar-

se sozinhos. Tal discussão trouxe conseqüências posteriores na própria comissão, com redução do número de seus componentes e a manutenção somente de homens na mesma. Representou, portanto, um segundo momento de ruptura, pois o primeiro fora o abandono de um de seus membros, em outubro de 2003, para trabalhar no processo de identificação dos remanescentes de quilombo, na comunidade Tambor<sup>355</sup>.

\*

É preciso explicitar aqui nosso próprio diálogo com os funcionários do IBAMA, que ingressaram após o concurso de 2002. Eles se defendiam do conjunto de argumentações mais dramáticas da comissão e do sindicalista do STRNA que os acompanhava (conjunto argumentativo que não se restringe a eles, entretanto) e que acusavam o IBAMA até de usar ou ter usado metralhadoras em suas ações, o que conforma um certo exagero retórico<sup>356</sup>.

Se por um lado, tais funcionários têm razão quando observam que as atuações na área, desde 1980, não podem ser vistas em bloco e que muitas das críticas que lhes são desferidas ou atribuídas, na verdade, diriam respeito a outros funcionários ou outros períodos (cf. BARRETTO FILHO, 2001a), por outro, o teor dramático da mobilização em Novo Airão, igualmente, têm uma razão de ser e não deve ser desmerecido.

Trata-se de uma reinterpretação favorecida estruturalmente pela própria concentração de ex-moradores da parte central do parque na sede municipal de Novo Airão, pelo comprometimento do STRNA com a questão<sup>357</sup> e pelas dificuldades sofridas por muitos para se estabelecer de modo mais satisfatório nos padrões de vida citadinos, muito distintos dos padrões anteriores.

Em Novo Airão, também localizamos ex-moradores oriundos da parte setentrional do PARNA-Jaú, mas, como já afirmamos e pretendemos aprofundar futuramente, estabeleciam uma relação narrativa distinta com o seu passado, e em cujas trajetórias

---

<sup>355</sup> Como já vimos no capítulo precedente.

<sup>356</sup> Essa não é uma imagem do passado. Em agosto de 2005, as metralhadoras apareceram em alguns relatos de situações conflituosas com o IBAMA em narrativas de moradores do rio Jaú. Apesar do armamento bélico não estar disponível aos policiais que costumam acompanhar o órgão em suas operações de fiscalização e monitoramento, pelo menos na atualidade, conforme nos narrou um funcionário do órgão, em entrevista de 19/08/06, em Manaus, na sede do IBAMA, realizada por Simone Vieira de Campos e a autora.

<sup>357</sup> Obviamente, o STRNA tem suas próprias motivações políticas. Com essa observação, entretanto, não queremos desmerecer o seu envolvimento.

notamos um outro momento de institucionalização da UC (MENDES *et al.*, 2006). No entanto, podemos registrar aqui, para compararmos com o primeiro perfil de ex-moradores, que parte considerável deles não representava as saídas de seus antigos lugares como definitivas, exceto no caso daqueles que deixaram a área e migraram para os municípios de Novo Airão e Barcelos em decorrência da atuação das operadoras de pesca esportiva e recreativa e/ou da extinção da comunidade São Lázaro<sup>358</sup>.

Dos ex-moradores abordados, nenhum dos que estavam estabelecidos na sede municipal de Novo Airão manifestou o desejo de se deslocar para partes mais ao interior, como a RESEX-Unini, como aventado na ACP, o que poderá mudar ao longo do tempo. O descabido desta proposta apareceu mais enfaticamente quando se tratava dos mais idosos e ficou explícito em uma reunião do grupo de ex-moradores com o MPF, em Manaus. Foi grande o descontentamento quando um/a dos/as procuradores/as da República indagou quem se proporia a se mudar para a RESEX-Unini<sup>359</sup>.

Como vimos, o pedido inicial do MPF procurou atrelar a regularização fundiária do PARNA-Jaú com a criação da RESEX-Unini, contígua ao parque, no seu limite norte. O atrelamento das situações sócio-ambientais dos rios Jaú e Carabinani à situação sócio-ambiental do rio Unini gerou descontentamento ao IBAMA, dado o precedente que isso abriria internamente<sup>360</sup>, e junto à FVA, em função das especificidades existentes nos dois casos, e teria inclusive atrasado a aprovação da reserva. Faltou ao MPF dar-se conta da diversidade existente no interior do PARNA-Jaú e de demandas entre aqueles que os procuradores visam representar legalmente.

---

<sup>358</sup> Identificamos também um outro tipo de morador, mais antigo, que atribuiu a saída à decadência da extração de látex e à produção da borracha e/ou de outras atividades extrativistas ou ao fato de, à época, não haver escolas nem comunidades no rio. Elementos que se correlacionam, pois a aglomeração em comunidades associa-se parcialmente, pelo menos no PARNA-Jaú, ao declínio de determinadas atividades extrativistas, como as da seringa, que exigiam o trânsito até os centros de extração. Ver, por exemplo, o estudo de Pinheiro (2003), que com uma metodologia mais quantitativa procurou registrar a migração interna do PARNA-Jaú.

<sup>359</sup> A audiência foi realizada em um auditório no prédio da Procuradoria, no dia 26 de novembro de 2004. Já nesse momento, os procuradores apontavam que o acordo em torno da ACP seria a melhor saída, pois um/a dos/as procuradores/as explicou que o advogado do IBAMA alegava vários elementos com relevância jurídica. A autora contou 34 indivíduos na platéia da audiência, entre ex-moradores, familiares e/ou representantes dos mesmos, a maior parte de Novo Airão.

<sup>360</sup> O NUC-IBAMA é o responsável pelos PARNAs e o CNPT-IBAMA, o responsável pelas RESEXs. Eles possuem fontes e montantes distintos de recursos.

Outro aspecto que cremos ser de extrema relevância para se pensar a ACP é o limite no qual permaneceu a atuação dos pleiteantes. Apesar de reagirem contra uma ação tecnocrática do Estado, a reação restringiu-se aos termos incorporados como legítimos, que eram no geral aqueles que foram autorizados pelo artefato sócio-técnico PARNA-Jaú<sup>361</sup>. Nesse sentido, acabou por reatualizar uma certa estigmatização da comercialização de produtos faunísticos; o que também se deu por outra via: a incorporação oficial da identidade de agricultor, mais valorizada e mais contemplada por uma possível compensação financeira.

---

<sup>361</sup> Tal aspecto não é privilégio do caso analisado, como se pode verificar pelo livro de Veena Das (1999), a respeito de conflitos envolvendo comunidades e Estados nacionais a respeito de direitos culturais na Índia. Ver, por exemplo, páginas 16-17.

## 5. Andanças por Novo Airão



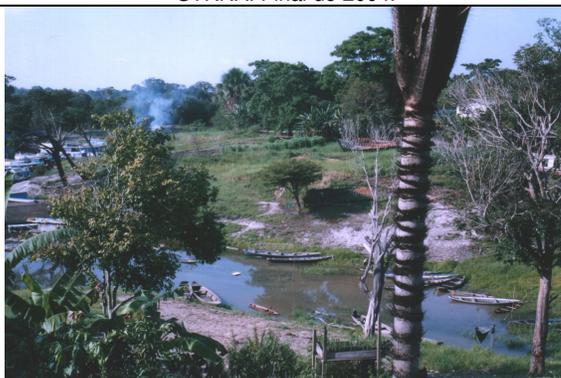
**Foto 22.** Seu Claudionor, seu Raimundo e seu Francisco, todos ex-moradores do rio Jaú na sede da STRNA. Final de 2004.



**Foto 23.** Seu Pedro e seu Aldenor, em frente à sede da STRNA. Final de 2004.



**Foto 24.** Prefeitura de Novo Airão. Final de 2004.



**Foto 25.** Igarapé do Xicó, periferia de Novo Airão. Final de 2004.



**Foto 26.** Caixa d'água da praça principal de Novo Airão. Final de 2004.



**Foto 27.** A corda simbólica que separa uma das bases do IBAMA da ESEC-Anavilhanas, que fica na sede municipal de Novo Airão, do município. Final de 2004.



**Foto 28.** Finalização do asfalto da estrada Novo Airão-Manacapuru. Janeiro de 2005.

## **Conclusões**

A criação do PARNA-Jaú como um todo pode ser abarcado no que Berta Becker (1994: 14) denominou de uma expansão de fronteiras na Amazônia via “uma malha de duplo controle, técnico-político, sobre o espaço preexistente”, em um contexto no qual o Estado passa a ser o maior incentivador dessa expansão a partir de 1968. Um processo do qual a própria criação da Amazônia Legal fez parte.

Na região considerada, isso ocorreu pela sobreposição de um território federal em território estadual, via a expansão de uma fronteira “tecno(eco)lógica” (BECKER, 1990), na forma de UCs.

Sobre as UCs, pode-se dizer que trazem consigo um conflito quase irreconciliável entre dois conjuntos principais de normas relativas à conservação da biodiversidade: as que dizem respeito aos direitos das populações humanas que habitam áreas que se tornaram UCs de proteção integral; e aquelas que circulam em torno da idéia de que a proteção de ecossistemas complexos não é garantida quando há a presença humana nesses espaços protegidos. Mormente, o grupo que tenta harmonizar os dois conjuntos de normas utiliza-se delas enfocando mais o que chamam de populações tradicionais (WEST & BRECHIN, 1991; FERREIRA, 1996, 1999, 2004; CREADO, 2006).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil, em 2000, tentou conjugar os dois conjuntos de normas através da conceitualização de dois grupos de unidades de conservação, as de proteção integral e as de uso sustentável, mas a celeuma está longe de ter sido resolvida, pois existem ênfases distintas entre as duas posições que fazem toda a diferença (CREADO *et al.*, 2006).

Porém é necessário registrar que nas arenas dos bastidores do SNUC as posições comumente identificadas com o preservacionismo e o conservacionismo (cf. DIEGUES, 1994; BRITO, 2000) influenciaram-se mutuamente e houve uma certa flexibilização à presença humana em UCs, junto àqueles que costumam ser identificados com a primeira posição, mesmo que tenha sido através do reconhecimento à existência das

UCs de uso sustentável e da existência de um passivo histórico (cf. FERREIRA, 2004).

Tentamos mostrar, ainda, que muitas das dicotomias apontadas por Latour (2000a) emergem nesse debate e que, do lado daqueles que buscam a conciliação, por meio do reconhecimento e da garantia de melhores condições e de direitos específicos para as populações tradicionais, eles o fazem via uma série de condicionantes e expectativas normativas que recaem sobre os grupos que poderão ser ou já são contemplados com o adjetivo tradicional. O grau de mudança social autorizado a tais grupos existe, porém, desde que ocorra dentro de determinados limites.

Destacamos a preocupação especial com o conhecimento que as populações tradicionais teriam do seu território e dos seus recursos, assim se espera uma certa fixidez aos seus lugares, em um raciocínio segundo o qual a mudança de território também acarretaria perda cultural e, talvez, tradicionais desvirtuados. Um tema que também é caro aos antropólogos e cientistas sociais, por remeter a debates sobre perdas culturais (KIRSCH, 2001).

A possibilidade da delimitação de territórios vir a dificultar a prática de determinadas atividades agroextrativistas mais itinerantes também não é muito considerada na defesa contra perdas culturais dos ditos tradicionais, algo que nos interessa, pois, como vimos, para os moradores dos rios englobados pelo PARNA-Jaú a mobilidade espacial mostrou-se de extrema importância, pelo menos até o presente.

Segue trecho do depoimento do secretário da SDS-MMA, quando nos respondeu a respeito da possibilidade dos territórios que o Estado possa vir a determinar às populações tradicionais gerarem problemas a determinadas atividades agroextrativistas mais itinerantes:

*“(...) É claro que num futuro isso pode ter algum problema, dependendo da progressão dessa comunidade (...) Mas (...) ela (...) também é pouco permeável à entrada (...), em tese congela (...) E ali você pode manejar aquela unidade, com maior ou menor restrição (...) Então essa mobilidade entre reservas, aquilo que são unidades de conservação de uso sustentável, ela (...) ocorre muito menor do que a gente pensa (...) Eu estou falando da mobilidade. Às vezes o problema social lá e o (...) conflito é grave (...) Agora, essas comunidades que, às vezes, estão num lugar e migram para outro, seja para uma unidade, seja para fora dela (...) nós estamos tendo a seguinte cautela: nós não queremos (...) fazer uma conceituação rígida (...)” (em entrevista à autora em 07/11/2005).*

O raciocínio utilizado na elaboração de tais políticas públicas que associam a questão

ambiental ao multiculturalismo pode deixar de lado iniciativas voltadas ao alcance da sustentabilidade efetuadas por parte de grupos que não são considerados ou não se auto-consideram tradicionais e/ou têm menor apelo nesse sentido.

Apesar de se poder afirmar que a tradicionalidade associada à conservação seja, na verdade, uma neo-tradicionalidade (CUNHA & ALMEIDA, 2000), já que mesmo nos grupos mais tradicionais (ou tradicionalizados?) certas mudanças em suas naturezas-culturas far-se-iam necessárias (LIMA & POZZOBON, 2003). Isto implica que o que se busca é um conhecimento híbrido, tradicional-científico, tradicional-moderno (LATOURET, 2000a; FERREIRA, 2004).

Para usarmos um termo de Haraway (2000), tratar-se-ia de um conhecimento ciborgue. Como respondeu o secretário da SDS-MMA, envolvido no processo de elaboração de uma política nacional voltada às populações tradicionais, ao ser indagado sobre se o que se busca valorizar não seria uma neo-tradicionalidade:

*“(...) Olha, deixa eu te falar, as comunidades tradicionais nem sempre elas têm um padrão de ocupação territorial, de uso sustentável da biodiversidade, da floresta, das águas (...) Então, a gente pega a experiência daquelas que têm para poder transferir para as outras. Mas, a segunda coisa, é que, nem sempre a tecnologia ou o uso que eles fazem, (...) e isso vale para unidades de conservação, isso é muito importante, nem sempre elas têm escala, e, às vezes, economicamente são muito frágeis (...) Então você, assim, também tem que olhar esse lado da sustentabilidade, porque senão as pessoas não subsistem e as famílias acabam indo para práticas que não são aquelas que eles aprenderam com os seus avós. Isso acontece com população indígena, acontece com seringueiro, acontece com pescadores, que às vezes assimilam, dado a necessidades econômicas e sociais, pegam, usam tecnologias que não são muito sustentáveis e vão depredando (...) Então você tem que também ter uma certa inovação científica e tecnológica, porque senão você condena a população [a ser tradicional], mas numa impossibilidade de acesso àquilo que é o chamado bem estar. Não que a gente queira que reproduza, mas nós não temos jeito de falar p[ara] não ter rádio (...) não ter televisão (...)” (em entrevista à autora em 07/11/2005).*

Por conseguinte, a discussão fica restrita àqueles que pactuam ou pactuarão com o rótulo da tradicionalidade, enquanto os grupos modernos que almejarão viver em moldes e padrões mais próximos dos que costumam ser associados aos tradicionais ficam excluídos, por não terem aqueles critérios que são valorizados e/ou associados à tradicionalidade: o fator tempo e os conhecimentos associados aos territórios e aos seus recursos naturais. Isto é, o aspecto intencional é freqüentemente relegado (FERREIRA, 1999; CAMPOS, 2006; MENDES *et al.* 2006).

Coloca-se aqui, portanto, um aspecto que está sempre presente na questão da produção da identidade, a exclusão de “outros” (AUGÉ, 1999; FERREIRA, 1999). Caberia então discutir melhor a questão, principalmente no processo de elaboração de uma política pública nacional específica para as populações tradicionais. Será que estaríamos criando novos outros?

Como discutido especialmente no primeiro e no último capítulos, essa produção ou respaldo de identidades fomentada pelo Estado não deve deixar de lado a diversidade de aspirações internas aos próprios grupos que ela visa representar, pois nem todos se sentirão contemplados nesse processo, nem todos se articularão à questão da conservação ambiental, inclusive por vontade própria, e esse processo deve considerar a possibilidade de tais políticas, instrumentos e programas beneficiarem mais parcela dos grupos aos quais se volta com um olhar homogeneizante (CHAGAS, 2001; DAS, 1999).

Alguns comentários podem ser acrescentados, baseando-nos em nossa experiência empírica, sobre a situação do ribeirinho amazônico (ou caboclo, como usam alguns, como MORAN, 1993) frente à questão dos direitos diferenciados e às proibições ambientais. Em campo, inúmeras vezes, parte de nossos sujeitos, moradores do PARNA-Jaú e ex-moradores que migraram para Novo Airão, contrastaram sua situação com a de grupos indígenas, sentido-se como o foco preferencial das ações ambientais de cunho restritivo, pois não contam a seu favor com direitos jurídicos específicos.

O aspecto valorativo dos modernos a respeito das ditas populações tradicionais, no caso do PARNA-Jaú, mostrou-se bem pronunciado na postura dos primeiros no caso das práticas envolvendo a exploração de recursos faunísticos e de madeira para a comercialização em pequena escala (CAMPOS, 2006), cuja estigmatização deixa claro que existem limites ao diálogo mesmo dentro dos setores do ambientalismo que se propõem à maior tolerância à presença humana em UCs.

Talvez, a escolha da ênfase do ônus da conservação recaindo sobre *um outro* seja pela sua maior facilidade em se pensar através da oposição nós *versus* eles, ao invés de se apreciar o *si-mesmo* como *um outro*, ou melhor, vários outros (AUGÉ, 1999; LATOUR,

2000a). Exime-se, assim, de mudanças na vida cotidiana e no estilo de vida mais disseminado, movido por padrões extremamente consumistas, concentradores e insustentáveis ambientalmente. Não pretendemos dizer com isso que, para as ditas populações tradicionais, a aliança com o ambientalismo seja sempre prejudicial ou onerosa (cf. CUNHA & ALMEIDA & ALMEIDA, 2000; CAMPOS, 2006), mas sim refletir sobre a ansiedade dos ambientalistas que recai sobre eles.

Seria importante também que a elaboração de uma política pública voltada a tal clientela deixasse uma margem considerável ao direito à mudança, em suas variadas formas, inclusive à mudança espacial. Nosso receio é o de que a ligação rígida do direito à diferença a espaços territoriais, e a conhecimentos a ele atrelados, traga implicitamente a idéia de que tais populações possam ser diferentes de *nós*, desde que continuem onde estão e dentro de determinados limites sociais, culturais, ambientais e econômicos (AUGÉ, 1999; WEST & BRECHIN, 1991; BARRETTO FILHO, 2001b; FERREIRA, 1999). Não seria então uma forma domínio sobre outras naturezas-culturas?

Pelas razões acima, ao longo de nossas atividades de pesquisa, tanto as individuais quanto as coletivas, tentamos não ver a institucionalização das unidades de conservação e demais instrumentos legais e sociotécnicos que recaem sobre o uso de recursos naturais como meras imposições, de fora para dentro, ou de cima para baixo, embora, em um certo grau e em um certo momento, elas o sejam.

Isso permitiu ver a riqueza das relações sociais, evitando considerar somente a vitimização e permitindo observar até mesmo o processo de internalização da idéia de que em “parque não deve morar ninguém” e as diferentes formas de reações ao processo de institucionalização por parte daqueles que são ou foram afetados por tais instrumentos.

Da mesma forma, representou uma maior abertura à consideração dos vários tipos de aspirações, inclusive as daqueles que não se sentem contemplados pela reivindicação política, plenamente justa, do direito de permanência nessas áreas tornadas espaços voltados à conservação da biodiversidade. Sugerimos, então, que ao invés de se

ênfatizar exclusivamente a questão de uma determinada identidade ou identidades, possam ser ênfatizados o que Haraway (2000) chamou de grupos de afinidade.

Outro ponto relevante em nossa situação-problema a ser destacado é o papel que as ONGs ambientalistas desempenham nesse cenário. Verificamos uma certa dificuldade de diálogo entre a FVA e alguns grupos locais, principalmente os formados por políticos locais, embora não todos. Esta dificuldade não deve ser atribuída simplesmente à má vontade de certos grupos ou personalidades, pois ONGs ambientalistas lidam com questões problemáticas em si mesmas: questões inerentes ao problema da representação dos chamados interesses difusos, além de precisarem lidar com o elemento complicador da inserção em encontros institucionais, como as parcerias com setores do Estado (DAGNINO, 2002; TEIXEIRA, 2002).

Por mais que tentem, é um grande desafio para as ONGs em geral, e também no caso da FVA, de conseguir contornar a identificação de suas ações e de suas atuações com as ações e atuações de órgãos governamentais ambientais, como o IBAMA. Para a população local, por exemplo, de Novo Airão, e para os ribeirinhos do PARNA-Jaú muitas vezes fica difícil não associar as ações da FVA com as do IBAMA. O que não seria tão negativo se o IBAMA não fosse considerado o “bicho papão”<sup>362</sup> nessa região, estereótipo muito bem aproveitado politicamente, por exemplo, em Novo Airão, e se a própria FVA tivesse maior poder de barganha em relação às decisões relativas à gestão do PARNA-Jaú, pois se encontra no *status* de uma cooperadora técnica.

De modo geral, essa identificação também faz parte do processo de institucionalização das UCs que trazem consigo um número tal de cientistas e técnicos governamentais e não-governamentais que complexificam o ritmo da vida local, acelerando-o de certa forma e trazendo novos temas e problemas. Ainda mais porque o tempo de exposição à maior parte dessas informações é relativamente curto, apesar de intenso.

Os pesquisadores, como a autora e o grupo de pesquisa do qual faz parte, são atores desse processo, muitas vezes também aparecendo aos locais ou como integrantes de ONGs ou como agentes governamentais mais diretamente envolvidos com as políticas públicas voltadas ao tema. Para aqueles que não trabalham com pesquisa ação fica

---

<sup>362</sup> Termo utilizado por um vereador-geleiro, em entrevista à autora, no dia 18/02/03, em Novo Airão.

mais difícil ainda, dadas as expectativas que às vezes recaem sobre seus trabalhos, que, na sua maioria, não serão contempladas, pois trabalhos mais acadêmicos não trazem contribuições imediatamente visíveis e quantificáveis. O que não significa afirmar que não contribuem com nada.

Quanto aos funcionários do IBAMA, alocados no PARNA-Jaú, vêm aos poucos assumindo um caráter mais profissionalizado e mais aberto ao diálogo (MENDES *et al.*, 2006). Porém, simultaneamente, junto aos gestores de UCs persiste uma visão legalista de que em áreas de proteção integral não podem haver moradores e usuários diretos de recursos, ao mesmo tempo em que os residentes permanecem em uma situação incerta, desde 1980, na qual não se indeniza, não se reassenta, e se vai restringindo cada vez mais o uso e o acesso a determinados recursos e os indivíduos são atraídos pela alternativa de deixar seus antigos sítios e de migrar para sedes municipais, nas quais tentarão conciliar o seu estilo de vida pregresso ao novo, muitas vezes sem concretizar seus sonhos.

Uma questão séria no que diz respeito às relações entre IBAMA e a população local, moradora do seu interior ou de seu vasto entorno, é a falta de controle interno na instituição no sentido de punir excessos que incluam o abuso de poder durante ações fiscalizadoras e de monitoramento dos seus funcionários e vigilantes, mesmo que esse abuso tenha ocorrido no passado. Porém, não se pode ver o órgão como um bloco único, e seria importante ressaltar que o IBAMA em si mesmo contém diversidade interna.

A partir do nosso estudo sobre o PARNA-Jaú, podemos pensar na tendência das UCs de proteção integral reforçarem o estímulo da produção de não-lugares: alguns espaços são, assim, transformados em espaços destinados a determinados fins, no caso a manutenção de serviços ecológicos e da biodiversidade e/ou a realização de pesquisas científicas. Mas, que, na prática, para serem legitimados social e politicamente, muitas vezes acabam transformando-se em espaços voltados para o turismo também (AUGÉ, 1999 e 2003; WEST & BRECHIN, 1991).

Um fenômeno que é característico do mundo contemporâneo, e para o qual o asfalto

entre Manacapuru e Novo Airão tende a contribuir. Além disso, há um óbvio favorecimento legal a essa atividade, vista como menos deletéria e mais manejável do que os usos diretos dos recursos naturais, ao lado do interesse em suas divisas e recursos financeiros (AUGÉ, 2003; BRECHIN *et al.*, 1991; WEST & BRECHIN, 1991; HOGAN, 2001; BUNTING, SHERPA & WRIGHT, 1991; CREADO, 2004).

Todavia, ao compararmos a situação dos rios Jaú e Carabinani com a situação do rio Unini, pode-se pensar que a transformação de ambos em não-lugares, ou melhor semi-lugares, dão-se por vias distintas. No rio Jaú e no rio Carabinani, a força predominante foi a atuação do IBAMA, via pressões diretas e indiretas.

No rio Unini, a força predominante para que isso ocorra advém, além da criação do parque, da atuação local dos empreendedores do turismo, pelo menos nas partes mais altas do rio Unini e afluentes. Uma forma de turismo que converge com as tendências internacionais hegemônicas: um turismo capitalizado, que acaba deixando a maioria de fora, enquanto restringe o acesso a determinadas áreas e aos seus recursos e emprega a população local, moradores e ex-moradores dos rios Unini e Preto, nos postos mais desqualificados.

Nesse caso, pode-se afirmar que o turismo de pesca desportiva e recreativa das altas partes do rio Unini beneficiou-se da omissão e da conivência de parte dos agentes governamentais da região.

Enquanto um semi-lugar, o parque está sujeito a um processo de monumentalização e de afastamento das atividades cotidianas<sup>363</sup>, aliadas a uma certa artificialização e estetização. O que se mostra de forma mais ostensiva na relação que os praticantes da pesca desportiva e amadora, na sua maioria, travam com a paisagem.

Os hotéis flutuantes e acampamentos de pesca trabalham, assim, ativamente para a consolidação das altas partes do rio Unini e imediações nas imagens que por eles são vendidas, empreitada na qual têm obtido relativo sucesso.

Todo esse empenho gera efeitos indiretos sobre a situação social encontrada nas partes do rio que estão inclusas no PARNA-Jaú, culminando inclusive em um certo descimento do rio pelos moradores em direção ao parque e tendo influenciado nas

---

<sup>363</sup> Representadas pelas atividades desempenhadas pelos moradores, mas também por outros usuários de seus recursos e de seu espaço.

arenas decisórias referentes aos usos e formas de manejo de recursos no limite setentrional do parque, como as que resultaram no Acordo de Pesca, fechado em abril de 2004 (CAMPOS, 2004; CREADO, 2004b; MENDES *et al.*, 2006; FERREIRA *et al.*, 2006).

Isso permite refletir sobre a questão de como grupos com maior poderio econômico podem interferir no processo de gestão de recursos comuns (OSTROM, 1990; HAAS, 1990), vislumbrar o quão tênue são as fronteiras jurisdicionais de uma unidade de conservação e, simultaneamente, o quão frágil é a dicotomia entre usos diretos e indiretos.

Será preciso acompanhar os desdobramentos futuros da RESEX-Unini, aprovada em junho de 2006, para saber como se darão as futuras negociações em arenas relativas aos usos de recursos e ao acesso às altas partes do rio Unini e seus afluentes, rios Paunini, Preto e Arara. Mas se espera que tais negociações dêem-se em um patamar mais igualitário e sejam tornadas mais públicas, principalmente no que diz respeito às operadoras de pesca.

Algumas reflexões finais a respeito de algumas reações ao processo de criação, implantação e implementação do PARNA-Jaú devem ser feitas<sup>364</sup>, sobretudo a respeito dos processos sociais que referenciam as situações dos rios Jaú e Carabinani.

As narrativas sobre história da atuação do IBDF/IBAMA na área central do PARNA-Jaú, contadas por vários dos membros do grupo que impetrou a ACP e por ex-moradores que migraram para Novo Airão e que, inclusive, foram incorporadas no processo instaurado pelo MPF, reforçaram uma postura *vitimizadora e nostálgica* dos moradores e ex-moradores. Entretanto, esse exagero não pode ser visto como um falseamento da realidade, mas, antes, uma recriação da memória, uma reinterpretação.

Um aspecto que, por exemplo, foi apontado por Kirsch (2001) no caso estudado por ele de indígenas das ilhas Marshall, no oceano Pacífico, que foram removidos em decorrência da radioatividade derivada dos testes nucleares norte-americanos das décadas de 1940 e 1950.

Nesse outro estudo, os atingidos recorreram ao âmbito jurídico alegando perdas

---

<sup>364</sup> Ver também Ferreira e colaboradores (2006) e Mendes e colaboradores (2006).

culturais com sua transferência, trinta anos depois dela, e utilizaram um conjunto de alegações que colocam alguns elementos problemáticos para discussões sobre perdas culturais e direitos de propriedade de grupos indígenas, em tribunais e entre os próprios profissionais envolvidos, dentre eles os antropólogos.

Algumas desses elementos apontados por Kirsch (2001) foram: (1) como reconhecer as mudanças sócio-culturais e ao mesmo tempo as perdas?; (2) como recompensar financeiramente aquilo que antes não tinha valor de mercado?; (3) como diferenciar as perdas causadas por seres humanos das causadas por outros eventos, como os desastres naturais?<sup>365</sup>

O autor destacou que, se antes da remoção, a mobilidade espacial já existia, a remoção por causa dos problemas ambientais gerados pelos testes nucleares teve um caráter inédito, pois representou a remoção conjunta de todo o grupo e a impossibilidade do retorno.

Como procuramos mostrar, tais aspectos verificaram-se em parte do grupo de ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani que emigraram para Novo Airão há mais tempo, na década de 1980 e até mesmo posteriormente, pouco antes do concurso de 2002 do IBAMA. O que justifica as narrativas políticas vitimizantes, apesar de muitos deles, como no caso analisado por Kirsch (2001), não almejem o retorno aos seus antigos lugares (CREADO, 2005a).

Como apontado por Otávio Velho (1984), para a Amazônia oriental, os ex-moradores dos vários rios do PARNA-Jaú, muitas vezes, não interpretam a migração como algo definitivo, e, como verificado em pesquisa de campo, repetidamente, ela não é absoluta e/ou definitiva. Costuma haver um período de transição, e as áreas antigas de roçados e de extrativismo são freqüentadas quando há condições para tal. No caso analisado, isso se deu mais para aqueles que estavam há um intervalo de tempo menor na sede municipal e que eram originários do limite norte do PARNA-Jaú, principalmente o rio Unini, com a exceção da área que veio a ser utilizada pelos empreendimentos turísticos voltados à pesca desportiva e recreativa.

A visão de cativoiro (VELHO, 1984) também apareceu, principalmente no caso dos ex-

---

<sup>365</sup> Uma dicotomia que tende a cada vez mais a se esfumaçar com as mudanças climáticas, no caso dos atóis do Pacífico (KIRSCH, 2001).

moradores dos rios Jaú e Carabinani, encarnada na figura do parque e/ou na libertação da vida tornada clandestina no interior do PARNA-Jaú. Assim, a saída e o estabelecimento no município foram muitas vezes associados com a possibilidade de se ir atrás dos direitos e de se ter mais liberdade, conforme relatos locais. Apesar dessa possibilidade nem sempre ter sido atingida após a mudança.

Constatou-se que muitos dos que migraram para Novo Airão procuram ou procuravam manter algum “terreno” (termo local) nas imediações da sede municipal, almejando articular as benesses da vida urbana<sup>366</sup> com o trabalho agrícola de pequena escala. Pode-se afirmar, por conseguinte, que há sim perdas, mas também continuidades entre o modo de vida pregresso e o atual em Novo Airão, pelo menos para a geração que já era adulta à época da mudança.

A articulação da vida urbana e da vida rural representa uma forma de *ideologia do ex-morador* (SIGAUD, 1979) em Novo Airão, que esbarra no alto grau de restrições ao uso de recursos e ao acesso à terra, no município. Aqueles ex-moradores que se encontravam no município e que desejavam o reassentamento buscavam subsídios para concretizar essa articulação.

A saída pelo reassentamento, contudo, em uma área similar à do parque esbarra nos limites de acesso à terra na região do baixo rio Negro e na morosidade desse processo. Destarte, segue uma declaração do diretor-executivo da FVA, que constavam em notícia vinculada na página eletrônica da ONG Instituto Sócio-Ambiental<sup>367</sup>, e que convergem com nossa observação sobre as dificuldades de acesso à terra:

*“(...) O problema é que, na Bacia do Rio Negro, não existem áreas para realocação de população. Há muitas unidades de conservação, muitas terras indígenas ou, então, lugares já ocupados”, conta Durigan. ‘Outra coisa é que não existem perspectivas de que as famílias sejam indenizadas no curto prazo, então, é interferir para que, crescendo as atividades na região, como é a tendência, elas não sejam mais danosas (...)’ (ISA, 2003)<sup>368</sup>.*

No que diz respeito às narrativas dos ex-moradores sobre a emigração, pode-se dizer

---

<sup>366</sup> Tais como a escola para os filhos, o acesso aos serviços públicos de saúde e de previdência social e a “agitação” (termo local) da vida nas sedes municipais.

<sup>367</sup> A notícia se referia a alguns programas da FVA no município de Novo Airão.

<sup>368</sup> A notícia é assinada por Flavio Soares de Freitas e data de 08/07/2003. Foi extraída do link: <http://www.socioambiental.org/website/noticias/noticia.asp?File=Conserva\2003-07-08-19-25.html>, em acesso no dia 10/07/03. Ela comenta a ampliação do Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade na Amazônia, aprovada em 02/07/03, pela UNESCO (Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), em Paris. A área do Patrimônio Natural foi criada em 2000, incluindo desde então o PARNA-Jaú. Com a expansão, foram incorporadas a Estação Ecológica de Anavilhanas, a RDS-Amanã e parte da RDS-Mamirauá, formando o também chamado Complexo de Conservação da Amazônia Central.

que o declínio de algumas atividades agroextrativistas, como o declínio da exploração de látex e de recursos faunísticos, cruzou-se, interpenetrou-se com a criação da unidade de conservação e a implementação de políticas ambientais mais restritivas, porém na seguinte gradação: junto aos moradores remanescentes dos rios Jaú e Carabinani e ex-moradores de ambos os rios que migraram para Novo Airão, isso se verificou de modo sobremaneira intenso; em uma gradação menor, apareceu junto aos moradores do rio Unini e do rio Preto que migraram para Novo Airão; e foi mais tênue junto aos ex-moradores do rio Unini e do rio Preto que migraram para Barcelos. Além disso, no caso dos ex-moradores das altas partes do rio Unini, especialmente junto àqueles que habitavam a comunidade São Lázaro ou sua região de influência, a questão dos hotéis sobrepôs-se à questão do pertencimento do rio aos limites territoriais do PARNA-Jaú.

A respeito da saída daqueles que migraram para Novo Airão, pode-se avaliar que, até o momento, inexistem alternativas sócio-econômicas equiparáveis às que usufruíam anteriormente, apesar de haver algumas iniciativas que visem oferecer alternativas no âmbito local voltadas ao projeto de desenvolvimento sustentável. Dentre as quais, encaixam-se as iniciativas da FAM (Fundação Almerinda Malaquias), na área de capacitação profissional em artesanato em madeira, e da AANA (Associação de Artesãos de Novo Airão), de artesanato com fibras naturais.

A experiência empírica mostrou-nos, portanto, que parte dos nossos sujeitos assimilaram parcialmente as mudanças que a criação dessa UC gerou nas suas vidas, embora seja possível questionar a que custo e como isso se deu. Muitas das respostas sociais geradas por este evento crítico (DAS, 1999), que, na verdade, conformou uma série de eventos críticos, dão-se dentro das possibilidades legais colocadas pelo SNUC, pelo Plano de Manejo do PARNA-Jaú, que não chegam a ser questionados. O que não significa que, no longo prazo, esse posicionamento não será alterado.

Um dos indícios (CERQUEIRA FILHO & NEDER, 1997) de tais limites foi a incorporação do ano de 1985 como marco indenizatório, que não se justifica historicamente pois já havia um flutuante do órgão gestor do parque (IBDF/IBAMA) na

foz do rio Jaú desde 1981. Uma escolha prática do Plano de Manejo (FVA/IBAMA, 1998), pois reconhecer a anterioridade da presença do IBDF/IBAMA significaria abrir muitas brechas no processo de regularização fundiária, porém é algo injusto e inexato.

A posse agroextrativista, que acabou excluída da versão final da lei do SNUC, de 2000, e na qual o pedido inicial do MPF se calcou, acabou enfraquecendo a ACP. Por outro lado, não existem direitos diferenciados para os ribeirinhos somente quilombolas e indígenas, assim ao grupo de moradores e ex-moradores resta lidar também com outra heterogeneidade interna: a do processo de identificação de remanescentes de quilombos que foi iniciado pelo MPF no rio Jaú, e cujo grupo mais beneficiado seria de moradores da comunidade Tambor (CREADO *et al.*, 2006).

Outra dificuldade de se estabelecer um processo indenizatório mais justo, pela via do contencioso jurídico, é a alta mobilidade intra e inter-geracional do grupo de moradores e ex-moradores dos rios Jaú e Carabinani. Além disso, é possível deduzir que não houve migração exclusivamente para Novo Airão, município onde se encontra o grupo de ex-moradores mais mobilizado, devem ter sido inúmeros aqueles que se dispersaram para outros municípios e áreas rurais, ao longo desses mais de vinte anos.

Apesar de todas essas limitações da ACP, ela não deixa de possuir aspectos positivos. Representa um passo adiante no aprendizado sócio-político (FINGER, 1994; FERREIRA, 2004) principalmente dos indivíduos diretamente envolvidos com o trabalho de levantamento da comissão.

Sobretudo, o pedido de indenização por danos morais, é bem interessante no sentido de procurar ressarcir os efeitos intangíveis da criação do parque, além de ser de mais fácil aplicabilidade e de menor carga valorativa a respeito de quem teria o direito à indenização pelas posses.

Seria um bom recomeço se o IBAMA se responsabilizasse por atos ou omissões do seu passado recente na área. A instituição teve pouco controle sobre as ações daqueles que a representam na ponta, seus vigilantes terceirizados, ou mesmo sobre os chefes que ocuparam o cargo antes de 2002, ou seja, justamente aqueles possuem um contato direto com os moradores.

No que diz respeito ao PARNA-Jaú, é preciso voltar a destacar que o quadro do órgão mudou consideravelmente com a realização de concurso para analistas ambientais, de 2002, mas muitos dos dilemas morais de se conciliar conservação, presença humana e justiça social permanecem e, em nossa opinião, sempre permanecerão (WEST & BRECHIN, 1991; CREADO *et. al*, 2006; CREADO, 2006b). Apesar da maior racionalização da vida e do argumento dos modernos (LATOURETTE, 2000a) de que se moveriam exclusivamente por interesses técnico-científicos (BARRETTO FILHO, 2001a).

Assim, para o parque como um todo, considerando-se sua parte central e os seus limites setentrionais, vem instaurando-se a linguagem dos direitos (SIGAUD, 1979; FERREIRA, 2004). De maneira que o fazer história aparece como uma atitude reativa, plenamente justificável, dos moradores e ex-moradores do PARNA-Jaú (AUGÉ, 2003; MENDES, *et al*. 2006).

Acreditamos, como Brechin e colaboradores (1991), Brito (2000), Barretto Filho (2001b), Ferreira (1999, 2004), Ferreira e colaboradores (2006) e Campos (2006) que a ênfase deva ser colocada no comprometimento dos moradores do interior e do entorno das UCs com o uso sustentável de recursos. Portanto, deveria repousar na busca de arranjos institucionais e regras locais visando tais objetivos, sem se perder de vista o contexto de agentes não imediatamente locais, principalmente aqueles que possuem maior barganha econômica e política, e as desigualdades de poder entre os próprios quase-sujeitos.

Nesse contexto de institucionalização de unidades de conservação, seria preciso assumir, igualmente, que sacrifícios de todas as partes envolvidas serão feitos e que dificilmente poder-se-á conciliar o melhor dos dois mundos: o da conservação e o dos benefícios sócio-econômicos (FERREIRA, 2004). Nem todas as demandas serão contempladas, mas, ainda sim, vale a pena lutar por elas.

## ***Bibliografia e material de apoio***

Ação Civil Pública (ACP). *Processo número 2004.32.00.001762-9*. Protocolado na Justiça Federal da 3<sup>a</sup>. vara da seção judiciária do Amazonas, na primeira instância, no dia 29/03/2004.

ABREU, Maria Jasylene Pena de. *Modos de vida, gênero e meio ambiente no Parque Nacional do Jaú/AM*. 2000. Dissertação - Centro de Filosofia de Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis.

ADRIÃO, Denize Genuina da Silva. *O processo de identificação étnica: a recriação da identidade indígena de Barcelos/AM*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas.

AZEVEDO, Cristina Maria do Amaral. Regulation to access to genetic resources and associated traditional knowledge in Brazil. *Biota Neotrop*. [online]. 2005, vol.5, no.1 [cited 26 June 2006], p.19-27. Available from World Wide Web: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-06032005000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032005000100002&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1676-0603.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003 [1994]. 112p.

AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros: atualidade da antropologia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

AUGÉ, Marc. *Un ethnologue dans le métro*. Paris: Hachette, 1986 *apud* LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000a [1994].

BAILEY, Conner. Conservation and Development in the Galapagos Islands. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 187-199 *apud* WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.).

*Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991.

BARRETTO FILHO, Henyo T. Notas para a história de um artefato sócio-cultural: o Parque Nacional do Jaú. *Terra das Águas*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 53-76, 1999.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

BARRETTO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. (Versão 1.0). In: WORKSHOP SOCIEDADES CABOCLAS AMAZÔNICAS: MODERNIDADE E INVISIBILIDADE, 2001b, Parati, RJ.

BARROW, C. Environmentally appropriate, sustainable small-farm strategies for Amazônia. In: GOODMAN, D; HALL, A. *The futures of Amazônia: destruction or sustainable development?* New York: St. Martin's, 1990 *apud* BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Bertha K; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-64.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. p. 11-71.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 1990. 112p.

BECKER, Bertha K. *Desfazendo Mitos: Amazônia uma Selva Urbanizada*. Projeto Pro-Amazônia, UNESCO, 1992. Mimeografado *apud* BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Bertha K; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-64.

BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia.

In: BECKER, Bertha K; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-64.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: ed. Hucitec, 1999 [1994].

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora brasiliense, 1985. vol. 1, p. 197-221.

BORGES, Sérgio Henrique; IWANAGA, Simone; DURIGAN, Carlos César; PINHEIRO, Marcos Roberto. *Janelas para a biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia*. Manaus: FVA, 2004.

BOURDIE, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIE, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 17-58.

BRANDON, Katrina; REDFORD, Kent H.; SANDERSON, Steven E. (ed.). *Parks in Peril: People, politics and protected areas*. Washington, DC/Covelos, California: The Nature Conservancy/Island Press, 1998. Resenha de: SILVEIRA, Pedro Castelo Branco Silveira. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 9, p. 157-162, 2. semestre de 2001.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)/Fundação para a Conservação da Natureza (FUNATURA), 1989 *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

BRECHIN, Steven R.; WEST, Patrick C.; HARMON, David; KUTAY, Kurt. Resident peoples and protected areas: a framework for inquiry. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 5-28.

BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

BUNTING, Bruce W.; SHERPA, Mingma Norbu; WRIGHT, Michael. Annapurna conservation area: Nepal's new approach to protected area management. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 160-172.

CALHOUN, John B. The plight of the Ik. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 55-60.

CAMPOS, Simone Vieira de. *Mudanças sociais e conservação ambiental na Estação Ecológica da Juréia-Itatins: o caso do Despraiado*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas.

CAMPOS, Simone Vieira de. Conflitos envolvendo o uso de recursos naturais no Parque Nacional do Jaú: o caso do Acordo de Pesca no rio Unini. In: ANPOCS, XXVIII, 2004, Caxambu, MG. 9p.

CAMPOS, Simone Vieira de. A influência de atores externos no manejo de recursos naturais no PARNA-Jaú. In: ENCONTRO DA ANPPAS, III, 2006a, Brasília, DF.

CAMPOS, Simone Vieira de. Uso de recursos naturais por ribeirinhos do Parque Nacional do Jaú: relato da adoção de práticas intencionalmente conservacionistas. In: Reunião da ABA, XXV, 2006b, Goiânia, GO.

CARVALHO, Maria do Carmo. Participação social no Brasil hoje. *Papers Pólis*, [s.l.], 2, não paginado, 1998.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos 'remanescentes das comunidades dos Quilombos'. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, p. 209-235, julho de 2001.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gislene. *Emoção e Política: (A)ventura e imaginação sociológica para o século XIX*. Porto Alegre: Ed. Sérgio Antonio Fabris, 1997.

CERTEAU, Michel de. Terceira parte: práticas de espaço. In: CERTEAU, Michel de. *A*

*invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, p. 169-217.

COLBORN, Theo; DUMANOSKI, Dianne; MYERS, John Peterson. *O futuro roubado*. Porto Alegre: Editora L&PM, 1997. 354p.

CREADO, Eliana S. Junqueira. *Conflitos e Negociações no Parque Estadual do Jaraguá*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos.

CREADO, Eliana S. J. *Relatório técnico científico do período: 04/2002-04/2003*. Campinas: Processo FAPESP n.º 02/00126-0, 2003. 189p. Relatório.

CREADO, Eliana S. J. *Relatório técnico científico do período: 04/2003-04/2004*. Campinas: Processo FAPESP n.º 02/00126-0, 2004a. 58p. Relatório.

CREADO, Eliana S. J. Rio Unini: a transformação de um rio em um não-lugar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, IV, 2004, Curitiba. *Anais*: Vol. 1 – Trabalhos Técnicos. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004b. p. 436-445.

CREADO, Eliana S. J. Congruências e divergências entre normas: contexto local e jurídico envolvendo um grupo de ex-moradores do PARNA-Jaú/AM. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR (RAM): “Identidad, Fragmentación y Diversidad”, VI, Montevideu, Uruguai.

CREADO, Eliana S. J. *Relatório técnico-científico III*. Campinas: Processo FAPESP n.º 02/00126-0, 2005b. 164p. Relatório.

CREADO, Eliana S. J. *Relatório técnico-científico IV*. Campinas: Processo FAPESP n.º 02/00126-0, 2005c. 79p. Relatório.

CREADO, Eliana S. J. *Relatório técnico-científico V*. Campinas: Processo FAPESP n.º 02/00126-0, 2006a. 81p. Relatório.

CREADO, Eliana S. J. Contextos Múltiplos da Conservação da Biodiversidade. In: ENCONTRO DA ANPPAS, III, 2006, Brasília, DF.

CREADO, Eliana S. J.; MENDES, Ana Beatriz Vianna; FERREIRA, Lucia da Costa.

Entre 'tradicionais' e 'modernos': negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25<sup>a.</sup>, 2006, Goiânia, GO, Brasil.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, M. C. (org.), *História dos índios no Brasil*. SP: Cia das Letras/FAPESP/SMC, 1992 *apud* THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FAPESP, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. de. Indigenous people, traditional people, and conservation in Amazon. *Daedalus*, v. 129, n. 2, p. 315-338, Spring 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (org.). *Enciclopédia da Floresta: o alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002. p. 279-301.

DARELA, Aldo; LITAIFF, Maria Dorothea Post. Os índios Guarani Mbya e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, XXII, 2000, Brasília, DF.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2001 [1986].

DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, John; van SCHAIK, Carel; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação nos trópicos*. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002. p. 52-73.

DAS, Veena. *Critical Events: An anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1999.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São

Paulo: Nobel, 1989.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. 484p.

DIAS, Carla de Jesus. *Na floresta onde vivem mansos e brabos: economia simbólica de acesso à natureza praticada na Reserva Extrativista do Alto Juruá/Acre*. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - IFCH, UNICAMP, Campinas.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Edusp/NUPAUB, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. A construção de uma nova ciência da conservação para as áreas protegidas dos trópicos: a etno-conservação. *Revista Debates Sócio-Ambientais*, São Paulo, ano V, n. 13, Paralela Gráfica e Editora Ltda./CEDEC/ACIMA, p. 9-11, jul. e out. de 1999.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, NEPAM/UNICAMP, ano II, n. 3 e 4, p. 127-149, 2º sem./98 a 1º sem./99.

DURHAM, Eunice Ribeiro (org.). *Bronislaw Malinowski*. SP: Ed. Ática, 1986.

FEENY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; MOREIRA, André de Castro C. (org.). *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 17-42.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 7-41.

FERREIRA, Lúcia da Costa. *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.

FERREIRA, Lúcia da Costa. *A floresta intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica*, SP. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, UNICAMP,

Campinas.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Remanescentes de um pretérito mais que perfeito. *Revista Debates Sócio-Ambientais*, São Paulo, Paralela Gráfica e Editora Ltda./CEDEC/ACIMA, ano V, n. 13, p. 20-21, jul. e out. de 1999.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: conflitos em torno de áreas protegidas no Brasil. Campinas: FAPESP/FAEP, dez. de 2002. 61p. Relatório.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 47-66, jan. a jun. 2004.

FERREIRA, Lúcia da Costa; CAMPOS, Simone Vieira de. Contemporary Social Conflicts: The Relationships Between Brazilian Environmentalists, Governments and Traditional People. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, X / BRAZILIAN CONGRESS OF RURAL ECONOMICS AND SOCIOLOGY, XXXVIII, 2000, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Lúcia da Costa; SIVIEIRO, Simone de Oliveira; CAMPOS, Simone Vieira de; SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; OLIVEIRA, Vivian Gladis de; MENDES, Ana Beatriz Vianna; PINTO, Anaisa de Oliveira. Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. *Revista Idéias*, Campinas, IFCH/UNICAMP, ano 8 (2), p. 115-149, 2001.

FERREIRA, Lúcia da Costa; CAMPOS, Simone Vieira de; CREADO, Eliana Junqueira; MENDES, Ana Beatriz Vianna; CAROPRESO, Camilo. Human dimensions of *in situ* conservation of biodiversity: uses and conflicts in areas of strict protection and sustainable use in the Brazilian Amazon. In: ISA WORLD CONGRESS, 2006, Durban.

FINGER, Mathias. NGOs and transformation: beyond social movement theory. In: PRINCEN, Thomas; FINGER, Mathias. *Environmental NGOs in world politics: linking the local and the global*. London, New York: Routledge, 1994.

FORESTA, Ronald. *Amazon conservation in the age of development: the limits of providence*. Gainesville: University of Florida Press, 1991 *apud* BARRETTO FILHO,

Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

FVA. *Os moradores do Parque Nacional do Jaú: censo e levantamento sócio-econômico*. FVA: Manaus, 1994.

FVA. *A Gênese de um Plano de Manejo: O caso do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: FVA, 1998.

FVA. *Fundação Vitória Amazônica, 10 anos: relatório conceitual*. Manaus: 1999. Mimeografado.

FVA/IBAMA. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú*. Manaus: Fundação Vitória Amazônica/IBAMA, maio de 1998. 258p. (Versão 8).

GEIST, H. J. & LAMBIN, E. C. Proximate causes and underlying driving forces of tropical deforestation. *BioScience*, 52(2), p. 143-150, 2001 *apud* SYDENSTRICKER-NETO, John. Population and Environment in Amazônia: from just the numbers to what really counts. IN: HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (ed.). *Population and Environment in Brazil: Rio + 10*. Campinas: CNPD/ABED/NEPO, 2002.

GHIMIRE, K. *Parques e populações: problemas de sobrevivência no manejo de parques nacionais na Tailândia e em Madagascar*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1993. 68p. *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GINSBERG, M. *Sociology*. Londres: Butterworth, 1934 *apud* MAYER, Adrian C. A importância dos 'quase-grupos' no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 127-158.

GLUCKMAN, Max. Lecture I: the peace in the feud. In: GLUCKMAN, Max. *Custom and*

*conflict in Africa*. Oxford: Basil Blackwell, 1966a. p. 1-26.

GLUCKMAN, Max. Lecture II: the frailty in authority. In: GLUCKMAN, Max. *Custom and conflict in Africa*. Oxford: Basil Blackwell, 1966b. p 27-53.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. SP: Global Universitária, 1989 *apud* FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 47-66, jan. a jun. 2004.

HANNINGAN, J. *Environmental Sociology: a social constructionist perspective*. 2. ed. London, New York: Routledge, 1997 *apud* FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 47-66, jan. a jun. 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1988 [1963]. 158p.

GRUPO de estudos sobre a construção democrática. Esfera pública e democracia no Brasil. *Revista Idéias*, Campinas, IFCH/Unicamp, 5920/6(1), p. 43-74, 1998/1999.

GRUPO de estudos sobre a construção democrática. Desafios e possibilidades da participação da sociedade na construção de uma gestão pública democrática. In: *Revista Idéias*, IFCH/Unicamp, 5920/6(1), p. 75-96, 1998/1999.

HAFFER, Jurgen. Speciation in amazonian forest birds. *Science*, 165, p. 131-137 *apud* BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Antropologia do ciborgue: as*

vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129.

HARDIN, Garret. The tragedy of the commons. *Science*, vol. 162, p. 1243-1248, dez. de 1968.

HARMON, David. National park residency in developed countries: the example of Great Britain. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 33-39.

HAAS, E. B. Multilaterism, knowledge, and power. In: HAAS, E. B. *When knowledge is power*. Berkley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1990. p. 1-16.

HOGAN, Daniel Joseph. Mobility and Environment. In: HOGAN, Daniel Joseph (org.). *Population Change in Brazil: contemporary perspectives*. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2001. p. 213-223.

HOGAN, Daniel J.; CARMO, Roberto L.; ALVES, Humberto P. F.; RODRIGUES, Izilda Aparecida. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. In: HOGAN, Daniel J.; CUNHA, José Marcos Pinto; BAENINGER, Rosana; CARMO, Roberto Luiz. *Migração e Ambiente em SP: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2000. p. 385-410.

HOMMA, Ako. *A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia*. 1989. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Viçosa *apud* BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Bertha K; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-64.

HOMMA, Alfredo Oyama. Amazônia: os limites da opção extrativa. *Revista Ciência Hoje*, v. 27, n. 159, p. 70-73, abril de 2000.

HOUGH, John. The Grand Canyon National Park and the Havasupai people: cooperation and conflict. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International*

Conservation. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 215-230 *apud* WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (eds.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991.

IBDF/FBCN. *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil*. Brasília: IBDF, 1979 *apud* BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

IBDF/FBCN. *Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. II Etapa*. Brasília: IBDF, 1982 *apud* BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

JACINTO, Andréa Borghi Moreira. *Afluentes de memória: itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas.

JESUS, Edilza Laray de. *Sociodiversidade no Jaú: a ética do com-viver*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul.

JOLY, Carlos Alfredo. Acesso a recursos genéticos, repartição de benefícios e proteção dos conhecimentos tradicionais. *Biota Neotrop*. [online]. 2005, vol.5, no.1 [cited 26 June 2006], p.3-3. Available from World Wide Web: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-06032005000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032005000100001&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1676-0603.

JORGE-PÁDUA, Maria Tereza. Categorias de Unidades de Conservação. *Boletim Fundação Brasileira para Conservação da Natureza*, Rio de Janeiro, 13(1), p. 78-84, 1978 *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e*

resultados. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

JORGE-PÁDUA, Maria Tereza; FILHO, Aldemar F. Coimbra. *Os Parques Nacionais do Brasil*. Madrid: Livraria José Olympio Editora/Instituto de Cooperação Iberoamericana/Instituto de la Caza Fotográfica y Ciencias de la Naturaleza (INCAFO), 1979. 223p. *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

JORGE-PÁDUA *et alii*. Plano do Sistema de Unidades de Conservação. In: IBDF/Coordenadoria de Planejamento. *Diagnóstico do subsistema de conservação e preservação de recursos naturais renováveis*. Brasília: IBDF, 1978. p. 81-138 *apud* BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

KAYMOWITZ, D. & ANGELSEN, A. *Economic models of tropical deforestation: a review*. Bogor, Indonesia: CIFOR, 1999 *apud* SYDENSTRICKER-NETO, John. Population and Environment in Amazônia: from just the numbers to what really counts. In: HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (ed.). *Population and Environment in Brazil: Rio + 10*. Campinas: CNPD/ABED/NEPO, 2002. p. 55-75.

KIRSCH, Stuart. Lost worlds: environmental disaster, 'culture loss', and the law. *Current Anthropology*, v. 2, n. 2, p. 167-178, April 2001.

KNIGHT, J. (ed.). *Natural enemies: people – wildlife conflicts in anthropological perspective*. London and New York: Routledge, 2000 *apud* FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 47-66, jan. a jun. 2004.

KUTAY, K. *Cahuita National Park, Costa Rica: a case study in living cultures and national park management*. 1984. Masters thesis - School of Natural Resources, University of Michigan *apud* WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International*

Conservation. Tucson: The University of Arizona Press, 1991.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 1, n. 2, p. 41-47, out. de 1986.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000a [1994].

LATOUR, Bruno. Abrindo a caixa-preta de Pandora. In: LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000b. p. 11-36.

LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: ESTERCI, Neide; LÉNA, Philippe; LIMA, Deborah (ed.). *Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 9-21, 2002.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

LEVI, Margaret. Uma lógica da mudança institucional. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 79-98, 1990.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: Reunião Brasileira de Antropologia, XII, 2003, Brasília, DF.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997. 333p.

MACHLIS, Gary E.; TICHNEL, David L. *The state of the world's parks: an international assessment for resource management, policy, and research*. London: Westview Press, 1985. 131p. *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

MAYER, Adrian C. A importância dos 'quase-grupos' no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades*

*contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 127-158.

MENDES, Ana Beatriz Viana. *Comunidades locais e Áreas de Proteção Ambiental: dois estudos de caso*. Campinas. 18p. Mimeografado.

MENDES, Ana Beatriz V. *Vidas de Parque: uma etnografia sobre os ribeirinhos da comunidade Tapiira/AM*. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, UFSC, Florianópolis.

MENDES, Ana Beatriz Vianna; CREADO, Eliana S. J.; CAMPOS, Simone Vieira de; FERREIRA, Lucia da Costa. Processos Decisórios Envolvendo Populações que Residem no Parque Nacional do Jaú (AM). In: ENCONTRO DA ANPPAS, III, 2006, Brasília, DF.

MERCADANTE, M. Breve histórico da origem e tramitação do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação *apud* FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 47-66, jan. a jun. 2004.

MILANO, Miguel Sereduik; TRESINARI, Ângela; FERREIRA, Lourdes. *Possibilidades alternativas de manejo e gerenciamento de Unidades de Conservação*. Brasília: PNMA-IBAMA *apud* BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

MILANO, Miguel Sereduik. Estratégia de conservação da biodiversidade. In: SEMINÁRIO TÉCNICO, TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO: COMO INTEGRAR MÉTODOS PARA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 1991 *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

MORAN, Emilio. *Through Amazonian Eyes: the human ecology of amazonian populations*. Iowa city: University of Iowa Press, 1993.

NIETSCHMANN, B. Indigenous Island Peoples, Living Resources, and Protected Areas. In: MACNEELY, J. A.; MILLER, K. R. (ed.). *National Parks, Conservation and Development: The Role of Protected Areas in Sustaining Society*, 333-343. Proceedings of the World Congress on National Parks, Bali, Indonesia, 11-22 October 1982. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1984 *apud* WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991.

NOGUEIRA NETO, Paulo. *Estações Ecológicas: uma saga de ecologia e de política ambiental*. São Paulo: Editora Empresa das Artes, 1991 *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

OATES, John F. *Myth and Reality in the Rain Forest: How Conservation Strategies Are Failing in West Africa*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1999.

OELSCHLAEGER, Max. Introduction: the wilderness condition today. In: OELSCHLAEGER, Max (ed.). *The Wilderness Condition: essays on environment and civilization*. Covelo, California/Washington, DC: Island Press, 1992. p. 1-20.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. *Rules, games and common-pool resources*. Michigan: Michigan Press, 1994 *apud* FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 47-66, jan. a jun. 2004.

PERES, Carlos A. Expandindo as redes de áreas de conservação na última fronteira selvagem: o caso da Amazônia Brasileira. In: TERBORGH, John; van SCHAIK, Carel; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação nos trópicos*. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002. p.

163-174.

PEZZUTI, Juarez Carlos Brito. *Ecologia e Etnoecologia de Quelônios no Parque Nacional do Jaú, Amazonas, Brasil*. 2003. Tese (Doutorado em Ecologia) - IB, UNICAMP, Campinas.

PINHEIRO, Marcos Roberto. Dinâmica populacional e mapeamento participativo do uso dos recursos naturais por moradores do Parque Nacional do Jaú/AM. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – PROCAM, USP, São Paulo.

PLOG, F.; JOLLY, C; BATES, D. *Anthropological Decisions, Adaptation, and Evolution*. New York: Knopf, 1976 *apud* WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991.

PRANCE, Ghilleen T. Phytogeographic support for the theory of Pleistocene forest refuges in the Amazon basin, based on evidence from distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae and Lecythidaceae. *Acta Amazonica*, v. 3, n. 3, p. 5-28, 1973 *apud* BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. *Biologia da Conservação*. Londrina: Efraim Rodrigues, 2001. 328p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'. In: Von SIMSON, Olga de Moraes. *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 14-43.

RAMOS, Adriana; CAPOBIANCO, João Paulo (org.). Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). *Documentos do ISA*, n<sup>o</sup> 1, 1996.

REBELO, George Henrique. *Os moradores do parque nacional do Jaú: um parque por ele mesmo*. Manaus: maio de 1993. Mimeografado. (1<sup>a</sup>. versão).

REBELO, George Henrique. *Quelônios, jacarés e ribeirinhos no Parque Nacional do Jaú/AM*. 2002. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Biologia, UNICAMP, Campinas.

REID, David. *Sustainable development: an introductory guide*. London: Earthscan, 1995.

RODRIGUES, Aníbal; TOMMASINO, Humberto; FOLADORI, Guillermo; GREGORCZUK, Anderson. É correto pensar a sustentabilidade a nível local? Uma análise metodológica a partir do estudo de caso em uma área de proteção ambiental no litoral sul do Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. V e VI, p. 109-146, ago/dez de 2002, jan/jul de 2003.

SACHS, I. *Que pouvons nous faire pour enrayer la destruction des forêts tropicales?* 1989. Mimeografado apud BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, Bertha K; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 46-64.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: ISA, 2005.

SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.

SCHUBART, Otto et all. Relatório de excursão ao rio Jaú com vistas à Instalação de uma reserva natural. Manaus: INPA, 1977. Mimeografado apud BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho de Souza;

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

SMA/SP. Proposta para a discussão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. *Documentos Ambientais*, Série PROBIO/SP, 1998.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. 1993. 179p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas.

SESSIONS, George. Ecocentrism, wilderness, and global ecosystem protection. OELSCHLAEGER, Max (ed.). *The Wilderness Condition: essays on environment and civilization*. Covelo, California/Washington, DC: Island Press, 1992. p. 90-130.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Andréa Leme da. *Uso de recursos por populações ribeirinhas do médio Rio Negro*. 2003. Tese (Doutorado Ciências) – Instituto de Biociências, USP, São Paulo.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Povo da Terra e Terras do Parque: da tradição à ação. In: Reunião Brasileira de Antropologia, XXII, 2000, Brasília.

SIVIEIRO, Simone O. *A institucionalização da Mata Atlântica*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, UNICAMP *apud* FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 47-66, jan. a jun. 2004.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STENGERS, I. *États et processus*. 1983. Tese de doutorado. Université libre de Bruxelles *apud* LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000a [1994].

SYDENSTRICKER-NETO, John. Population and Environment in Amazônia: from just the numbers to what really counts. IN: HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (ed.). *Population and Environment in Brazil*: Rio + 10. CNPD/ABED/NEPO: Campinas,

2002. p. 55-75.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TERBORGH, John; van SCHAIK, Carel. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, John; van SCHAIK, Carel; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação nos trópicos*. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002. p. 25-36.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecossistemas do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FAPESP, 2002.

THOREAU, Henry D. *Walden ou a vida nos bosques*. 6. ed. São Paulo: Aquariana, 2001 [1984, Global Editora]. 346p.

UICN/CPNAP/CMMC. *Directrices para las Categorías de Manejo de Áreas Protegidas*. Gland, 1994, 261p. *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

Van SCHAIK, Carel; RIJKSEN, Herman D. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: TERBORGH, John; van SCHAIK, Carel; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação nos trópicos*. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002. p. 37-51.

Van VELSEN, J. The extended-case method and situational analysis. In: EPSTEIN, A. L. (ed.). *The craft of social anthropology*. London, New York, Sydney, Toronto, Wellington: Tavistock Publications, 1967. p. 129-149.

VANZOLINI, Paulo Emílio. *Zoologia sistemática, geografia e origem das espécies*. Instituto Geográfico de São Paulo, n. 3, 1970 *apud* BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

VAYRYNEN, R. (ed.). *New Directions in conflict theory: conflict resolution and conflict transformation*. Newbury Park, Sage Publications, Inc. London, 1991 *apud* FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 1, p. 47-66, jan. a jun. 2004.

VELHO, Otávio. Por que se migra na Amazônia. In: *Revista Ciência Hoje*, v. 2, n. 10, p. 34-39, jan./fev. de 1984.

VIANNA, Lucila Pinsard. Considerações críticas sobre a construção da idéia de “população tradicional” no contexto das unidades de conservação. 1996. Dissertação (Mestrado em antropologia) – FFLCH, USP, São Paulo.

VIANNA, Lucila Pinsard; ADAMS, Cristina; DIEGUES, Antônio Carlos S. *Conflitos entre populações humanas em unidades de conservação em Mata Atlântica*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. Relatório.

VICTOR, Mauro Antônio Moraes. *A devastação florestal*. São Paulo: Unipress, Sociedade Brasileira de Silvicultura, 1975 *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

WEBER, Will. Enduring peaks and changing cultures: the Sherpas and Sagarmatha (Mount Everest) National Park. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 206-214 *apud* WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991.

WEEKS, N. C. *National Parks, Native Peoples: a study of the experience of selected other jurisdictions with a view to cooperation in Northern Canada*. Montreal: Parks Canada, 1981 *apud* WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (eds.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991.

WEST, Patrick C. Introduction. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (eds.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. xv-xxiv.

WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steve R. National parks, protected areas, and resident peoples: a comparative assessment and integration. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 363-400.

WETTERBERG, Gary B.; JORGE-PÁDUA, Tereza Maria; CASTRO, Celso Soares de; VASCONCELLOS, José Manuel Carvalho de. Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia. Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF)/PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, *Série Técnica*, n.º 8, Brasília *apud* BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. 2001a. 536p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo.

WOO, Hyung Taek. An assessment of tourism development in the National Parks of South Korea. In: WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 200-205 *apud* WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991.

WWF. Subsídios para discussão. In: WORKSHOP DIRETRIZES E POLÍTICAS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1994, Brasília *apud* BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

YEARLEY, S. *Sociology, environmentalism and globalization*. London: Sage, 1996.

## **Atas das reuniões para o Acordo de Pesca**

ATA DA 2<sup>a</sup> REUNIÃO para a Resolução dos Conflitos no Rio Unini, realizada no dia 19/02/2004, no GEREX I do IBAMA Manaus/AM. Redigida por Marcos Roberto Pinheiro, da Fundação Vitória Amazônica.

ATA DA 3<sup>a</sup> REUNIÃO para resolução de conflitos do rio Unini, realizada no dia 23/03/2004, no auditório da sede do IBAMA, em Manaus/AM. Redigida por Maria Jasylene Pena de Abreu, da Fundação Vitória Amazônica.

ATA DA 4<sup>a</sup> REUNIÃO do Acordo de Pesca do rio Unini, realizada em 15/04/2004, na sede do IPAAM, na cidade de Manaus. Redigida por Marcos Roberto Pinheiro, da Fundação Vitória Amazônica.

## **Folders**

FAM. Fundação Almerinda Malaquias. Novo Airão, AM: Folder, s/d.

FVA/AANA/WWF. Projeto Fibrarte. Artesanato em fibras vegetais: uma atividade econômica e ecologicamente responsável. Manaus, Novo Airão, AM: Folder (folder maior), s/d.

FVA/AANA/WWF. Projeto Fibrarte. Artesanato em fibras vegetais: uma atividade econômica e ecologicamente responsável. Manaus, Novo Airão, AM: Folder (folder menor), s/d.

## **Material coletado na *internet***

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL (ISA). Histórico da Luta pela Defesa da Mata Atlântica. *Documentos na integra*. Disponível em: <http://www.isa.org.br>; acessado em: 07/12/01.

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL (ISA). UNESCO amplia sítio do Patrimônio Natural da Humanidade na Amazônia. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/website/noticias/noticia.asp?File=Conserva\2003-07-08-19-25.html>; acessado em: 10/07/03.

RUNTE, Alfred Runte. Why National Parks? *Once again, why public parks?*, v. 19, n. 2, p. 67-71, 2002. Disponível em: [www.georgewright.org/192runte.pdf](http://www.georgewright.org/192runte.pdf); acessado em: 24/06/04.

WWF. *Áreas protegidas ou espaços ameaçados?* Relatório do WWF sobre o grau de implementação e vulnerabilidade das Unidades de Conservação Brasileiras de uso indireto, março de 1999. Série Técnica I. Disponível em: <http://wwf.org.br>; acessado em 1999.

## **Leis**

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)/INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS (IPAAM). Instrução Normativa Conjunta número 2, de 27 de Setembro de 2004. DOU de 28/9/2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Instrução Normativa número 9, de 24 de outubro de 2003.

## **Leis coletadas na *internet***

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/website/noticias/naintegra/docs/snuc.html>; acessado em: 2/2/2001.

BRASIL. Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/2002/D4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/D4340.htm); várias datas de acesso.

BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm); várias datas de acesso.

IBAMA. Portaria n. 1.534, de 20 de dezembro de 1989. Legislação para espécies de peixes ornamentais nativas e exóticas (importados). Disponível em: <http://www.petsite.com.br/pxlegisla5.asp>; acessado em: 02/06/2004.

IBAMA. Portaria n.º 62-N, de 10 de junho de 1992. Legislação para espécies de peixes ornamentais nativas e exóticas (importados). Disponível em: <http://www.petsite.com.br/pxlegisla4.asp>; acessado em: 2/06/2004.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Decreto n. 22.304 de 20 de novembro de 2001. Proíbe a pesca comercial na Bacia do Rio Negro, no trecho que especifica e dá outras providências. Disponível em: [www.ipaam.br](http://www.ipaam.br); várias datas de acesso.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Anexo à Instrução Normativa n. 3, de 27 de maio de 2003. Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. Disponível em [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br); várias datas de acesso. 19p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Instrução Normativa n. 5, de 21 de maio de 2004. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/pescaamadora/legislacao/visualiza.php?id\\_arq=104](http://www.ibama.gov.br/pescaamadora/legislacao/visualiza.php?id_arq=104); várias datas de acesso.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Mensagem número 967 de 18 de julho de 2000. Justificação de vetos na versão final do SNUC. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Mensagem\\_Veto/2000/Mv0967-00.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Mensagem_Veto/2000/Mv0967-00.htm); várias datas de acesso.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto federal de 27 de dezembro de 2004. Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm); acessado em: 24/07/06.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 13 de julho de 2006. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm#art11](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm#art11); acessado em: 23/07/2006.

## **Reportagens**

MARTINS, Elisa. Quilombolas em Risco: Remanescentes de comunidades negras sofrem com falta de energia e saneamento básico. In: *Revista Ciência Hoje*, v. 33, n. 196, p. 44-45, agosto de 2003. Disponível em: [ich.unito.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch196/emdia.pdf](http://ich.unito.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch196/emdia.pdf); acessado em: 5/04/2006.

## Hyperlinks principais visitados

<http://www.netpar.com.br> ou <http://www.fishingsafaristur.com.br>; acessados em: 28/11/03 e 18/11/03.

[http://www.larsenoutdoors.com/html/fishwithlarry\\_.html](http://www.larsenoutdoors.com/html/fishwithlarry_.html); acessado em: 23/11/03.

<http://www.larsenoutdoors.com/html/unini.html>; acessado em: 18/11/03.

<http://www.flyonline.com.br/Amazonia/index2.htm>; acessado em: 23/11/03.

<http://www.peacockbassassociation.com/html/unini.html>; acessado em: 18/11/03.

<http://www.viverde.com.br/barcelos.html>; acessado em: 07/01/2003.

[http://www.viverde.com.br/araca\\_camp\\_i.htm](http://www.viverde.com.br/araca_camp_i.htm); acessado em: 07/01/2003.

<http://www.amazonasguia.com.br/municipios/barcelos.htm>; acessado em: 07/01/2003.

<http://ecoclub.com/andetur/lodge.html>; acessado em: 07/01/2003.

<http://www.socioambiental.org/website/noticias/noticia.asp?File=Indios\2001-11-14-17-13.html>. Site do Instituto Socioambiental (ISA). Seção: Notícias Socioambientais (atualizado em: 14/11/2001); acessado em: 07/01/2003.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/itauba.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.estadao.com.br/ext/demene/extratativismo.htm>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.estadao.com.br/ext/demene/palmito2.htm>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.estadao.com.br/ext/demene/palmito.htm>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.estadao.com.br/ext/demene/mandioca.htm>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.estadao.com.br/ext/demene/amazonia.htm>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.estadao.com.br/ext/demene/bacia.htm>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/piacava.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/barce.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/export.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/ornam2.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/comida.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/cenar.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/flore.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/cac2.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/made.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/diver.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/cuie.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/ma.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/ornam.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/demene/indio.html>; acessado em: 13/01/03.

<http://www.funbio.org.br/port/projetos/fva.htm>; acessado em: 13/01/03.

[http://www.funbio.org.br/port/projetos/consor\\_2.htm](http://www.funbio.org.br/port/projetos/consor_2.htm); acessado em: 13/01/03.

[www.acritica.com.br](http://www.acritica.com.br); várias datas de acesso.

[www.fva.org.br](http://www.fva.org.br); várias datas de acesso.

[www.ibama.br](http://www.ibama.br); várias datas de acesso.

[www.ipaam.br](http://www.ipaam.br); várias datas de acesso.

<http://www.finarama.com/tba/projectpiaba/>; acessado em: 07/01/2003.

<http://www.angelfire.com/pq/piaba/Pg14Continue.html>; acessado em: 07/01/2003.

[http://www.pacificislandtravel.com/south\\_america/brazil/about\\_destin/uptherionegro.htm](http://www.pacificislandtravel.com/south_america/brazil/about_destin/uptherionegro.htm); acessado em: 07/01/2003.

<http://www.fishpoint.com.br/novo/veras2.htm>; acessado em: 07/04/04.

<http://www.wagner-fishing.com.br/servicos/jornalnautico/013001.htm>; acessado em:

18/11/03.

<http://www.44tour.com.br/port/dicas/dconv.htm>; acessado em: 24/06/2004.

[www.ibge.net/cidadesat](http://www.ibge.net/cidadesat). IBGE, base de informações municipais – malha municipal digital 1997; acessado em: 26/06/03.

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>. Sistema SIDRA - censos demográficos de 1970, 1980, 1991; acessado em: 02/07/03.

<http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/censo2000>. Censo demográfico de 2000; acessado em: 26/06/03.

<http://www.ipaam.br/areas.html>; acessado em: 23/07/04.

<http://www.fva.org.br/noticias.php?idLingua=portugues&idNoticia=338>; acessado em: 14/07/04.

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/doce/index.html&conteudo=./agua/doce/peixes/aruana.html>; acessado em: 26/06/03.

[www.ibama.gov.br/pescaamadora](http://www.ibama.gov.br/pescaamadora); várias datas de acesso.

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/doce/index.html&conteudo=./agua/doce/peixes/jau.html>; acessado em: 26/06/03.

<http://www.44tour.com.br/port/dicas/dconv.htm>; acessado em: 18/06/2004.

[www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br). Portal Ambiente Brasil; várias datas de acesso.

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/doce/index.html&conteudo=./agua/doce/peixes/tucunare.html>; acessado em: 26/06/03.

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res90/res1390.html>; acessado em: 12/06/04.

<http://br.groups.yahoo.com/group/ecoturismo-br/>. Rede Ecoturismo; várias datas de acesso.

[http://dtr2002.saude.gov.br/saudenegra/05\\_Caderno%20A%C3%A7%C3%B5es%20MS%20\\_%20exemplos.pdf](http://dtr2002.saude.gov.br/saudenegra/05_Caderno%20A%C3%A7%C3%B5es%20MS%20_%20exemplos.pdf). “Ministério da Saúde - políticas, programas e ações: alguns exemplos”; acessado em: 05/04/2006.

<http://www.palmares.gov.br>; várias datas de acesso.

<http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>; várias datas de acesso.